



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANA PAULA DE OLIVEIRA SILVA

**OS MORTOS CONTAM HISTÓRIAS: Ensino de História a partir do
Cemitério da Saudade no município de Vitória da Conquista-Bahia entre
1915-1930**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Novembro/2024

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UESB

Ana Paula de Oliveira Silva

Os mortos contam histórias: ensino de história a partir do Cemitério da Saudade no município de Vitória da Conquista-Bahia entre 1915-1930

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ProfHistória/UESB) como pré-requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientadora: Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza.

Vitória da Conquista – Bahia
Novembro/2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S578m

Silva, Ana Paula de Oliveira.

Os mortos contam histórias: ensino de história a partir do Cemitério da Saudade no município de Vitória da Conquista-Bahia entre 1915-1930. / Ana Paula de Oliveira Silva, 2024.

220f.; il.; color.

Orientador (a): Dr.^a Grayce Mayre Bonfim Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 203 – 215

1. Cemitério. 2. Cemitério da Saudade. 3. Ensino de História. 4. Educação Patrimonial. 5. Vitória da Conquista. I. Souza, Grayce Mayre Bonfim. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História- ProfHistória. III. T.

CDD 907

Catalogação na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Ana Paula de Oliveira Silva

**Os mortos contam histórias: ensino de história partir do Cemitério da Saudade no
município de Vitória da Conquista-Bahia entre 1915-1930**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Ensino de História – ProfHistória/UESB como
requisito parcial e obrigatório para obtenção do título
de Mestre em Ensino de História.

Data da aprovação: 21 de novembro de 2024.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim de Souza (Orientadora)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Profa. Dra. Maria das Graças de Andrade Leal (Examinadora Externa)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Vitória da Conquista – Bahia
Novembro/2024

A meu pai e à minha mãe, que lutaram e sempre acreditaram que seria possível ir um pouco mais além. A todos os anônimos que estão enterrados no Cemitério da Saudade.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e apoio logístico. Bom é poder ter com quem contar. Agradecimento especial a meus pais e minha sobrinha Maria Eduarda.

A meu filho Dárius, minha maior motivação na estrada da vida.

Aos meus colegas do Mestrado pelos bons e memoráveis instantes vividos ao longo desse tempo, aos cafés e almoços partilhados, às confrarias de Nerí. À panelinha de breu, que rendeu tantos e bons momentos de alegria, risadas e resenhas. À amiga, grande presente que o ProfHistória - UESB me deu: gratidão por nosso encontro, Leandra Couto, por exatamente t-u-d-o que compartilhou comigo durante toda essa jornada. Aos amigos que o Mestrado me deu: Rafael Neves e Gildete Novais. Pelo incentivo quando tudo parecia desfavorável, muito obrigada por todo apoio e suporte.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal José Sá Nunes pela cooperação e disponibilidade em tornar o espaço o mais acolhedor possível durante os momentos de estudo e escrita.

À equipe do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista pela disponibilidade com que me recebeu em suas dependências e por todo apoio logístico durante as semanas em que estive debruçada sobre a documentação ali salvaguardada. O trabalho por vocês realizado é muito importante para a História e memória de nossa cidade.

Aos funcionários do Cemitério da Saudade por toda atenção e disposição em fornecer preciosas informações para esta Dissertação. Vocês prestam um relevante serviço à comunidade conquistense, embora invisibilizado, muitas vezes. Minha gratidão a vocês.

À Professora Doutora Maria das Graças Leal, por suas observações e contribuições durante o Exame de Qualificação, o que muito contribuiu para o enriquecimento desta pesquisa.

À Professora Doutora Cleide Lima Chaves, por todo apoio antes, durante e após o Exame de Qualificação e toda a sua disponibilidade, contribuição e partilha.

À querida Professora Orientadora Doutora Grayce Mayre Bonfim Souza, pela tranquilidade e forma respeitosa com que acolheu e conduziu o processo de orientação, desde o momento em que aceitou esta empreita. Sua compreensão nos momentos mais complicados do percurso fizeram toda a diferença.

À Professora Doutora Albertina Vasconcelos (*in memoriam*), por ter acolhido esse tema de pesquisa ainda durante a graduação, o que fez alimentar meu gosto pela pesquisa historiográfica da Nova História.

A Emanuel Moraes (Nem), pelo registro fotográfico, aos professores Ms. Osmundo Macário e Dr. Itamar Aguiar, Monalice Duarte e a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para que esta pesquisa chegasse ao final. Muito obrigada!

Memento mori.

Memento vivere.

RESUMO

Reescrever a história de Vitória da Conquista a partir do Cemitério da Saudade significou lidar, não somente com uma visão diferenciada da história sobre o Município, como também lidar com disputas políticas, religiosas, culturais e sociais envolvendo este lugar. O Cemitério foi tomado como um espaço, um lugar praticado, de mudanças, permanências, simultaneidades e recorrências nas práticas e representações culturais e da trama social. O ponto de partida foi a problematização da história da cidade em torno dos seus locais de enterramento, desde a sua ocupação pelos sertanistas no século XVIII até a criação do Cemitério da Saudade (1915-1930), fundado enquanto primeiro espaço secularizado de enterramento no Município e seu patrimônio funerário. O trabalho discute a apropriação da necrópole dentro da organização espacial na urbe e sua lógica interna de ocupação e representação próprias. O estudo se deu a partir da história cultural, buscando compreender que representações sociais estão reveladas, silenciadas e perpetuadas, parcial ou totalmente, na necrópole. Produções de cientistas de diversas áreas da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – ABEC foram essenciais na fundamentação teórica deste estudo. Na investigação da morte a partir de suas representações em formas tumulares, o Cemitério da Saudade se constituiu enquanto objeto-documento desta pesquisa tal qual um “livro de pedra”. As Atas do Conselho Municipal desde o ano de 1893 até o ano de 1930 e algumas edições de jornais e periódicos também se constituem as fontes primárias que embasam as discussões. O que se pretendeu perpetuar a partir dos túmulos em toda sua composição? Que narrativas sobre Vitória da Conquista podem ser construídas por sua própria História? E que sentidos históricos, artísticos exprimem seus túmulos? E, por fim, que relações tais representações estabelecem com a memória histórica da cidade de Vitória da Conquista e como potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da historicidade do Cemitério da Saudade? Aspirou-se, portanto, situar o Cemitério da Saudade e sua História, compreendendo este espaço em toda a sua complexidade, em especial como local de representação de práticas socioculturais variadas. Diante dos resultados, é apresentada ao final da Dissertação uma proposta de Ensino de História em interface com a Educação Patrimonial. Por meio da construção de um recurso educacional aberto na forma de um Guia para Aula de Campo voltado para docentes, objetivou-se cooperar com o desenvolvimento de um ensino capaz de problematizar a realidade histórica a partir do Patrimônio Material e da História do Cemitério da Saudade, proposta esta que pretende-se inspirar e poder ser adaptada a outras realidades. Valer-se do Cemitério enquanto ferramenta pedagógica foi buscar compreendê-lo enquanto patrimônio material e imaterial de um povo, como espaço arquitetônico, local de práticas culturais, cristalização da memória, de lembrança e esquecimento e de representações sobre as maneiras como a comunidade conquistense se organizou, construiu memória e organização própria. E urge valorizá-lo em toda sua importância e potência. Esta pesquisa, voltada à educação básica, também pode vir a contribuir para o desenvolvimento da cultura do turismo cemiterial no Município.

Palavras-chave: Cemitério, Cemitério da Saudade. Ensino de História. Educação Patrimonial. Vitória da Conquista.

ABSTRACT

Rewriting the history of Vitória da Conquista through the lens of *Cemitério da Saudade* (Saudade Cemetery) meant dealing not only with a distinct historical view of the city but also with political, religious, cultural, and social disputes surrounding this place. The cemetery was considered a space - a practiced place - of changes, continuities, simultaneities, and recurrences within cultural practices and representations and in the social network. The study begins with an examination of the city's history around its burial sites, from its occupation by *sertanistas* (often translated as frontiersmen) in the 18th century to the creation of Cemitério da Saudade (1915-1930), founded as the first secular burial space in the city and its funerary heritage. The research discusses the appropriation of the necropolis within the city's spatial organization and its own internal logic of occupation and representation. The study is based on cultural history, seeking to understand the social representations revealed, silenced, and partially or wholly perpetuated within the necropolis. Contributions from scholars of various fields within the Brazilian Association for Cemetery Studies (ABEC) were essential for the theoretical foundation of this study. Investigating death through its representations in tomb forms, Cemitério da Saudade served as a document-object for this research, much like a "stone book." Municipal Council records from 1893 to 1930 and some newspaper editions also serve as primary sources that underpin the discussions. What was intended to be perpetuated through the tombs in all their composition? What narratives about Vitória da Conquista can be constructed from its history? What historical and artistic meanings do these tombs express? And finally, what relationships do these representations establish with the historical memory of the city of Vitória da Conquista and how can the teaching-learning process be enhanced through the history of Cemitério da Saudade? This study seeks to situate the Cemitério da Saudade in all its complexity, especially as a site of representation of varied sociocultural practices. As a result, the dissertation ends with a proposal for history teaching in connection with heritage education. Through the creation of an open educational resource in the form of a Field Trip Guide aimed at educators, the objective was to contribute to the development of a teaching approach that can critically engage with historical reality based on the Material Heritage and the History of the Cemitério da Saudade. This proposal aims to inspire and be adaptable to other contexts. Utilizing the cemetery as a pedagogical tool involves understanding it as the material and immaterial heritage of a community, an architectural space, a site of cultural practices, and a crystallization of memory, remembrance, and forgetfulness. It also involves representations of how the community of Vitória da Conquista was organized, built memory, and developed its organization. It is crucial to value the cemetery considering all its importance and potential. This research, aimed at basic education, could also contribute to the development of cemetery-based tourism in the city.

Keywords: Cemetery, Cemitério da Saudade, Heritage Education, History Teaching, Vitória da Conquista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VHS	Video Home System (Sistema doméstico de vídeo)

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Mapa do território das etnias indígenas que povoaram o centro-sul da Bahia entre os séculos XVI e XIX
- Figura 02** – Rua Grande (Rua Larga) – Anos 20
- Figura 03** – Jazigo de anjo – 1927 – Cemitério da Saudade
- Figura 04** – Projeto de Lei nº 126 autorizando contratação de médico para tratamento de varíola - Ata do dia 14 de maio de 1913
- Figura 05** – Projeto de lei nº 40 votando autorização para construção do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia – 30 de setembro de 1918
- Figura 06** – Epígrama do Coronel Gugé¹
- Figura 07** – Fachada do portão principal do Cemitério – acesso pela Praça da Saudade
- Figura 08** – Jazigos verticalizados, Cemitério da Saudade, Quadra B.
- Figura 09** – Conjunto de túmulos de anjos – Cemitério da Saudade
- Figura 10** – Portão de acesso ao Cemitério pela Avenida Integração (trecho urbano da BR 116)
- Figura 11** – Aviso no portão de acesso da Avenida Presidente Dutra (BR 116)
- Figura 12** – Capela
- Figura 13** – Túmulo com conjunto de cruzes
- Figura 14** – Túmulo com guirlandas esculpidas na alvenaria – Cemitério da Saudade
- Figura 15** – Jazigo com figura feminina e âncora esculpidas na alvenaria
- Figura 16** – Vista parcial da Quadra A
- Figura 17** – Vista parcial da Quadra B
- Figura 18** – Vista parcial da Quadra C
- Figura 19** – Vista Parcial da Quadra D
- Figura 20** – Túmulos atingidos pelas fortes chuvas de janeiro de 2024 são reconstruídos
- Figura 21** – Jazigo da Família do Coronel Gugé
- Figura 22** – Localização do Jazigo do Coronel Pompílio Nunes e do Coronel Gugé
- Figura 23** – Lápide indicando data de falecimento anterior à construção do Cemitério
- Figura 24** – Jazigo perpétuo da família Lima Guerra
- Figura 25** – Jazigo de torre dupla – Quadra A, Cemitério da Saudade
- Figura 26** – Conjunto de jazigos em estilo neogótico

¹ No Jazigo do Coronel José Fernandes de Olivera Gugé, encontram-se sepultadas outras conhecidas figuras para a sociedade conquistense, como o José Fernandes Pedral Sampaio, que exerceu o cargo de Prefeito Municipal em Vitória da Conquista, eleito três vezes para o cargo e o fazendeiro Marcelino Rosa que exerceu o cargo de Intendente Municipal por vários mandatos.

- Figura 27** – Jazigo em estilo neoclássico – Cemitério da Saudade
- Figura 28** – Jazigo em estilo próximo ao Art Nouveau
- Figura 29** – Túmulo com registro de falecimento anterior à construção do Cemitério
- Figura 30** – Túmulo de anjo em péssimo estado de conservação
- Figura 31** – Túmulo centenário em péssimo estado de conservação
- Figura 32** – Conjunto de jazigos ecléticos num terreno de mesma propriedade
- Figura 33** – Sepultura sem acabamento de alvenaria – Cemitério da Saudade, Quadra C
- Figura 34** – Limpeza geral na Quadra D
- Figura 35** – Epígrama com grafia arcaica
- Figura 36** – Epígrama, ano de 1926 – Cemitério da Saudade
- Figura 37** – Jazigo Anos 1930
- Figura 38** – Túmulo quebrado
- Figura 39** – Jazigo centenário em sinal de ruínas
- Figura 40** – Carneira sem acabamento em alvenaria
- Figura 41** – Jazigo centenário com restos mortais advindos do cemitério velho
- Figura 42** – Jazigo verticalizado em estilo neogótico
- Figura 43** – Ata da Municipalização do cemitério existente dos tempos da Imperial Vila da Vitória – 14 de abril de 1893
- Figura 44** – Posturas Municipais do ano de 1896
- Figura 45** – Posturas Municipais de 1896
- Figura 46** – Licença para construção de novo Cemitério Municipal – Ata de 21 de março de 1898
- Figura 47** – Posturas Municipais – ano de 1908
- Figura 48** – Posturas Municipais – ano de 1908
- Figura 49** – Postura Municipal de Interdição do Cemitério Velho – Ata de 25 de agosto de 1921
- Figura 50** – Reprovação do Projeto de Lei 105 sobre a construção do mausoléu em homenagem ao Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé – Ata de 29 de agosto de 1922
- Figura 51** – Discussão autorização da criação de um cemitério para doentes pobres – Ata de 20 de maio de 1918
- Figura 52** – Suspensões de sessões do Conselho Municipal em época de pestes – 02 de dezembro de 1918
- Figura 53** – Colocação da cruz no cemitério – Ata de 18 de fevereiro de 1919.
- Figura 54** – Tratamento variolosos pobres – Ata de 17 de novembro de 1919
- Figura 55** – Tratamento de variolosos pobres – Ata de 17 de novembro de 1919

Figura 56 – Tratamento de variolosos pobres – 17 de novembro de 1919

Figura 57 – Discussão sobre o aniversário de morte de Rui Barbosa – Ata de 02 de maio de 1926

Figura 58 – Varíola em José Gonçalves – 03 de novembro de 1930

Figura 59 – Nota de falecimento, jornal A Semana, 04 de setembro de 1920

Figura 60 – Coluna Sociaes, jornal A Semana, 19 de fevereiro de 1922

Figura 61 – Nota de falecimento, jornal A Notícia, 19 de fevereiro de 1923

Figura 62 – Memento homo... jornal A Semana, 06 de dezembro de 1924

Figura 63 – Jornal A Notícia, 09 de maio de 1925

Figura 64 – Nota de falecimento, jornal A Notícia. 09.05.1925

Figura 65 – Notícia sobre o estado de conservação do Cemitério Municipal, A Notícia – 30 de abril de 1927

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CEMITÉRIO E SEUS LUGARES.....	25
1.1. CEMITÉRIO – UM LUGAR NA HISTÓRIA CULTURAL.....	25
1.2. CEMITÉRIO – UM LUGAR DE ENTERRAMENTO.....	34
2. HISTÓRIAS DO ARRAIAL, DA VILA E DA CONQUISTA	60
2.1. UM PALCO EM VÁRIOS CONTEXTOS: TEMPOS DE TRANSIÇÕES, AVANÇOS E PERMANÊNCIAS	60
2.2. A MORTE ASSUME A CENA: CONTEXTUALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CEMITERIAIS NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA ATÉ 1930.....	72
2.3. DOENÇAS E MORTE – UMA RELAÇÃO DE CO-DEPENDÊNCIA.....	91
3. O CEMITÉRIO CONTA VÁRIAS HISTÓRIAS.....	103
3.1. DA PORTA PARA FORA: O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO.....	103
3.2. CEMITÉRIO DA SAUDADE EM CONTEXTOS.....	127
4. PATRIMÔNIO E PEDAGOGIA CEMITERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO CEMITÉRIO DA SAUDADE.....	163
4.1. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES CONCEITUAIS EM DISPUTA.....	163
4.2. PATRIMÔNIO, PEDAGOGIA CEMITERIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO CEMITÉRIO DA SAUDADE.....	171
4.3. O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: O CEMITÉRIO DA SAUDADE COMO FONTE DE SABERES.....	186
4.4. GUIA PARA DESENVOLVIMENTO DE AULA DE CAMPO NO CEMITÉRIO DA SAUDADE EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	193
CONSIDERAÇÕES.....	199
REFERÊNCIAS.....	204
ANEXO.....	217

INTRODUÇÃO

Quando a Morte conta uma história você deve parar para ler. (Markus Zusak, em A menina que roubava livros)

Nas palavras do jornalista Júlio José Chiavenato, em todas as épocas, a preocupação com o morrer é a maior angústia da humanidade. Na contemporaneidade, a morte é um assunto que divide opiniões. Por um lado, é grande a parcela da população que evita qualquer conversa onde ela apareça, por associá-la ao sofrimento, à dor da perda e à finitude. Paradoxalmente, é proeminente o interesse de muitas pessoas por qualquer notícia que a retrate, e impressionante a forma com que certo filão da mídia a tem explorado, de forma sensacionalista, ao se referir a mortes trágicas ou ao falecimento de grandes personalidades. Assim “é o tema mais delicado e controverso da história cultural da humanidade” (Chiavenato, 1998, p. 07).

Nesta pesquisa, a morte não é o fim, ao contrário, é o ponto de partida para compreender a sociedade e os valores de um determinado tempo histórico. O objeto deste trabalho de pesquisa é o mais antigo Cemitério Municipal de Vitória da Conquista, conhecido popularmente como Cemitério da Saudade². O interesse por decifrá-lo vem ainda dos tempos da infância quando, ao participar das cerimônias fúnebres, me intrigava a presença de tantos elementos diferentes ao cotidiano e que só aconteciam no momento da derradeira despedida.

Cresci num meio onde o catolicismo popular se manifestava de diferentes formas. As rezas e as benzeduras faziam parte das práticas de minha avó, que, entre folhas e galhos, recitava ‘palavras mágicas’ de cura³. Em certas ocasiões, porém, as palavras eram substituídas por ‘cantigas de uma nota só’, que só bem mais tarde pude entender tratar-se de *incelenças* fúnebres, entoadas em conjunto em momentos muito específicos dos velórios – aquelas reuniões em que os adultos compareciam trajados de roupas pretas ou escuras, com muita reverência. Entendia tudo aquilo como uma celebração, só que taciturna. Mas o que me fascinava de verdade era o cordão que se formava de gente aglomerada, caminhando e cantando e seguindo rumo ao

² Embora conhecido como Cemitério da Saudade, o mais antigo cemitério de Vitória da Conquista, na documentação acessada, recebe apenas o nome de Cemitério Municipal, talvez porque no período ele fosse o único cemitério em funcionamento. Não se sabe quando ele passou a receber esta nova alcunha ou se a nova denominação tenha surgido com a Praça de mesmo nome, que foi construída defronte ao portão principal. Assim sendo, respeitando a memória histórica, quando estiver se referindo ao contexto de sua documentação, o nome Cemitério Municipal será mantido. Em outros contextos, será utilizado o título de Cemitério da Saudade, maneira pela qual o Cemitério se tornou conhecido.

³ Para aprofundar esta temática, indico a leitura da obra Souza, **Ramos, rezas e raízes** [livro eletrônico]: história, narrativas e benzimento no Sertão da Ressaca (1940-1990) de Grayce Mayre Bonfim Souza, lançado pela Editora Autografia, em 2023.

cemitério. Aquele, sim, era o local que me provocava reações indescritíveis. Ora me deixavam entrar, ora proibiam, dizendo ali não ser lugar de criança, o que só aumentava minha curiosidade por querer saber o que se passava ali entre mini casinhas e capelinhas altas.

Já na adolescência, pude mais livremente frequentar aquele lugar, não em situações predeterminadas pela perda de algum vizinho, conhecido ou parente, mas por puro deleite de caminhar por entre aquelas árvores altas num lugar onde só se ouvia o murmúrio de passarinhos e a brisa de alguma manhã ou tarde ensolarada. Era o clima perfeito para um passeio com algum amigo para falar sobre a vida, ler alguma poesia ou simplesmente ver o tempo passar enquanto lia aquelas lápides⁴ carregadas de histórias de gente que eu ficava a imaginar o que teria vivido.

Cercada de muitas memórias, entro para o Curso de História em 1996 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e, durante a graduação, me reaproximo daquelas lembranças de infância ao desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a historicidade da morte em Vitória da Conquista, envolvendo num só tempo ritos fúnebres, arquitetura e a própria história do Cemitério da Saudade, tudo de forma bastante aligeirada, por ser um tema tão vasto e que exigia um aprofundamento que, naquele momento, não me era possível. Era meu interesse, naquele momento, desenvolver um estudo inédito e, por isso mesmo, tentar preencher um vácuo da historiografia sobre a cidade, que nada tinha produzido sobre o assunto, indo na direção da história cultural.

No entanto, aquela sementinha ainda me rendera a publicação de um artigo pela revista de História do Museu Regional de Vitória da Conquista, administrado pela UESB, lugar onde me graduei e obtive minha primeira especialização, na área de História, Historiografia e Memória. Durante este último curso, pude revisar aquela monografia do final dos anos 90, dando-lhe nova versão.

No ano de 2005, recebi um convite para participar da gravação do curta-metragem *Necrópoli*⁵, de aproximadamente 15 minutos de duração (atividade desenvolvida por estudantes da Disciplina Argumento e Roteiro do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) cuja temática dialogava com meu antigo objeto de pesquisa, reacendendo a vontade de continuar desenvolvendo estudos sobre o tema. No entanto, o ingresso no serviço público, a dedicação ao trabalho nas atividades docentes me afastou, inicialmente, daquela empreitada.

⁴ “Entende-se por *lápide* o local (suporte) onde está a identificação do sepultado - nome e datas e onde pode estar, também, o epitáfio” (Castro, 2008, p. 35).

⁵ O vídeo foi disponibilizado no YouTube através do link <https://youtu.be/zHajbmSArwI> e pode ser acessado por qualquer pessoa interessada.

Porém, de posse da fita de VHS do curta-metragem, sempre que tinha oportunidade, o exibia aos meus alunos no contexto da discussão da história do Município. Este era um momento de grande curiosidade e as reações a esta proposta pedagógica sempre foram as mais variadas possíveis. Mas sempre chamava muito a atenção dos estudantes para um olhar ‘inusitado’ sobre a história a partir da morte, de um cemitério.

Sair das grandes narrativas e mergulhar nas miudezas do corpus social a partir de novos olhares sobre o que é cotidiano é fascinante. Segundo Zilá Mesquita e Carlos Brandão (1995),

o cotidiano também é ou pode vir a ser o lócus de atenção, da observação atenta de nós mesmos, do grupo ou grupos aos quais nos ligamos, das ações que executamos, do conteúdo e diversidade de nossos pensamentos do dia-a-dia (Mesquita; Brandão, 1995, p. 16).

Compreender as tecituras sociais sob diferentes perspectivas em seus múltiplos objetos amplia as possibilidades de análise da realidade histórica e contribui para elucidar questões importantes, muitas vezes subdimensionadas, invisibilizadas ou ignoradas⁶. Como afirma Le Goff (1990) em seu texto Documento/Monumento,

de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1990, p. 535).

Na verdade, trabalhar com patrimônio, problematizando o espaço citadino, sempre esteve em minha prática docente; porém, em outras espacialidades como museus, áreas de conservação ambiental e as incursões ao cemitério, se deram apenas de maneira remota nas ocasiões de contextualização da historicidade do município. Compreendo que a educação patrimonial e artística contribui para explorar o legado histórico através de outros olhares e perspectivas, deslocando o palco dos acontecimentos dos livros didáticos para a realidade concreta palpável e observável para além dos muros da escola.

Outrossim, explorar a forma como a história do município de Vitória da Conquista reflete e é refletida no espaço cemiterial é integrar patrimônio, história e ensino, e é também o objetivo desta pesquisa, na qual se dá a investigação e o questionamento do como estas

⁶ Há de se reconhecer que a história das mentalidades foi pioneira na Nova História ao direcionar os holofotes a temas dantes pouco estudados: os modos de sentir, o inconsciente coletivo por meio de uma considerável diversidade de fontes, a longa duração. Mas este trabalho prima pelo viés da história cultural na perspectiva de construir uma história interdisciplinar, como a define Ronaldo Vainfas (1997), a História-problema, com estreitos diálogos com as ciências sociais e ampliação no uso e conceito de fontes, objetos e abordagens.

historicidades se entrecruzam e convergem. Afinal, que histórias de Conquista⁷ são encontradas e podem ser contadas e problematizadas a partir do Cemitério da Saudade? O que revela o seu patrimônio? Partilhamos das posições de Chiavenato (1998, p. 25): “através dos tempos, os usos e conceitos sobre a morte reproduzem a sociedade e refletem suas necessidades políticas”. “O conjunto de signos e representações funerárias edifica memórias e dimensiona o ausente na memória coletiva, fazendo emergir o que se pretende recordar do escondido e recalcado, evoca a memória do sujeito e do grupo” (Rosa; Arantes Júnior, 2009, p. 17).

Lócus de memória, esquecimento e identidade, o patrimônio tem grande potencial no Ensino de História. E o cemitério, elo entre o passado e o presente, situa-se entre o corriqueiro, o cotidiano e o invisível e pode se tornar uma potente ferramenta de aprendizagem, especialmente ao conectar realidade local e regional às grandes narrativas históricas (e historiográficas).

O morrer e a morte redimensionaram o campo de estudo nas ciências sociais e da história mais contemporaneamente, no tocante às representações e práticas fúnebres de sepultamento. A investigação sobre as práticas e representações sociais no cemitério só se tornaram possíveis e metodologicamente viáveis a partir da renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales, quando se ampliou o olhar para novos objetos com a utilização de novas fontes. Dessa forma, foi possível pensar, para além dessa perspectiva, novos problemas de pesquisa, como História da Morte e dos Cemitérios.

⁷ “Até o ano de 1730, quando começaram a chegar ao Planalto da Conquista as primeiras expedições que partiam de Minas Novas, então pertencente à Capitania da Bahia, o “Sertão da Ressaca” (região que se situa entre os rios Pardo e das Contas, grosso modo o Planalto da Conquista era povoado por diversas tribos indígenas. [...] O marco histórico da vitória dos conquistadores sobre os indígenas é o ano de 1752 [...] Os índios que ocupavam o território entre os rios das Contas e Pardo foram, finalmente, submetidos em 1806 pelo Capitão João Gonçalves da Costa, no lugar onde fundou o Arraial da Conquista, cujo nome lembra o seu feito. [...] Não se sabe exatamente quando foi implantado o Arraial da Conquista; o que se tem de concreto são documentos datados de 1780 que confirmam a presença de João Gonçalves da Costa nesta região. O mais importante, no entanto, é o fato de que a partir da segunda metade do século XVIII começou a desenvolver-se um núcleo de povoamento que, segundo os documentos da época, constituiu-se de mais de 60 pessoas. Em 1816, segundo o príncipe Maximiliano Wied-NeuWied que por aqui passou, contava com quarenta casas e uma igreja em construção”. FONSECA, Humberto José. Formação Política da Região Sudoeste da Bahia. [...] Em meados do século XVIII, por volta do ano de 1752, a Coroa, desejosa de promover a abertura de estradas durante para o litoral. O Arraial da Conquista achava-se, inicialmente, sob a jurisdição da Freguesia do Rio Pardo (Minas Gerais), passando depois para Jacobina, Rio de Contas e, por fim à Freguesia da Vila do Príncipe de Caitité. Foi levada à condição de Imperial Vila por lei Provincial de 1º de maio de 1840. A instalação do Município e a posse da primeira Câmara de Vereadores ocorreram no dia de 9 de novembro do mesmo ano. Elevada à condição de Cidade em 1891”. IN: AGUIAR, Edinalva Padre et al. **Política: O Poder em Disputa – Vitória da Conquista e Região**. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999 (Série Memória Conquistense, Volume 4, pg. 20-54).

Data de 1943, a Lei estadual que modifica o nome do município para Vitória da Conquista. Assim, por todo o texto, adota-se o nome Conquista e não Vitória da Conquista para o período anterior a 1943, intervalo que compreende o recorte temporal da pesquisa que vai do ano de 1915 a 1930.

Contestada na sua primazia intelectual e institucional, a história francesa reagiu anexando a si os terrenos e as questões das disciplinas vizinhas (antropologia, sociologia) que punham em causa o seu domínio. A atenção desviou-se, portanto, para novos objectos (os pensamentos e gestos colectivos perante a vida e a morte, as crenças e rituais, os modelos educativos, etc.) até então próprios da investigação etnológica e para novas questões, em grande medida estanhas à história social, ocupada antes de mais com a hierarquização dos grupos constitutivos de uma sociedade (Chartier, 1988, p. 45-46).

É na valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais enquanto objeto de investigação que Ronaldo Vainfas defende o uso metodológico da história cultural associada aos conceitos de representação e de apropriação, em Roger Chartier, pois a história das mentalidades não se mostrou suficiente para tantas demandas que os novos objetos, abordagens e fontes trouxeram consigo.

Em sua obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, Chartier (1988), referência nos estudos de história cultural, afirma que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17). Contextualizar, pois, a historicidade do Cemitério da Saudade pelo viés da história cultural é concebê-lo enquanto local de representações do mundo social entre suas imagens e símbolos.

A presente pesquisa⁸ e a solução mediadora de aprendizagem aqui proposta se orienta na direção do já preconizado pela professora Renata de Souza Nogueira (2013) cuja pesquisa, intitulada *Quando o Cemitério é Patrimônio Cultural*, que resultou na obra homônima, afirma que,

no Brasil, há um senso comum enraizado em nossa cultura de que o patrimônio cultural está presente somente em cidades históricas consagradas ou reconhecidas como tal, como Ouro Preto e Brasília, ou em locais distantes de nós. Este sentimento torna ainda mais árdua a concepção e aceitação de um espaço do cotidiano como objeto patrimonializável. Quando se propõe a patrimonialização de um cemitério, espaço não convencional, sentimentos como identidade e pertencimento do objeto são imprescindíveis. [...] Esta ferramenta de ensino pode tornar-se objeto agregador no processo de aprendizagem corroborando com o despertar de uma consciência crítica e responsável pela preservação patrimonial e a percepção da relação entre os patrimônios e a identidade tanto pessoal quanto cultural (Nogueira, 2013, p. 18 e 21).

⁸ Cabe ressaltar que a maior parte das pesquisas na direção da historiografia da morte a partir dos cemitérios é produzida no eixo centro-sul do país, mas a ABEC tem mostrado que em outras partes do país já assinalam trabalhos de pós-graduação envolvendo a temática em diferentes perspectivas.

Os cemitérios, conforme assinala Franco (2008, p. 02), são “espaços de construção e reconstrução da memória coletiva e guardam um rico acervo de arte e História”, cabendo ao historiador a problematização deste lócus a fim de compreender a sociedade de determinada época e lugar, e é ao que se propõe esta pesquisa.

O universo funerário existente nestes cemitérios são elementos significativos para uma investigação histórica, pois são espaços agregadores da cultura material e imaterial capazes de perpetuar, manter, recuperar e preservar um acervo representativo da memória e da história desta sociedade (Franco, 2008, p. 2).

Embora a morte e o morrer sejam algo corriqueiro e esperado enquanto etapa natural da vida, nem por isso se torna um tema de fácil trato ou plenamente aceitável aos que ficam para contar histórias e memórias. Muito ao contrário. Convive-se desde sempre com a morte, tentando encontrar uma resposta lógica para a partida daqueles que, brevemente, marcam sua existência sobre a Terra. Por isto, seu estudo é tão permeado de desafios, mas nem por isto intransponíveis.

Sendo [a morte] uma marca de toda humanidade, estudá-la na sociedade brasileira pressupõe um estudo que vai além dos aspectos materiais que se representam no espaço cemiterial (arquitetura tumular, fotografias, epítáfios) torna-se necessário compreender também os aspectos atitudinais do homem perante a morte (ritos, orações e práticas) (Viana, 2008, p. 21-22).

Lugares como as necrópoles⁹ seriam aqueles onde a memória se cristaliza e se refugia. Assim, os cemitérios secularizados¹⁰, em especial, revelam importantes elementos ao estudo

⁹ Segundo o Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer, a palavra cemitério é originária da cultura grega *Koimetérion*, de *Kio'ao*, que significa “eu durmo” e do latim *Coemeterium*, lugar funerário, Necrópolis (*nekrópolis*). Pelo Dicionário Houaiss, cemitério é a cidade dos mortos, o local onde se enterram cadáveres. Disponível em https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-2/html/index.php#1 Acesso em 09 mai. 2024.

¹⁰A palavra cemitério é originária da cultura grega *Koimetérion*, de *Kio'ao*, que significa “eu durmo” e do latim *Coemeterium*, lugar funerário, Necrópolis (*nekrópolis*). Nessa pesquisa ele é tomado pelo conceito de local de inumação ou “espaço, terreno ou recinto em que se enterram e guardam cadáveres humanos”. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-2/html/index.php#2 Acesso em 09 Mai. 2024. É tomado também como “objeto de interesse histórico, artístico e cultural. Pode se tornar um museu tendo, como acervo, sua arquitetura funerária [...] no qual está registrada a memória de uma localidade, [...] ou ainda, um espaço de lazer, no qual estão, ilustres e famosos sepultados, em uma atração a mais para o mercado turístico. Entende-se por cemitérios secularizados ou convencionais “aqueles, em sua maioria, surgidos no Brasil no séc. XIX e que se caracterizam pela presença de sepultamentos realizados em construções funerárias, como túmulos ou mausoléus, podendo também aparecer na forma de cova simples, fora do espaço interno das igrejas. Também conhecido como a “céu aberto”, tradicionais, extramuros ou monumentais”. (CASTRO, Elisiana. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)**. Santa Catarina: UFSC / PGAU, 2008. Dissertação de Mestrado Disponível em <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-86264/aqui-tambem-jaz-um-patrimonio--identidade-memoria-e-preservacao-patrimonial-a-partir-do-tombamento-de-um-cemiterio-o-caso-do-cemiterio-do-imigrante-de-joinville-sc-1962-2008>. Acesso em 08 mai. 2024 Pág. 04)

histórico de uma sociedade, a partir do reconhecimento da historicidade do seu patrimônio, pois parte-se da compreensão de seus espaços enquanto lócus de práticas e representações sociais, culturais e artísticas intimamente associadas à cultura e mentalidade de uma determinada época.

O patrimônio cemiterial não é apenas aquele registrado em materiais tangíveis como obras, fotos e inscrições, mas o que todo esse conjunto pode representar, ou seja, o que se pode evocar do passado através dessa materialidade. São representações da memória que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, sendo tais representações pontos que ativam a memória que nos serve de alicerce para o futuro, proporcionando transmissões de culturas de outras gerações, além de constituir material para a construção de identidades culturais (Nogueira, 2013, p. 35).

Os mortos contam história: ensino de História a partir do Cemitério da Saudade em Vitória da Conquista entre os anos de 1915 e 1930, se inscreve na Linha 3 – *Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória* e tenta concatenar um estudo historiográfico sobre Vitória da Conquista a partir de seu mais antigo cemitério, bem como apresentar uma proposta pedagógica voltada ao ensino de História na educação básica. O recorte temporal deste trabalho comprehende os anos de 1915 a 1930. Este intervalo de tempo inicia-se com a entrega do equipamento público ao município e encerra-se com o marco do fim da República Velha no país, com o enfraquecimento do poder dos coronéis e início da Era Vargas. A escolha por esse período passa por compreender que, além de ser este o período áureo dos cemitérios ensolarados, assim como na história da nação o coronelismo atingiu seu auge em Conquista nas primeiras décadas do século XX, permitindo ao professor de História fazer estas aproximações e de maneira didática estas associações.

Nessa trama, recontar, pela ótica da história cultural, a história do Município da Conquista a partir da morte – especialmente o Cemitério da Saudade – é conectar história, política e sociedade numa perspectiva horizontal, atravessado por interseccionalidades. A proposta passa por analisar os processos pelos quais se revelam as identidades coletivas, seu código de valores.

O cemitério é um patrimônio cultural que contribui para a constituição das identidades. Qualquer prática social implica que os participantes tratem os outros participantes e a si mesmos de modo peculiar. Quem são os participantes para si mesmos e quem é cada um para os outros é essencial à natureza de qualquer prática social. É, ao mesmo tempo, aprender o que significa ser um participante, quais as regras e os papéis de cada indivíduo no grupo. Deve-se enterrar seus mortos sob a pena de no dia da sua morte não ser velado ou ser sepultado por ninguém e permanecer esquecido até mesmo no dia de finados. Não serão os mortos que cobrarão tal dívida no futuro, mas sim os vivos que o cercam. Esse é o sentido da reprodução social, permitir a

continuidade dos costumes e a integração entre os homens na alegria e na tristeza, na felicidade e na dor (Muniz, 2006, p. 165).

Assim, falar de cemitério é falar de organização social, de política, de crenças, é falar de vida, pois este é um verdadeiro campo fértil de possibilidades. As representações observáveis no cemitério também são expressões da vida aquém da morte. Segundo Muniz (2006), estudar a morte é estudar a história humana. Por isso, os “estudos a eles relacionados possibilitam a compreensão de sistemas culturais não mais existentes, pois é “em torno dos túmulos que esposos, parentes e amigos irão se reunir para velarem os seus, como em volta de um marco” (Petruski, 2006, p. 93-94).

Assim, tendo como viés metodológico a história cultural, trazer para o campo de análise a historicidade da morte no Município de Conquista é compreender que, ao fazê-lo, oportunizam-se grandes possibilidades de abordagem histórica, também a partir do campo simbólico, especialmente na educação básica. Correlacionar a História da cidade com a história do Cemitério da Saudade, objetivando

Evidenciar, por um lado, a experiência dos grupos sociais – experiência esta que se constitui como resultado das relações entre grupos e no interior dos próprios grupos – ou por outro o entendimento das (supostas) estruturas sociais; valendo-se de uma “interpretação” dos costumes, hábitos, crenças, artes, etc., ou seja, da cultura (Silva, 2010, p. 470).

Trazer esse objeto de análise para o campo historiográfico é um desafio deveras instigante, no contexto em que as necrópoles são compreendidas como parte integrante ao ‘mundo dos vivos’, ou que ambos se complementam.

A metodologia da pesquisa foi estruturada a partir de quatro grandes momentos distintos: 1) estado da arte e levantamento bibliográfico sobre a historiografia da morte e do cemitério 2) delineamento dos aportes teóricos 3) realização do trabalho de campo no Arquivo Público Municipal e no Cemitério; 4) tratamento, análise e interpretação das fontes documentais escritas e iconográficas.

Sob a orientação da Professora Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza, o trabalho foi ganhando corpo, trilhando um longo caminho, atravessado por desafios que foram superados no percurso. Durante o processo de leitura e escrita, delinearam-se quatro capítulos, além da Introdução.

Sob o título Cemitério e seu lugares, o Capítulo 1 apresenta um panorama geral de contribuições da historiografia, em especial a brasileira, e está subdividido em duas partes. A seção 1.1, Cemitério – um lugar na história cultural, traz um breve panorama sobre o que vem

sendo discutido neste campo, em especial com os estudos de Sandra Pesavento e José D’Assunção Barros. Já a seção 1.2, Cemitério – um lugar de enterramento, oferece um apanhado de pesquisas que envolvem a temática da história do cemitério.

O Capítulo 2 traz, sob o título Histórias do Arraial, da Vila e da Conquista, um panorama da evolução histórica do município e apresenta três seções. A seção 2.1 – Um palco em vários contextos: tempos de transições, avanços e permanências apresenta o palco de terra indígena a arraial, do processo de ocupação do território pelos povos indígenas à chegada do colonizador – traz o processo de evolução do Arraial da Conquista à categoria de Vila, bem como é apresentado o contexto da Imperial Vila da Vitória e seus embates políticos. A seção 2.2 – “A morte assume a cena” – traz a contextualização de espaços cemiteriais no município de Conquista até 1930, marco do limite temporal estabelecido pela pesquisa. A seção 2.3, última deste capítulo, discute a relação de dependência entre doenças e morte no contexto dos primeiros decênios dos Novecentos.

No Capítulo 3, o Cemitério da Saudade conta várias histórias. Em duas seções, o Cemitério é apresentado a partir do contexto de sua fundação. Para sua escrita, uma minuciosa pesquisa foi realizada, com imersão nos livros de registro de Atas do Conselho Municipal no período de 1915-1930 – esta é a seção 3.1 intitulada *Da porta para fora: o contexto de fundação*. Na seção 3.2, *Cemitério da Saudade em contextos*, são expostos, a partir da documentação salvaguardada no Arquivo Público Municipal e na iconografia, o Cemitério em si, “do lado de dentro”.

Por fim, o Capítulo 4 traz discussões sobre patrimônio e pedagogia cemiterial, buscando uma correlação entre estes conceitos. O capítulo tem seu clímax com a apresentação ao recurso educacional, aberto na forma de guia de apoio didático, voltada ao desenvolvimento de uma Aula de Campo no contexto do Cemitério da Saudade com docentes e seus estudantes da 3^a Série do Ensino Médio. Série final da educação básica, é nela que são desenvolvidos os conceitos que se propõe correlacionar no espaço cemiterial: os coronelismos – prática política característica da Primeira República Brasileira.

Atividades de campo fazem parte da minha prática pedagógica. Compreendemos que são uma potente ferramenta ao sensibilizar os estudantes para vivenciar a História para além dos livros didáticos e do espaço da sala de aula e, por isso, a proposta de imersão no espaço cemiterial se integra nesse projeto de protagonismo do aluno no seu percurso educativo na construção do conhecimento histórico.

Para desenvolvimento desta pesquisa, as produções da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais foram essenciais. Dentre os autores, destacam-se as professoras Maria

Elízia Borges, Cláudia Rodrigues, Marcelina Almeida, Elisiania Castro e os professores Mauro Dillmann e Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa, dentre outros, cujas pesquisas trouxeram grande inspiração a este trabalho.

Pretende-se, portanto, que o presente estudo, culminando com uma proposta pedagógica inovadora, contribua na educação básica para ensinar a pensar historicamente, tomando o patrimônio funerário do Cemitério da Saudade por referência principal de análise da História de Vitória da Conquista entre os anos de 1915-1930. O ponto de partida é a compreensão de como esses elementos se relacionam, se convergem e distanciam no interior da principal necrópole conquistense, tomado enquanto importantíssimo patrimônio histórico-cultural, que ainda carece de reconhecimento e preservação como tal, pois, segundo Michel Vovelle (1991, p. 134), “todas as representações da morte estão imersas em um contexto ou em um banho cultural que é propriamente o tecido da História”. Neste sentido, busca-se pensá-lo numa dimensão educativa mais ampla, dentro do que é preconizado pela educação patrimonial.

Propiciar a ampliação do olhar do estudante ao estimulá-lo a perceber-se como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento histórico e enxergar no cotidiano a História viva que não está nos livros didáticos, mas que é manifesta nos quatro cantos da cidade, é uma tarefa instigante ao professor de História. Ao longo da trajetória de vinte anos em sala de aula na educação básica, posso dizer que este é um desafio a que me lancei, e sob o qual a proposta pedagógica foi desenhada como inspiração a outros colegas que, assim como eu, enxergam nesse componente curricular um grande potencial revolucionário. Escrever e reescrever a História a partir da leitura de muros, praças, ruas e – porque não dizer – túmulos, não é apenas possível como exequível. É sobre isto que versa este trabalho.

1. CEMITÉRIO E SEU LUGARES

1.1 CEMITÉRIO – UM LUGAR NA HISTÓRIA CULTURAL

Só existe um ato sobre o qual não prevalecem nem o eterno murmúrio dos rios nem a indiferença das constelações: o ato pelo qual o homem arranca algo da morte (André Malraux).

Embora ainda seja considerada tabu por alguns, é a partir de historiadores da nova historiografia francesa que a morte é levada à categoria de objeto de investigação ainda no início do século XX. Contudo, é a partir da década de 1980 que, de fato, novos campos se expandem, herdeiros, em certo sentido, da história das mentalidades no tocante a temas e problemáticas na micro-história e a história cultural.

Também chamada de Nova História Cultural,

revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular [...] a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social. [...] a chamada história cultural é uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 221).

Para Roger Chartier (1988), é a partir da identificação de diferentes correntes históricas “situadas no meio de oposições intelectuais e ao mesmo tempo institucionais, que essas diversas maneiras determinam cada uma o seu objecto, a sua utensilagem conceptual, a sua metodologia” (Chartier, 1988, p. 31).

Segundo a professora Silvera Vieira de Araújo (2008),

Roger Chartier, historiador da vertente culturalista, enfatiza [...] três conceitos chaves que norteiam a obra: representação, prática, apropriação e assim problematiza que as práticas culturais constroem o mundo como representação (Araújo 2008, p. 24).

E é o próprio Chartier quem desenvolve sobre a definição de História Cultural que,

por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radial, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e o esquemas que s modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a pensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado como um real bem real, existindo a si próprio, e as representações,

supostas como refletindo-o ou dele se desviando. [...] Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação (Chartier, 1988, p. 27-28).

Muito embora seja na interconexão de modalidades, nos seus múltiplos horizontes, dimensões, abordagens e domínios (Barros, 2013) que se constrói o fazer historiográfico, assiste-se, por outro lado, ao fenômeno da crescente especialização, tão característico da modernidade e pós-modernidade. “A hiperespecialização em História [...] pode conduzir ao esquecimento de que o mundo humano não pode ser decalcado do social, do político, do mental” (Barros, 2013, p. 14).

É o próprio José D’Assunção Barros quem situa os novos desafios que estão postos aos pesquisadores no século XXI, pois

o historiador deve evitar de se deixar trancafiar no isolamento de seu compartimento historiográfico de maior interesse. A tendência do historiador do século XXI, pode-se prever, será a de trabalhar cada vez mais habitualmente em um campo de interconexões, mesmo que ele conserve a sua especialidade (Barros, 2013, p. 28).

Reconhecer esse desafio a que se coloca a historiografia é uma tarefa que exige grande fôlego a fim de contemplar não apenas as contribuições de diferentes saberes, mas fazê-lo com qualidade e numa relação de articulação, quebrando paradigmas e buscando aproximações muitas vezes carregadas de antagonismos, por gerar aproximações diferenciadas (Barros, 2013, p. 58 e 59).

Assim, continuando, no diálogo com outros campos das ciências humanas e sociais, se faz imperativo ao lidar com a história cultural, considerar que todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem sozinhas como dimensões separadas, pois não existem fatos exclusivamente políticos, econômicos ou culturais (Barros, 2013, p. 15). A história cultural, pois, atribui sentido e organização “para o historiador que se depara com uma realidade a ser decifrada [ordenando] esta dimensão complexa da vida humana [...] múltipla, plural, complexa e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas” (Barros, 2005, p. 4).

Nessa perspectiva, o que é corriqueiro na paisagem urbana, como o cemitério, pode abrigar interessantes aspectos políticos, artísticos, religiosos e culturais de um povo e seus mecanismos de organização social. Estudá-lo é, pois, estudar a história pela cultura material, discursos e representações a partir das suas construções funerárias e objetos tumulares.

O que são as “práticas culturais”? Antes de mais nada, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações [...], mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais [...] também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (Barros, 2013, p. 77).

O conceito de cultura em Clifford Geertz¹¹ será adotado neste trabalho enquanto definição norteadora, na perspectiva antropológica, pois a perspectiva da história cultural em si mesma abrange o permanente e estreito diálogo entre a história e as ciências sociais, “com estes objetivos novos ou reencontrados [...] tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas”. (Chartier, 1988, p.15).

Nesse sentido, Suzanne M. Desan (1992), historiadora americana que se dedica aos estudos da França moderna e contemporânea, diante da pertinência da história cultural, já sustentava, desde os anos 90, que é no diálogo com a Antropologia, por exemplo, que os historiadores, frente a “padrões e significados simbólicos [e] fenômenos culturais, [...] podem chegar ao modo que o sistema social se ajusta e como seus participantes se ajustam e percebem a si próprios e ao mundo exterior” (Desan *apud* Araújo, 2008, p. 03).

Sandra Jatahy Pesavento (1995) já havia tecido considerações a respeito da história cultural que, segundo a autora, “vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a qualquer matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa” (Pesavento, 1995, 280).

Para Araújo (2008), “A história cultural constitui uma narrativa na qual há a ênfase na dimensão cultural da experiência humana [...] e mantém uma relação de proximidade com a antropologia simbólica” (Araújo, 2008, p. 01 e 03).

Assim, segundo José D’Assunção Barros (2013),

Os ritos, costumes, tabus, sentimentos, carências e representações gerados pelo fenômeno da morte são obviamente objetos de uma História Social [...] ou podem ser objetos de uma História Cultural, de uma História Econômica, ou mesmo de uma História Política. As noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as práticas de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’ (Barros, 2013, p. 24 e 59).

¹¹ “Denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de conceções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida” (Geertz *apud* Chartier, 1988, p. 67).

Odair Vieira da Silva (2020), ao analisar em sua obra *Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à História* as contribuições de Chartier aos estudos da história cultural, relacionou-os aos de Michel de Certeau, segundo ele um dos grandes reafirmadores das noções complementares de “práticas” e “representações”, valorizando e decifrando normas culturais através do cotidiano. Para D’Assunção, ambos teóricos ponderavam que

a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver” (Barros, 2013, p. 76).

Retomando Silva (2020), ressalta, também, que

tais “representações” inserem-se “[...] em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p. 17), conduzindo à produção de “lutas de representações”, que, conforme o autor, “[...] têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Silva, 2020, p. 88).

É de Chartier, pois, a defesa de que, para se pensar em práticas culturais, era necessário antes se debruçar sobre os usos e costumes de uma dada sociedade na miudeza de suas relações. A investigação deveria, pois, relacionar-se com outras ciências – antropologia, linguística, ciência política, psicologia, etc., mas ainda com as mesmas ‘ferramentas’ da história. Roger Chartier vai se colocar como um estudioso que se destaca na defesa da interlocução da história com as outras ciências, com predileção aos textos escritos e à literatura.

Poder-se-ia afirmar que esse trabalho de pesquisa optou por se situar no método da história cultural na abordagem da história local pelo domínio da história das representações não como limite teórico isolado, mas mais como aproximação e possibilidade, enquanto base de sustentação dos estudos do Cemitério da Saudade em Vitória da Conquista, Bahia. Porém, declarar isto seria um equívoco, tendo em vista a multiplicidade de diálogos que a temática da morte e do morrer, bem como de suas representações, suscitam dentro da história e das ciências sociais. Os historiadores não trabalham dentro dos campos, mas, sim, na interconexão entre os campos historiográficos uns com os outros (Barros, 2013). Assim, faz-se necessário reconhecer que a interposição desta ‘opção’ não pretende anular o diálogo com outras abordagens e campos

possíveis; ao contrário, reconhece grande dificuldade e limitação que tal ação incorre na análise do objeto. Enfim, como afirmou a escritora e historiadora Lynn Hunt (1992), “A única maneira de testar a utilidade de um método é tentar usá-lo” (Hunt, 1992, p. 61).

Sandra Pesavento (2005) corrobora que é preciso “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”. A sociedade constrói a sua ordem simbólica que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim sua representação), por outro lado é também uma outra forma de existência da realidade histórica” (Pesavento, 2005, p. 16).

A história cultural envolve práticas, representações, visões de mundo e expressões – objetos dantes desprezados por outras correntes historiográficas mais tradicionais, se constituindo num campo do saber historiográfico imbricado indissociavelmente da vida cotidiana, através dos modos de vida, práticas culturais e das representações (Barros, 2005, p. 2).

A história cultural incide sobre a investigação minuciosa de textos, imagens e ações para discutir as representações construídas pelos homens em sociedade através dessas práticas culturais para dar sentido ao mundo, e assim, temos “a ênfase sobre a representação na literatura, na história da arte, na antropologia e na sociologia tem levado um número cada vez maior de nossos equivalentes a se preocupar com as redes históricos nos quais seus objetos são apanhados (Hunt, 1992, p.29).

Toma-se o cemitério nessa pesquisa enquanto possibilidade de acessar o passado e elucidar comportamentos e tensões pois, é indispensável, na perspectiva cultural, a combinação de elementos que são fundamentais: objetos culturais, sujeitos, sistemas e processos. Pois

toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura. [...] Uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção (Barros, 2013, p. 57).

Os homens e mulheres, seus valores, imaginário coletivo, diferenças sociais e seus túmulos no Cemitério da Saudade ainda continuam fazendo e compondo a história pois, segundo Mesquita (1995), a observação atenta dos grupos aos quais estamos ligados permite refletir sobre o cotidiano enquanto centro de atenção do historiador que deseja discernir aspectos diferenciados da vida em sociedade. Esta investigação propõe o retorno do olhar a detalhes dantes não observados afim de perceber o modus vivendi da sociedade conquistense a partir do seu mais antigo Cemitério. A vida cotidiana não se separa, por certo, da História.

Do ponto de vista metodológico, Lefebvre considera os conteúdos constitutivos da vida cotidiana, aparentemente uniformes e triviais, não podem ser determinados em seu caráter concreto através de uma mera recompilação empirista, que prescinda de uma teoria e um método; por outro lado, enquanto reflexão sobre uma realidade parcial da vida social, a análise da vida cotidiana não pode prescindir de teses e hipóteses sobre o conjunto da sociedade (Mesquita; Brandão, 1995, p. 62).

O cemitério – morada da memória, se configura especialmente como lócus de representação do lugar social do morto através da arte e da construção dos túmulos como objeto de ressignificação de sua memória no mundo dos vivos. Nesse sentido, a arte tem um papel fundamental, pois é ela que “permitiu à sociedade dar vida para aquele que estava morto, por meio da sua eternização perante os vivos” (Jesus; Fernandes, 2021, p. 174). Como Cecília Rodrigues dos Santos (2001) afirma no Guia Cultural do Estado de São Paulo, “Se é verdade que a cidade não é feita de pedras, mas sim de homens, também é verdade que as lembranças se apoiam nas pedras da cidade” (Santos, 2001, p. 48).

Os objetos funerários transmitem, de forma simbólica, “os meios encontrados pelas sociedades para representar os sentimentos pelos seus mortos e assim não permitir que suas lembranças se percam na escuridão do esquecimento” (Santos, 2013, p. 23). “São os vivos que rememoram o morto por meio dos vestígios que materiais e imateriais se encontram nos túmulos, individualizados” (Viana, 2008, p. 29).

As representações do morto, as práticas funerárias, de luto e de sepultura constituem mecanismos sociais estrategicamente utilizados para perpetuar a lembrança individual ou familiar e construir uma imagem ideal de sua existência (Ribeiro, 2017, p. 13-14).

Em seu texto sobre espaços da morte e usos da memória, Gilson Soares Rosa e Edson Arantes Júnior (2019, p. 14) afirmam que o túmulo sintetiza e relaciona, ao mesmo tempo, memórias, identidade e pertencimento. “Trata-se de um traço visível que denota a materialidade de uma existência e exprime desejos de como a mesma deve ser lembrada. O túmulo mimetiza o processo de corrupção temporal”.

Utilizar, pois, a categoria de representação, segundo Pesavento (1995), envolve uma série de considerações, pois ela é

a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido [...] sendo tarefa do historiador atingir essa inteligibilidade, usando o conceito com um instrumento para interrogar o mundo (Pesavento, 1995, p. 280).

Corroborando esse pensamento, o artigo de Paulo Henrique Muniz (2006) vai nessa direção, apontando o cemitério para além do seu lugar de patrimônio, pois

os lugares de sepultamento são espaços construídos socialmente e podem ser vistos como lugares de práticas sociais que traduzem leituras sociais. Neles, a religiosidade é perceptível como um recurso simbólico recorrente na significação cultural [...] Tais paisagens históricas deslocam o nosso pensamento não apenas para o patrimônio arquitetônico, mas para os valores, tradições, modos de viver, conflitos e tensões, processo de enraizamento: conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas neles contidos (Muniz, 2006, p. 160-161).

Pelo viés da história cultural, buscou-se compreender que representações sociais se encontram perpetuadas, reveladas ou silenciadas no espaço cemiterial. E aqui, como afirma a professora Dulceli Estacheski (2022, p. 151), “morte e celebração da memória se relacionam profundamente”. Ao estabelecer essa preferência metodológica, tem-se em vista que interfaces com a história da cultura material serão também estabelecidas. Mas diferente desta, para efetuar a contextualização da sociedade conquistense a partir do seu mais antigo Cemitério em funcionamento, os artefatos e toda sorte de elementos do patrimônio funerário serão considerados no domínio da história das representações. Em linhas gerais, pela materialidade do Cemitério e de seus elementos constituintes é possível proceder à investigação da sociedade conquistense, para além dos elementos constitutivos dos objetos em si, de sua materialidade, mas em sua função representativa.

Em seus aspectos antropológicos, dentre os vários horizontes possíveis, a história cultural cabe muito bem ao estudo do cemitério enquanto organização sociocultural e seus elementos constitutivos como integrantes de práticas, atitudes e rituais que se pressupunham perpétuos em sepulturas, lápides, jazigos e mausoléus.

Se os cemitérios, hoje, são espaços de evocação da memória, se os túmulos são a garantia da identidade individual e familiar, se são espaços de determinadas expressões religiosas (seja para católicos que cultuam alguma personalidade popular ou para afro-religiosos que acendem suas velas para as almas), então estamos diante de um espaço cultural patrimonial, cuja preservação se apresenta como elementos de defesa dessa memória, dessa identidade ou de uma cultura religiosa (Dillmann, 2016, p. 80-81).

As noções que se conectam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as práticas de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação

uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’ (Barros, 2005, p.59).

O Cemitério da Saudade é tomado nessa pesquisa como um lugar praticado, de mudanças, permanências, simultaneidades e recorrências nas práticas e representações culturais e da trama social do Município. Ao desenvolver o seu resgate, conta-se também a História de Vitória da Conquista através dos aspectos observáveis no interior de sua principal e mais antiga necrópole em funcionamento. O tema do cemitério em si, como produtor de pesquisa, representa ineditismo enquanto pesquisa histórica na cidade de Conquista, de como a sociedade conquistense no período entre 1915 e 1930 construiu suas representações no processo de ocupação na necrópole e na construção das lápides e objetos cemiteriais, conectando o mundo de vivos e mortos. Pois o cemitério é o lócus adequado a “mostrar aos pósteros a condição de seus mortos quando vivos e, em última análise, fazer com que os mortos continuem no mundo dos vivos” (A TARDE, 1988, p. 05), refletindo sua lógica de organização social, política e econômica, compreendendo o espaço cemiterial enquanto espaço de representação simbólica. A composição das práticas sociais e os sentidos que a ocupação, composição iconográfica e objetos cemiteriais interligam, refletem e conectam a sociedade intra e extramuros, pois

os cemitérios são construídos pelos mortos, mas, sobretudo, pelos vivos. Um dos principais objetivos do cemitério, além do cuidado com os mortos, é a comunicação com os vivos. Se o cemitério fosse apenas o espaço da morte, não haverá necessidade de memorialização, símbolos, mausoléus, obeliscos, etc. [...] Os mortos continuam vivos porque os vivos precisam deles para reafirmar dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ideológicas (Narita, 2023, p. 11).

A dissertação de Cibele Mattos Mendes, *Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo Salvador (1850-1920)*, descreve-se de que maneira as representações compartilhadas pelos membros de uma sociedade são de fundamental importância para caracterizá-la, porque dão conta do seu perfil em determinado momento histórico, possibilitando aos seus integrantes reconhecerem-se como participantes dele, da mesma forma em que a percepção do sentido da vida e da morte, que então prevaleciam, também sofreram alterações na consciência da vida terrena, refletindo-se na arte (Mendes, 2007, p. 39). Por esta premissa, se desenvolveu uma série de trabalhos no campo da história, da arte e das ciências sociais, sendo este o viés que também norteou o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa. A “arte imita a vida” e a morte à vida.

A obra *As Práticas de Eternização dos Coronéis da Guarda Nacional nos Cemitérios do Recôncavo da Bahia* traz uma boa reflexão acerca de como a burguesia de cidades como

Cachoeira construiu suas representações, na arte cemiterial, de seu poderio econômico numa sociedade que articulava o culto aos mortos a um cenário de afirmação socioeconômica dentro e fora das necrópoles.

O culto aos mortos, às memórias e às recordações, marcado por convicções laicas, inicia um movimento inspirado em diretrizes positivistas chamado ‘eternização dos mortos na memória dos vivos’. Baseava-se nos princípios de que apesar da morte ser um evento irremediável, não impedia do morto ser cultuado, referenciado pelos vivos em suas memórias, lembranças e recordações. Neste cenário tanto a arte funerária quanto as características arquitetônicas e os elementos artísticos atuam como dispositivo de rememoração e eternização (Jesus; Fernandes, 2021, p. 165-166).

Segundo a Professora Maura Regina Petruski (2006),

trabalhar com a subjetividade de seus signos entrecortados de silêncio, que aos poucos temos suas significações reveladas. Importante fonte iconográfica que ultrapassa suas questões estatísticas e demográficas, revelando o estético através dos monumentos, afrescos, fotografias e lápides”.

Estudar as temáticas relacionadas à morte, ao morrer, aos cemitérios, aos rituais fúnebres é muito significativo para a historiografia, pois

lápides, epígrafes e iconografias destes cemitérios são representações que foram produzidas e reproduzidas nas diversas dimensões do cotidiano [...] ao longo do tempo. Portanto, o universo funerário existente [...] são elementos significativos para uma investigação histórica, pois são espaços agregadores da cultura material e imaterial capazes de perpetuar, manter, recuperar e preservar um acervo representativo da memória e da história desta sociedade (Franco, 2008, p. 03).

Por fim,

por toda sua simbologia e por representar a memória individual e coletiva, o cemitério fornece subsídios reais para que seja entendido como um patrimônio. Sendo um lugar de memória seus signos dialogam com a vida e a morte, o que os torna um lugar importante como registro histórico da cidade. É um local de morte, porém com uma história viva. Refletir sobre os cemitérios como um patrimônio deve abranger a comunidade juntamente com normativas e políticas de salvaguarda de modo a redirecionar ações para a manutenção dos bens fúnebres, pois não é possível pensar o patrimônio de forma isolada. Propor as necrópoles como patrimônio é algo complexo por abranger grupos com interesses distintos por isso é necessário entender como a comunidade percebe o cemitério, no seu contexto presente, já que mesmo em um lugar de morte, os símbolos são estabelecidos e reproduzidos pelos vivos (Del Puerto; Baptista; Müller, 2016, p. 08).

No âmbito do ensino de História, a história cultural pode ser capaz de articular e concatenar diferentes temáticas, no diálogo com outros campos do saber, uma vez que ela consegue promover-lhes uma maior visibilidade, mediante a aproximação entre História e cultura, antropologia e longa duração. São lançados novos olhares sobre a História, ampliando a reflexão e despertando um maior interesse pelos conteúdos escolares, especialmente a partir da realidade local. “Assim, a ampliação em termos de objeto e de conceitos permite também a incorporação de diferentes linguagens e fontes no Ensino de História” (Cardoso, 2018, p. 130).

1.2 CEMITÉRIO – UM LUGAR DE ENTERRAMENTO

A morte e o morrer têm se tornado um campo de estudo consolidado no meio acadêmico sob diferentes prismas, uma vez que não pertence a uma área específica. Arqueologia, antropologia, etnografia, história, filosofia e sociologia são exemplos das chamadas ciências sociais e humanas que tem se dedicado ao seu estudo. A restrita e absoluta associação da morte apenas com o funesto e a morbidez só predomina no senso comum.

O cemitério [...] [é] um espaço interessante para exploração de histórias locais, do patrimônio material (expresso nos túmulos e nos objetos neles dispostos) e imaterial (com os costumes, as crenças e os ritos vivenciados naquele local). [...] O cemitério é um espaço plural e mesmo destinado ao depósito de restos mortais, nele a vida pulsa. São os sentidos do viver que se revelam no morrer. Há muito que se aprender a partir dos rituais fúnebres que anseiam por vida e nos objetos fúnebres que ajudam a lembrar, dando continuidade à trajetória dos sujeitos. Todos esses elementos estimulam o narrar que exige uma elaboração de sentido fundamental para a experiência de aprender, aprender não com um conhecimento transmitido em sala de aula que passa por estudantes sem tocá-los, mas como um conhecimento que os/ as afeta proporcionando a elaboração de novos saberes e novas formas de “estar no meio”, de estar e agir no mundo (Estacheski, 2022, p. 147 e 172-173).

Em consonância ao pensamento da historiadora Maria da Conceição Vilela Franco (2008), o presente trabalho comprehende que a relação história, tempo e memória são construções coletivas passíveis de serem percebidas no espaço cemiterial, enquanto fontes históricas. Para Valladares (1972, p. 1120), “há certas implicações do meio físico e social que marcam e diferenciam as necrópoles. Todo o complexo sociológico e a periodização histórica chegam e se depositam nos cemitérios”. Toda a simbologia da cultura material e imaterial ali presentes evidenciam o imaginário coletivo de um determinado contexto histórico e é a partir desta premissa que se desenvolveu este estudo.

Os espaços da morte são, antes de tudo, espaços de memória, e devem ser compreendidos como lugares que evocam e fortalecem a identidade de um grupo. Tendo isso em vista, podemos compreender como os monumentos tumulares e seus signos, contribuem para a construção da memória social. O que permite estudar seus significados e sentidos, podemos entender como o morto é lembrado e quais valores sociais são enfatizados no ato da recordação e na busca da imortalidade simbólica, uma construção simbólica que foi construída e transformada no tempo (Rosa; Arantes Júnior, 2019, p. 20).

O cemitério, a morte e temas correlatos têm ganhado espaço no campo historiográfico desde fins do século passado e são apontados como importantes lócus da memória coletiva, da cultura e da história de uma determinada comunidade. “A morte, além de física, é eminentemente um aspecto sociocultural e sua consciência é uma marca de toda a humanidade” (Muniz, 2006, p. 166).

No Brasil, muitos têm sido os trabalhos que discorrem na perspectiva de considerar o cemitério como meio de estudo da sociedade. Desde *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*, de Clarival do Prado Valadares (1972), protagonista dos primeiros estudos voltados à morte no país, muito se tem produzido a respeito, na perspectiva arquitetônica, artística, cultural, histórica e social. A Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) agrupa pesquisadores de diversas áreas, como historiadores, geógrafos, antropólogos, arquitetos, sociólogos, historiadores da arte, profissionais do turismo, arqueólogos, fotógrafos, dentre outros – muitos incluídos entre as referências dessa pesquisa - interessados nas temáticas correlatas à morte e ao morrer desde 2004, e tem vasta produção nessa área.

Para a historiadora Marcelina Almeida (1998), vinculada à Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), o cemitério é

um local pleno de significações que se inserem no campo dos dogmas, superstições, lendas e verdades. Assim como os prédios, praças e ruas, o cemitério é um lugar imprescindível em toda e qualquer sociedade histórica. Ao se organizar em núcleos habitacionais os homens precisam refletir acerca do espaço que deve ser destinado aos mortos e assim ao verticalizarmos nossas reflexões acerca da forma como esses homens se comportam e definem os ritos, os signos e emblemas que revestem os cemitérios nos permitiremos compreender alguns aspectos desse universo complexo que abrangem as atitudes humanas perante a morte (Almeida, 1998, p. 187).

Em entrevista a Felipe Ziotti Narita, o professor de Antropologia da Universidade de Illinois, especialista em Antropologia Cultural, Urbana e da Saúde, Michelangelo Giampaoli, defende que o

cemitério é um dos espaços em que, além da história e da memória, a dimensão coletiva desses fenômenos é mais evidente. A morte e a religiosidade compõem a construção simbólica de um cemitério, adicionando mais componentes à memória e à história. [...] Apesar de as nossas sociedades ocidentais quererem esquecer a morte, [...] os cemitérios permanecem como espaços concretos de memorialização e de historicização da memória. [...] Uma leitura superficial poderia indicar que o cemitério é um não-lugar, um lugar da ausência. Eu creio [...] que poucos espaços são tão lugares, são tão carregados de humanidade, quanto os cemitérios. [...] Ele constrói identidade para coletividades (Narita, 2023, p. 10).

Michel Vovelle afirma, ao citar Pierre Chaunu, ser possível conhecer, avaliar uma sociedade e ‘definir’ sua cultura à medida que se conhece o seu sistema de morte, embora historiograficamente ainda haja demasiado preconceito com essa temática. Sobre este tópico – as atitudes diante da morte e dos mortos – o que, segundo o jornalista Michel Lauwers (2015), este é um dos dois campos de estudo que a história toma emprestado da antropologia. O outro seriam as formas de interação cultural das populações com o espaço.

Museus e cemitérios funcionam como espaços que fixam memórias, que freiam a inevitável rota do esquecimento e do tempo. Por meio deles, as pessoas buscam ‘voltar no tempo’ como uma forma de reconstruir fatos e acontecimentos passados por meio de suas recordações. São lugares em que as pessoas podem, a partir do passado, articular e significar o presente, com o olhar projetado para o futuro. São assim, como dobras no espaço-tempo, em que o passado se conecta com o presente, em que lugares longínquos são dispostos diante dos olhos, em que os mortos se comunicam com os vivos – tendo como plataforma de embarque as coleções (Tavares, Ribeiro, Brahm, 2019, p. 52-53).

Por esse princípio, então, há muita relevância de pensar o cemitério como um museu¹², um lugar de memória¹³, de estudo e de ensino de história (Estacheski, 2022). Segundo Allan Kellehear (2016), professor de Sociologia da Universidade de Bath, no Reino Unido, “a morte é a nossa maior indagação; a comunidade, a religião e a ciência, as nossas maiores respostas a

¹² A concepção de Museu que se adota aqui vai além de espaço depositário de objetos de um passado estanque. Ante, refere-se a um espaço de comunicação, de conexões, potencializador de experiências, da problematização social, de reflexões e reinterpretações. Vide PEREIRA, Júnia Sales. Aprendizagem Histórica como prática social: lições poéticas e éticas em “a danação do objeto: o museu no ensino de história”. In: **Educação em Revista** | Belo Horizonte, n. 47, p. 299-303. jun. 2008. Disponível em: <https://bibliotecaonlineahisfj.files.wordpress.com/2015/02/regis-lopes-a-danac3a7c3a3o-do-objeto.pdf>. Acesso em 08 mai. 2024; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. “O museu é um lugar de conexões”. In: **Revista Museu**. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/joomla/index.php/component/content/article/9-areade-servicos/artigos/83-o-museu-e-um-lugar-de-conexoes> Acesso em 08 mai. 2024.

¹³ Esse conceito de lugar de memória é desenvolvido por Pierre Nora como locais representativos da história e que possam se constituir em referências identitárias de um dado passado histórico dignos do status de local de preservação (Nora, 1993).

ela; e o morrer, o maior teste de ambas para cada um de nós que o sofre” (Kellehear, 2016, p. 127).

Por outro lado, há ampla evidência, desde os mais distantes ancestrais, que os seres humanos sempre se esforçavam para atribuir algum sentido aos ritos de morte e morrer, como ainda se continua a fazer. Edgar Morin (1988 *apud* Jesus; Fernandes (2021, p. 162) argumenta que “o cadáver humano já suscita emoções que se socializam em práticas funerárias e a conservação do cadáver implica um prolongamento da vida. O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência”.

“Estudar a morte é estudar a história do homem, pois ela é tão antiga quanto o próprio homem” (Muniz, 2006, p. 167). “Os cemitérios funcionam como espelhos das aldeias, vilas ou cidades que os produzem. O conhecimento de uma qualquer comunidade ficará sempre incompleto se não incluir o seu cemitério” (Coelho 1991, p. 08). Nesse sentido, túmulos¹⁴ e objetos funerários são documentos fundamentais à compreensão da história da humanidade, desde a Antiguidade.

“O ato de enterrar definia o homem” (Lauwers, 2015, p. 343). Quanto mais distantes no tempo, maior a importância desses vestígios para descortinar o passado e reconstituir a historicidade deste. Por meio do estudo de despojos mortais da Idade da Pedra, por exemplo, é possível deduzir acerca de costumes, crenças, e dados mais objetivos como organização social e política e até expectativa de vida daqueles humanos. Vem de Jacques Le Goff (1990) o conceito ampliado de documento, incluindo, porque não, “um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (Le Goff, 1990, p. 536).

Segundo Philipe Ariès (2003), um dos primeiros estudiosos na Escola dos Annales a estudar a relação entre a natureza e a cultura e as formas pela qual uma cultura vê e classifica fenômenos como a morte, o morrer e o luto, as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza. Por exemplo, nas civilizações pré-cristãs, homens e mulheres, ao longo do tempo, desenvolveram uma certa familiaridade com a morte, mas sempre temeram a proximidade com os mortos, para isso estabelecendo cultos e cuidados funerários a fim de impedir que os defuntos voltassem para perturbar os vivos (Ariès, 2003, p. 36).

A morte, portanto, era integrante dos ritos corriqueiros do cotidiano da comunidade do homem do paleolítico. E dos monumentos funerários que se erguiam não se desejava

¹⁴ Entende-se por túmulo a construção funerária erguida em memória de quem está ali sepultado, podendo ser de uso individual ou coletivo (CASTRO, 2008, p. 14).

expressamente manter qualquer distância. Antes, havia uma movimentação para garantir que todos os ritos que o momento exigia ocorressem, dentre eles a composição dos bens tumulares. Para Allan Kellehear (2016), os bens tumulares que se espalham nos jazigos humanos dessa época são prova do ato de herança, uma jornada implícita empreendida pelo enterrado e as decisões tomadas pelos sobreviventes sobre o que é útil dar ao morto para essa jornada.

Toda a ritualística envolvia o ato social de manutenção da herança em favor do próprio defunto, uma vez que eram essas práticas que favoreceriam e quiçá garantiriam sua boa morte e passagem. Cultuando os antepassados, estabelecia-se um vínculo permanente com eles, segundo Chiavenato (1998, p. 14). Para Ricardo Luiz de Souza (2020), “o luto era algo a ser demonstrado de forma ostensiva e celebrado de forma suelta, assim como as artes funerárias transformavam os mausoléus¹⁵ em monumentos tanto à lembrança dos mortos quanto ao status dos vivos”.

De acordo com Jesus; Fernandes (2021, p. 163),

as inquietações do ser humano com relação a morte resultou (sic) em diversas compreensões sobre o morrer, diferentes tipologias de enterramentos, a criação e desenvolvimento de categorias de espaços cemiteriais, a confecção de objetos funerários e influências na arquitetura que compõe os espaços sacros (Jesus; Fernandes, 2021, p. 163).

Os estudos de Kellehear concluíram que, para a maioria das civilizações, inclusive as da Idade da Pedra, a comunidade não encarava a vida e a morte em termos tão contraditórios, paradoxais. Longe de ser o contrário da vida, a morte era a sua continuação (Kellehear, 2016, p. 118).

Em *História da Morte no Ocidente*, Phillippe Ariès (2003) destaca que, nas civilizações pré-cristãs, os seres humanos, ao longo do tempo, desenvolveram uma certa familiaridade com a morte, mas realizando cultos e cuidados funerários a fim de impedir que os defuntos voltassem para perturbar os vivos (ARIÈS, 2003, p. 36). Já em Roma, continua o mesmo autor, o enterro dos mortos era coisa proibida nas cidades, sendo realizado comumente em caminhos e estradas, o que começa a separar espacialmente a zona destinada aos que se foram.

O local da sepultura¹⁶ era frequentemente marcado por inscrições funerárias nas civilizações clássicas, significando, para Ariès, o desejo de conservar a identidade do túmulo e

¹⁵ “Entende-se por *mausoléu*, um túmulo de grande porte, que ultrapassa as dimensões do túmulo por meio de formas que remetem a casas, capelas. Podem agregar diferentes referenciais como esculturas e outros ornamentos, podendo abrigar um ou mais sepultamentos” (Castro, 2008, p. 42). Nesse contexto histórico em específico, o vocábulo é utilizado no sentido de grande monumento funerário.

¹⁶ Toma-se por sepultura cova, túmulo, jazigo ou mausoléu onde são enterrados os cadáveres (Castro, 2008, p. 11).

a memória da pessoa falecida, assim como seus nomes e retratos na contemporaneidade. Tal prática, entretanto, desapareceu na Idade Média, quando a cristandade instituiu a Igreja como local de sepultamento dos fiéis e reapareceu na Baixa Idade Média, evoluindo para uma certa personalização, refletida pelas máscaras e monumentos mortuários diversos sobre os sepulcros.

Para a professora Maura Regina Petruski (2006),

A história dos cemitérios também pode ser lida como um processo de implantação de uma ordem cultural desenvolvida por grupos sociais e a sua inter-relação com a existência humana e sua finitude. Nesse caso, a cultura enquanto categoria de análise é pensada de acordo com a perspectiva que certas sociedades elaboram e partilham seus símbolos, signos, práticas e valores como expressões e traduções da realidade. Uma sensibilidade refletida, em materialidade, no espaço construído para retratar o real e o imaginário do ser humano, frente ao que ele sabe e desconhece da vida (Petruski, 2006, p. 94).

Cemitério na Europa Ocidental Medieval, enquanto espaço delimitado para enterrar os mortos, significava, para a Cristandade, a parte externa da igreja onde se faziam os enterramentos. Consistia, também, em galerias enfileiradas ao longo do pátio da igreja e recobertas de ossários. “Não se tinha a ideia moderna de que o morto deve ter uma casa só para si, da qual seria proprietário perpétuo. O que havia era *um relacionamento promíscuo entre vivos e mortos*, muitas vezes sem o esquife” (Ariès, 2003, p. 42).

Em *O Nascimento do Cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*, Michel Lauwers (2015) descreve em detalhes o processo de nascimento do Cemitério enquanto instituição destinada exclusivamente à inumação. Mas, antes de se destinar a este fim, sendo antes um espaço de convivência social e de negócios.

Entre os séculos VII e XII, nos campos e nas cidades, as populações se estabeleceram, com efeito, nas proximidades imediatas dos restos mortais de seus defuntos. Tal presença de restos humanos de gerações precedentes no coração do espaço habitado [...] representava uma grande novidade em relação às tradições funerárias que tinham caracterizado as sociedades antigas. [...] A terra dos cemitérios era frequentemente revirada, trabalhada, e, de maneira regular, ossos eram extraídos dela a fim de dar lugar a novos corpos, destinados a se misturarem no seio do espaço funerário (Lauwers, 2015, p. 19).

Antes do contexto de transformação do cemitério em uma terra consagrada pela Eclésia no Ocidente Medieval, o que era visível, no entanto, era que

a terra do cemitério misturada com os restos dos mortos se tornou um espaço social fortemente envolvente: fornos e oficinas, ceramistas ou açougueiros com suas mesinhas, armazéns, celeiros e habitações se encontravam instalados nas proximidades das sepulturas, enquanto a população se reunia, com

frequência, na área do cemitério por ocasião de assembleias de justiça, para concluir um acordo, para registrar atras por escrito ou para validá-las. [...] Os cemitérios eram adjacentes, em geral, a edifícios de culto solenemente consagrados pelas autoridades eclesiásticas. [...] Aquilo que era sagrado não eram as tumbas, mas o conjunto da comunidade dos vivos e dos mortos, enraizada em uma terra, isto é, um lugar fixo, circunscrito, sob a autoridade dos clérigos (Lauwers, 2015, p. 20-21).

Durante a Alta Idade Média, o cemitério era local de exercício das mais diferentes atividades. Matrimônio, feiras, julgamentos e outras empreitas comerciais eram desenvolvidas no espaço. Na Baixa Idade Média, estas atividades passaram a ser proibidas pela Igreja, atribuindo um caráter de lugar apartado da sociedade e que, durante o século XIX, assumiu de vez o caráter de lugar de cultivo da morbidez e do silêncio, cercado por muros e reservado rigorosamente aos defuntos (Vissière 2013 *apud* Del Puerto; Baptista; Müller, 2016).

Durante os primeiros séculos do medievo, predominava a morte doméstica e seu ritual esperado, percebido e acima de tudo planejado e rodeado de parentes e amigos, mas com os enterros realizados longe dos vivos a fim de que eles não retornassem à cidade, sendo necessário o culto às sepulturas, o que Phillippe Ariès (1977) denominou de “a morte domada”.

Retomando essa questão, Lauwers (2015) reforça o quanto estão imbricadas as implicações sociais e políticas de práticas e representações culturais em uma sociedade em que os mundos terreno e ultraterreno encontram-se profundamente associados, durante o medievo.

A importância concedida à dimensão funerária das igrejas – até então mais definidas por sua função batismal – repousava sobre uma representação original da Igreja, assimilada a uma sociedade espiritual formada por vivos e por mortos. [...] A partir do século X, os “circuitos” funerários que circundavam as igrejas passaram a ser consagrados como essas últimas (Lauwers, 2015, p. 336-337).

Só mais tarde, entre os séculos IX e XI, é possível verificar um contexto favorável à ocorrência da consagração do espaço cemiterial que “participa, portanto, de uma lógica geral de demarcação de domínios e autoridade exclusivos do clero” (Lauwers, 2015, p. 16).

Percebe-se na obra de Michel Lauwers que a ocorrência de necrópoles intramuros da cidade (desde o século IV) se torna muito mais recorrente após o ano 1000, mas sempre associada ou nas proximidades de locais de culto – igrejas ou terrenos santificados, lugares veneráveis, o que fazia da Igreja uma sociedade espiritual na qual vivos e mortos estavam em comunhão (Lauwers, 2015, p. 40 e 50).

O que se observava é que o cemitério poderia, inclusive, por fins emergenciais, ser construído fora dos limites da cidade, com a construção, em seguida, de uma capela ao lado, tornando o terreno santo. Tal exceção, no entanto, tende a desaparecer a partir do séc. XI (Lauwers, 2015, p. 52 e 58).

Com o advento do cristianismo, a possibilidade de ressurreição após a morte a partir de ritos que começavam em vida, os rituais fúnebres tornaram-se essenciais para alcançar a salvação. Através da confecção do testamento, por exemplo, a pessoa manifestava sua vontade no tocante à execução das exequias e do cortejo fúnebre até chegar o momento do sepultamento, bem como a destinação dos seus bens materiais. A diligência em preparar-se para a morte era uma constante entre os grupos socialmente mais abastados. Desde a Baixa Idade Média, a boa morte era idealizada a partir de vários instrumentos expressos nos testamentos, especialmente ocasiões em que a morte era pressentida como viagens e acometimento de doenças.

Esta pedagogia do bem morrer, segundo Cláudia Rodrigues,

levava as pessoas a se prepararem temerosamente para a morte, pedindo perdão de suas culpas, clamando pela misericórdia divina, pedindo a intervenção celestial, deixando legados para irmandades e pobres além de uma infinidade de pedidos de missas; numa perspectiva de vida que se pautava pela fixação na ideia de morte e, principalmente, na de salvação (Rodrigues 2005 *apud* Sial 2005 p. 183).

O caráter de boa morte previsto pelos testamentos vai sendo superado ou substituído pelo documento no qual é estabelecida a transmissão de heranças. As práticas fúnebres sofrem grandes alterações com as teorias higienistas e o saber médico. Do interior das igrejas, de pisos aos pés do altar ou da pia batismal a quem tivesse os recursos para pagar por esse tipo de enterramento, ou nos adros e espaços mortuários contíguos ao redor ou, ainda, nas sepulturas coletivas rotativas e anônimas, delineavam-se agora novos tempos, mas com permanência das distinções hierárquicas das sepulturas dentro das igrejas (Sial, 2005).

Essa prática de bem morrer chega ao Brasil, igualmente marcada por uma série de rituais, a partir da preparação do testamento – documento que atestava o alinhamento religioso católico e as vontades expressas quanto a bens e ritos fúnebres rumo à salvação da alma. Finalizando estes ritos, era necessário assegurar, através das Confrarias¹⁷ ou de forma individual, um lugar de inumação no solo sagrado das igrejas ou nas imediações, em terrenos

¹⁷ Em Arte e Sociedade nos Cemitérios brasileiros, Clarival do Prado Valladares cita as associações religiosas e confrarias como mecanismos que permitiam a ascensão social dos mestiços como forma de acesso aos enterramentos no interior das igrejas durante a Colônia e credita ao preconceito racial-econômico a exclusão dos locais de enterramento socialmente mais prestigiadas

santificados. Tal prática, porém, pressupunha riquezas individuais, especialmente as sepulturas perpétuas próximas ao altar, pois a proximidade a imagens de santos completava a liturgia em favor do morto, assim como a realização de missas periódicas a fim de livrar sua alma do purgatório o mais rapidamente possível em direção ao paraíso.

Na Coleção *Histórias da Gente Brasileira*, Priore (2016) reúne capítulos sobre Tempos dos Mortos e de Morrer – ritos fúnebres brasileiros em médias e grandes cidades. No volume 1 – Colônia (PRIORE, 2016, p. 385), discorre que, no Brasil daquele período, se morria cedo e a grande preocupação dos vivos sobre o morrer era não estarem preparados quando a morte chegasse. Por essa razão, faziam-se testamentos manifestando desejos íntimos e pessoais – do uso de mortalhas à definição de locais de inumação (preferencialmente no interior das Igrejas, sobre o que despendia boas quantias de dinheiro), assim como a obrigação de certa quantidade de missas a serem cantadas para garantir o sufrágio almejado. O documento também envolvia a Igreja como algum tipo de beneficiária, zelando por orfanatos, hospitais, capelas, conventos e até mesmo cemitérios.

Tais práticas traziam o conforto do bem morrer e eram recomendadas pela Igreja através de um manual-itinerário publicado em Lisboa em 1627, intitulado *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer o cristão com a recopilação de testamentos e penitenciais, várias orações e devotas tiradas da Escritura Sagrada*. Era a materialidade da prática fúnebre branca e católica, voltada a não constranger a família e macular a memória do falecido no mundo dos vivos, imposta a uma população diversa em etnias, crenças e comportamentos.

Era evidente, também, uma preocupação de que os mortos não se fizessem desaparecer completamente do horizonte e do campo de visão, além do que constava no imaginário popular de que estar perto de santos era uma espécie de garantia do que aconteceria na vida após a morte, no paraíso, e o fato de o corpo estar enterrado na igreja a porta que garantiria tal acesso. Para Lauwers (2015), para a consolidação dessa crença do século IV – do culto a locais de sepultamento de mártires, ao século VII e VIII – consagração do lugar¹⁸), as relíquias tiveram um papel fundamental na consagração dos lugares, pois pode-se verificar que, antes

¹⁸ No século I, sagrados eram, pois, “um edifício consagrado a um deus, santo um muro que cerca uma cidade fortificada, religioso um sepulcro onde um moro foi enterrado ou inumado”. (Lauwers, 2015, p. 116). No século XII, o mestre João Beleth, numa Suma católica, define por sagrado o lugar dedicado a Deus pela mão do bispo; “santo” o lugar que foi estabelecido para os servidores da Igreja, que é protegido e que não se pode violar”; “religioso” todo lugar no qual se enterra o corpo de um homem ou uma cabeça [não era aqui considerado o corpo de um judeu ou um pagão, por exemplo]”. (Lauwers, 2015, p. 132). Assim, pouco a pouco, o espaço cemiterial galga patamares de religioso a santo, e de santo a sagrado. A ‘mistura’ de todos os conceitos num só aplicados ao Cemitério, ocorre a partir do século XII.

não havia, no cristianismo dos primeiros séculos, sacralidade ou santidade vinculada ao lugar em si; foi por intermédio dos mártires que se instituíram os lugares santos: a santidade que estava ligada a pessoas e suas relíquias foi transferida e identificada aos edifícios que as abrigavam, a partir de então qualificados como “moradas ou “sés vivas”. Certas práticas de devoção, como as peregrinações organizadas rumo aos lugares onde repousavam os restos santos, contribuíram para a valorização desses lugares. [...] esses deslocamentos e percursos rituais fomentaram a criação de um tipo de geografia do sagrado que assumia a forma de uma rede de santuários (Lauwers, 2015, p. 76).

Na Baixa Idade Média, a morte passa a ser vista como algo público, apontando para uma maior necessidade de ritualização para enfrentar o juízo final. Os enterros *ad-sanctos apud eclesiam* eram garantias de salvação ao contrário das sepulturas malditas, longe da presença dos espaços sagrados dos templos católicos.

Os artefatos tumulares exemplificam a memória coletiva. Na Idade Média, esta era cristianizada por meio do culto aos espaços sagrados. Qualquer sepultura que estivesse fora desse campo santo isolada, causava sentimentos de repúdio e horror; as sepulturas solitárias eram consideradas sepulturas malditas, pois somente os malditos eram abandonados nos campos e alijados da presença de uma coletividade que se estendia até a morte (Medeiros *apud* Viana, 2008, p. 24).

Segundo João José Reis (1991), especialmente no período colonial brasileiro, os mortos estavam integrados à dinâmica da vida no interior daquelas altivas construções, e morrer sem sepultura certa era a mais temida das mortes. Em *A Morte é uma Festa*, o historiador discorre que as sepulturas eclesiásticas possuíam sua regra própria de ocupação. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia¹⁹, editadas pela primeira vez no início do século XVIII, todo católico tinha o direito de ser enterrado na igreja de sua escolha, e este privilégio era exclusivo aos que pudessem pagar por isso e, em vida, tivessem vivido mais ou menos alinhados com os sacramentos. As sepulturas para os corpos dos fiéis deveria ser as igrejas e os lugares sagrados.

TÍTULO LIII

DAS SEPULTURAS, QUE OS CORPOS DOS FIEIS SE ENTERREM EM LUGARES SAGRADOS, E NA SEPULTURA, QUE ESCOLHEREM.

843 É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos do fieis Christaos defundos nas Igrejas, e Cemiterios dellas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir ás Missas e Officios Divinos, e Orações, tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encommendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos,

¹⁹ “As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia adaptaram as normas Tridentinas aos usos e costumes da Arquidiocese, especialmente considerando os componentes da sociedade na América portuguesa: o índio e o negro e as condições específicas da Bahia” (Flexor 2003 *apud* Mendes, 2007, p. 154).

especialmente dos seu, para que mais cedo sejão livres das penas do Purgatorio, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memoria della nas sepulturas. Por tanto odenamos e mandamos que todos os fieis que neste nosso Arcebispo falecerrem, sejão enterrados nas Igrejas, ou Cemiterios, e não em lugares não sagrados, ainda que elles assim o mandem: porque esta sua disposição como torpe, e menos rigorosa se não se deve cumprir (Vide, 1853, p. 295).

Segundo Cibele Mattos Mendes (2007), os destaque dados a este artigo da Constituição reforçam a convivência de vivos, mortos e as hordas celestiais, não apenas como algo proveitoso mas benéfico à condução de um bom lugar aos defuntos, beneficiados pelas constantes orações e jamais esquecidos, uma vez que o convívio social não seria rompido com a morte. A igreja reunia a um só tempo o centro social e litúrgico e se consagrava como lugar sagrado de repouso. Em Salvador, em 02 de agosto de 1850, foi instituída a proibição dos enterramentos no interior dos templos, por lei editada pelo Vice- Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima (Mendes, 2007, p. 155). Em 1857, foi criado o Cemitério dos Lázarus.

Ser enterrado dentro da Igreja ou ao redor da capela em túmulos ou, ainda, ter seus restos mortais guardados em urnas funerárias no seu interior era sinônimo de status social e salvação da alma do sofrimento do inferno. Aline Gomes dos Santos (2013), em seu trabalho de conclusão de curso, ao tratar da morte no período oitocentista em Cachoeira, Bahia, afirma que a sociedade do período vivia a espécie de um catolicismo barroco impregnado de dramaticidade, onde a liturgia da boa morte funcionava como um rito teatral que era o enterro nos recintos sagrados naquele contexto histórico-cultural.

No Brasil, jazigos²⁰ perpétuos e outras inumações nas dependências da igreja, missas em sufrágio e razoulas²¹ eram certificações da boa morte, massivamente durante os Seiscentos e Setecentos, conferidas pelas Ordens Religiosas aos irmãos falecidos, assim como outros ofícios fúnebres (Valladares, 1972, p. 150). Esta prática vigorou durante os Oitocentos sofrendo modificações profundas a partir do final do século XIX, sob a influência do saber médico, encaminhando o corpo do defunto para fora do campo de cuidado antes restrito à família,

²⁰ Segundo o Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer, jazigo é palavra que deriva do verbo “jazer” (do latim *jacere*), “que significa estar deitado, morto ou como se estivesse morto, sepultado ou deposto no chão. O termo é geralmente utilizado para se referir às construções de alvenaria mais simples e de menor porte (se comparadas aos jazigos-monumento e mausoléus), destinadas ao sepultamento primário dos mortos no espaço cemiterial, isto é, quando o corpo articulado é disposto em uma sepultura, em posição distendida, usualmente em um caixão” (Nascimento; Dillman, 2022, p. 402).

²¹ “Atividade religiosa funerária [...] razoula, razola ou razoura significa em Minas antiga a procissão que se fazia ao redor da igreja com cânticos e preces para a absolvição dos Irmãos falecidos e sepultados nela” (Valladares, 1972, p. 150).

amigos e sacerdotes. Do âmbito doméstico, a morte passa a ser solitária e privada, cada vez menos acompanhada. A morte em casa aos poucos é substituída pelo leito hospitalar e surgem serviços funerários especializados em preparar o corpo, velá-lo e sepultá-lo²².

Tal execução, no entanto, não interessava às Irmandades, tendo em vista as vultosas doações que recebiam de seus membros e promovia a perda do monopólio sobre os enterramentos nos ‘campos santos’, construindo cemitérios ‘abertos ao público’, isto é, universalizando o acesso a qualquer pessoa²³: mudanças radicais mesmo em terras mineiras, onde quase inexistiam lápides sepulcrais nos templos. Na pesquisa de Clarival do Prado Valladares (1972), catacumba foi o tipo de cemitério erigido fora do corpo da igreja, de muro alto de alvenaria, com carneiros longitudinais de três ou quatro pisos, coberto de telhas e com um espaço para o pátio central, construção essa, empreita das Ordens Religiosas num espaço à parte do templo (Valladares, 1972, p. 156).

Depois de muito tempo catacumba passou a ser entendido como cemitério muralhado, formando quadras de carneiros de chão e galerias de carneiros de paredes.

Perdeu o primitivo significado e galerias subterrâneas para o sepultamento dos cristãos ao tempo do Império Romano, com os sarcófagos construídos em nichos, superpostos, longitudinais ou transversos nos muros que dividiam os corredores dos labirintos e eu servem de elemento de sustentação.

No português arcaico e nas suas reminiscências fixadas ao linguajar brasileiro, o vocábulo passou a corresponder a toda e qualquer construção de sarcófago de parede, tanto nas galerias subterrâneas e criptas de algumas igrejas como também na denominação posterior dos muros erigidos em cemitérios abertos, secularizados (Valladares, 1972, p. 148).

Assim, é a partir de meados dos oitocentos que assiste-se ao fenômeno de criação dos campos de sepultamentos ensolarados, nas palavras de Clarival do Prado Valladares. O autor destaca que tal fato, porém, não era novidade, visto que várias culturas ao redor do globo já cultivavam a tradição de inumação em espaços abertos, inclusive no Brasil, com os cemitérios reservados aos acatólicos e toda sorte de sujeitos que não eram bem-vindos no solo santo das igrejas-cemitério.

²² Em muitas cidades, como Recife, cabia à Santa Casa de Misericórdia a autorização sobre carros, caixões, ornamentos e armações de enterros (Sial, 2005, p. 244), que, neste caso específico, a partir do contrato com uma empresa, efetuava as cobranças a depender da especificidade do serviço, que era isentado aos pobres e desvalidos da Santa Casa. Assim, o momento que envolvia o sepultamento, também revestido de hierarquias e distinções, reproduzindo para o contexto da morte as desigualdades sociais.

²³ Mais adiante, Clarival cita os escritos de Dr. Luiz Vicente de-Simoni, no contexto da França revolucionária, “acusando os povos de exagero das ideias de igualdade entre os homens e o processo de padronização de sepulturas após a burguesia ter conquistado a liberalidade de construções fantasiosas e jactantes, nos cemitérios secularizados” (Valladares, 1972, p. 275), uma época em que já era possível perceber o “profundo anseio daquela sociedade em distinguir-se através dos túmulos, antes mesmo dos cemitérios secularizados” (Valladares, 1972, p. 277).

Igreja era o sinônimo absoluto de sarcófago. Com a secularização a Igreja perdeu mais de metade do seu acesso espiritual, entregando a sociedade o livre arbítrio do destino do corpo e, portanto, da alma. Restou como sede de batismo, casamento e sufrágios, o que não basta para dominar o espírito. Tentou manter amarras ao rebanho inspirando disciplina religiosa nos funerais e na relação aos mortos. Organizou os cemitérios de irmandades, manteve até quando pôde a extrema-unção e a encomendação, mas, não há como negar, desde a secularização a Igreja vive em separação de corpos com as suas ovelhas. Não se explica tudo apenas com a proibição do sepultamento no chão da nave, porém através de toda a consequência da quebra do elo que havia entre o corpo do morto e o corpo da igreja (Valladares, 1972, p. 1293).

Ainda no século XVIII, na Bahia, segundo Reis, verificou-se a preocupação das autoridades com a ameaça dos mortos à saúde dos vivos, aspecto visível por meio da elaboração de Posturas Municipais a fim de disciplinar, por exemplo, o costume de abandono de cadáveres de escravizados por parte de alguns senhores pelas ruas da Cidade de Salvador.

No Brasil, as primeiras medidas em relação aos enterros no interior das igrejas e à construção de cemitérios públicos surgiram no início do século XIX. Em 14 de janeiro de 1801, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI, emitiu uma Carta Régia que proibia os enterros nos templos católicos dos domínios ultramarinos portugueses, autorizando a construção de cemitérios públicos fora das cidades. Nesse documento, o monarca expressa seu conhecimento sobre as discussões que vinham ocorrendo no continente, destacando os malefícios desse tipo de inumação (Pedrosa, 2023, p. 280).

Segundo Freyre (1981, p. 136), a construção de cemitérios públicos no Brasil começou a ocorrer sob o estímulo dos flagelos de febre amarela e cólera, não apenas pelas condições de higiene e de vida nas principais cidades ainda do período oitocentista, mas por se constituírem enquanto parte integrante de uma série de aperfeiçoamentos técnicos ou mecânicos na vida das cidades brasileiras.

Por exemplo, data do século XVII o costume de enterrar os mortos em terrenos que não o solo das igrejas, em Salvador. Tais cemitérios eram mantidos pelas ordens religiosas, que só enterravam dentro dos templos os mortos que, em vida, a elas eram ligados. [...] O hábito de se enterrar nas igrejas só foi terminantemente proibido em Salvador, em 1855, em virtude tanto da epidemia de cólera que vitimou grande parte da população como do mau cheiro que exalava nos templos os cadáveres em decomposição – o que era incômodo principalmente durante as missas. (PESQUISA MOSTRA SIMBOLISMO DOS TÚMULOS. A TARDE. Bahia, 4 de outubro de 1988, página 5).

Datam da primeira metade do século XIX as primeiras proibições e restrições ao enterramento nas igrejas, em decorrência da política sanitária, no Rio de Janeiro. “A cessação

dos enterramentos nas igrejas, tendo sido já removidos do Cemitério da Misericórdia graças à atividade e energia do Conselheiro José Clemente Pereira. A própria capital da Bahia moveu-se neste particular: das suas posturas de 17 de junho de 1844 consta absoluta proibição de “enterrar-se corpos dentro das Igrejas e nos seus adros” (Freyre, 1981, p. 547).

Do ponto de vista sanitário, porém, médicos já apontavam muito antes que a localização ideal dos cemitérios seria fora dos limites da urbe, longe de fontes d’água, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não soprassem sobre a cidade. Em 1801, a Carta Régia estabelecia que se constituíssem, fora da cidade de Salvador e em local seco e varrido pelos ventos, um ou mais cemitérios amplos. Em substituição aos jazigos perpétuos concedia que as famílias possuíssem “carneiro sem luxo”. Cada cemitério teria capelão próprio e capela decente onde se rezassem missas fúnebres, inclusive ato litúrgico solene. A medicina buscava tomar posse do cadáver a partir do instante da morte, a fim de anatomizá-lo ou autopisá-lo, a depender da causa mortis. E as declarações de óbito seriam, agora, tomados dos padres e passariam a ser de inteira responsabilidade dos médicos (Reis, 1991, p. 262).

Essa determinação não alterou a prática em terras brasileiras. Passados 27 anos, em 1828, o filho de Dom João VI, o Imperador Dom Pedro I, através da Lei Imperial de 01º de outubro, estabeleceu que, a partir daquele momento, os enterros nas igrejas seriam proibidos, pois só assim a salubridade pública seria garantida (Pedrosa, 2023, p. 280).

A chegada da Corte ao Brasil intensifica a necessidade de obediência à ordem régia expedida em 1801²⁴, que apontava para a construção de cemitérios extramuros e a erradicação dos sepultamentos no interior das igrejas, demonstrando uma grande preocupação com a aparência do espaço citadino sob a égide do discurso médico higienista, contrário à degeneração do ar e a desordem urbana. Intervir nos sepultamentos para as zonas afastadas das áreas urbanas moralizaria e civilizaria os costumes fúnebres, impondo uma mudança de mentalidades. O Código de Posturas de 1832 na Província do Rio de Janeiro já expressava a proibição dos enterramentos nos recintos religiosos, prevendo multas e prisões aos infratores – administradores e coveiros, respectivamente.

Apesar da Lei expedida pela Corte em 1801, ficou a cargo das províncias discussões pertinentes à criação das Comissões e recomendações complementares sobre a edificação de cemitérios. No Recife, a missão de inspecionar e administrar o cemitério público seria da

²⁴ O descumprimento da Carta Régia de 14 de janeiro de 1801 pode ser conferida em vários pontos do então império brasileiro. Em Belém os abastados continuaram a ser enterrados nas igrejas e o Cemitério da Soledade²⁴ só passou a funcionar, de fato, a partir de 1850, com a obrigatoriedade estabelecida naquela província para todo e qualquer enterramento (Valladares, 1972, p. 307 e 308).

Câmara Municipal. A elaboração de normas para a concessão de sepulturas também se desenvolveu a partir dos projetos das Câmaras no Recife de meados do século XIX. Várias tipologias de sepulturas foram criadas, das perpétuas e hereditárias (que depois evoluíram para a perpetuidade hereditária – propriedade imemorial garantida para não ficar à mercê das agremiações religiosas das irmandades), de corpos não reclamados, passando pelas atestadamente pobres. Ainda que públicos, os cemitérios ainda persistiam como uma extensão simbólica e jurisdicional da Igreja baseada no Padroado, concedendo-lhes o poder de conferir benções solenes para torná-los campo santo. Mesmo assim, no Recife, discorre a historiadora Vanessa Sial (2005), os enterramentos continuam a ser tolerados nas igrejas, restando ao cemitério receber corpos dos não reclamados, pobres em geral e desafortunados.

Ideias sobre a modernização e o progresso passavam por reformas que só a higiene e o combate à insalubridade poderiam promover, não apenas na Corte, mas nas províncias brasileiras, saindo do atraso colonial à civilização, não raro com medidas autoritárias.

Regulamentar o funcionamento dos serviços públicos com prenóções de saúde coletiva – matadouros, açouges, cemitérios. Era dos higienistas, na Corte e nas províncias, a responsabilidade de construir um novo modelo de saúde pública munidos do saber da ciência – o saber médico.

As cidades brasileiras edificadas sob o julgo português não possuíam nenhum tipo de planejamento. A gestão pública sobre as cidades no período pós Independência procurou romper com aquela engenharia militar e adotar os padrões franceses como modelo urbanístico (Sial, 2005, p. 38).

Em muitas províncias, se criou um Conselho voltado aos assuntos da salubridade, composto por médicos, engenheiros e químicos que deveriam apresentar relatórios com propostas sanitárias a serem realizadas. Nesse sentido, a França era o modelo de salubridade que deveria ser seguido pelos demais países.

Segundo Vanessa Viviane de Castro Sial (2005), a ideia em voga era que serviços básicos deveriam ser implantados ou melhorados, como abastecimento de água, coleta de esgoto e reordenamento de ruas e espaços coletivos, afetando inclusive o território compartilhado entre vivos e mortos. As mudanças passavam também por outras alterações, disciplinarizações no trato com os rituais fúnebres.

A proibição dos sepultamentos nas igrejas, considerados frutos da “vaidade humana” e da “ignorância no perigo das emanações miasmáticas”, a diminuição ao máximo do tempo entre o velório e a inumação do cadáver, em cemitério salubre, arejado e distante do espaço citadino; a disciplinarização dos cortejos fúnebres e a “poluição sonora” dos toque e repiques dos sinos e a

instituição da Medicina Legal no Brasil, para diagnosticar possíveis surtos epidêmicos e auxiliar a polícia nas investigações criminais (Sial, 2005, p. 22).

Segundo Sial, (2005), o saber médico previa proibir os sepultamentos extramuros e a criação de cemitérios afastados do perímetro urbano, desatando os nós da convivência entre os dois mundos, em vez disso anatomicando os cadáveres diante dos costumes fúnebres. O contexto da criação inadiável dos cemitérios extramuros no Rio de Janeiro, por exemplo, advém da epidemia de febre amarela que se abateu na Corte e nas províncias, entre meados e fins do século XIX, Brasil adentro essas necrópoles são criadas.

A ocorrência da febre amarela foi a mola propulsora da construção de cemitérios extramuros em muitas localidades. Em algumas províncias, entrou em cena o apoio que a Igreja concedeu ao que consideravam-se “cemitérios abençoados” extramuros, especialmente naqueles em que se permitiam às Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras espaços específicos para sepulturas a seus irmãos.

No âmbito desta pesquisa, inexistiam tais organizações a nível local, pelo contrário havia ainda no início do século passado a intenção de construção de um cemitério paroquial, ainda que as relações Igreja /Estado já estivessem rompidas pela Carta Constitucional de 1891. O que se verificou, portanto, foi um movimento contrário ao “novo projeto de morada dos mortos”.

O receio de que os mortos pudessem ser focos de doenças ganhava espaço em contrapartida ao pensamento anterior de que repugnar ‘o cheiro dos cadáveres’ era sinônimo de falta de humildade cristã.

O temer a morte, ou melhor, não preparar-se para ela seria decisivo para a definição do destino além túmulo do fiel. Caso ele não se precavesse, não expressasse em vida sua comunhão com os ensinamentos religiosos, sua alma sofreria no Inferno. Também era importante o acerto de contas com os vivos para o alívio de sua consciência, seja pagando dívidas, deixando bem para algum parente ou pessoa querida, ou ainda pedindo desculpa por alguma desavença. (Sial, 2005, p. 59)

Em 1828, foi promulgada a Lei Imperial que regulamentava a estrutura, funcionamento, funções e outras matérias referentes às Câmaras Municipais, estabelecendo que estas deviam elaborar posturas relativas ao estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos. Remetia-se a noções de higiene pública, segundo Reis (1991), para a implementação dessas mudanças sobre a guarda do cadáver, fora dos terrenos santos e da autoridade eclesiástica.

A Cemiterada – como ficou conhecido o levante no recém criado Cemitério do Campo Santo em 1836, na cidade de Salvador, para Reis, evidencia um tipo de religiosidade e de cultura funerária sobre o qual se projetava o imaginário de salvação da alma. O que ocorreu no Campo Santo foi, justamente, uma reação da população de forros em geral e livres, especialmente de posição social abastada capitaneada pelas irmandades religiosas, contra a realização de sepultamentos naquele novo espaço, desacralizado.

A população livre e os escravos lutavam pelo direito de manter o contato com o sagrado, enquanto as irmandades religiosas, além das implicações espirituais, preocupavam-se com a perda de uma de suas principais fontes de renda para uma empresa privada (Pedrosa, 2023, p. 281).

A Cemiterada havia aglutinado e organizado a população em torno do objetivo de demolir o Cemitério do Campo Santo, em reação ao fim dos enterramentos nas igrejas e à obrigatoriedade de novas práticas de sepultamentos em cemitérios secularizados. A população não pretendia separar-se de seus mortos e a crença vigente era de que o corpo deveria ser guardado no interior dos templos católicos como garantia de salvação da danação eterna. Segundo João José Reis, (1991), a crença era a igreja como a Casa de Deus e a proximidade física entre cadáver e imagens divinas de santos e anjos representava um modelo da contiguidade espiritual que se desejava obter lá em cima, entre a alma e as divindades, e na terra com os mortos integrados à dinâmica da vida. A igreja era uma das portas de entrada do paraíso e os mortos integrados à dinâmica da vida. Em movimento contrário estavam as autoridades médicas, que apregoavam contra os perigos que as inumações em ambientes fechados provocavam.

Na Bahia, o impulso de medicalização da municipalidade acompanhou o da Corte. [...] os médicos usaram de várias táticas para influenciar os órgãos agora responsáveis pela saúde pública. [...] os médicos vereadores tratavam de divulgar as noções de higiene pública entre seus pares e a população (Reis, 1991, p. 276).

É posto em xeque o monopólio dos ritos, administração dos cemitérios e tudo que envolvesse a morte no patamar social, que até então era controlado pela Igreja. Acontece pouco a pouco a transferência de responsabilidades da Igreja através da secularização dos cemitérios, somado a outras alterações nas formas de enterramento e na própria relação das pessoas com a morte e o fim do Padroado²⁵.

²⁵ Padroado régio foi um sistema “pelo qual a Igreja deteve poderes e jurisdição sobre instituições e costumes ligados aos morrer, a exemplo dos cemitérios, enterramentos e registros das mortes”. (Rodrigues, 2014, p. 282).

Em *A Morte é uma Festa* (Reis, 1991), se considera que tais atos foram motivos que engrossaram a reação popular à imposição do governo que definia os cemitérios públicos como local obrigatório de inumação. A rejeição ao funcionamento de um espaço de enterramento fora dos terrenos santos católicos em local a ser administrado por uma companhia privada no Cemitério sinalizava a ojeriza da população à legislação que estabelecia a proibição de sepultamentos em igrejas e conventos. No imaginário popular, tal atitude comprometia a salvação da alma pela desvinculação do cadáver ao espaço anterior de sepultamento, dentre outras razões. Os enterros agora deviam ocorrer fora dos limites da cidade, longe dos seus locais de pertencimento.

Assim, a partir de meados do século XIX vai se configurando, gradativamente, um novo pensamento a respeito da relação vivos x mortos: a adequação dos ritos fúnebres a novas práticas sanitárias associadas, também, ao próprio crescimento e desenvolvimento urbano. As inumações obrigatoriamente se dariam nesse espaço exclusivo para tal fim. Com a diminuição do ato de inumar os corpos nos espaços particulares, a imponência das construções mortuárias ganha espaço com a edificação de túmulos, jazigos e mausoléus com mais ornamentos e pompa. O cemitério, concebido como local afastado da cidade, consagrou-se como o exílio dos mortos, como um espaço criado para, dentre outros, possibilitar que as classes mais abastadas pudessem expor seus signos por meio de uma nova tipologia cemiterial (Castro, 2008, p. 44).

O contexto de criação dos cemitérios extramuros públicos e secularizados é no qual se dá a industrialização, a imigração em massa, a expansão de outras tendências religiosas para além do catolicismo, especialmente do protestantismo e do kardecismo, com o avançar do século XIX. Por outro lado, é quando se assiste a resistência à burocratização da morte, legado da implementação do serviço de medicina legal e da emissão de atestados de óbitos por autoridade civil.

A criação de cemitérios acatólicos só acentuou a relação já conflituosa entre Estado e Igreja nas províncias com a negação de sepultura eclesiástica a não batizados, suicidas, judeus, protestantes, etc. Este campo de disputas se amplia com os surtos epidêmicos e com eles as ações higienizadoras e moralizadoras dos costumes fúnebres (Sial, 2005, p. 279).

Na prática, o clero continuou controlando o terreno da morte pois era a autoridade católica que emitia o documento básico que autorizava o sepultamento. Esta prática só foi substituída tempos depois pelas autoridades médicas, nos últimos decênios do século XIX em diante, nos grandes centros. Se no início do século a autorização de funcionamento dos cemitérios públicos só vigorasse a partir da benzedura do campo santo e o procedimento de enterro só se efetuar com a expedição da autorização católica, com o passar do tempo o atestado de óbito passa a se tornar documento válido para o sepultamento nas necrópoles. Embora com a perda da autoridade sobre os campos santos a fé católica devesse manter-se menos presente dos cemitérios, na prática isso ainda estava longe de acontecer.

As teorias higienistas francesas, desde o século XVIII, apontavam os miasmas como focos de óbitos a quem com eles tivesse contato, a partir de pesquisa com cães e gatos, feitas por Dr. Haguenot, discípulo de Dr. José Ferreira Passos, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Alain Corbin (1987), ao estudar as transformações olfativas na França dos séculos XVIII e XIX, verificou que os cheiros perniciosos “passaram a ser estritamente relacionados com a pobreza, e a “desodorização” tornou-se fundamental para as elites parisienses estabelecerem os limites de distanciamento dos “miseráveis” (Corbin 1987 *apud* Sial, 2005, p. 56).

As ideias sobre os miasmas, que se firmaram no Brasil do século XX, assumiram essa conotação no final da década de 1870 quando as políticas de salubridade pública direcionavam-se para o combate àquelas doenças que afetavam principalmente os imigrantes estrangeiros e, portanto, colocavam em risco o projeto imigrantista, especialmente pela ideia de branqueamento da nação [...] e entendia que o saneamento e as transformações urbanas não precisavam estar relacionadas a compromissos com a melhoria das condições de vida da população pobre urbana. Além disso, associada à higiene urbana, a higiene corporal e mental também ganharia espaço entre as elites no início do século XX (Sial, 2005, p. 56).

Avançava pós 1850 a não mais tão tolerável proximidade entre vivos e mortos no interior dos templos católicos, por isso, em muitas cidades, a reação negativa frente à implantação de cemitérios extramuros não foi tão intensa. O temor da morte repentina continuava avançando, pois, de tempos anteriores para os primeiros decênios dos novecentos. Valladares (1972) cita o ano de 1855 como marco da criação em massa de cemitérios secularizados, criados por lei em face da epidemia de cólera-morbo que anunciaava-se estar diretamente associada ao costume de inumação nas igrejas e ambientes fechados (Valladares, 1972, p. 146).

À situação de excepcionalidade criada pela lei de 1º de outubro de 1828, reeditada em 20 de abril de 1870, que incumbia às Câmaras Municipais o estabelecimento de cemitérios como, além de um dever de humanidade, uma necessidade de salubridade pública, se estabelecia critérios para que indivíduos de outras religiões ou em não conformidade com o catolicismo pudessem ser enterrados. Assim, demarcações deveriam ser feitas quando valas ou muros não pudessem ser construídos nos cemitérios públicos existentes, todos bentos e que não deveriam ser profanados. Além disso, a questão da diversidade religiosa e dos imigrantes ia de encontro aos cemitérios públicos existentes; jurisdicionados pela Igreja, causava um impasse,

formando o clima de tensão dos últimos passos para a separação Estado/Igreja e a secularização dos cemitérios com a Carta Constitucional de 1891.

A Igreja, enquanto espaço que permeava celebrações de vida e morte, dava significados à paisagem urbana e à vida social. Além disso, as confrarias estreitavam ainda mais as relações entre seus membros e a ocupação dos espaços privilegiados de enterramentos nas igrejas, ainda mais quando precedidas de largas doações previstas nos testamentos, alcançando a tão idealizada boa morte, arrastando-se do século XVIII ao XIX em boa parte do Império.

A morte era um evento público e uma experiência sacralizada, como já havia dito João José Reis. O saber médico, no entanto, transforma o morto em cadáver ‘trazendo o ritual funerário para o espaço privado, passando a ser um evento particular e efêmero (Sial, 2005, p. 74).

No caso do Recife, um estudo prévio foi desenvolvido pela Comissão para construção do Cemitério. Estimativas, no entanto, sob o crescimento vegetativo da população ficaram de fora, embora estivesse presente a preocupação com a área a ser utilizada e o tipo de concessão de sepultura por percentual de habitantes (Sial, 2005, p. 102).

O número de jazigos perpétuos, por exemplo, não devia exceder 1% do total de habitantes da capital, “cujos futuros lotes seriam vendidos a preços elevados. À grande maioria das sepulturas seria concedido o prazo de três anos de ocupação. Segundo as concepções médicas da época, o período mínimo para a exumação seria de três anos, o que proporcionaria a rotatividade das sepulturas. As concessões não poderiam ultrapassar o prazo de dez anos. A questão da conservação de restos mortais após a exumação não foi pensada pela comissão (Sial, 2005, p. 102).

Os sepultamentos até o século XIX podiam ocorrer no interior dos templos católicos, porém, a muitos era negada essa prerrogativa pois era bem distinto o destino de indigentes, judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, usurários, ladrões de bens da Igreja, religiosos enriquecidos, excomungados, crianças e adultos pagãos, e infiéis de forma geral – os ditos mortos mais perigosos – assinala Reis e Lauwers. A estes, era negado o direito de ocupar o espaço da sepultura eclesiástica, pois o alinhamento com o Catolicismo era condição ao exercício do direito de ser enterrado nos terrenos santos e sagrados. Restava, pois, àqueles as covas coletivas dos Cemitérios das Santas Casas de Misericórida, ou cemitérios específicos, no caso brasileiro.

Para Mary del Priore (2016), cemitérios e suas sepulturas fora dos terrenos santos eram sinônimos de desprestígio social e religioso, visto que estes eram reservados aos indigentes, infiéis de todo tipo e pretos e pardos. Nestes locais, podia-se observar práticas populares

mestiças abomináveis à Igreja, que protestava contra a inumação em seus ádrios. Era, pois, possível estabelecer distinções entre os monumentos funerários destes locais com os dos edifícios católicos.

Os historiadores franceses Philippe Ariès (2003) e Jean Pierre Vernant (1978) – este último também antropólogo –, consideram que o que proporcionava ao morto manter-se vivo na memória social era o túmulo, o qual assegurava a perpetuidade do indivíduo. Edificado no final do rito funerário, ele se constituía como espaço de representação social do morto, assim como o ultraje a esse lugar também provocava a memória de quem ali jazia.

Durante o Império, assegura Mary del Priore, o sentimento diante da morte vai se modificando, pois este é modelado pela cultura de uma época. A arte cemiterial, por exemplo, sofreu grandes ressignificações, como a figura feminina esculpida, tal qual uma donzela com vestes que exibiam sua silhueta, substituindo a caveira ou anjos com o olhar voltado para o céu, tão determinante em anos anteriores. A morte também passa ser de maior interesse para poetas, intelectuais e estudantes em geral.

Por outro lado, os cemitérios também vão se constituindo “espaços sociais dignos de atenção. Localizados ao lado das igrejas, ali as prostitutas ofereciam seus serviços e as escravas vendedoras de comida ofereciam seus quitutes à saída da missa” (Priore, 2016, p. 456). Local restrito a preces de lamentação e consternação pelo morto, os cemitérios se tornam espaços de convivência, de práticas *ilícitas*, contemplação bucólica da lua, das estrelas e do silêncio entre poetas e boêmios.

Por vezes, os ritos e homenagens fúnebres também podiam conferir status ao falecido, muitas vezes não alcançados enquanto vivo, ou de fazer permanecer na memória coletiva o status existente antes da sua morte (Souza, 2020, p. 30). Observa-se que o sepultamento, durante o século XIX, era um evento social

ao qual compareciam os moradores da cidade com certo prazer. Ali se encontravam os amigos e inimigos, contavam-se anedotas, falava-se mal da vida alheia, conversava-se em voz alta, exaltavam-se as qualidades do recém-falecido ou desancava-se, de rijo, na sua pele ainda quente, e comentava-se a pobreza ou a fortuna deixada pelo mesmo (Priore, 2016, p. 467).

A professora Cláudia Rodrigues (1997), membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, descreve o processo de preparação para o evento social, que eram os cortejos fúnebres, para os quais era comum o envio de convites impressos pelos mais abastados. Segundo ela, o

o momento em que saía o cortejo acompanhando o morto era o ápice da morte-espetáculo, a pompa poderia ser expressa tanto na quantidade de participantes, como no aparato dos objetos funerários. Se a morte era um acontecimento individual para o que morria, para os que ficavam, era um acontecimento social. [...] Mesmo entre os que não tinham condições de realizar um ceremonial especialmente preparado e um ostensivo cortejo, buscavam não deixar que o morto partisse em solidão (Rodrigues: 1997, p. 217/222).

Se antes não era possível gravar descrições, pois em pouco tempo a sepultura seria ocupada por outros corpos no interior das igrejas, a partir do século XIX as transformações na arte funerária se tornam mais radicais, evidenciando as devidas distinções póstumas entre ricos e pobres.

A mudança viria a partir da segunda metade do século XIX quando o Império foi atingido, de Norte a Sul, por graves epidemias de Cólera Morbo e Febre Amarela. De acordo com o historiador Luiz Antonio de Castro Santos, o cólera vitimou cerca de 200 mil pessoas entre 1855-1856 (CASTRO SANTOS, 1994, p. 88). A febre amarela, apenas no Rio de Janeiro, entre 1849 e 1850, segundo estimativas da época levantadas em estudo da historiadora Claudia Rodrigues, foi responsável pela morte de 4.160 pessoas (RODRIGUES, 1999, p. 59) (Pedrosa, 2023, p. 281).

Maria Elizia Borges (2013, p. 15), grande pesquisadora brasileira sobre arquitetura cemiterial, endossa o já apontado por Reis (1991) e destaca que

a localização do cemitério num bairro afastado do centro é emblema de uma nova mentalidade que, sob o impacto da ideologia sanitária, promove uma separação nítida entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos, suspeitos de serem focos de infecções e doenças (Borges, 2013, p. 15).

O local a ser escolhido não poderia ficar demasiadamente distante do centro da cidade, para não causar transtornos no deslocamento da população para enterros, nem tampouco possuir residências próximas. Além disso, o terreno deveria possuir aquelas características previstas na Ordem Régia de 1801, ou seja, ser seco e que sua terra não dificultasse a decomposição dos cadáveres. Outro dado importante acerca da posição do cemitério era que as correntes dos ventos incidentes no terreno não levassem os eflúvios cadavéricos para o centro da cidade (Sial, 2005, p. 103).

Os relatórios feitos pelas comissões, no caso do Recife, apontavam sobre os problemas que o acondicionamento inadequado dos corpos nas catacumbas gerava, além da falta de cuidados decorrentes do momento de exumação dos corpos e do desconhecimento para distinguir ser aquela uma morte decorrente de um corpo contaminado, nem se atentarem ao

tempo mínimo para exumação dos corpos, além do mais os caixões eram alugados, o que multiplicava as contaminações.

O processo de reforma dos costumes fúnebres teria que ir muito além da construção de cemitérios extramuros e da proibição dos sepultamentos nas igrejas. A legitimação da competência médica para a constatação da *causa-mortis* seria indispensável para a execução dos procedimentos policiais e sanitários. Sem a avaliação médica algumas investigações criminais não seriam realizadas (Sial, 2005 p. 113).

Os flagelos das pestes e o afã da modernização das médias e grandes cidades impactava os rituais fúnebres, em especial nos locais de enterramento. As políticas sanitárias, a medicalização e anatomização da morte também passaram a interferir drasticamente na necessidade de atestar-se a *causa-mortis* e evitar o fenômeno da morte aparente. Assistia-se ao fenômeno da burocratização da morte. Mudanças quanto ao horário dos sepultamentos, substituição do processo de acondicionamento e transporte do cadáver em esquife por caixões individuais lacrados, dentre outras alterações, se impõem à população pouco a pouco pelas Câmaras Municipais.

Para preservar a tradição de identificação da condição dos mortos, os caixões de crianças seriam abertos com pano branco, o das donzelas com roxo e os demais com preto. Ficou determinado também que nenhuma encomenda fosse feita pelas ruas em “altas vozes” para garantir a “decência” dos enterros, do mesmo modo como já se faziam os “países civilizados” (Sial, 2005, p. 118).

Este conjunto de recomendações que burocratizavam os ritos de passagem se verificaram na pesquisa de Vanessa Sial e parecem ter sido uma tendência que se espalhou pelas províncias repercutidos pelo novo modelo “aceitável” de ritos, refletindo na feitura dos Códigos de Posturas das cidades nos tempos do Império. Um novo desafio estava posto: conciliar as vontades do morto com as novas normativas legais. A participação de setores ligados à saúde/medicina em cargos públicos acelerou o caráter higienista a que a morte se revestiu.

Data de 1896 o Código Sanitário, no qual Campo Salles, então governador do Estado de São Paulo, decreta as posturas estaduais no tocante aos cemitérios, das distâncias que deveriam existir entre estes e as habitações e tudo o mais que versasse sobre seu funcionamento, enquanto equipamento público. Nesse período de transição do século XIX e XX, nas médias e grandes cidades, segundo o historiador e pesquisador em antropologia e etnologia Antônio Motta (2009),

os túmulos de família, sob forma de capelas, conheceram o apogeu máximo nos cemitérios brasileiros, obrigando muitas vezes o indivíduo a abdicar de

sua própria expressão de individualidade para se integrar ao grupo familiar, sob o pretexto de solidariedade e coesão, tendo como ancoragem principal o patronímico gravado com destaque no frontispício do jazigo, pois, de agora em diante, “não é mais a alma que é indestrutível, porém, a família, o sobrenome (Motta, 2009, p. 77).

A individualização do morto e de sua sepultura só se tornaram possíveis, de fato, quando da transferência do local de enterramento do interior das igrejas para os cemitérios extramuros. Este fenômeno ocorre justamente (e se tornou possível) pelo fortalecimento das camadas médias urbanas, enriquecidas e eternizadas em suas novas construções tumulares. Se antes passassem por anônimas no interior das catedrais, agora nos ‘cemitérios ensolarados’ gozariam de maior possibilidade de destaque mediante a suntuosidade de suas moradas eternas.

O historiador Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa (2023) traz uma interessante conclusão sobre essa mudança que ocorre nos espaços de inumação, dos espaços sagrados da Igreja aos cemitérios civis, pois

os membros das elites não teriam mais uma posição de destaque ao serem enterrados próximos aos altares. Passariam a exprimir suas posições sociais e poderio econômico através de monumentos funerários artisticamente construídos e decorados, fincados em quadras numeradas e em locais erguidos para esse fim (Pedrosa, 2023, p. 283).

Para Maria Elizia Borges (2013), ao se debruçar historicamente sobre a dinâmica dos túmulos, que muitas vezes trazem em uma só obra um conjunto de relações de tempo, seja por meio das fotografias, seja por meio das estatuárias e dos elementos construtivos, pode vir à tona não apenas o gosto estético de uma determinada população, como a consolidação da imagem do morto, imortalizada no meio social no mundo dos vivos, para a posteridade. Para esta pesquisadora que se debruça sobre a arte e a arquitetura cemiterial brasileira, uma das fundadoras da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fotografias dispostas sobre os túmulos e esculturas procuravam eternizar no meio social valores religiosos na relação iconográfica que o espaço cemiterial estabelecia para o mundo dos vivos.

Nesta mesma linha de interpretação, para Antônio Motta *apud* Santos 2013, p. 38, “os cemitérios constituem-se em lugares de afirmação de uma posse simbólica de determinados segmentos burgueses na sociedade brasileira”. Hoje, muitas vezes, ainda são pesquisados enquanto elementos exóticos, constitutivos de um passado ainda percebido a ser mantido a distância e esquecido, desimportante ou tabu. O monumento cemiterial, “é portador de uma mensagem do pretérito que perdura como testemunho vivo das sociedades e deve ser entendido como patrimônio comum, o qual precisa ser preservado e transmitido para as gerações futuras”

(Santos, 2013, p. 23), podendo inclusive ser explorado em seu potencial histórico, cultural e turístico.

Ao ultrapassar tabus e preconceitos encontra-se na necrópole uma potencialidade, um lugar com relevância histórico-social, que reúne arquitetura, celebridades e iconografias que exaltam os costumes locais. Nesse sentido o cemitério passa a ser um dos arquivos de registros mais relevantes de uma cidade. A exploração desse local por meio do turismo visa exaltar a cultura e retomar a história, refazendo memórias esquecidas ou desconhecidas pelas novas gerações. Ressignificar o cemitério através da atividade turística proporciona outras formas de percepção do espaço cemiterial e do mercado turístico. O turismo nas necrópoles surge como um nicho de mercado para aqueles turistas que buscam experiências, a partir das quais possam vivenciar e/ou entender a lógica do outro. Sendo assim, este trabalho busca sinalizar algumas considerações sobre a temática da morte (cemitério, arte tumular, luto, entre outros), para tentar compreender como a sociedade se comporta atualmente frente à utilização do espaço cemiterial e para demonstrar o potencial turístico existente nas necrópoles (Del Puerto; Baptista; Muller, 2016, p. 02).

Parafraseando Maria Elizia Borges (2013), analisar o patrimônio funerário é “realizar um tipo de narrativa visual, partindo da observação do monumento funerário como um todo e atentar para a preponderância dos adornos e/ou estatuárias dentro do contexto estrutural da construção” (Borges, 2013, p. 123), tecendo leituras críticas do cemitério enquanto documento que elucida e expressa as diferenças sociais do mundo dos vivos, pois “os mortos contam histórias”.

À vista disto é preciso ter a compreensão de que

o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento²⁶ (Le Goff, 1990, p. 547-548).

Portanto, além de deixar os monumentos funerários falarem por si, convém ao mesmo tempo, confiar e desconfiar de sua dupla atitude, pois são objetos de manipulação, construídos e organizados dentro do artifício, e seus estudos são fundamentais ao processo de construção

²⁶ Documento/Monumento para Le Goff é são agentes de composição da História e de acesso à memória construídos e selecionados pelo historiador para “evocar o passado”, “perpetuar uma recordação” – produtos da sociedade que o fabricou, e, portanto, passíveis de crítica interna e externa, “de que era preciso encontrar, através de uma crítica interna, as condições de produção histórica e, logo, a sua intencionalidade inconsciente”. Nesse sentido, “não existe um documento-verdade” (LE GOFF, 1990, p. 548).

do conhecimento histórico. Para Elizia Borges, o cemitério armazena obras funerárias de teor artístico e devem ser compreendidos como “espaços detentores de uma memória coletiva, histórica e individual daqueles cidadãos que ali jazem” (Borges, 2002, p.113).

Retomando a questão histórica, agora sobre os espaços de inumação na cidade de Vitória da Conquista²⁷, a partir das leis que foram criadas ainda no período de instalação da Imperial Vila da Vitória, nota-se um maior esforço dos órgãos municipais em construir uma cidade organizada, ordeira e logicamente disciplinada (Ivo, 1999, p. 74). É nesse cenário que emana a necessidade de construção de um cemitério para atender aos habitantes do lugar, que dia a dia ganhava importância como lugar de passagem e de pouso, o que paulatinamente se refletia no aumento da circulação de pessoas – de doentes, e no acréscimo de seu aporte populacional.

²⁷ O Capítulo 2 - **Histórias do Arraial, da Vila e da Conquista** trará um maior detalhamento dos espaços de inumação que existiram no Município na transição do século XIX ao XX na Seção - **2.4 A morte assume a cena: contextualização de espaços cemiteriais no Município de Conquista até 1930.**

2. HISTÓRIAS DO ARRAIAL, DA VILA E DA CONQUISTA

*Conheci as torres e os cemitérios,
conheci os homens e os seus velórios,
quando olhava da janela lateral
do quarto de dormir.
(Lo Borges e Fernando Brant)*

2.1 UM PALCO EM VÁRIOS CONTEXTOS: TEMPOS DE TRANSIÇÕES, AVANÇOS E PERMANÊNCIAS

Clima ameno, muitas neblinas e altitude média de 900 metros acima do nível do mar e regime pluviométrico bem definido e certo, com fortes rajadas de vento: assim o memorialista José Mozart Tanajura (1992) se refere à Conquista dos primeiros tempos. Talvez ele esteja aludindo ao que, de geração a geração, se perpetrou no imaginário popular, da região habitada originalmente por povos indígenas²⁸ - Pataxó, Kamakã-Mongoiô e Aimoré (este último denominado por Antônio Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa, como Botocudos). A região de grande beleza que, de certo inspiraria qualquer artista das artes plásticas ou das letras que por ali passasse, viria a ser palco de inúmeras tramas a partir do século XVIII.

Segundo o historiador Belarmino de Jesus Souza (1999), foi no contexto de dilatação do domínio ultramarino português que se deu a expansão e ocupação dos Sertões, empreita que foi fruto da missão aventureira sintonizada às necessidades econômicas pois

a Coroa Portuguesa, enfrentando uma conjuntura de decadência na segunda metade do século XVIII passou a desenvolver uma política de intensificação da exploração de sua principal colônia, o Brasil, buscando descobrir novas fontes de minerais preciosos ou mesmo abrir novas áreas de ocupação e expansão da pecuária, o que também resultaria na ampliação da receita fazendária. Foi nesse contexto histórico que o Rei D. João V autorizou ao bandeirante João da Silva Guimarães desbravar o Sertão da Ressaca. Já eram conhecidas as potencialidades mineradoras de terras mais a oeste (Chapada Diamantina). Vislumbrava-se, a princípio, êxito semelhante na área entre o Rio Pardo e o Rio das Contas. Esse bandeirante havia recebido, em 1735, a “Patente do posto de Mestre de Campo da Conquista”.

Na empreitada da conquista, Guimarães contou com o auxílio do seu futuro genro João Gonçalves da Costa. Para tanto, intercedeu junto ao governo colonial, para que o mesmo recebesse a Patente de Capitão. (Souza, 1999, p. 96-97)

²⁸ Enquanto os Aimoré e Pataxó eram predominantemente caçadores e coletores enquanto que os Kamakã-Mongoiô praticavam a agricultura (Santos, 2021, p. 158)

Seja com a denominação Sertão da Ressaca²⁹, seja ‘Sertão de cima³⁰, a região do Planalto da Conquista, a partir da chegada dos primeiros sertanistas, se torna palco de ocupação de homens designados pela Coroa Portuguesa para fins de intercâmbio entre o litoral e os sertões, motivados pela busca de riquezas minerais³¹, cujo processo de ocupação se deu ao longo dos Setecentos. No entanto, o processo de descoberta das riquezas que se imaginara fácil não ocorreu, razão pela qual logo a empreita colonial se voltou à implantação da agropecuária.

De acordo com o cientista político Itamar Pereira de Aguiar (2007),

Como doação pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa recebeu uma sesmaria correspondente a parte desta área, implantou fazendas de gado, abriu longas estradas e transformou o arraial em uma encruzilhada por onde passavam mercadorias, tropas e boiadas vindas das fazendas às margens do Rio São Francisco, em direção a Salvador, ao litoral de Ilhéus e a outros lugares (Aguiar, 2007, p. 237).

Com o violento processo de ocupação e expulsão dos indígenas de seus territórios, deu-se o processo de partilha das áreas invadidas entre os membros dessa elite proprietária. Segundo o historiador Humberto José Fonseca (1999), os indígenas foram finalmente submetidos³² em 1806, fundando o Arraial da Conquista³³, cujo nome lembra o processo de triunfo³⁴ e posse das terras em nome de *El-Rei D. João IV*.

²⁹ Há algumas explicações para essa denominação. Medeiros (2013) esclarece que o termo advém de duas possibilidades: designa uma área de relevo formado por vales semicirculares assemelhados ao recuo das águas da praia para o mar ou ligado à vegetação de sertão de ressaco - uma funda baía de campo na orla de um mato. Corresponde à faixa de terra situada entre os Rio Pardo ao Sul e o Rio das Contas o Norte, na Província da Bahia. De acordo com Viana, “limitava ao Leste com Ilhéus, Canavieiras e Belmonte; com o Estado de Minas Gerais pelo Sul. Ao Norte, com o lugar Passagem da Conquista abrangendo todo o território do antigo município de Poções. Ao Oeste, com os municípios de Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado) e Santo Antônio da Barra (atual Condeuba) [...]. Até 1880, o território do Município de Conquista tinha a extensão de 24.709 quilômetros quadrados” (Viana, 1982, p.124).

³⁰ Segundo a documentação do século XVIII, corresponde a uma zona fronteiriça, alvo de disputas ferrenhas entre as capitania da Bahia e de Minas Gerais, cuja jurisdição estatal e eclesiástica pertenciam a freguesias diferentes. A imprecisão das fronteiras e, consequentemente, das atribuições das autoridades coloniais no sertão alimentou as constantes querelas entre a Capitania da Bahia e de Minas Gerais acerca de quem administrava os sertões.

³¹ Em *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*, Isnara Pereira Ivo destaca que a riqueza dos sertões não residia apenas em metais e pedras preciosas. “O imenso espaço dilatado de terras abrigava outros valores relacionados à criação de gado e à produção de alimentos” (Ivo, 2012, p. 17).

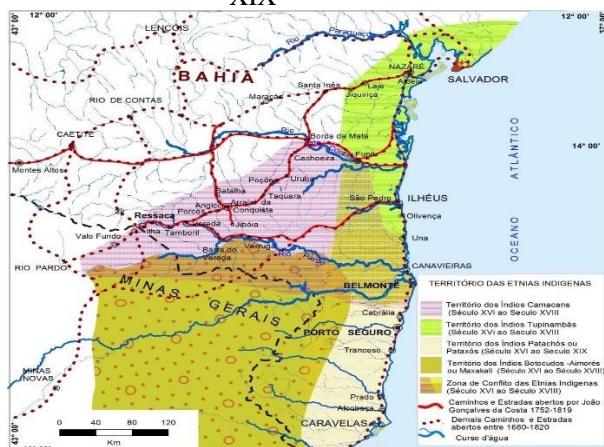
³² Santos (2021), ao problematizar o contexto em que se deu o processo de conquista das terras do Planalto da Conquista discute que este não se deu sem que houvesse um esforço conjunto entre indígenas e quilombolas na região frente ao avanço das tropas de João Gonçalves e destaca Capivara, liderança kamakã – à frente desse movimento.

³³ Dois aldeamentos foram criados: um denominado Santo Antônio da Cruz - correspondente ao atual distrito de Inhobim em Vitória da Conquista e Cachimbo - região onde hoje estão localizados os Municípios de Ribeirão do Largo e Itambé, cidades vizinhas a Vitória da Conquista (Santos, 2021, p. 161).

³⁴ Segundo Tranquilino Torres (1992), o objetivo de ‘desinfestar’ o Sertão de Ressaca de índios irredutíveis foi sistematicamente continuado, depois expandido pela encosta do planalto, de tal maneira que os kamakã foram completamente dizimados, os Aimoré (Imborés) foram trucidados e apenas alguns vivem longe da área do Planalto da Conquista, enquanto que restam Pataxós.

Pelo “conjunto das guerrilhas cruéis, onde as tribos foram dizimadas pelas forças das armas, da exploração e pela disseminação de doenças contagiosas”, boa parte da população indígena foi expulsa de suas terras, migraram para a região Sul do Estado da Bahia ou se misturaram a povos quilombolas ou populações negras existentes na localidade. (Santos, 2021, p. 166; Fonseca, 1999, p. 24). Em meados dos Oitocentos, a Coroa entregou a patente de Capitão a João Gonçalves da Costa³⁵ e o designou a fim de representar os interesses econômicos lusitanos na região, do qual decorreu a abertura de estradas, especialmente a que mais tarde se tornou Ilhéus-Conquista e a posse e ocupação do território.

Figura 01 – Mapa do território das etnias indígenas que povoaram o centro-sul da Bahia entre os séculos XVI e XIX



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – Biblioteca Nacional. (Brasil 2013) Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362571006/> Acesso em 15 out. 2024.

Para Aguiar (2007),

levando-se em conta a localização da região; o relevo; o clima; a qualidade dos solos apropriados à lavoura e à criação de animais; a vasta extensão das terras onde viviam os índios Pataxós, Botocudos e Mongoiós; associados à necessidade da produção de alimentos para abastecer as vilas e povoados do litoral e das zonas de mineração nas províncias da Bahia e Minas Gerais, manteve o objetivo de explorar a agricultura e a pecuária que se tornaram as principais atividades (Aguiar, 2007, p. 32).

Segundo Adil Sousa Oliveira (2022), foi em decorrência da disputa do território que homens invasores travaram guerra contra os povos originários da região do Sertão da Ressaca. Muitas vezes, segundo Oliveira (2022), dentre as táticas utilizadas, faziam-se alianças com os indígenas para derrotar grupos rivais, sendo ligeiramente desfeita a aliança em nome da dominação total de seus territórios. Segundo ainda o mesmo autor, esse tipo de narrativa ajudou

³⁵ Um homem negro, da região de Chaves, em Portugal e que pertencia ao Terço de Henrique Dias, foi o português responsável pela penetração europeia na região a partir das cabeceiras do Rio Pardo, no atual estado de Minas Gerais, até o sertão da Ressaca, Vitória da Conquista e seu entorno” (Santos, et al, 2021, p. 157).

a construir o mito fundador da cidade de Vitória da Conquista³⁶, como se os indígenas houvessem sido completamente dizimados pelo conquistador, o que não é bem verdade, pois processos de resistência ocorreram, a despeito de todo processo de violência.

Segundo Renata Oliveira *apud* Adil Sousa Oliveira (2022), como resultado dessas investidas dos colonizadores contra os povos indígenas, é fundado o Arraial da Conquista, toponímia carregada de forte conotação simbólica do processo de tomada das terras e dizimação das populações autóctones – marco definitivo da conquista do Sertão da Ressaca. “Partindo das narrativas oficiais e das falas de uma descendência interessada, a memória da Cidade foi sendo edificada pelos seus primeiros escritores, afirmindo-se como a única e verdadeira história, à medida da sua condição hegemônica” (Oliveira, 2020 *apud* Oliveira, 2022, p. 70).

A Igreja Católica cumpriu importante função política no processo colonizador da América portuguesa. A propagação da fé cristã, segundo Osmundo Macário de Santana Neto (2022), completaria um dos motivos da empresa colonial. Construção de templos, freguesias e mosteiros alternavam-se aos encargos de vigilância e interposição às práticas religiosas dos fiéis – missões desempenhadas pelo conjunto de clérigos, vindos ou não da metrópole portuguesa, mas designados para esse fim. A religião, pois, foi um elemento de domínio das populações nativas, bem como a violência física e cultural.

À medida que o processo de colonização avançou, levou consigo a ação do Estado e da Igreja pelo território de domínio. Durante muito tempo as zonas interioranas não foram o foco de exploração da Coroa portuguesa. [...] A necessidade de exploração dos recursos naturais fez com que os colonizadores adentrassem os sertões com a criação extensiva de gado e paralelamente a busca por jazidas de metais preciosos [...] e ‘escravização’ dos povos indígenas. Conforme os colonizadores dominavam o sertão, levavam consigo a religião católica e travavam guerra contra os povos indígenas (Santana Neto, 2022, p. 25).

Instalado o Arraial da Conquista, o processo de povoamento se deu de forma mais consistente em torno da capela em construção, na fazenda de João Gonçalves da Costa³⁷. Não

³⁶ A História desse “Banquete da Morte”, como ficou conhecido, e o consequente conflito na região de Batalha, a oito quilômetros da sede da cidade, próximo ao distrito de José Gonçalves, onde teria se dado uma grande guerra entre os Kamakã-Mongoyó com a vitória dos portugueses e a edificação de uma capela a Nossa Senhora das Vitórias, de onde advém o nome da cidade Vitória da Conquista compõem a narrativa por muito tempo predominante de que o “Banquete” e o conflito na região de “Batalha” teriam dizimado a população indígena da região” (Santos, 2021, p. 165). Entretanto, como afirma o próprio autor, pesquisas realizadas recentemente indicam a continuidade da presença indígena mesmo após o processo de ocupação bandeirante iniciada no século XVIII. Adil também alerta para o fato de as narrativas indígenas sobre o processo de ‘conquista’ de suas terras terem dado lugar ao próprio discurso dos homens dominadores, por meio da documentação que foi construída nesse sentido, cabendo aos historiadores a crítica a esse padrão de narrativas.

³⁷ Segundo Fonseca, “o rei concedia aos chefes dessas expedições as terras conquistadas, como sesmarias” (Fonseca, 1999, p. 25. In: AGUIAR, Edinalva Padre et ali. **Política: O Poder in Disputa. Vitória da Conquista**

tardou e alcançou-se a categoria de Vila que, em 1780, contava com cerca de 60 pessoas. Os relatos do Príncipe Maximiliano Wied-Nuewied, de 1817, dão conta da existência de uma vila com cerca de 40 residências baixas de grandes proprietários ligados ao tronco familiar do sertanista Gonçalves da Costa, ao redor de uma igrejinha³⁸ em construção. Com recursos da própria família, o prédio³⁹ fora erguido em local de destaque e ao seu redor o primeiro núcleo urbano se configura, prática muito comum durante os tempos coloniais.

Tão logo se dava a posse, elementos da religiosidade católica passavam a figurar com maior incidência nos rincões dos sertões profundos, não raras vezes fruto da iniciativa de populares – e não da Igreja, pois o número de sacerdotes era limitado. Cruzeiros para celebração de missas figuravam entre as primeiras, sendo capelas as construções posteriores.

O mito fundador do Município de Vitória da Conquista⁴⁰ gira em torno da vitória obtida sobre as populações nativas e da construção da capela em Invocação a Nossa Senhora da Vitória a partir do pagamento da promessa de João Gonçalves da Costa à Virgem Maria, feita à ocasião do conflito com os indígenas que resistiam. Porém, data de 1813 a autorização da Sé arquiepiscopal de Salvador para construção do referido templo. Quando finalmente o documento chega, já encontra erguida a pequena capela⁴¹ (Santana Neto, 2022, p. 34 e 38). Conforme Aguiar (2007), evocando a opinião popular vigente, a edificação em invocação à Santa se deu num sítio onde ocorreu conflito belicoso com os Mongoiós, e posteriormente, área de cemitério destes indígenas (Aguiar, 2007, p. 99).

Pela localidade circulava grande número de pessoas de todas as partes e mercadorias de toda sorte, entre idas e vindas da Vila de Caetité e Príncipe, do São Francisco ou da Capital. E, segundo o historiador Belarmino de Jesus Souza (1999, p. 97), o núcleo de povoamento foi se configurando muito em decorrência do êxito da implantação das fazendas de pecuária,

e Região. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. Série Memória Conquistense, Vol. 4)

³⁸ Segundo Lauwers (2015) a partir do século IX a igreja cumpre a função de lugar de culto, espaço funerário e sítio de povoamento na Europa Ocidental.

³⁹ Em *Devoção e Religião no Sertão da Ressaca: Possibilidades para o Ensino de História*, Osmundo Macário Miranda Neto ressalta que há divergência nos registros acerca do período em que se deu a construção da primeira capela ou sua possível reforma. O que é consensual, entretanto, é que para a construção ao estilo barroco era necessário um tempo considerável.

⁴⁰ Antes, a localidade teve os nomes de Arraial da Conquista, Distrito da Vitória, Imperial Vila da Vitória (esta última denominação foi-lhe dada pela Lei nº 1.194, de 19 de maio de 1840, que elevou o distrito à categoria de vila). Em julho de 1891, o nome do município foi simplificado para Conquista, e por força do Decreto-Lei nº 141, de 31 de dezembro de 1943, o município adquiriu o nome “Vitória da Conquista”. MEDEIROS, Ruy. Notas Críticas. In: TORRES, Tranquilino. **O Município da Vitória.** 2^a ed. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996 (Série Memória Conquistense, v. 2).

⁴¹ Documentos como a Carta do Capitão Gonçalves da Costa ao Intendente Geral do Ouro, João Ferreira Bittencourt em 1782, segundo Medeiros (2015), já mencionam a existência de uma igreja construída no Arraial.

contribuindo para um maior adensamento populacional e a consequente elevação do Arraial à categoria de Vila em 1840.

Esse crescimento⁴² se deu de forma lenta e gradual e as primeiras ruas se desenharam a partir do curso do leito do Rio Verruga⁴³, num núcleo urbano. O número de casas inicialmente apontadas pelo Príncipe Maximiliano Wied-Newied quando de sua passagem pelo Arraial, à essa altura, já havia se multiplicado. Novos tempos para a recém-criada Vila Imperial da Vitória⁴⁴, distrito da Vila de Caetité. Além dos colonizadores e seus descendentes, de indígenas domesticados e dos negros escravizados⁴⁵, a Vila recebeu sertanejos e litorâneos⁴⁶. De acordo com Aguiar (2007), “convergiram para esta região portugueses, espanhóis, italianos e, em menor quantidade, [...] árabes e judeus”, além de [...] africanos de distintas etnias, predominantemente angolanos e congoleses, trazidos pelos colonizadores” (Aguiar, 2007, p. 238).

Ainda que pela localidade circulasse grande número de pessoas de diferentes origens, é nas mãos do Capitão (e depois Coronel) João Gonçalves da Costa e do seu sucessor, Antônio Dias de Miranda – que herdou do pai a patente de Capitão – que o poder vai se constituindo. No processo de apreensão privada da terra, coube à descendência de João Gonçalves, ao longo do século XIX, o controle mais consolidado da estrutura econômica voltada para a atividade de pecuária, que muda não apenas a paisagem, mas os rumos do lugar.

Acerca do binômio apropriação do território e do poder, Souza (1999) afirma que ao longo do assenhoreamento iniciado por Gonçalves da Costa,

o processo de ocupação no Sertão da Ressaca [...] foi marcado por uma conduta de verdadeira ocupação e privatização da área. O território

⁴² Em *O Urbano em Construção – Vitória da Conquista, um retrato de duas décadas*, a pesquisadora Ana Emilia de Quadros Ferraz aborda o processo em que foi se esculpindo o Município de Vitória da Conquista ao longo do tempo, desde os tempos de Arraial e Vila. É ela quem afirma que “o crescimento ocorria na direção norte/sul, acompanhando o leito de um córrego, cuja nascente situa-se na Serra do Periperi, no atual Poço Escuro” (Ferraz, 2001, p. 30)

⁴³ O Rio Verruga nasce na Serra do Periperi, nascente do Poço Escuro, e corre em direção ao Rio Pardo. É perene e possui 79 km de extensão, com volume d’água pequeno devido ao processo de desmatamento que vem sofrendo ao longo do processo de ocupação. Segundo Rocha (2008), possui uma bacia com área total de mais de 930 Km2. Os afluentes mais importantes, da margem direita, são: o riacho Santa Rita, Córrego Lagoa de Baixo e Rio Periquito, enquanto que, da margem esquerda, são os Córregos Leão, Jeribá, Córrego do Moreira e rios D’Água Fria, dos Canudos, Santa Maria, riacho São José Jacinto, córrego Riacho Seco e Riacho da Areia (Braga, 2014).

⁴⁴ A ascensão do Arraial da Conquista a Vila da Vitória se deu através da Lei Provincial nº 124 de 19-05-1840, a partir do seu desmembramento do Município de Caetité e a transformação em distrito sede a 09-11-1840 e freguesia de Nossa Senhora da Vitória. A condição de Comarca, no entanto, foi adquirida pela Lei nº 3.111 de 28 de maio de 1873. E com o advento do regime republicano, passa à condição de cidade em 1º de julho de 1891 passando a denominar-se Conquista. (Tanajura, 1992)

⁴⁵ Em 1875 estimavam-se cerca de 1817 escravos e, provavelmente este número devesse ser muito maior, conforme apontou Mozart Tanajura.

⁴⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE disponíveis em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31355&view=detalhes>.

conquistado foi tratado como área privada, passada nos testamentos para os herdeiros dos conquistadores, alienada, quando conveniente pelos mesmos. Os compradores, famílias oriundas de outras regiões, se integrariam ao longo do século XIX, aos troncos familiares já fixados na região. A posse da terra e o controle das atividades econômicas na região ficaram efetivamente sob o comando privado das famílias potentadas (Souza, 1999, p. 101-102).

Em *Do púlpito ao Baquiço - religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca*, o cientista social Itamar Pereira de Aguiar também contextualiza o processo de ocupação da região, destacando que a terra se destinava à agricultura de subsistência e à criação de animais para abastecimento interno – com destaque para roças de milho, feijão e algodão, bem como aluguel de pasto e atividade de pecuária de “asininos, muares, equinos e bovinos [que] serviam para tração, transporte e, principalmente, comercialização” (Aguiar, 2007, p. 340) e completavam as atividades econômicas artesanais, bem como outras atividades comerciais. Segundo ele, “ao adentrar os sertões, o boi levou o negro pendurado no rabo e o índio na ponta do chifre, seguidos pelo dono da fazenda, [sendo assim] vetor de relações entre raças e culturas” (Aguiar, 2007, p. 41).

Retomando a questão religiosa, e o papel da Igreja Católica no processo de ocupação e desenvolvimento do Planalto da Conquista, o pedido de construção da capela, concedido, revestia a pequena capela, já existente àquela época, de toda a essência sacrossanta necessária ao ministro das liturgias, sacramentos e demais ritos católicos. Ao consentimento da autorização, seguia-se o compromisso de se erigir não apenas a Casa de Oração e devoção, mas cemitério (no mesmo edifício ou em anexo)

no qual depois de bento se poderão sepultar os corpos dos falecidos. Quanto ao cuidado com o cemitério, o arcebispo ainda recomendava que o lugar fosse ‘murado ou cercado, e com os sinais característicos de um lugar pio⁴⁷’ (Medeiros, 2008).

A pesquisadora Maura Regina Petruski discorre sobre a historicidade dos enterramentos e afirma que essa prática de enterrar em solo sagrado⁴⁸ tem início na era cristã, se ampliando ao longo do medievo. A partir daí, o costume de se enterrar próximo às igrejas foi substituindo os cemitérios em espaços abertos. No entanto,

nem todas as pessoas poderiam ter seus corpos depositados nesses locais, reservados aos mais abastados como também a aqueles que possuíam

⁴⁷ MEDEIROS, Ruy. Notícia da Velha Casa de Oração. In: **Jornal Hoje**, edição comemorativa dos 161 anos de instalação do Município da Imperial Vila da Vitória. 2008.

⁴⁸ A reverência às terras cemiteriais surge entre o séc. IV e V a partir do desenvolvimento do culto organizado ao redor dos restos corporais dos homens pios e santos, os mártires (Lauwers, 2015, p. 76).

influência na sociedade local. Eram os sepultamentos denominados ad sanctos cujos corpos ficavam “no coro ou na cave, ou no exterior, à sombra das paredes, ou ainda nos cemitérios em lugares privilegiados, os mais próximos do santuário: perto da entrada das capelas sepulcrais, das estátuas, cruzes de pedra, estações para procissões”. (Petruski, 2006, p. 97)

Durante o contexto de transição e emancipação da Imperial Vila da Vitória à categoria de Cidade – Conquista, não se verifica grandes alterações no seu cotidiano. Aguiar (2007) apresenta em fins do século XIX uma Vila (e, posteriormente uma cidade, cujo abastecimento de água era precário – de um pequeno córrego central, afluente do Rio Verruga. O abastecimento de água potável, para lavagem de roupas e higiene pessoal, vinha de pequeno córrego, afluente do Rio Verruga, que desce do Poço Escuro passando por trás da Rua Grande⁴⁹, hoje Rua Ernesto Dantas. Era o mesmo córrego do qual se serviam os povos indígenas noutros tempos, e depois por cisternas e chafarizes criados nos primeiros decênios dos Novecentos; até a criação de um sistema ‘mais eficiente’ de iluminação (em 1919), a localidade era iluminada por lampiões que funcionavam somente até às 22h e em ruas específicas; o transporte era limitado ao lombo dos animais até a chegada do primeiro automóvel já nos anos 20 bem como outros ‘sinais do avanço tecnológico moderno’.

Na década de 20 e 30 do século atual, [XX] toma maior adensamento a malha central da cidade, a partir da Rua Grande [Praça da República/Praça Barão do Rio Branco], de ocupação contínua, com ramificações irregulares, que apresentam pouca descontinuidade à medida do afastamento do centro primitivo. Em 1926 é construída rodovia ligando a cidade a Jequié, fato que ajuda consolidação de relativa expansão ao Norte da malha central (Medeiros et al. 1985, p. 5-6 In: Ferraz, 2001, p. 31).

Figura 02 – Rua Grande (Rua Larga) – Anos 20



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pmvic/23019694291/in/album-72157660447488019/> Acesso em 15 out 2024.

⁴⁹ Se estendia da Praça onde fora construída a Matriz de Nossa Senhora da Vitória até o edifício do Banco do Brasil, próximo à igreja Batista. Não existiam casas entre as ruas Maximiliano Fernandes e Zeferino Correia. Tudo era uma só praça até a primeira metade do século XX e sobre ela foram construídas as residências de famílias importantes e tradicionais da terra.

Do ponto de vista político, velhas práticas persistiam, doravante o crescimento populacional, as mudanças na política de ocupação do solo e o arranjo legislativo que pouco a pouco iam se constituindo. O poder político era exercido pelos ricos proprietários ligados à atividade econômica dos primeiros sertanistas – a agropecuária – que haviam ocupado a região em nome do rei, dele recebendo o direito sobre as terras conquistadas.

Criada em 1831, a Guarda Nacional substituía os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. (Lei de 18 de agosto de 1831) Em nível local, intendentes⁵⁰ e, posteriormente, prefeitos, receberam e ostentaram estes títulos, no exercício do poder. Ocupavam os cargos policiais, jurídicos e administrativos, fazendo a lei e a ordem se estabelecer. Isso foi verificado durante toda a Imperial da Vila da Vitória, persistindo a velha política na transição para a República quando da elevação da Vila à Cidade da Conquista. Conforme destacou a pesquisadora e professora Isnara Pereira Ivo (2017, p. 109), “assuntos de família e assuntos de polícia misturavam-se. Pequenos delitos ganhavam amplitudes de perseguições [...] Arbitrariedade, imprecisão e parcialidade foram os preceitos que guiaram a aplicação da justiça pelos donos do lugar”.

Segundo Ivo (2017),

o comportamento político, fundamentado nos desmandos e na subordinação pelos grupos privados, atingiu um estágio que era visto por eles mesmo como algo natural e espontâneo; o fato de serem proprietários, donos da riqueza local significava, para eles, serem também donos dos destinos dos que os cercavam. Dessa forma, agregados, moradores e todos aqueles que deles dependiam economicamente constituíam uma clientela alimentada por relações de favores e de subordinação, uma sujeição que, muitas vezes, causava orgulho ao próprio dominado: *ser gente do coronel tal* era símbolo de *status*, de garantia, de proteção e de segurança. Por outro lado, é compreensível que as camadas pobres e dependentes se submetessem a quem lhe garantisse proteção e formas de sobrevivência (Ivo, 2017, p. 138).

O federalismo afetou a dinâmica da vida política, embora persistisse no poder o fenômeno da endogamia ou, quando não raro, grandes vínculos de estreita amizade. O novo sistema, segundo Souza (1999), reduziu sensivelmente a autonomia de que gozam os mandões locais, fazendo-se agora necessária barganha em nível estadual, mas mantendo em nível interno o antigo modelo político. Para o pesquisador da história de Conquista, Ruy Medeiros (2008), isso significava a necessidade de alinhamento político com o Partido Democrata da Bahia e prestígio entre as elites locais e o governador.

⁵⁰ O poder executivo era exercido em pelo Intendente, o qual também era Presidente da Câmara, denominada Intendência, escolhidos entre os “homens bons” da redondeza, “aqueles que reuniam em si os maiores predicados morais e de liderança, além de possuírem grandes propriedades rurais” (TANAURA, 1992, p. 54).

Isso significava, para os coronéis do Interior da Bahia, a necessidade de estar no Partido Democrata da Bahia e de demonstrar força e adquirir prestígio para ser indicado intendente pelo Governador. O recado era certo e direto. Não contavam mais a busca de eleitores e as diversas manobras para ganhar eleições. [...] Agora, o todo poderoso governador substituía a possível vontade dos eleitores. Tudo aquilo significava o acirramento das disputas, das lutas partidárias, dos conflitos políticos, enfim, que marcariam o interior da Bahia: conflitos que não ficaram no bate-boca, porque alcançaram a dimensão armada, potencializadas que foram as dissensões em razão das alterações no ordenamento jurídico (Medeiros, 2009, p. 119).

Se, por um lado, assistia-se à permanência do mesmo grupo político à frente da municipalidade, de outro lado já era possível perceber avanços, pois aos poucos se deu

o melhoramento da vida local [...]. Esses administradores locais tornavam-se condutores de novos tempos que vieram reforçar o mandonismo local. [...] A ação administrativa implementada nas estruturas públicas, pelos chefes locais, como um bem privado e familiar concedido por determinado coronel, assim, o viés modernizante assumido pelas elites locais nada mais foi do que um instrumento de controle que, entre os demais, possibilitou a elas manterem-se no mando político local durante todo o século XIX (Ivo, 2017, p. 105).

No contexto de permanências, a despeito do regime político republicano, prevalecia na região do Planalto da Conquista o mandonismo que, em particular,

assumiu um dinamismo que permitiu aos chefes locais utilizarem-se das mais variadas formas de controle social e político [...] nos períodos de eleição, na atividade processual da justiça, na política, no executivo e legislativo locais e, principalmente, nas formas de organização do espaço urbano. Não somente no que se referia à estruturação física do espaço, mas também nas diversas formas de manifestação dos municípios [...] sobre práticas religiosas, festas privadas, ritos fúnebres (Ivo, 2017, p. 247).

Em nível religioso local, mesmo no período republicano, a Igreja não perdeu imediatamente o seu poder e continuou desempenhando seu papel espiritual e político especialmente nos lugarejos em que a presença do Estado Nacional Brasileiro era uma realidade distante e remota (Chaves, 2013, p. 92).

Para Santos (2006) *apud* Santana Neto (2022), a jurisdição da Igreja fez persistir sua interferência para além do terreno religioso com o advento da República quando esta

procurou fazer alianças com esses coronéis, dando legitimidade a seus atos e se fazendo presente na vida pública. Enquanto os políticos se associavam às camadas de maior poder estatal, como as instâncias estaduais, a Igreja, que perdeu seu espaço na esfera do Estado, se associou às pequenas instâncias políticas locais, em suas freguesias para assim continuar sua influência e poder na sociedade. A hierarquia católica aproveitava-se dos eventos sociais como

enterros, batizados, casamentos, posses e inaugurações e assim se aproximava desses chefes que viam na Igreja um forte elemento de apoio para suas campanhas (Santana Neto, 2022, p. 68).

Esse processo iniciado ainda nos tempos imperiais avança por todo o século XIX e continua nos primeiros decênios dos 1900 na então cidade de Conquista, persistindo a mesma lógica vigente no século anterior. Souza (1999); Aguiar (2007) e Ivo (2017) descrevem como a consanguinidade foi a marca da política local, baseada na descendência direta com o tronco com os primeiros desbravadores – a família Gonçalves da Costa e suas derivações⁵¹. É nesse contexto político que despontam o Coronel Franciso José dos Santos Silva (Chico Santos) e José Fernandes de Oliveira (Coronel Gugé⁵²) em fins dos Oitocentos. Ambos desenvolveram relações de parentesco com pessoas dos *Fernandes de Oliveira* (descendentes diretos do tronco Gonçalves da Costa) e, segundo Souza (1999), do final do século XIX aos dois primeiros decênios do século XX desfrutavam de grande prestígio pessoal entre seus pares.

Ao longo do período republicano até 1918 (ano do falecimento do Coronel Gugé) [...] dos intendentes do período, apenas o Cel. José Lima Guerra, que governou a cidade no período de 1896 a 1903, era de oposição [...]. Tinham a fortuna, talvez faltasse o carisma (Souza, 1999, p. 104-105).

O Coronel Maneca Moreira e o Coronel Gugé eram filiados ao Partido Democrático da Bahia e ambos mantinham boas relações com o governo estadual. Com a cisão do partido a nível local, o grupo do “coronel Maneca Moreira aderiu a J. J. Seabra, então governador da Bahia, a quem fora apresentado pelo Juiz de Direito de Conquista, Dr. Antonio José de Araújo” (Fonseca, 1999, p. 35) e o grupo do Cel. Gugé ligou-se ao chefe de Polícia da capital.

A nomeação do Dr. Antonio José de Araujo como Juiz de Direito, na cidade da Conquista, respinga sobre o jogo político, pouco antes do falecimento do Coronel Gugé. Ao residir em propriedade do Coronel Maneca Moreira, este último, opositor ao Coronel Gugé, alimentou as tensões que já existiam entre os grupos, asseguram os professores Humberto José Fonseca (1999) e Belarmino de Jesus Souza (1999).

Aos poucos, as rusgas entre os dois grupos se tornaram mais frequentes. No auge da rivalidade, passaram a ser conhecidos como Meletes (a oposição liderada pelo Coronel Maneca

⁵¹ Oliveira Freitas; Fernandes de Oliveira; Lopes Moitinho; Oliveira Dantas; Santos Silva; Gusmão; Gusmão Silva; Gusmão Cunha; Gusmão Sales; Prado; Ferraz; Ferraz de Araújo; Andrade; Leal Menezes; Correia de Melo; Nunes de Oliveira; Lemos; Fonseca e Viana são apontadas como famílias que descendem do tronco do Capitão e depois Coronel João Gonçalves da Costa e sua esposa Josefa Gonçalves da Costa (Souza (1999); Aguiar (2007) e Ivo (2017)).

⁵² Sobre o Coronel Gugé e seus feitos modernizantes que afetam a municipalidade, especialmente no tocante à temática cemiterial serão apresentados no Capítulo 3.

Moreira) e Peduros (a situação liderada pelo Coronel Gugé)⁵³. Pelas relações amistosas que nutria, o Coronel Gugé evitou o confronto armado, o que inevitavelmente ocorreu após seu falecimento, pois até então os conflitos não ultrapassavam os limites da endogamia. Assume em 1916 o genro do Coronel Gugé, Leônicio Sátiro dos Santos Silva (Lili).

A autoridade do Juiz de Direito, Antonio José de Arruda, é posta à prova mediante as severas críticas sobre sua parcialidade desferidas nos artigos de Maneca Grosso (Manoel Fernandes de Oliveira) publicados no jornal *A Palavra*, francamente favorável aos Peduros. Enquanto isso, o Cel. Maneca Moreira (Manoel Emílio Moreira de Andrade) manda distribuir panfletos “orientando os seus correligionários (Meletes) a não pagarem impostos municipais e, neles, o coronel dava garantias de proteção” (Souza, 1999, p. 114). Além disso, Maneca Moreira contava com jagunços armados. Fonseca (1999) ainda destaca que Leônicio, prevendo o embate, pede auxílio da polícia, mas não é atendido em sua demanda pelo fato do total estado de desmando que esta instituição se encontrava em nível local. Exigem a renúncia de Sátiro, o qual, tendo governado de 1916 a 1918, entregou o cargo de Intendente ao presidente do Conselho Municipal, Francisco Costa.

Tornando ainda mais tensa a conjuntura entre Meletes e Peduros, uma emboscada intercepta o jornalista Maneca Grosso, atentando contra sua vida, ferindo-o gravemente. Estava montado o palco de uma tragédia, nas palavras de Souza (1999). Frente à situação bipolarizada, o coronel Ascendino dos Santos Melo (coronel Dino Correia, ligado aos Peduros), tomando conhecimento do que acontecia, arrebanha armas, grande quantidade de munição e voluntários que aderem aos Peduros – ‘mais de trezentos’, segundo afirmava Pedro Moreira, filho do coronel Maneca Moreira, e rumava para a sede do Município (Fonseca, 1999, p. 37).

Em 19 de Janeiro, na Rua Grande, os tiros começaram a ser disparados logo cedo. Casas fechadas, trincheiras, homens armados, outros tantos abatidos. Vantagem numérica para os Peduros. No meio do caos, uma missão de paz⁵⁴:

⁵³ De acordo com Viana (1982), em algumas localidades vizinhas, os partidos políticos de oposição e da situação eram batizados com nomes de bichos. Em Revista Histórica de Conquista, o autor reproduz a história contada pelo sr. Pedro Dantas Moreira, filho do Cel. Manoel Emílio Moreira de Andrade – o cel. Maneca Moreira. “Naquele tempo (1916 a janeiro de 1919) a política local era muito violenta entre situação e oposição. Um lado procurava por várias formas espezinhar o outro. Certo dia um amigo e correligionário do Cel. Maneca Moreira atravessava a antiga Rua Grande, montado em bonito cavalo, conduzindo um Melete (espécie de tamanduá) na garupa. Partidários do Cel. Gugé começaram a vaiar o cavaleiro e este já bastante irritado com a crítica disse: “Os amigos do Coronel Maneca Moreira são como os meletes e são bichos fortes, de coragem e quando agarram não soltam mais. Vocês são uns peduros de raça ruim, sem preço e sem valor. Deste dia em diante os políticos partidários de Maneca ficaram com o nome de “Meletes” e os do Cel. Gugé com o nome de “Peduros” (Viana, vol. 2, 1982, p. 778).

⁵⁴ Segundo o Historiador Belarmino de Jesus Souza (1999), ainda compunham o grupo Joana Angélica Santos e o Major Belizário Mendes.

Laudicéia Gusmão, Henrique Prates e Fulô Rocha, acompanhadas do Dr. Crescêncio Silveira, Dr. Nicanor Ferreira, Agripino Borges, José Maximiliano Fernandes e do Coronel Deraldo Mendes.

Tem início as negociações (Fonseca, 1999, p. 38).

Como condição para encerrar o armistício, os Peduros exigem a rendição dos Meletes e a retirada do Juiz Antônio José de Araújo, que deixa a cidade em 22 de janeiro de 1919. O coronel Dino Correia, major da Guarda Nacional, é então nomeado e passa ao cargo de Intendente Municipal, indicado pelo governador Antonio Ferrão Muniz de Aragão, governando o Município a partir de fevereiro de 1919 para concluir o mandato iniciado por Leônio Sátiro dos Santos Silva, em 1916.

O Arraial da Conquista (e depois Imperial Vila da Vitória) construiu sua historicidade a partir da opulência contra os povos originários, da violência e do extermínio. A morte, a política e o poder, pois, se integram ao jogo coletivo da comunidade desde que o processo de ocupação do Sertão da Ressaca foi iniciado pelos sertanistas, perpassando aos demais tempos históricos.

De que maneira isso se verifica dentro do Cemitério da Saudade? As querelas políticas locais dos Meletes e Peduros também se refletem também naquele espaço funerário? Longe de uma resposta definitiva, as próximas páginas procurarão trazer à tona estas e outras questões relacionando-as à necessidade de (re)conhecimento e preservação destes espaços, lócus importantes à historicidade de uma sociedade e ferramentas possíveis ao desenvolvimento de práticas pedagógicas otimizadoras ao ensino de História na educação básica.

2.2 A MORTE ASSUME A CENA: CONTEXTUALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CEMITERIAIS NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA ATÉ 1930

A despeito do catolicismo possuir uma organização interna rígida bem definida, poucos eram os sacerdotes nos sertões dos Setecentos e mesmo em meados dos Oitocentos e, por isso mesmo, entende-se que todas as práticas voltadas ao bem morrer⁵⁵, nos tempos do

⁵⁵ “Essa preocupação com a salvação da alma transpareceu nitidamente na forma como o testamento foi utilizado pelos fiéis como meio privilegiado para falarem sobre sua morte. Mais do que ser utilizado para a organização do funeral, era redigido com o sentido de uma prestação de contas de sua vida, procurando demonstrar que ela teria sido conduzida, pelo menos em seus últimos momentos, na direção do catolicismo. [...] embora tenha sido utilizado para transmissão da herança, esse objetivo parecia não ser tão relevante quanto o da salvação, uma vez que até meados do século XIX parte significativa do texto era utilizada para exteriorizar o catolicismo e a crença em seus dogmas” (Rodrigues, 2014, p. 268). O testamento do Coronel Antonio Ferraz de Araújo Catão ou simplesmente Cel. Catão Ferraz seguiu o Manual de Bem Morrer, proposta do Breve Aparelho e Modo Fácil para ensinar a bem morrer um cristão, elaborado pelos jesuítas editado pela primeira vez no século XVIII e que impunha aos crentes a sequência que orientava a feitura do testamento, a partir dos Setecentos. Em Conquista, o testamento de Catão (em 05 de Março de 1887) manifestava sua grande preocupação com o destino de sua alma. Definira, em palavras, todo o ritual fúnebre que a boa tradição católica seguia, registrando as boas práticas do morrer. “Jesus Maria José.

Arraial da Conquista ou da Vila da Vitória, da extrema-unção e de tudo que antecedesse ao momento de sepultamento dos corpos, fossem realizadas por pessoas leigas do povo⁵⁶ e não autoridades da Igreja, como era o costume europeu e católico⁵⁷.

A tradição do bem morrer remete aos manuais de boa morte ligados ao catolicismo europeu, difundidos largamente por Portugal no século XVII. Tratava-se de obras para transporte e consulta, escritas em língua vulgar que prepararia o fiel para a boa morte. Em *Liturgias da boa Morte e do Bem Morrer*, João Paulo Berto destaca que o manual tratava de orientações quanto ao modo de proceder, “morrendo para o mundo, de levar uma existência de virtudes, de seguir o evangelho e a importância dos sacramentos” (Berto, 2014, p. 54).

Para além de promover a moral cristã e exortar quanto às punições e castigos da desobediência divina, visavam estes manuais⁵⁸ oferecer suportes de procedimentos e atitudes que se esperavam daqueles que visavam gozar das benesses da vida eterna com Deus. Assim, o bem morrer contemplava regras de vida e de morte e, sobre esta última, providências que deveriam ser tomadas a fim de assegurar a salvação da alma: sepultura, cumprimento de obrigações fúnebres como preces, encomendas de corpo, recebimento do Viático, local de enterramento, confecção de testamentos, dentre outras possibilidades.

Em nome da Santíssima Trindade - PADRE FILHO ESPÍRITO em que eu, Antonio Ferraz de Araújo Catão, firmemente creio em cuja fé protesto viver e morrer. Este meu testamento, última vontade que há de prevalecer depois de minha morte. [...] Declaro que achando-me são e em perfeito juízo e entendimento e receiendo a morte que a todos é certa determinei fazer o meu testamento pela forma seguinte: [...] Declaro que é minha vontade que o meu corpo seja amortalhado de preto e meu enterro seja feito sem pompa e sem grandeza, dando-se aos pobres, no dia em que for sepultado, duzentos mil réis de esmolas devendo o meu corpo ser sepultado na Igreja ou cemitério que ficar mais próximo do lugar do meu falecimento. Quero que, por minha alma, se digam uma capela de missas, meia capela por alma de todos quantos tenho lezado neste mundo, meia capela por alma de meus pais e mais 10 missas pelas almas do purgatório. Deixo para reparo da Capela de Nossa Senhora da Saúde, de São Felipe, trezentos mil réis” (Viana, 1982, p. 594).

⁵⁶ De acordo com Aguiar (2007, p. 99), desde a chegada dos sertanistas ainda no século XVIII até a penúltima década do século XIX, apenas a religião católica era predominante na região, com presença de alguns elementos das tradições afro-indígenas no Arraial e depois na Imperial Vila da Vitória. Porém, ainda que sem poder desfrutar da mesma liberdade, não demorou a surgir o espiritismo kardecista e o protestantismo. O primeiro introduzido na cidade nos anos 1890.

⁵⁷ A responsabilidade assumida pela Igreja pelos fieis defuntos, quando eram negligenciados pelos entes mais próximos, data do séc. IV na Europa Ocidental (Lauwers, 2015, p. 51). As sepulturas avulsas desaparecem entre o séc. XI/XII, tornando a igreja e cemitério interdependentes, “marcando a passagem de uma zona de inumação extensa para um espaço funerário polarizado pela Igreja” (Lauwers, 2015, p. 59).

⁵⁸ Berto (2014) destaca ainda que, apesar da existência desses manuais de boa morte e de bem morrer e sua importância para a Europa do séc. XVII e XVIII, vale ressaltar que eram remodelados mediante as leituras que eram feitas diante de uma população em sua maioria de iletrados, o que alterava, portanto, as práticas em diferentes contextos e partes do mundo, atribuindo-lhes certo dinamismo, mas sem perder a essência da preocupação com a encomenda do corpo e os ritos oficiais. Para saber mais, consultar a dissertação de João Paulo Berto: *Liturgias da Boa Morte e do bem morrer: práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880)*. Para Cláudia Rodrigues (2014), “A Igreja Católica construiu um arcabouço ideológico e religioso que se utilizou da morte como instrumento de pregação, cristianização e controle sobre ações e pensamentos, ao longo da Idade Média e da Época Moderna” (Rodrigues, 2014, p. 273).

A pesquisa que culminou com a dissertação de Mestrado *Devoção e Religião no Sertão da Ressaca*, de Osmundo Macário de Santana Neto (2022) sugere que a preocupação inicial dos sertanistas ao se estabelecerem na região que hoje corresponde ao Município de Vitória da Conquista foi voltada à construção da capela em homenagem à Nossa Senhora da Vitória, discurso que perpassa todo o imaginário coletivo e memória histórica do Município até a contemporaneidade. Esta teria sido a primeira edificação de uso coletivo no Arraial da Conquista, empreitada patrocinada pelas ricas famílias proprietárias, e por muito tempo local de decisões político-administrativas da Imperial Vila da Vitória anos mais tarde (Santana Neto, 2022, p. 56-59).

Em *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho*, a pesquisadora Isnara Pereira Ivo detalha o contexto da falta de espaços apropriados sequer ao exercício das funções locais, a partir do momento em que as câmaras municipais se revestem de mais atribuições políticas, o que implicava, muitas vezes, ressoar ainda mais forte a representação das elites locais.

O fortalecimento da centralização político-administrativa proporcionou sérios problemas às câmaras municipais e também à administração provincial, pois aquelas passaram a depender inteiramente de auxílios financeiros do governo da província para construção de obras de estrutura física urbana, como cemitérios, casa de câmara e cadeia, instrumentos agrários para aldeamentos e mesmo armas e munição para as milícias locais (Ivo, 2017, p 85-86).

Assim é apresentada pelo memorialista Mozart Tanajura a trajetória dos espaços de enterramento na localidade hoje correspondente a Vitória da Conquista:

Em fins do século XVIII, antes de se formar o Arraial da Vitória, os mortos eram enterrados no cemitério da Batalha, onde também foram sepultados os que pereceram no conflito com os índios.

No local havia uma Capela tosca construída de taipa, em homenagem aos que morreram na luta e a Nossa Senhora da Vitória, sob cuja proteção lutavam os portugueses. Esta primeira capela da Padroeira de Conquista foi construída em cima do chão onde tombaram os corpos dos que lutaram na batalha. Desapareceu com mais de cem anos, arruinada pelo tempo, ficando apenas o cemitério, que ainda hoje se encontra na localidade (Tanajura, 1992, p. 161).

Esta narrativa apresentada pelo escritor, professor e cronista da História de Vitória da Conquista, professor José Mozart Tanajura, morto em 2004, apresenta o que, de acordo com a memória histórica do lugar, teria sido o primeiro espaço voltado à prática dos enterramentos no que se tornaria o Arraial da Conquista, durante o século XVIII. O ato de proceder os sepultamentos nas proximidades desta que teria sido a primeira capela católica no Município

denota a religiosidade dos sertanistas bem como a manutenção do costume *ad sanctos apud eclesiam*⁵⁹, que remete à Baixa Idade Média.

Segundo o relato, esta primeira capela – provavelmente a primeira erguida como pagamento da promessa feita à Senhora das Vitórias (conforme o mito fundador que permeia o imaginário coletivo da localidade) – não havia sido projetada para receber corpos, o que motivou os enterramentos em derredor.

A narrativa, porém, aponta para o curioso fato de os indígenas que morreram em combate com os bandeirantes terem sido enterrados na mesma localidade em que se ergueu a capela, visto que, à época, na Colônia, predominava o costume da exclusividade das inumações em terrenos santificados apenas a católicos. De qualquer forma, o cemitério a que se referiu o cronista ainda existe, embora não seja possível identificar vestígios materiais dos Setecentos.

Para o jornalista Aníbal Viana (1982), porém,

no começo do Arraial da Conquista, no ano de 1785, os mortos eram enterrados ao redor da Igreja em construção. Nesse tempo o povoado não tinha mais de 40 casas todas situadas na praça da construção da Igreja, em terreno ladeirado com vertente para o sul, onde passava o riacho nascido na Serra do Periperi. Nessa época a praça ficou sendo chamada Rua Largas (Viana, 1982, p. 556).

Confrontando a explicação de Mozart (1992) e Viana (1982), conclui-se que o chamado Cemitério da Batalha não foi contabilizado como o primeiro, de acordo com a *Revista Histórica de Conquista – Vol. 2*. O enxerto acima, no entanto, traz elementos precisos sobre o ano de fundação do cemitério, a manutenção do costume *ad eclesiam*, o núcleo incipiente de povoamento e as primeiras casas, a geografia do terreno de instalação da igreja e, por extensão, do cemitério. Assim, no mesmo perímetro achavam-se a igreja, o cemitério, a fonte de água para abastecimento e o sítio urbanístico. Esses elementos apontam para uma localização completamente distinta da região denominada Batalha (zona rural do Município) descrita por José Mozart Tanajura (1992).

A atenção com o bem morrer, segundo Santana Neto (2022), constituiu-se grande preocupação para os habitantes do vilarejo. É possível que a ideia de boa morte estivesse no lugar, relacionada à expiação de uma vida de pecados. A inumação, segundo o pesquisador, se dava no terreno ou no interior da capela erguida em louvor à Nossa Senhora da Vitória, nas catacumbas⁶⁰ ali existentes, situação que passa a se alterar após as reformas sanitárias

⁵⁹ Prática de sepultamento no interior das igrejas ou terrenos adjacentes às igrejas.

⁶⁰ “Fazendo um recuo cronológico a respeito da edificação dos cemitérios na Antiguidade, constatou-se que os primeiros cemitérios cristãos foram as catacumbas. Eram nas paredes dessas galerias subterrâneas, que se faziam

europeias que, pouco a pouco, chegaram ao Brasil em meados dos Oitocentos. Para Lauwers (2015), quando se volta o olhar a estes espaços é que se percebe o quanto, em uma dada sociedade, os mundos terreno e ultraterreno estão profundamente associados, a partir de suas implicações sociais e políticas de práticas e representações culturais – o bem morrer.

De acordo com Tanajura (1992),

Com a construção de uma igreja definitiva no Arraial⁶¹, por volta de 1806, os mortos, em geral, começaram a ser enterrados num cemitério, construído no fundo do novo templo, com exceção das pessoas graduadas, que eram depositadas numa espécie de sarcófago ou catacumbas no interior da capela. (Tanajura, 1992, p. 161)

A hierarquia nos enterros nesse período aponta para a desigualdade social refletida na vida e na morte, unidas pela mesma lógica de apartação. As pessoas graduadas a que Mozart (1992) se refere provavelmente seriam pessoas que tivessem acumulado algum cargo administrativo no Arraial ou ainda membros falecidos da bandeira de João Gonçalves da Costa. Tratava-se da boa morte, da crença na continuidade da vida a despeito da decomposição do corpo físico, o que norteava os ritos que eram desenvolvidos em torno do cadáver, ganhando diferentes roupagens segundo a classe social, afiliação religiosa e origem étnica (Reis *apud* Rodrigues 1997).

Nesse sentido, Petruski (2006) discorre a respeito dessa prática de inumação, pois, socialmente,

ser enterrado no interior da igreja era uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos. Assim, cada vez mais as igrejas foram sendo utilizadas como cemitérios, criando-se uma representação de sociedade “[...] em que o cemitério se confundia com a igreja no coração da cidade” (Petruski, 2006, p. 98).

A Vila da Vitória não fugiu à regra no tocante ao que comumente ocorria durante todo o século XVIII e XIX no Brasil: o enterramento se dava nas igrejas – entendidas aqui como o

as tumbas para enterrar os mortos e também o local utilizado pelos primeiros cristãos para se reunirem secretamente no período em que ainda eram perseguidos. O sepultamento em terra tinha um significado importante, pois pela perspectiva religiosa levava à preservação dos lugares considerados santos, e o cemitério era um desses espaços. Isso se efetuou em face da fé dos cristãos, podendo ser identificada como elemento responsável pela mudança de comportamento de muitas pessoas em relação a prática de enterramento. Outro elemento que também contribuiu para que o incentivo aumentasse foi a valorização do culto aos mártires, concedido por parte da instituição eclesiástica, que atraía para seus túmulos pessoas de distintos lugares. Diante disso, ser enterrado próximo a esses túmulos significava proteção para o momento do despertar, tendo esse pensamento fundamentado na crença de que os santos possuíam lugar garantido no paraíso. Com o passar do tempo, em muitos desses locais, foram edificadas Basílicas, que além da sua função religiosa também serviam para alojar os mortos” (Petruski, 2006, p. 96-97)

⁶¹ Infelizmente essa igreja construída no início do século XIX não existe mais.

templo propriamente dito ou a área em seu derredor, fazendo crer a forte relação estabelecida entre o corpo físico e a salvação da alma do pecado, na busca pela garantia de uma vida após a morte longe do sofrimento da alma. Pelo mito fundador, o Arraial da Conquista se configurou a partir da construção da primeira capela em retribuição à proteção e vitória obtidas contra os povos indígenas, sendo ali mesmo o primeiro local, naturalmente escolhido, para serem efetuados os primeiros sepultamentos.

O pesquisador Osmundo Macário de Santana Neto (2022) aponta que não há consenso ou elementos suficientes para atestar ou precisar a localização exata desta primeira igreja que abrigava também um cemitério. A documentação a que essa pesquisa teve acesso (Livros de Registros de Atas do Conselho Municipal no Arquivo Público Municipal) datam a partir do ano de 1893 e também não traz nenhuma informação a este respeito. De qualquer forma, a localidade denominada Batalha e seu cemitério, em particular, deveriam receber maior atenção dos poderes constituídos tal a grandeza que essa historicidade representa para a história do Município de Vitória da Conquista. Muito se perdeu daquele sítio histórico, lastimosamente.

A construção de uma igrejinha marcou a fundação do Arraial naquela localidade onde possivelmente os mortos começaram a ser inumados. Daí em diante, após edificação da Capela em homenagem à Nossa Senhora da Vitória (que, segundo o Príncipe Maximiliano Wied-Nuewied, em 1817, ainda se encontrava em construção), uma nova terra cemiterial se constituiu aos fundos. Quando o Código de Posturas de 1896 proibiu os sepultamentos na igreja, outro cemitério já se encontrava em funcionamento.

A falta de consenso entre os dois memorialistas indica, por outro lado, a mesma lógica de construção das necrópoles até fins do século XIX jurisdicionadas pela Igreja Católica e sob sua benção e proteção. A seguir, Viana (1982) continua a linha do tempo dos demais espaços de enterramento da sede da então Vila.

Com o crescimento da Rua Larga e de ruas adjacentes os moradores, sepultavam os seus mortos no local que era Mata, no pequeno largo que mais tarde recebeu o nome de Praça da Piedade porque ali existia uma pequena capela, com a invocação de Nossa Senhora da Piedade.

Prova-se que ali foi cemitério por algum tempo, como confirmavam antigos moradores, que por sua vez recebiam a notícia dos seus antepassados, o fato de serem encontrados no local, em 1974, por operários que cavavam o canal para implantação do esgoto pluvial, grande quantidade de caveiras com os maxilares ainda presos e com os dentes e quantidade de fêmures, tibias e outros ossos humanos. O autor deste livro e muitas pessoas que passavam pelo local, tiveram oportunidade de ver o achado (Viana, 1982, p. 556).

Segundo Sial (2005), a igreja ocupava o espaço que permeava celebrações de vida e de morte e era ainda, em grande medida, responsável por dar significado à paisagem urbana e à vida social. À medida que a Vila da Vitória sofria transformações, especialmente por se caracterizar enquanto importante entreposto comercial ligando os Sertões da Bahia ao litoral, algumas práticas persistiam, acompanhando a tendência dos tempos do Arraial da Conquista e que marcou todo o período dos Oitocentos de uma maneira geral no Império brasileiro: a forte presença da Igreja permeando todos os campos da existência, e determinando especialmente a realização dos ritos fúnebres, selando a boa morte e garantindo o ingresso na vida eterna.

O jornalista Aníbal Viana (1982) chama a atenção para o fato de ter ele mesmo atestado a veracidade da memória histórica sobre a existência do cemitério da Praça da Piedade⁶² ao lado da Capela em invocação à Santa de mesmo nome, de meados do século XIX que, embora extinto atualmente, até a década dos anos de 1970 mantinha seus vestígios materiais do ponto de vista arqueológico. Este elemento também indica que nem sempre a desativação de um espaço cemiterial se dava de maneira adequada ou, ainda, que inexistia uma maior preocupação das autoridades com essa questão.

Cabe ressaltar que à expansão da Vila acrescia-se o número de igrejas buscando atender a uma população que igualmente aumentava, assim como a demanda por sepulturas, justificando a criação de um cemitério em zona mais afastada.

Muitos anos depois da elevação do Arraial à Vila em 1840, construiu-se um segundo cemitério, num local mais distante, na entrada da rua que ia dar à Santa Casa de Misericórdia, mais ou menos onde se situa, atualmente, o elevado da Av. Régis Pacheco. Inicialmente era cercado de pau-a-pique, recebendo, depois, muro de adobes (Tanajura, 1992, p. 161).

De fato, o interior ou os adros da igreja foram os primeiros locais escolhidos para inumação no Arraial da Conquista. E quando do episódio da Tragédia do Tamanduá⁶³, Lourença de Oliveira Freitas, segundo registros dos memorialistas, após o assassinato de seus dois filhos,

⁶² É importante destacar esta informação pois, na narrativa da geógrafa Ana Emilia Quadro Ferraz (2001), figuram um cemitério com capela e uma igreja católica, indicando a existência dos dois equipamentos distintos àquela altura. A existência da pequena necrópole parecia ser insuficiente, como se poderá ver mais adiante.

⁶³ Conflito armado que ocorreu entre as famílias do Cel. Domingos Ferraz de Araújo e da viúva Lourença de Oliveira Freitas, ambas aparentadas entre si, ocorrido na região hoje correspondente ao Município de Belo Campo, então distrito de Conquista. Tal desentendimento, em 1895, movimentou centenas de jagunços (IVO, 2017, p. 208), resultando no óbito de mais de vinte pessoas. A Tragédia do Tamanduá não será esmiuçada aqui por questões dos recortes da pesquisa, especialmente temporal e documental. Para saber mais sobre esta temática, em particular, consultar **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no Sertão da Bahia**, de Isnara Pereira Ivo.

fez de seus cadáveres uma carga macabra e a trouxe sobre um animal até a cidade, deixando-a na porta do cemitério, localizado na zona central.

Cabe aqui discutir aspectos importantes a respeito dos processos de enterramento àquela altura na então Vila: o então distrito, onde ocorreu a morte dos irmãos Sérgio e Gasparino, distava mais de 50 quilômetros da sede! Se acaso houvessem outros cemitérios nas localidades rurais, era este o principal, para onde ‘Sá’ Lourença chamava a atenção para clamar por justiça pelo duplo homicídio. Outra questão para a qual esse acontecimento aponta é que os enterramentos já aconteciam num espaço específico apenas para esse fim, embora o Código de Posturas aponte apenas o ano de 1896 como marco legal da proibição dos enterramentos em locais de culto, na localidade conquistense.

A presença de certos elementos ‘curiosos’ caracterizava o nome das ruas na Imperial Vila da Vitória e depois Município da Conquista: a Rua da Boiada (Atual Rua João Pessoa) era local por onde transitavam tropeiros e seus bois, a Rua da Corrente (que mantém o mesmo nome até os dias atuais), a Rua do Cobertor (segundo relatos, devido à grande quantidade de cobertores que ficavam estendidos à frente das casas) sugere que estes logradouros eram conhecidos justamente por esses elementos que os caracterizava. Assim, chega-se à Rua do Cemitério, localizada nas proximidades do Beco Sujo (atual Ernesto Dantas), do Curral da Matança, confrontando também com as informações da memória histórica como a Rua Monsenhor Olímpio⁶⁴ (Viana, 1982, p. 588), localidade próxima à então Praça da Piedade.

A construção de cemitérios em Conquista em áreas mais afastadas seguia uma tendência em voga no processo de construção dos cemitérios extramuros. Tais espaços, não necessariamente zonas periféricas, mas associados à ideia de marginalidade espacial, eram carregados de estigmas, “de valor simbólico obscuro, negativo e inquietante” (Vale e Maciel, 2016, p. 256).

Sobre a existência desse cemitério fora do adensamento da Vila, os dois registros se complementam e confirmam a mesma localização que hoje corresponde à região do centro comercial do Município de Vitória da Conquista, Ba. E, segundo o professor Mozart Tanajura, é após a elevação do Arraial à condição de Vila que este cemitério é construído, em local mais distante do núcleo de povoamento central, motivado possivelmente pelo próprio processo de expansão que a Imperial Vila da Vitória já contava. O relato trouxe a preocupação da

⁶⁴ Esta conclusão foi possível a partir do cruzamento de informações da listagem dos maiores contribuintes do Imposto Predial em 1911 em que figuravam o nome da pessoa seguida da décima urbana a que contribuíam, bem como o nome das ruas onde residiam.

administração local em dotar o equipamento de melhores condições de uso, especialmente por se tratar de local de mata onde animais pudessem acessar caso não se encontrasse murado.

Ao proceder com a feitura da linha cronológica dos espaços cemiteriais, percebe-se o aumento populacional e a ocupação do espaço urbano dilatando a área povoada, pois as áreas dantes escolhidas que representavam ‘regiões de mata’ integrantes de fazendas e mangueiros passam a ser ocupadas, contribuindo para campas em locais cada vez mais distantes.

Para Vale e Maciel (2016), apesar de ocuparem um espaço concreto nas cidades, hospitais terminais, asilos, necrotérios e cemitérios são encarados

com repulsa, medo, inquietação ou até desprezo – são áreas que, devido a percepções culturais, se deseja relegar ao esquecimento e que se tornam visíveis em determinadas situações a contragosto do que deseja grande parte da população urbana. É possível perceber, por exemplo, que [...] são estigmatizados por muitas pessoas por se relacionarem diretamente à percepção da degenerescência ou da morte do corpo físico, que tanto incomodam a sociedade moderna (Vale e Maciel, 2016, p. 259).

A partir do ano de 1835, surgem em diferentes pontos do país leis que, pouco a pouco, proíbem o enterramento dentro das Igrejas. Assim, paulatinamente, vai se criando um contexto favorável à criação de espaços específicos apenas para abrigar sepulturas, em consonância com o discurso sanitário iniciado na França do século XVIII, que apontava para a necessidade de eliminar os miasmas do contato com a população. A modernização e o progresso passavam por reformas que só a higiene e o combate à insalubridade poderiam promover, não apenas na Corte, mas nas demais províncias brasileiras, como aponta Vanessa Sial (2005): os novos parâmetros de civilização e salubridade. Estas práticas não podem ser dissociadas do contexto modernizador e do saber médico que apregoava a separação entre vivos e mortos. Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa afirma que, desde meados do século XIX, “vivia-se, em todo o Ocidente, um momento marcado pela ação médica sobre os costumes, de forma a civilizá-los. O que era considerado atrasado deveria ser eliminado” (Pedrosa, 2023, p. 287). Tal prática, por extensão, também se fez notar na cidade de Conquista, quando da criação do seu primeiro cemitério secularizado, já no século XX.

Souza (2020) destaca o debate político que se estabelecia com o fim do controle e a redução da influência da Igreja Católica no processo de laicização dos terrenos antes santos. Essa discussão vai ganhando espaço ao passo em que ocorrem grandes epidemias no século XIX, alimentando a necessidade de uma certa distância entre o cemitério e o núcleo urbano. “A transferência dos locais de sepultamento das Igrejas para os cemitérios situados fora da área de

convívio fez com que a proximidade física entre vivos e mortos desaparecesse [...]. Os cemitérios se transformaram em palco de uma atividade ritual” (Souza, 2020, p. 130).

Aí veio a peste, que representou o argumento definitivo em favor dos reformistas. Diante dela, a tradição foi obrigada a se render. Mas o que mudou não foi apenas o lugar de sepultura. Esta representava peça tão decisiva do xadrez da morte que as mudanças aí operadas se refletiram sobre diversos outros aspectos dos funerais de outrora. Aquele modelo de morte se baseava fundamentalmente na maneira como os personagens do drama fúnebre se distribuíam através do espaço e o papel que representavam a partir de seus lugares – daí a importância de se atentar para o lado cênico daqueles funerais. Havia uma integração entre o teatro da vida e o teatro da morte: a casa estava perto da igreja, ambas faziam parte de uma paróquia, que fazia parte de uma cidade. vivos e mortos se faziam companhia nos velórios em casa, em seguida atravessavam juntos ruas familiares, os vivos enterravam os mortos em templos onde estes haviam sido batizados, tinham se casado, confessado, assistido missas e cometido ações menos devotas – e onde constituiriam a encontrar seus vivos cada vez que estes viessem a fazer essas mesmas coisas, até o encontro final sob aquele chão e no além-túmulo. Tudo isso agora acabara. No cemitério longe de casa e da paróquia, as visitas seriam de hora marcada, como se vivos e mortos tivessem de repente se tornado estranhos. A partir daquela mudança radical de cena, instaurou-se um estranhamento entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, acompanhado de um esfriamento nas relações das pessoas com o sagrado (Reis *apud* Rodrigues, 1997, p. 14).

Apesar de datar de 1801 a ordem régia de proibição dos enterramentos nas igrejas a bem da saúde pública, só em 1825 é publicada a portaria oficial no Diário Fluminense apontando para sua obrigatoriedade. A construção de cemitérios extramuros começa a ser prescrita como medida profilática. Com a vinda da Corte e a preocupação em modernizar o Império, várias medidas começam a ser tomadas em harmonia com o discurso higienista vigente que relacionava a degeneração do ar à desordem urbana e que “atribuía ligação direta entre a prática funerária tradicional, fruto da ‘ignorância e superstição’, e as ‘terríveis enfermidades’ oriundas das exalações pútridas que sairiam das sepulturas, ‘infeccionando o ar’ e contaminando tudo que tivesse em suas proximidades (Sial, 2005, p, 75-76).

Aos poucos, velhas práticas de manejo e utilização do espaço citadino como lançar dejetos nas ruas, criar animais na rua, etc, são substituídas – o olhar da nova medicina e da modernização refletido nos Códigos de Posturas, incluindo-se aqui questões ligadas à salubridade e ordem pública e a preocupação estética de novos padrões espelhados nos europeus. O Código de Posturas de 1832 na Província do Rio de Janeiro, por exemplo, já estabelecia a proibição expressa dos enterramentos nos recintos religiosos prevendo multas e prisões aos infratores – administradores e coveiros, respectivamente.

A despeito da normativa imperial, em termos práticos, no país, isso demorará a ocorrer, tendo em vista que o discurso higienista não foi facilmente absorvido, o que se traduz na resistência da população às novas formas de inumação e as severas críticas de setores ligados à Igreja. Nos sertões da Bahia, tal prática persistirá ainda por alguns decênios, como ocorreu com a Imperial Vila da Vitória e depois cidade de Conquista.

Retomando à questão da Imperial Vila da Vitória, situada no interior da Bahia e, segundo Ivo (2017, p. 86), diante da necessidade de construir uma cidade “organizada, ordeira e logicamente disciplinada, os poderes locais passaram a elaborar, aprovar e fazer cumprir leis ainda durante o século XIX, principalmente a partir do Código de Posturas⁶⁵. Na Vila da Vitória, as Posturas já surgem como organizadoras desse caótico centro urbano, adequando-o à convivência sob um determinado controle que só o rigor da lei impõe, com fins a regulamentar a vida da coletividade local, nos seus aspectos mais elementares⁶⁶.

Ainda segundo Ivo (2017), já na condição de Vila,

o mesmo legislativo municipal empenhou-se por recursos para a construção do cemitério, demonstrando preocupação com a saúde pública. Em 04 de novembro de 1858, a camara (sic) escreveu ao governo provincial detalhando os problemas decorrentes da falta de um cemitério no município e solicitou um conto de réis para a obra (Ivo, 2017, p. 91).

Correspondências trocadas entre os chefes locais e o presidente da Província da Bahia relatavam o estado calamitoso em que se encontrava a Matriz, aglomerada com tantos corpos, revelando a preocupação com questões sanitizantes já debatidas naquele contexto em que se cria que os miasmas não deviam ser permitidos em ambientes fechados de uso coletivo. Urgia, pois, naquele contexto em fins do século XIX, a construção de cemitérios extramuros, cuja localização estivesse de acordo com as posturas higienistas, a fim de promover o afastamento dos sepultamentos das áreas povoadas para evitar a proliferação de doenças.

Esta Vila situada em terreno de elevação e arejado e até certo tempo cercado de saudável clima se acha hoje quase frequentemente acometida de outras

⁶⁵ Os Códigos de Posturas surgem em pleno século XIX, num universo de transformações da dinâmica da vida social dos centros urbanos, fruto das preocupações da medicina social. De acordo com Aguiar (2007), “tal instrumento jurídico [expressava] a intenção de submeter a população, especialmente os pobres, quase sempre negros, índios e seus descendentes, a um controle social, político e religioso. Quaisquer manifestações como *sambas, batuques, rezas e cantorias*, dentre outras, eram proibidas, ficando os seus praticantes sujeitos às multas e prisões”. (Aguiar, 2007, p. 103). Mais adiante nessa dissertação se verá que, a despeito de toda sorte de punições, havia uma determinada desobediência em relação a rezas, especialmente as fúnebres.

⁶⁶ Exemplo de um dos Artigos do Código de Posturas que versavam sobre a vida urbana no contexto geral: “Entupir as fontes, ou tanques de lugares públicos, ou lançar-lhes imundices; desmanchar os ranchos, que se achão estabelecidos em lugares públicos para comodidade dos viajantes: Pena de 4\$000 reis, ou quatro dias de prisão”. Livro de Atas do Conselho Municipal. Código de Posturas Municipal de 1842, Art. 13º. In: Aguiar, 2007, p. 104.

enfermidades que se reproduzem periodicamente como se aqueles males fossem endêmicos, atribui com razão e a vista do repugnante ar que se respira dentro da Matriz desta Vila, as inhumações (sic) que ali se fazem donde serem as sepulturas inferiores em número aos óbitos que tem lugar neste Município se exumam ainda mesmo depois de enterrados doze ou quatorze meses partes orgânicas de cadáveres ainda por decompor-se resultando disso a injeção da atmosfera e consequentemente as sobreditas enfermidades o que não se pode evitar porque a não se ter lugar que inteiramente ao em que os restos de seus parentes, ou amigos sejam depositados em um lugar carecedor de culto religioso [...] desejando a Camara a edificação de um cemitério em lugar conveniente para obstar os males referidos⁶⁷ (Ivo, 2017, p. 92).

Diversos documentos e pesquisas sobre a evolução política da Imperial Vila da Vitória sugerem que a construção da Casa de Câmara e Cadeia⁶⁸ e o Cemitério Municipal figuravam como grandes preocupações e necessidades da municipalidade, embora as Atas do Conselho do Município da Conquista permitam concluir que esta tarefa, árdua, foi resultante de um longo processo, sempre mencionado seja em Atas das reuniões do Conselho Municipal ou correspondências oficiais ao presidente da Província da Bahia. Nestas últimas, à aprazibilidade dos ares da cidade confrontavam-se os problemas desenvolvidos pelas enfermidades apontadas como causa das contaminações provenientes da Matriz, sendo considerada a construção do cemitério nesta Vila obra de utilidade pública⁶⁹.

A estrutura administrativa minimamente necessária ao funcionamento da municipalidade ainda inexistia mesmo após editado o decreto que elevava a Vila à categoria de Município e não obstante as reiteradas cobranças às instâncias deliberativas estaduais. A Casa de Câmara e Cadeia só em 1876 recebe autorização da Assembleia Legislativa provincial para sua criação (construção com recursos próprios), “mas os recursos não foram liberados imediatamente” (Ivo, 2017, p. 91). O mesmo se deu com sua construção. Com o cemitério o contexto não fora menos desfavorável:

A contadaria provincial comunicou que “nesta repartição nada consta a respeito do cemitério da Vila da Vitória e por isso não pode autorizar a obra”. Passados quase vinte anos sem os recursos destinados à construção do cemitério, em 1876, os oficiais da câmara apelaram, informando que os mortos continuavam “a “serem inhumados na Igreja Matriz desta Vila, para assim não servirem de pastos para os animais” (Ivo, 2017, p. 91).

⁶⁷ APEBA. Seção: Colonial e Provincial. Série: Correspondências para o Presidente da Província. Câmaras. Maço 1463. Correspondência da Câmara ao presidente da província. 04.11.1858

⁶⁸ Segundo Mozart (1992) funcionou mais de cem anos numa casa particular, depois adquirida pela Prefeitura, já no período republicano, passando a se chamar Paço Municipal” (Tanajura, 1992, p. 54)

⁶⁹ APEBA. Seção: Colonial e Provincial. Série: Correspondências para o Presidente da Província. Câmaras. Maço 1463. Correspondência da Câmara ao presidente da província. 13.05.1859. In: Ivo, 2017, p. 93

Em *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho* destaca-se que, da autorização dada pela Província da Bahia (1876) à plena construção vai-se o caminho de alguns anos. A obra, utilizando-se farta e rica documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia (como falas, mensagens e relatórios dos presidentes da Província, bem como correspondências, diferente das fontes escolhidas para essa pesquisa que, em sua maioria, se constitui de Atas do Conselho Municipal da cidade da Conquista) cita que “talvez por demora da verba [...] a construção [...] achava-se bem adiantada mediante os esforços contingentes prestados pelos habitantes desta localidade” (Ivo, 2017, p. 93 e 94).

Destaca-se nessa correspondência da Câmara ao Presidente da Província a informação de que havia um esforço local convertido em contos de réis que, ainda que não declarados, sugerem que a empreita de erguer a necrópole demandava uma quantia vultosa de recursos e que havia homens dispostos a tamanho empenho. Sugere-se também que a cifra destinada à feitura era insuficiente. A falta de autonomia dos fundos financeiros nos tempos imperiais levava a um impasse resolvido com a intervenção dos presidentes das Províncias, que autorizavam o gasto do capital.

As câmaras imperiais dependiam inteiramente de auxílios, concessões e isenções de impostos dos presidentes das províncias para a construção e manutenção de órgãos públicos, além de serem impedidas da discussão sobre questões não definidas pelo regimento, que atendessem interesses locais ou fossem “feitas em nome do povo”, devendo-se submeter-se aos interesses do governo provincial e da monarquia imperial (Ivo, 2017, p. 94).

As correspondências do período de 1863 a 1889, segundo as referências utilizadas pela pesquisadora dos sertões Isnara Pereira Ivo, trazem a preocupação da municipalidade com a construção de importantes obras públicas e os problemas que, em razão da falta de um cemitério, podia-se verificar. Assim, à construção de um cemitério somava-se a edificação da Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja Matriz, um conjunto de obras públicas modernizantes à recém-nascida Conquista.

No tocante às práticas fúnebres, o cemitério figurava nesse contexto, dentro da lógica moderna de ocupação do solo, ainda no século XIX. Segundo a geógrafa Ana Emilia de Quadros Ferraz (2001), a localidade possuía “no final do século XIX, onze ruas e duas praças [que] eram suficientes para abrigar a população urbana. A Vila possuía duas escolas públicas e

seis particulares, um cemitério com capela⁷⁰, uma igreja católica e lojas comerciais" (Ferraz, 2001, p. 31).

Um novo olhar se impunha lentamente ao espaço urbano na transição da Imperial Vila da Vitória para o Município da Conquista, no contexto social com influência das práticas sanitaristas já discutidas àquela época Brasil e mundo afora. Por isso, as Atas do Conselho Municipal trazem a preocupação entre os anos de 1893 e 1898 dentro do Orçamento Municipal Anual em destinar um montante específico, inicialmente, à conservação do cemitério municipal existente⁷¹.

2º. Registro de Orçamento do Conselho Municipal 1893. O Conselho Municipal da Cidade da Conquista usando das atribuições que lhe são conferidas decreta sob nº 1 a lei seguinte: Orçamento do Conselho Municipal. Despesa.

Capítulo 1º

Art. 1º A despesa do Município da Cidade da Conquista é ficada para o exercício de 1893 em 9:280\$000. (folha 1 verso)

[...]

§18º Conserto e conservação do cemiterio 150\$000

Receita. Capítulo 2º

Art. 2º. A receita é orçada em ... assim distribuída [quantia não informada]

[...]

§40º 1\$200 réis por sepultura dentro do cemiterio, sendo 600 réis para o zelador – 30\$000

§41º 2\$000 réis por carneiro de adulto dentro do cemiterio, sendo 1\$000 para o zelador – 12\$000

§42º 1\$000 réis por carneiro de anjo dentro do cemiterio, sendo 600 réis para o zelador – 3\$000 (Ata do dia 03 de março de 1893. Livro de Registro de Atas do Conselho Municipal 1893-1931, fl. 1, verso, fl. 2 frente e fl. 3 verso).

As discussões por vezes minuciosas conferidas no *Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal*⁷² contém uma riqueza de detalhes impressionante, fazendo crer o zelo e o cuidado com que a Intendência lidava com toda sorte de problemas que afetasse direta ou indiretamente o Município. O cemitério municipal constava do Orçamento Anual entre receitas e despesas. Nesta última, em especial, destaca-se a tabela de cobrança por sepultura aberta no

⁷⁰ As evidências sugerem que este cemitério se localizava na Rua Monsenhor Olímpio, informação já mencionada acima.

⁷¹ Este cemitério havia sido construído pela Igreja e no processo de transição do Império para a República passou a ser administrado pelo Município.

⁷² O Livro de *Registo (sic) de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931* encontra-se salvaguardado no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista. Este é um documento de extrema importância à história e memória do Município, reunindo em suas 121 folhas - desde 2 de janeiro de 1893 a 31 de dezembro de 1931, os primeiros passos da história da administração pública na organização da cidade. Rico em detalhes no tocante aos Atos da Administração Pública Municipal, as Atas das reuniões do Conselho Municipal contêm, na íntegra, toda sorte de leis e posturas que foram criados neste período da Primeira República. Em 1910, os Registros passam a ser realizados em outros Livros, retornando este documento a ser utilizado para lançamento das Atas em 1930, finalizando seus registros a 31 de dezembro de 1931.

cemitério, atualizada ano a ano, distintas por faixa etária (até 13 anos era considerado anjo⁷³, acima dessa idade já se passava à cobrança como pessoa adulta) e o valor correspondente ao zelador, cujo cargo não figura nas tabelas de despesas com pessoal.

Figura 03 – Jazigo de anjo – 1927 – Cemitério da Saudade



Fonte: Acervo da autora

Percebe-se, também, uma maior preocupação durante a vigência da Intendência do Coronel Joaquim Correia de Melo⁷⁴ em disciplinar as posturas dos municípios em ações individuais ou coletivas, especialmente relativas à morte e enterramentos. O disposto no Art. 21 a 26 da Lei n. 17 de 19 de abril de 1896 traz a normativa da Intendência sobre a disciplina quanto aos locais de enterramento e ao comportamento esperado quanto a procedimentos fúnebres bem como penalidades previstas aos infratores. Aos poucos, a feição da cidade se modifica também a partir de novas práticas fúnebres.

Art. 21. As sepulturas abertas para enterramento de cadáveres deverão ter sete palmos de profundidade, pelo menos, sob pena ao infrator de 8\$000 de multa ou trez dias de prisão.

Art. 22. Aqueles que sem licença da Intendencia fizer enterramento fora dos logares destinados pelo Intendente pagará a multa 20\$000 ou trez dias de prisão.

⁷³ Anjo é a qualidade atribuída àquelas inocentes criaturas que faleciam ainda crianças. Visando a manutenção da boa morte, o mais precocemente possível eram batizadas a fim de não morrerem pagãs. Segundo Marcelina Almeida (2007, p. 80), “os cemitérios onde houvesse ocorrido um sepultamento de criança falecida sem o sacramento do batismo, eram considerados um lugar profanado”.

⁷⁴ “No seu tempo era considerado um dos homens mais inteligentes e cultos de Vitória da Conquista, razão por que foi nomeado adjunto de Promotor Público deste termo em 1888, tendo com muita proficiência, a profissão de advogado, por ser profundo conhecedor do direito. Tomando parte ativa na política local foi o primeiro intendente deste município depois da proclamação da República, por nomeação do Governo do Estado e por eleição, no período de 1892 a 1896” (Viana, 1982, p. 215).

Na proibição deste art. se comprehende as sepulturas abertas na Egreja ou sua dependencia.

Art. 23. Nenhuma exhummação se fará antes de dois anos após o sepultamento, salvo o caso de exhummação feita por ordem da autoridade competente para averiguação da justiça.

Pena de 20\$000 de multa ou quatro dias de prisão.

[...]

Art. 25. Ficão expressamente proibidas as cantorias e resas fúnebres em altas vozes depois das 9 horas da noite, sob pena de 10\$000 ou três dias de prisão.

Lei n. 17 de 19 de abril de 1896. (Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931. Identificação nº 78, fl. 41 verso e 42 frente).

Decorre de aí compreender que já podiam-se sentir os ventos modernizantes do saber médico que já há muito sopravam sobre a capital da Província da Bahia desde meados do século. O Município, dia a dia, sofria um acréscimo ao número de habitantes e, proporcionalmente, ao número de óbitos, apresentando a necessidade não apenas de um cemitério, mas de um alinhamento de procedimentos gerais⁷⁵ e sanitários. Urgia um local com a estrutura e o espaço físico adequados ao patamar daquele movimentado sítio urbano, de forma que a capela existente não cumpria mais as funções iniciais.

Os oficiais da câmara informaram à Assembleia Legislativa que a Igreja, além de não suportar o número de mortos nela enterrados, “ameaça desabar, acontecendo o que perderá o centro da Província o seu mais belo templo, e caríssima se tornará a sua reconstrução [...] o cemitério em falta do qual são os corpos inhumados na arruinada Matriz” (Ivo, 2017, 94).

Em fins do século XIX, a municipalidade conquistense, por meio da Intendência e do Conselho Municipal, manifestava necessidade de oferta de serviços básicos. A construção de uma cadeia pública, de um mercado e do cemitério municipal ocupava a pauta dos documentos oficiais dos Registros de Leis e Resoluções, bem como do Livro de Registro de Ofícios, especialmente do início dos 1900. Paulatinamente vão entrando outras demandas na ordem do dia, como o matadouro municipal, maior demanda por instrução pública, etc.

A preocupação girava em torno do fato de o Município aumentar em população e carecer de espaços mais adequados para o funcionamento e maior necessidade de oferta de setores elementares. A questão da higiene pública perpassava essa inquietação, que pode ser atestada, por exemplo, pelos ofícios, impactando inclusive na manutenção de serviços essenciais.

⁷⁵ “Art. 59. Reunirem-se mais de três pessoas para cantorias de resas fúnebres em altas vozes, ou faserem batuques e sambas depois das 7 horas da noite. Pena de 10\$000 de multa, ou 3 dias de prisão”. ⁷⁵ (Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Identificação 12.2.17, 28 de maio de 1908, fl. 21 verso).

Registro da Lei nº 53 de 21 de Março de 1898.

Lei nº 53. O Conselho Municipal da Cidade da Conquista decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o Intendente a escolher um local próprio para a construção de um cemiterio publico, no perimetro da Cidade.

Art. 2º. Fica designada a quantia de 1:500\$000 para ser despendida com a construção do referido cemiterio.

§ único – Fica ao Intendente a autorização do plano cadastral do supra-dito cemiterio, assim como todas as mais determinações.

Art. 3º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço Municipal da Cidade da Conquista, 21 de Março de 1898 – Terencio Nunes Bahiense P., Alfredo Prates 1º S, Hermínio Silva 2º S. Registrada a fl. 75 do livro de registro de leis e resoluções do Conselho Municipal em 22 de Março de 1898. O Official de Gabinete, Philoteu Xavier de Amorim. Registre-se e publique-se. Intendência Municipal da Cidade da Conquista, 23 de Março de 1898 – José Antonio de Lima Guerra. Foi publicada a presente lei em 23 de Março de 1898, por mim secretario desta Intendencia, João Correia de Mello. Eu, João Correia de Mello, Secretario desta Intendencia Municipal, o registrei hoje, 23 de Maço de 1898.⁷⁶ (Atas do Conselho Municipal. Registro da Lei nº 53 de 21 de Março de 1898. Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931, Livro 278, fl. 75 verso e 76 frente).

Segundo a historiadora Elisiana Castro (2008), a necessidade de adequação às ações higienistas, ainda no século XIX, no Brasil, pedem o distanciamento entre vivos e os corpos em decomposição, e os sepultamentos extrapolam os recintos das igrejas. De forma ainda mais direta e visível, os locais de enterramento passam a se tornar palcos para essas demonstrações de riqueza e poder social, refletindo essa condição e mostrando uma clara hierarquização social nos espaços.

Em sua narrativa, Viana (1982) já havia escrito que

no decorrer do tempo passaram os moradores a fazer os enterramentos num local mais distante em um cemitério cercado de madeiras e depois murado, localizado na Praça Cel. Pompílio, entrada da Rua da Santa Casa. Nesse cemitério foram sepultadas centenas de pessoas da antiga sociedade conquistense ligadas à nossa História. Até no ano de 1922 ainda se enterravam os corpos dos mortos nesse cemitério. Do lado de fora do cemitério, eram feitos enterramentos e até 1935 existia um arruado de 'carneiros e o mausoléu do Coronel Pompílio Nunes de Oliveira, que era em forma de pequena igreja, com porta de entrada (Viana, 1982, p. 556).

Sobre o trecho destacado, cabem algumas reflexões cruciais a fim de compreender a maneira pela qual se deu a política de criação das necrópoles no Município. Já é possível perceber uma necrópole administrada pela municipalidade em local mais distante, embora falte o dado temporal. O autor, porém, chama atenção para o fato de nele terem sido sepultados

⁷⁶ Não foi localizado nas Atas das reuniões do Conselho Municipal o trâmite que envolveu a suposta doação do terreno para construção do primeiro cemitério secularizado do Município de Conquista.

“centenas de pessoas da antiga sociedade conquistense ligadas à nossa História”. A quem, pois, ele estava se referindo? Ao conjunto da população ou a um grupo social específico? Talvez as duas últimas linhas ajudem a compreender melhor a categoria de pessoas à qual Aníbal estava se reportando, pois dentre as pessoas da sociedade destacou o Coronel Pompílio Nunes de Oliveira⁷⁷, cuja última morada era sinônimo de “ostentação de poder advindo da riqueza e da linhagem nobre e de sua glória individual” (Sial, 2005).

Além do mais, quem seriam aqueles a quem era destinado o lado de fora do Cemitério? Pergunta respondida prontamente pelo memorialista, diante de uma doença altamente contagiosa, a peste bubônica, em 1927: “Os mortos eram sepultados dos lados exteriores do cemitério que era rodeado de mato”.

Por sua notoriedade, noutros tempos, o corpo do Coronel teria por destino um lugar especial dentro da Igreja, o que não ocorreu porque àquela altura a Intendência já havia proibido os enterramentos no interior dos templos religiosos, o que já indica o controle do cemitério por parte da administração municipal, como dito anteriormente sobre o aporte financeiro a ele destinado. Seu túmulo era constituído de um mausoléu “em forma de pequena igreja, com porta de entrada”, remetendo-se à prática de reprodução dos espaços sagrados como uma espécie de garantia de acesso ao paraíso.

Segundo Ivo (2017),

o coronel Pompílio Nunes de Oliveira era um homem muito rico e poderoso e ocupou postos estratégicos na administração local, é possível entender por que as autoridades da capital não se imiscuíram nas questões intestinas da cidade nem mesmo quando as acusações atingiam diretamente a justiça do Estado (Ivo, 2017, p. 238)

Até 1921, vários espaços de enterramento funcionavam, concomitantemente na Cidade da Conquista, tendo a Intendência poder sobre todos eles. Por isso, a 25 de agosto de 1921, sob a presidência do conselheiro Jesulindo de Oliveira, foi apresentado o Projeto de Lei nº 91, com o seguinte teor:

A Comissão de Hygiene e obras publicas, tendo em vista a representação de diversos habitantes desta Cidade, e que pedem providencias afim de que seja prohibido os enterramentos no Cimiterio a Rua Monsenhor Olympio Pereira e atendendo o que vai de encontro aos mais rudimentares preceitos de hygiene urbana o interramento de cadáveres em local próximo de habitações e junto a vias publicas de trânsitos continuados. Atendo a que o Cimiterio Municipal a rua Monsenhor Olympio Pereira não só deixa de preencher as necessidades da

⁷⁷ O Coronel Pompílio era inimigo de Maneca Grosso, que por sua vez era aliado do Coronel Gugé e dos Fernandes de Oliveira, isto é, era um homem poderoso e que se envolveu em disputas diretas pelo poder municipal.

população, como tambem pela proximidade de tres a quatro metros das casas mais proximas e o matadouro, que lhe fica ao lado, constitue um grave perigo a saude publica; attendendo á que existe um cimiterio tambem Municipal, em condições de saptisfazer ao grande desenvolvimento da população desta Cidade e d'ella retiralo cerca de um kilometro com todas as exigencias hygienicas: são de parecer que deve ser aprovado o seguinte projecto de lei sob nº 91⁷⁸: Art. 1º - Fica o Intendente Municipal autorizado a declarar enterdito o Cimiterio Municipal á Rua Monsenhor Olympio Pereira. Art. 2º - O responsavel por qualquer enterramento depois da publicação da presente lei, pagará a multa de dois contos de reis pela infração. Art. 3º - Revogam-se as desposições em contrario. Sala das sessões do Conselho Municipal, em 25 de Agosto de 1921. (Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Identificação 12.2.17, fl. 83 verso e 84 frente)

A Ata⁷⁹ indica o aumento da densidade demográfica e ocupação do espaço urbano e a pressão que ‘determinados habitantes’ exerciam sobre as decisões da municipalidade e o fato de, mesmo após a construção do Cemitério da Saudade na Intendência do Coronel Gugé, em 1915, este não se constituiu como único e exclusivo espaço público delimitado pelas autoridades municipais para fins de enterro, visto que continuou sendo utilizado o Cemitério da Rua Monsenhor Olímpio. Ou ainda revela uma certa recusa da população em guardar os cadáveres de seus entes naquele Cemitério, talvez por sua distância do centro da cidade ou por outro suposto motivo, hipóteses que ajudam a explicar a pesada multa de dois contos de reis pela infração à Lei aos que insistissem na prática.

Retomando o registro de Viana (1982), verifica-se que este cemitério funcionou até o ano de 1922, recebendo corpos da população local. O que não é citado no registro é o motivo pelo qual o espaço continuava em pleno funcionamento, inclusive com enterramentos do lado de fora, enquanto outro cemitério já havia sido criado – o Cemitério da Saudade, que será apresentado no próximo capítulo.

O que teria levado ao fato deste cemitério continuar em operação e com a realização de sepultamentos em sua área externa? Não há dados suficientes para uma conclusão mais precisa. Contudo, levando-se em consideração que este foi, oficialmente, o último espaço de inumação no Município até o pleno funcionamento do Cemitério da Saudade ocorrer, de fato, este derradeiro cemitério não dispunha mais de espaço para proceder com os enterros em seu interior.

⁷⁸ A Comissão de Fazenda apresentou seu parecer favorável em 17 de novembro de 1921, sendo finalmente esgotas as discussões e o projeto unanimemente aprovado pelo Conselho em 22 de novembro de 1921.

⁷⁹ São, para essa pesquisa, de extrema relevância, os registros das Atas do Conselho Municipal para compreender a maneira com que as autoridades municipais conduziam a questão das posturas em relação a suas necrópoles e como tratava a questão da morte.

Quando se cruzam os dados de funcionamento do cemitério ‘velho’ (até o ano de 1922) e o Cemitério da Saudade (criado em 1915) algumas reflexões são levantadas, dentre elas a questão da resistência da população em sepultar seus mortos na nova necrópole, longe dos terrenos santificados das igrejas e a dificuldade de acesso a este novo cemitério, mais distante do adensamento urbano. Como dito anteriormente, este Cemitério é assunto que será tratado à parte, no próximo capítulo.

O jornalista e memorialista Aníbal Viana destaca que “até 1935 existia um arruado de carneiros e o mausoléu do Coronel Pompílio Nunes de Oliveira, que era em forma de pequena igreja, com porta de entrada”. Aqui cabem outras importantes ponderações. Muito embora os Livros de Registros do Conselho Municipal apontem para a elaboração e aprovação de leis e posturas municipais, indicando em suas Atas que havia uma grande preocupação em organizar a cidade que crescia e exigia mais cuidados por parte dos Intendentes e Conselheiros, os registros de Viana (1982) e Mozart (1992) apontam que, na prática, havia uma dificuldade/resistência especialmente de setores ligados à sociedade conquistense em cumprir o que estava determinado nos éditos municipais.

Assim, apenas

quando o Senhor Florentino Mendes de Andrade ocupou o cargo de Prefeito [20 de maio de 1936 a 20 de novembro de 1937] foi feita a demolição do Cemitério Velho, sendo os restos mortais dos carneiros conduzidos ao Cemitério Novo e ali novamente sepultados.

Os restos mortais do Cel. Pompilio e de pessoas de sua família estão no mausoléu construído pelos descendentes no atual Cemitério. D. Ana Angélica de Lima, (D. Sinhazinha Santos) foi sepultada no Cemitério Velho em carneiro da família (Viana, 1982, p. 556).

2.3 DOENÇAS E MORTE – UMA RELAÇÃO DE CO-DEPENDÊNCIA

O modelo de morte predominante no Brasil urbano do século XIX é o que se pode dizer de barroco, rico em detalhes simbólicos, ritualísticos e míticos que garantiam a boa morte – a morte idealizada. E esta morte, de acordo com o professor João José Reis (1991), era solidária, pois o processo do moribundo até a sepultura era cercado de gente, cantos, rezas e sinos, palmas, tambores e até orquestras. “Os funerais antigos eram manifestações emocionantes da vida social” (Rodrigues, 1997, p. 12).

A ocorrência de epidemias na Corte e nas províncias ainda na primeira metade do século XIX impactou definitivamente sobre a liturgia de bem morrer. A tolerada e pacífica

convivência entre vivos e mortos passou a ser temida. João José Reis, ao prefaciar a obra *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, da professora Cláudia Rodrigues, afirma que foi assim que os vivos expulsaram os mortos da cidade, que até então pertencia a ambos.

Com o processo de expansão decorrente do aumento da circulação de pessoas pela região de Conquista, multiplicam-se os vetores de doenças. Viana (1982); Tanajura (1992) Torres (1992) e Chaves (2013) apresentam algumas epidemias que abateram a região entre meados do século XIX e XX. Em meados dos Oitocentos, um surto de cólera-morbo⁸⁰ causou pânico e vítimas fatais. Segundo Souza (2013, p. 36), temia-se que indivíduos infectados espalhassem a doença, fazendo com que nestas épocas o governo estadual cuidasse de nomear um médico ou comissões de médicos para dirigir as ações de saúde e frear a disseminação do mal nos municípios afetados. Assim, o jornalista Aníbal Viana descreveu a epidemia de cólera no Município da Conquista:

No ano de 1854, nesta região sudoestina, principalmente neste e no município de Condeúba houve um surto de “**Cólera-morbo**” cuja doença causou pânico pela grande quantidade de vítimas fatais numa época em que a população da zona era pouca.

Para combater o mal o Governo da Província mandou para a zona o recém-formado médico o Dr. João Francisco Viana, em comissão, para atender as populações dos dois municípios: Imperial Vila da Vitória e Santo Antônio da Barra (mais tarde Condeúba). Com muita coragem e espírito de humanidade o jovem médico enfrentou o perigo, pios que nenhum outro médico aceitou desempenhar a arriscada incumbência.

Tratou de centenas de pessoas atingidas e conseguiu debelar o terrível mal. Em 1854, a população da sede da Imperial Vila da Vitória não atingia 1.500 pessoas (Viana, 1992, p. 506).

Embora a quantidade de pessoas residentes à época fosse relativamente pequena⁸¹, se comparada à população que o Município de Vitória da Conquista alcançou no último Censo⁸², em 2022, por tal informação acima apresentada, percebe-se a preocupação do Governo da Província em debelar o mal, enviando para a região um médico para atender a população acometida. A questão sanitária se constituiu numa grande preocupação também durante a Imperial Vila da Vitória, o que levou o Governo da Província a mandar para essa região o Dr. João Francisco Viana, que conseguiu controlar o mal do cólera-morbo.

⁸⁰ Segundo pesquisas, o cólera-morbo consistia num tipo de adoecimento caracterizado por uma diarreia aguda, ocasionando um processo de desidratação e perda de peso acelerado quase sempre letal.

⁸¹ De acordo com Viana (1982), a população da cidade em 1911 era de aproximadamente 3 mil habitantes.

⁸² Em 2022, a população era de 370.879 habitantes e a densidade demográfica era de 113,97 habitantes por quilômetro quadrado. Fonte: IBGE

Este, porém, não foi o único episódio de epidemias no Município. Na virada dos Oitocentos aos Novecentos, varíola, gripe espanhola e peste bubônica causaram cerca de 20 milhões de óbitos em todo o mundo, ocasionando tais epidemias casos letais em Conquista. Segundo Viana, (1982), a mortandade era de 60% dos atacados pela peste.

Em 1908, segundo Tranquilino Torres (1992), a varíola abateu o Município, vitimando inclusive o benquisto Padre Fábio de Oliveira Moreira, predicado como infatigável e dedicado coadjutor da freguesia. Torres traz o registro do Livro de Tombo da Igreja Matriz para narrar o passamento do reverendo, o qual é apresentado a seguir.

Na quinta feira, 28 de novembro, às 18 horas, faleceu vítima de gripe – forma meningo-espinal, o rvdo. Sr. Pe. Fábio de Oliveira Moreira [...]. Tendo chegado de uma desobriga no dia 18, fora fortemente atacado de insidiosa moléstia no dia 22, quando não mais celebrou. No dia 2, sabendo que sua moléstia se agravara, combinei com o Dr. Crescêncio Silveira, seu médico assistente, a sua transferência para minha residência, o que se realizou neste mesmo dia. Apesar dos cuidados do seu médico assistente e do Exmo. Sr. Dr. Nicanor Ferreira, o querido Pe. Fábio entregou seu espírito nas mãos de Deus, em minha residência, às dezoito horas do dia 28, assistido por grande número de amigos, que lhe admiravam a virtude e o saber. O seu enterro efetuou-se no outro dia, 29 de novembro, com grande concorrência de pessoas graúdas e do povo, em sepultura aberta aos pés do altar do Senhor dos Passos, em uma das sacristias da Igreja Matriz. Não deixou testamento. Requiescat in Pace! Conquista, 30 de novembro de 1918. Vicário Atico E. da Rocha. (Livro de Tombo da Igreja Matriz, Diocese de Vitória da Conquista). Livro de Tombo *apud* Torres, Tranquilino. p. 82)

Apesar das Posturas Municipais indicarem, desde 1896, a proibição da prática de enterro na igreja, ao que indica o registro paroquial autoridades do clero continuavam a merecer essa exequia especial, ainda que fora em nome dos miasmas que as políticas sanitárias do século XIX proibissem os enterros nas igrejas, sobretudo pelo risco advindo do contato com os ares pútridos decorrentes de doenças contagiosas dos cadáveres em decomposição.

Aos pés do altar, o pároco vitimado de gripe fora enterrado. Ter seu corpo abrigado no lugar santíssimo do catolicismo advinha das honrarias recebidas pelo sacerdote e da continuidade das práticas que remetiam à Baixa Idade Média. Continuar sendo inumado na igreja a despeito de toda a legislação estabelecida, era fruto do prestígio social das autoridades eclesiásticas, conferido a poucos⁸³. O registro também aponta para o rápido abatimento que a doença causava, uma espécie de sentença da qual não se podia escapar.

⁸³ A este respeito, Viana (1982) ao escrever sobre os enteramentos que ocorriam na cidade de Conquista, destacou que até o ano de 1918 os mortos eram entrados dentro da Igreja (Viana, 1982, p. 504).

As epidemias e as mortes por elas causadas exigiram da Intendência e do Conselho Municipal local elaboração e cumprimento de novos procedimentos sanitários. Os registros indicam essa preocupação com a adoção de providências visando o conjunto da população.

Art. 30. Conservar na Cidade, ou nos povoados variolosos, ou outras pessoas de moléstias contagiosas. Penas de 20\$000 de multa ou 6 dias de prisão. Art. 31. Conservar em casa algum cadáver por mais de vinte e quatro horas, ou levar para o cemiterio cadáver em caixão que não esteja hermeticamente fechado. Pena de 10\$000 de multa ou tres das de prisão. Art. 32. Depositar no adro da Igreja, ou em outro logar publico, algum cadáver por mais de meia hora. Pena de 5\$000 de multa, ou dois dias de prisão (Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Identificação 12.2.17, 28 de maio de 1908, fl. 20, frente).

A doença e a morte impactaram diretamente a redação de novo Código de Posturas já nos Novecentos. Questões que hoje soam como corriqueiras, nos primeiros decênios do século XIX eram ‘novidades’ estabelecidas pela legislação, como o enterramento em caixões fechados e o tempo máximo entre a morte e o sepultamento. A chegada das epidemias exigiu implementação de políticas públicas ‘mais modernas’. Com o aumento populacional e o adoecimento em curva ascendente, a letalidade era um fato. E isso se traduzia nas discussões e na implementação de medidas imediatas, a exemplo do Art. 81 da nova lei: “Nas ocasiões precisas o Intendente designará o logar onde devem ser colocadas as pessoas atacadas de varíola ou de outras molestias contagiosas” (Ibid. 28 de Maio de 1908, pag. 23 frente). Por isso, não apenas os doentes necessitariam de um isolamento físico para poupar do contágio seus entes, mas os cadáveres também exigiam cuidados redobrados. Aos moribundos e aos mortos, vigilância.

Retomando a questão sanitária, segundo Chaves; Amorim (2013, p. 86), as condições de vida desses Arraiais eram mínimas e a pobreza e a ausência de serviços eram a regra, inclusive no que se refere aos cuidados e à saúde. A Imperial Vila da Vitória não contava com serviço médico próprio que pudesse atender às suas demandas, bem como o fato de o número de óbitos ter contribuído, muito provavelmente, à necessidade de construção não muito distante de outro cemitério.

Foi num cenário epidêmico que estas mudanças aconteceram. A prescrição de recomendações técnicas⁸⁴ para os sepultamentos impuseram definições do que passaria a ser considerado aceitável: o tamanho das covas, o tempo prescrito para exumação dos cadáveres, a vigilância sobre os dobres e repiques dos sinos.

⁸⁴ Os Livros de Atas e Registros do Conselho Municipal da Conquista citam a existência e atuação da Comissão de Higiene e Obras Públicas, encarregada das atribuições ligadas especialmente à questão sanitária.

No Recife de meados do século XIX, a proibição de repiques de sinos se deu, segundo se verificou na pesquisa de Vanessa Sial (2005), para não aterrorizar danosamente aqueles que se achavam atacados da febre. No Município de Conquista, as Posturas Municipais, através da Lei n. 17 de 1896, determinavam proibição semelhante.

Art. 24. Fica prohibido rapicar o sino da Egreja desta cidade por mais de tres vezes diárias para enterramento de menino ou adultos, durante a estada do corpo na câmara mortuária, ou para qualquer actos involventes ao sufrágio de sua alma, sob pena de ser multado o empregado do sino em 10\$000 ou dois dias de prisão⁸⁵ (Lei n. 17 de 19 de abril de 1896, fl. 42 frente. Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931.)

As problemáticas envolvendo questões de saúde pública são novamente retomadas em pautas seguintes do Conselho Municipal de Conquista. Em 13 de Fevereiro de 1912, quando da primeira reunião período daquele ano, a

Comissão de Viação Hygiene e obras publicas apresentou o parecer sobre o Ofício do Senhor Intendente Municipal [Leônio Satyro dos Santos Silva] e relatório do médico do Município com relação a epidemia que grassa no logar Denominado Santo Antonio deste Município, sendo a Comissão de opinião favorável, lembrando ao Conselho necessidade de abrir um credito extraordinario da quantia de quatro contos de reis para o pagamento de medico enfermeiros ambulancia e mais despezas correlativas; e a conveniencia de se officiar ao Excellentissimo Senhor Doutor Governador do Estado solicitando-lhe providencias, por quanto são deficientes as que estão em nosso meio (Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal Identificação 12.2.17, fl. 19 frente).

O aumento da circulação de pessoas em Conquista favoreceu, naturalmente, a eclosão de epidemias. Ao tempo em que se preocupava em criar mecanismos no setor de saúde para controlar e debelar tais moléstias, o Município procurou isolar os infectados e também destinou um local em separado para os mortos pela doença⁸⁶. O combate à epidemia de varíola em Vitória da Conquista, em fins dos anos de 1910, contribuiu para a implementação de uma política de saúde mais ampla, com medidas profiláticas, refletindo na própria forma de enterro das vítimas, pois estas exigiam uma espacialidade distinta a fim de não espalhar ainda mais a doença.

A situação sanitária do Município da Conquista em início do século XX pareceu, de fato, inspirar grandes cuidados nos primeiros decênios, pois providências específicas requeridas e urgentes denotavam o descontrole por parte das autoridades municipais, em lidar com as

⁸⁵ Certamente houveram tentativas de resistência frente às mudanças que ocorriam no Município de Conquista no início dos Novecentos. Punição com pagamento de multa ou prisão certamente inibiam maiores reações da população.

⁸⁶ Este é um tema sobre o qual carecem maiores investigações historiográficas em nível local.

peste, conforme se percebe na Ata de 12 de maio de 1913 (Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Identificação 12.2.10 fl. 69 a 72), quando os Conselheiros apreciaram Ofício encaminhado pelo Intendente Municipal José Fernandes de Oliveira Gugé, “solicitando autorização para contratar um medico afim de providenciar sobre o estado sanitario do Município [...] visto as pessimas condições sanitarias” (fl. 69 verso). Em 14 de Maio foi apresentado pelo conselheiro Marcellino Mendes o projeto 128, “authorizando o Intendente a contratar um medico para o tratamento dos habitantes pobres do Município atacadas de varíola e sarampão e outras moléstias” (fl. 72 frente).

Figura 04— Projeto de Lei nº 126 autorizando contratação de médico para tratamento de varíola - Ata do dia 14 de maio de 1913

se Marcellino Mendes, foi apresentado seu
projeto sob o numero 126, autorizando
o Intendente a contratar um medico
para o tratamento dos habitantes pobres
do Municipio, atacados de varíola e pa-
raquim e outras moléstias, e a servir de
vacinação e revaccinação e bem assim
jalar e fumigação e cobrir a higiene e
mobilizar e prazer e que seja no pagamento
não haver culpa do Intendente - Louvoe São
Joaquim e Intendente autorizou a des-
pêts de feda a rubra de 800 de maio 9 de outubro
do Municipio, nesse dia 23 de Novembro
de 1913. O autor presidente, encaminhando
o projeto fesse juntado a comissão de
Higiene, apto de emendar e aprovar. Sôlo

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista

De acordo com Souza (2013), devido à gripe espanhola do final do ano de 1918, seções do Conselho Municipal foram suspensas e um clima de apreensão varreu o Município pelo alto número de adoecimento e mortes. Figuras de destaque foram acometidas pelo mal e sucumbiram, a exemplo do Padre Fábio e do xx-Intendente, Coronel Joaquim Correia de Melo (Viana 1982 *apud* Souza 2013).

No Município de Conquista, Atas de Sessão Ordinária e Extraordinária do Conselho Municipal já registravam, desde o dia 13 de fevereiro de 1918, designação de recursos para contratação de médico-enfermeiro para fins de assistência à saúde de munícipes acometidos por febres. E a Comissão de Viação, Higiene e Obras Públicas, grupo que propunha a discussão e encaminhamento de providências urgentes para esse fim, aprova em 03 de outubro do referido ano registro do Projeto de Lei número 40, aprovado pelo Conselho Municipal da Cidade da Conquista.

Figura 05 – Projeto de lei nº 40 votando autorização para construção do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia – 30 de setembro de 1918

30 de setembro de 1918
 Projeto. Foram submetidos a votação
 na discussão o projeto, número 40, que
 Concede a Santa Casa de Misericórdia
 em prol dos emigrantes para a edifi-
 cação de um Cemitério, o número
 42, que regulariza a construção de
 Casas edificadas no perímetro

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista

Se atribuía à Santa Casa de Misericórdia a construção de um cemitério para sepultamento dos cadáveres dos variolosos. Provavelmente, nascia aí o *Cemitério dos Bexiguentos*⁸⁷, pela necessidade de isolamento e destinação de espaços específicos para os vitimados por febres em geral no Município. Tal espaço de inumação não é, pois, objeto da presente pesquisa.

Assim, fez-se um novo fora do perímetro urbano,

[...] que passou a chamar-se "Cemitério dos Bexiguentos." Situava-se além do sítio onde se edificou o atual hospital Regional Crescêncio Silveira. Criou-se o Comité de Caridade para auxiliar as autoridades responsáveis na luta contra a varíola, que já grassava sob as espécies hemorrágica, "pele de lixa" e "olho de polvo", as mais temidas pela população, porque deixavam marcas indeléveis pelo corpo, quando não matavam (Tanajura, 1992, p. 68-69).

Segundo Tanajura, “diante da gravidade da situação, Ascendino Melo, Intendente do Município, solicitou e obteve das autoridades sanitárias do Estado a vinda do médico Dr. Luiz Régis Pacheco Pereira a Vitória da Conquista, a fim de debelar a grande epidemia” (Tanajura, 1992, p. 68 e 69).

Em 1919, assinalou Tanajura (1992), a varíola se constituiu novamente numa rápida e amedrontadora ameaça, levando muitas pessoas a óbito. A única unidade de saúde da cidade, a Santa Casa de Misericórdia, não comportou o grande número de vítimas, sendo necessário que a Intendência instalasse vários isolamentos para socorrê-las. Como medida preventiva, proibiu-se que os mortos virulentos fossem enterrados no recém criado Cemitério da Saudade⁸⁸. Segundo Maria Aparecida Borges de Barros Rocha (2013), situações excepcionais como surtos

⁸⁷ Segundo Viana (1992) este novo espaço situava-se na estrada da fazenda São Pedro, localizado próximo ao atual Hospital Regional Dr. Crescêncio Silveira. O Cemitério dos Bexiguentos foi um espaço cemiterial emergencial para sepultamento de pessoas mortas em decorrência da epidemia de varíola que acometeu o município de Conquista no final dos anos de 1910. Segundo Aníbal Viana (p. 556-557). Embora extremamente importante em sua historicidade, este espaço cemiterial não será detalhado no presente estudo e carece de maior aprofundamento para compreender toda a sua complexidade.

⁸⁸ Inaugurado no ano de 1915, o Cemitério da Saudade foi construído na administração municipal do Intendente Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé. A área era bem afastada, tendo Dona Laudicéia Gusmão como moradora mais próxima, nas imediações da atual Praça Camilo de Jesus Lima.

epidêmicos gerava ainda maior necessidade de construção de espaços específicos, “pois em tempos de guerra, de fome e de peste dá-se a abolição de todos os parâmetros e cuidados que tornava a morte individualizada e ritualizada” (Rocha, 2013, p. 201).

A partir do grande aumento no número de óbitos registrados em decorrência do surto de febres em geral e da varíola, o Município de Conquista consolida, aos poucos, a necessidade de apartação⁸⁹ destes corpos das vítimas de doenças geradoras de verdadeiras epidemias. Ao tempo em que se preocupava em criar mecanismos na Comissão de Viação, Higiene e Obras Públicas para controlar e debelar tais doenças, o Conselho Municipal apontava para a necessidade de destinar um local em separado, fora do Cemitério da Saudade, para enterrar as vítimas de varíola. Assim, em 1919, conforme assinalou Tanajura (1992), a varíola se constituiu numa voraz ameaça levando muitas pessoas a óbito.

Em 17 de novembro de 1919 foi levado à apreciação do Conselho ofício do Intendente Municipal, Ascendino dos Santos Melo, pedindo abertura de um crédito para socorrer os variolosos pobres do Município, para o que foi aprovado, com o Projeto de Lei nº 66, o montante de “8:000\$000 oito conto de reis para o Intendente ocorrer as dispezas com o tratamento dos variolozos pobres deste Município” (Ibid., fl. 96 frente e verso). Tal epidemia provocou por parte da Santa Casa necessidade de receber maior subsídio do Município para custear o tratamento dos adoecidos pobres, bem como afetou as taxas de mortalidade na Cidade da Conquista e, inevitavelmente, acabou por impactar a política de enterramentos, como dito anteriormente.

No início do ano de 1920, durante a Intendência do Coronel Ascendino Melo e sob a presidência do Conselho do Coronel Paulino Fonseca, novo crédito é concedido para atendimento de diversas demandas, como a construção do quartel e cadeia, que ainda funcionavam em prédio alugado, a desapropriação da Praça Doutor Seabra e Rua das Boiadas, bem como “com o tratamento dos variolosos pobres deste Município e para abertura da avenida que em alinhamento a Santa Casa de Misericórdia, vá terminar na estrada que vae para o Cemiterio Municipal” (Ibid., fl. 112 frente).

A cidade de Conquista, de acordo com Cleide Lima Chaves e Tatiane Pereira Amorim (2018, p. 146), passa a enfrentar a peste bubônica em 1927. Citando o Jornal O Combate, afirmam que o movimento de contágio da doença se deu do interior para a capital (2018, p. 163), na contramão do que geralmente ocorria, gerando mais de 100 vítimas em 1928.

⁸⁹ Fato curioso é que, inacreditavelmente, o matadouro municipal funcionava nas proximidades da Santa Casa e do cemitério criado para os vitimados por varíola (Tanajura, 1992, p. 163).

A morte permeava, pois, os sertões na virada do século XIX aos primeiros decênios do século XX, em decorrência do contágio que a circulação dos doentes provocava. Todo esse expressivo número de doentes exigiu novo olhar diante da morte e dos ritos fúnebres. A política pública que impôs à população isolamento exigiu mais celeridade aos velórios realizados no interior da igreja, e discrição na quantidade de repique de sinos⁹⁰ e rezas fúnebres cantadas em grupo e em voz alta.

O adoecimento que levava à morte acentuou a desigualdade entre ricos e pobres. A morte cedo ou tarde a todos acometia, mas a falta de recursos, saneamento e de melhores condições de sobrevivência em tempos de pestes favorecia a que os paupérrimos fossem ao seu encontro mais rapidamente. Nem mesmo a tentativa de isolamento dos doentes obteve o efeito desejado, pois muitos se contaminavam indo a óbito. O jornal *A semana* publicou uma situação que acentuava ainda mais a desigualdade perante a morte.

Vítima de peste bubônica, faleceu a infeliz Maria Anísia de Jesus, que vivia com o velho Ignácio de Souza Meira. Achando-se na miséria [...] ante o cadáver da que lhe fora companheira, na impossibilidade, por falta de meios de dar-lhe sepultura. Era de cortar o coração vê-lo pelas ruas da cidade [...] pedindo em vão meios de fazer o enterro de sua pobre companheira. A noite daquele dia velou, ele só o cadáver, pois que da sua casa todos esquivavam como dum lugar maldito. [...] Tudo lhe negaram até o esquife para o transporte do cadáver ao cemitério. E o enterro se fez, envolto o cadáver uma esteira, pendurado em um pau e conduzido pelo desgraçado velho e dois homens do povo (*A Semana*, 1928).

O artigo de *A Semana* traz um componente elementar à análise à História da Morte no Município: a dificuldade de realização de um sepultamento digno. Custear um enterramento exigia uma pequena monta. Uma parcela da população era desprovida do recurso para aquisição do caixão bem como para pagamento por sepultura aberta no Cemitério. Situação no mínimo constrangedora e vexatória. O caso de Anísia choca pela crueldade do contexto do féretro e, num cenário de pestes e desigualdades, não foi fato isolado.

Segundo Chaves; Amorim (2018) “o caso descrito exemplifica o medo das pessoas em tempos de epidemia, mesmo este que fazia com que muitos laços e costumes se rompessem [...]. Tudo isso por medo da contaminação” (p. 165). Este medo somado à real possibilidade de contágio restringia naturalmente o número de acompanhantes à última morada. As relações

⁹⁰ As Constituições do Arcebispado da Bahia, publicadas pela primeira vez em 1707 e editadas em 1853, já haviam estabelecido limites para o estrondoso barulho, definindo: “homens até três badaladas, mulheres até duas e crianças apenas uma. Essas badaladas podiam ser utilizadas para anunciar a morte, depois no início do cortejo e, por fim, no sepultamento, não passando de novo para homens, seis para mulheres e três para crianças” (Andrade Junior, 2017, p. 146).

entre saúde x epidemia x morte x cemitério marcaram os primeiros tempos republicanos da jovem cidade. E a Comissão de Higiene e Obras Públicas tinha grandes desafios diante de si.

No registro da Lei Orçamentária 173, além das somas previstas em decorrência dos serviços de sepultamento e exumação, o Conselho traz o texto definitivo sobre regulamentos sanitários importantes à compreensão do agravamento da questão sanitária no Município nos primeiros decênios dos 1900. Para o ano de 1928, previa-se, através do disposto no Art. 24 e Art. 1 da Lei 173 e 181, respectivamente:

Fica o Intendente autorizado a abrir o credito que fôr necessário no Caso de calamidade publica, invasão de peste ou sobre qualquer assumpto de imediato interesse, se o Conselho não estiver reunido, submetendo entretanto, seu acto á apreciação deste, logo que esteja funcionando.

[...]

Registro do projecto de lei, sob nº 181, aprovado em 3^a discussão. O Conselho Municipal de Conquista decreta: Art 1º Fica autorizado o senhor Intendente a despender até a quantia de 5:000\$000 em auxílio do serviço e prophilaxia, ora levado a efeito nesta Cidade pela comissão Sanitária, e do tratamento das pessoas desvalidas que forem atacadas de peste bubonica. §1º Despesas eventuais é a verba por onde deve sair o referido credito (Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal. Identificação 274. Fl.52 frente e 54 frente).

Mesmo com o montante destinado a controlar uma crise sanitária ou contornar seus efeitos, as súmulas do Conselho Municipal trazem um aporte ainda maior de recursos financeiros. O projeto, transformado em Lei nº 187 com aprovação do Conselho, traz a abertura de um crédito de 10:000\$000 (dez contos de réis) para atender às despesas em decorrência da epidemia da peste (medicamentos e pessoal para tratamento e profilaxia dos doentes).

De acordo com a professora Cleide Chaves (2018), fugindo da peste, muitas foram as pessoas que migraram em direção às suas fazendas, tentando evitar ou adiar o máximo possível o contágio, fator que ajuda a evidenciar ainda melhor a disparidade que ricos e pobres tinham no enfrentamento das doenças e, consequentemente, da sua letalidade. Contudo, essa corrida massiva de políticos e autoridades se manifestou insuficiente frente ao avanço da peste bubônica, o que contribuiu para a abertura de cemitérios em várias localidades rurais, do qual se conclui a dificuldade logística de enterramentos nas zonas mais afastadas do adensamento urbano.

O *Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal*, iniciado em 19 de maio de 1926 e terminado em 03 de setembro de 1930, complementa o livro anterior, tendo sido redigido no mesmo período. O registro do projeto orçamentário do Município de Conquista para o ano de 1924, sob nº 120, traz minuciosamente o Orçamento para o exercício daquele ano, onde

constam, junto aos artigos e incisos das despesas, o “§25, com a edificação de um Cimiterio no Arraial de José Gonçalves, 1:000\$000” (Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal. Identificação Nº 274. Fl. 02 verso.) Esta é a primeira vez desde os primeiros registros em 1893 dando conta de investimentos na construção ou manutenção de uma necrópole na zona rural do Município.

Em *A Semana*, edição de 19 de agosto de 1928, a folha 2 descreve os termos em que se deu a entrega do cemitério da localidade de José Gonçalves. A criação da necrópole do Distrito se deu a partir da demanda, motivada pelo aumento populacional do distrito e consequente alta do número de óbitos. E é o periódico que retrata como de fato se deu o processo de concessão do espaço de inumação à população.

No dia 12 do corrente, houve em José Gonçalves, antigo Guigó, uma festinha que muito agradou a população d'aquelle logar e a todos que desta cidade foram em demanda de tão prospero arraial.

Trata-se de um acto religioso que consistiu no benzimento do novo cemiterio recentemente constituído alli, e da enthronização de um quadro do Coração de Jesus.

A's 16 horas mais ou menos, viam se na praça do mercado, grande numero de cavalheiros, senhoras e senhorinhas, automóveis repletos de pessoas, que dirigiam-se ao cemitério onde o revmo. pe. João Ramos Marinho, digno vigário da reguezia rodeado de grande numero de pessoas da elite, de José Gonçalves, benzeu o cemiterio, notando-se em todos a maior veneração á morada dos que vão desta para outra vida.

À's 18 horas [...] compareceu inclusive a filarmônica local.

Terminada a ceremonia, o snr. Manoel Almeida, ofereceu ás pessoas presentes um jantar [...] que se prolongou até tarde noite (A Semana. Anno VI. Conquista, 19 de Agosto de 1928. Fl. 2)

A entrega do equipamento público cemiterial no distrito de José Gonçalves permite verificar a comoção gerada em torno daquele espaço. Inaugurações em geral aglutinavam uma quantidade expressiva de pessoas, mesmo quando se tratava de um cemitério. O evento, em tom de celebração, contou com a presença de autoridades e pessoas distintas da sociedade, benzimento da edificação e apresentação da filarmônica local, “notando-se em todos a maior veneração à morada dos que vão desta para outra vida”. O cemitério municipal, embora administrado pelo poder público, continuava ainda a carregar a característica de campo santo. Ao receber as bençãos eclesiásticas, o terreno passava a ser revestido de sacralidade, tornando-se assim lugar digno de sepultamento.

O semanário *A Notícia* trouxe, na coluna Notas Sociaes uma nota de falecimento em que aparece, por exemplo, outro Cemitério Municipal localizado no povoado por nome Furado da Roseira.

Notas sociaes

[...] Fallecimentos

Victima de crueis padecimentos, faleceu no dia 17 do findante, em sua fazenda Alagoinha, deste termo, o sr. Appolinario Gonçalves Vianna, que ali residia. Contava 63 annos de idade e deixa viúva, a exma. sra. d. Rachel Galdina de Queiroz, e 13 filhos, dos quaes 5 são menor de idade.

O seu sepultamento foi effectuado no logar Furado da Roseira, deste Municipio.

Pezames a todos da sua exma. família (A Noticia, Anno III, 17 de outubro de 1927, número 120, pág. 2).

Depois do Cemitério de José Gonçalves, o que encabeçou a lista de registros dos cemitérios dos distritos, e com o aumento da população no Município, percebe-se a necessidade de construção de cemitérios municipais fora da sede. Em maio de 1929, por meio da Lei 196 (Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal. Identificação 274. Fl. 57 verso e 58 frente), o Intendente Municipal é autorizado a dispendar a quantia de 200\$00 (duzentos mil réis) “para auxilio da edificação de um cemiterio no logar denominado “Furado das Eguas”, neste Município”. Tal erário entra no rol das despesas previstas para o exercício do ano de 1930.

Várias epidemias, desde o século XIX, de tempos em tempos assolavam o município⁹¹, trazendo à tona a questão calamitosa da saúde pública, desta vez em fins dos anos de 1930 novamente em decorrência da varíola, um mal de difícil controle àquela época⁹².

Registro do Decreto Nº 5, de 3 de Novembro de 1930.

O cidadão Bruno Bacelar de Oliveira, sub-Prefeito em exercício de Prefeito Provisorio do Município de Conquista.

Resolve: Em vista da existencia da varíola, epidemia terrível, no lugar denominado José Gonçalves, neste Município, conforme affirmação do conceituado clínico Dr. Carlos Levy, nomear os Insp. Gustavo Gomes da Silva, Aurelino Santos e Abilio Tavares da Silva, para auxiliarem ao Sr Agente Fiscal municipal d'ali no serviço de isolamento e outras providencias a serem tomadas afim de evitar a propagação do terrível mal. Registrado, publique-se. Gabinete da Prefeitura Municipal de Conquista, em 3 de Novembro de 1930, 41º da República e 1º da Revolução. Bruno Bacelar de Oliveira. Registrado em 3 de Novembro de 1930. Deoclides Pereira de Novaes. Secretario (Decreto Nº 5, de 3 de Novembro de 1930 (Livro de Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931. Identificação 78, fl. 113, frente).

⁹¹ A crise sanitária causada pelos surtos epidêmicos continuou avançando no século XX. Porém, por questões da limitação cronológica desta pesquisa, não serão tratadas.

⁹² Segundo dados da OMS, a varíola foi erradicada no Brasil no ano de 1973.

3. O CEMITÉRIO CONTA VÁRIAS HISTÓRIAS

*O belo nos cemitérios é a vida oferecida pela lembrança dos mortos.
Clarival do Prado Valladares*

3.1 DA PORTA PARA FORA: O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO

As primeiras legislaturas dos tempos republicanos em Conquista trouxeram novos regulamentos definidos pelo Conselho Municipal, conferindo ao Intendente Municipal as atribuições pertinentes ao bom andamento de todos setores que envolvessem a vida pública. Neste contexto, a Ata de 14 de abril de 1893 rememorou a Lei de 20 de outubro de 1891. No tocante ao mortuário, o recém-chegado regimento sobre o cemitério estabeleceu a sua municipalização, dantes sob a tutela da igreja local, e a criação do cargo de zelador do espaço. O texto ainda incluía os valores cobrados por abertura de sepultura e o valor anual a ser pago pela manutenção do carneiro no cemitério, distinguindo-se os valores conforme a faixa etária. Além disso, previa a gratuidade do serviço aos que não pudessem pagar por ele.

Registro o Regulamento sobre o Cemiterio publico desta Cidade.

O Conselho Municipal da Cidade da Conquista, Estado Federado da Bahia, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de 20 de Outubro de 1891, decreta:

Art. 1º. O Cemiterio desta Cidade fica pertencendo à Municipalidade.

Art. 2º. O seu trato e elo será confiado a um empregado nomeado pelo Intendente.

§1º Este empregado ou zelador cobrará por cada sepultura dentro do cemiterio, 1\$200.

§2º As pessoas minimamente pobres terão as sepulturas grátis, que serão dadas por ordem do Intendente, se caso o empregado não o tiver feito.

§3º Cobrará anualmente por cada carneiro de adulto 2\$000 dentro do Cemiterio.

§4º Cobrará por cada carneiro de anjo, anualmente, 1\$200, dentro do Cemiterio.

§5º O empregado perceberá metade da arrecadação como gratificação.

Art. 3º. É prohibido de hora em diante construir-se carneiros dentro do Cemiterio.

§ único – Não estão sujeitos a imposto os carneiros construídos fora do Cemiterio.

Art. 4º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço Municipal da Cidade da Conquista, 14 de Abril de 1893. [...] Registrado no mesmo dia, à fl 19 do Livro de registros de leis e resoluções do Conselho Municipal, por mim, Philoteu Xavier de Amorim, Official da Secretaria. Publicado hoje nesta Intendência Municipal por edital Intendencia Municipal da Cidade da Conquista, 14 de Abril de 1893. O Intendente Joaquim Correia de Mello. Ata do dia 14 de abril de 1893. Lei n. 53 de 21 de Março de 1898, fl. 45 frente (Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931. Fl. 11 verso e 12 frente e verso).

O Regimento de 1891 reconhecia a existência de carneiros localizados fora do Cemitério. Isso indicava a demanda por disciplinar o espaço em que os sepultamentos devessem ocorrer, pauta que foi tratada durante as Posturas Municipais da Lei n. 17 de 19 de abril de 1896, que dentre várias ações destacava o fim do sepultamento nas igrejas e o estabelecimento de procedimentos que envolvia profundidade das covas, tempo mínimo para exumação dos corpos, processo este já detalhado no Capítulo 2. Na passagem do século XIX ao XX, decretava disciplina quanto ao espaço destinado aos mortos, impondo penalidades aos desobedientes.

Tão logo assumiu a Intendência, nomeado pelo governador do Estado da Bahia, José Antonio de Lima Guerra reconhece a necessidade de criação de outro cemitério na cidade. Os registros do Conselho Municipal, encaminhando a feitura do primeiro cemitério público⁹³ no perímetro da Cidade de Conquista, remetem ao ano de 1898. A quantia de 1:500\$000⁹⁴ foi designada pela Lei 53, de 21 de março, para a devida edificação, como uma das primeiras providências assumidas pelo novo intendente. No apagar das luzes dos Oitocentos, urgia que o equipamento fosse edificado.

Antes disso, porém, percebe-se um movimento na direção da disciplina quanto ao espaço destinado aos mortos, a exemplo da Lei n. 17 de 19 de abril de 1896, que já estabelecia regras quanto aos enterramentos, que deveriam ocorrer em local determinado pela Intendência, impondo penalidades de pagamento de 20\$000 a quem descumprisse, ou ainda prisão por três dias, levando a crer que isso se constituía prática mais ou menos corriqueira e que passava a se tornar passível de punição.

O Conselho Municipal da Cidade da Conquista, ainda na Intendência de José Antônio Lima Guerra, usando das atribuições que lhe eram conferidas, mantém a 02 de novembro de 1898 a previsão de despesa do asseio do cemitério em 100\$000 e volta a decretar os valores previstos em receita sobre o serviço de abertura de sepulturas, bem como inumações de adultos e de anjos, de 2\$000 e 1\$000 respectivamente⁹⁵. A tabela trazia o valor de 20\$000 previstos por cada um destes serviços, sendo metade desta receita específica destinada a pagamento do

⁹³ De acordo com Freyre, a construção de cemitérios públicos se deu sob o estímulo de flagelos (febre amarela e cólera), melhorando “não só as condições de higiene e de vida nas principais cidades do Império. [...] À febre amarela pode-se na verdade atribuir uma série de aperfeiçoamentos técnicos ou mecânicos na vida das cidades brasileiras, entre eles a construção de cemitérios públicos” (FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 6^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. Vol.1, p. 226).

⁹⁴ Em conversão simples para Real, o montante é de aproximadamente R\$ 84.000. O cálculo foi feito baseado na tabela construída por Diniz Numismática, que se inspirou nas conversões utilizadas por Laurentino Gomes em suas obras. Assim, chega-se ao valor aproximado de R\$ 0,056 para cada Réis.

⁹⁵ A título de comparação, 1\$000 também era o valor a receber por sangria de suíno abatido para o consumo. E 2\$000 o imposto a recolher-se por cada carrinho puxado a mão ou carneiro.

zelador da necrópole. É curioso constatar o fato de que havia um cálculo do valor a receber, baseando-se, portanto, numa estimativa de óbitos de adultos e crianças no período.

Enquanto a nova necrópole não é construída, o valor de 100\$000 continua sendo o montante destinado à conservação do cemitério, conforme §22 da lei orçamentária para o ano de 1900, publicada em 18 de janeiro daquele ano (Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal fls. 90-96). A monta corresponde a 1/3 do valor estipulado para asseio da cidade e o mesmo percentual, se comparado aos festejos públicos previstos para aquele ano. No ato da discussão da lei orçamentária, fazia-se sempre uma base de cálculo do número de óbitos. Para aquele exercício, por exemplo, estava prevista a abertura de dez novas sepulturas enquanto que para os anjos o cálculo era de vinte e duas. Esse dado estatístico permite inferir a quão alta era a taxa de mortalidade infantil no início dos Novecentos, a ponto de representar o dobro de abertura de novos carneiros no cemitério se comparada ao número de adultos.

A cidade de Conquista, à época de 1901, foi alvo de intensas visitas do alto clero da Igreja Católica regional, que já compartilhava a ideia da construção de um novo cemitério. Em ata da visita canônica do Dom Jeronymo Thomé da Silva, Arcebispo Metropolitano de S. Salvador, Bahia e Primaz do Brasil, datada de 21 de agosto de 1901, o projeto de construção do novo cemitério fora bastante citado para a Paróquia local, o que o documento deixa transparecer que se constituía em vontade pública.

Informado da necessidade de um novo cemitério, autorizamos a sua edificação e muito recomendamos a todos os fiéis que auxiliem o Rev. Parocho nesta obra de utilidade Comum, a fim de que em breve possa ser ela levado a cabo, como se faz mister (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, n.1, Ata do dia 21 de agosto de 1901).

É interessante observar, de acordo com a Ata da Paróquia, que, mesmo soando como necessidade e vontade da população conquistense do início do século passado, a construção do novo cemitério só poderia ser projetada se se constituísse desejo expresso da Igreja Católica, pois a ela cabia (legalmente apenas até meados do século XIX em todo o país) a gerência das terras consideradas santas⁹⁶.

A justificativa, manifestada em Ata pelo Vigário Manoel Olympio Pereira em 03 de fevereiro de 1905, era de que a ‘freguezia’ não tinha um cemitério próprio:

O que existia na cidade e que em outro tempo pertencia à Matriz está hoje sob o domínio do Município, apoderou-se do mesmo, por ter feito em algum tempo concertos nelle, conforme diziam. Este cemiterio, além de ser pequeno

⁹⁶ “Entre 1850/1882 os principais edifícios eram a Igreja Matriz e o cemitério, ambos construídos por donativos da população”. (Torres, 1996, p. 54)

e estar maltratado, está muito mal situado por ficar no centro da cidade (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, n. 1, Ata do dia 03 de fevereiro de 1905).

Os trabalhos para construção do Cemitério Parochial se iniciam em outubro de 1908, tendo sido designado o local próximo ao Cruzeiro da Visita Pastoral. As obras já estavam em bom andamento, com um investimento inicial de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), quando em ata da Inspeção dos Trabalhos do Cemitério Parochial, o Vigário Manoel Olympio, em 1911, decide interromper os trabalhos:

Este anno me dispunha para a construção do novo cemiterio para cujos trabalhos já eu havia ofertado tendo mais ou menos, como se pode verificar pelo que a respeito tenho descripto aqui; mas quando pus mãos a obra tendo contractado vinte milharias de adobes e os trabalhadores davam começo a este serviço, “A Conquista”, primeiro jornalzinho que começou a ser publicado nesta cidade no corrente mez, singro excessivos artigos contra essa construção [...] o que aliás foi feito de acordo com as principais pessoas desta cidade, para a referida edificação, e lembrando ao mesmo tempo que esta empreza cumpria ao Município, citando leis comprobativas da acção ecclesiastica no assumpto etc e lembrando ainda a ideia de um cemiterio civil, e que tudo me fez abertamente compreender a oposição tacita que eu já havia reconhecido em muitos que aqui desejam secularizar tudo, conformando-se com o espírito das leis vigentes. Em vista disso e receioso de adiante ser maior o prejuízo, como se tem dado em outros lugares por oposições systematicas, resvolvi, com profundo pezar, suspender os referidos trabalhos para o citado fim, esperando que Deus fará o tempo discipar a aversão que por ventura votem em mim ou ao turtamen da acção ecclesiastica, fazendo bem comprehend a minha intenção e que um cemiterio ecclesiastico, se bem que seja um proprio da Egreja, é sempre um beneficio publico que muito aproveita a localidade, principalmente a uma cidade como a da Conquista em sua maioria catholica (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, n.1, Ata do dia 29 de maio de 1911).

A Igreja Católica local havia encabeçado o movimento (e iniciado) a construção de um novo Cemitério no início dos 1900. A Ata do dia 30 de julho de 1909 já descrevia a abertura das covas numa extensão de quarenta braços quadrados. Os trabalhos, segundo o registro, haviam sido autorizados “pelas principais pessoas desta cidade”; isto é, foi com algum respaldo que a empreita foi levantada. Esta informação é importante para compreender que a construção do primeiro cemitério secularizado do Município se daria com um pouco mais de atraso e que o poder público local não contava com os recursos necessários à obra, o que também pode ter contribuído para não fazer oposição à construção do cemitério eclesial.

Entretanto, o pároco também reconhecia de alguma maneira que, àquela altura, não deveria mais competir à ‘Egreja’ a função de construção de cemitérios, diante das “leis comprobativas” que regiam a questão. Mas é respaldado pelas autoridades e pelo fato de

argumentar que a maioria da população fosse católica que a autoridade eclesiástica havia começado a erigir a necrópole.

Havia alguma desaprovação a fim de que o projeto fosse levado adiante e a opinião pública estava dividida. E as críticas severas de “A Conquista” foram o elemento desencadeador da paralisação dos trabalhos e sua desistência de ir adiante, apontando que se nisso incorresse os prejuízos já contabilizados poderiam ser ainda maiores.

Segundo o Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, quando do início dos debates para construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, o vigário Olympio indica o local que seria destinado ao Cemiterio Parochial para a construção do hospital e faz a doação do material que seria nele empregado.

Na verdade, a assembleia geral da Sociedade de São Vicente de Paulo reúne-se anos mais tarde e o Vigário Manoel Olympio Pereira canaliza os recursos que seriam utilizados na construção do cemitério paroquial – e que não pode ser feito – para a construção da Santa Casa de Misericórdia.

Ofereci então para o referido fim o local que eu tinha escolhido para o cemitério paroquial que não pôde ser feito e as pedras para o mesmo fim já tinham sido conduzidas no lugar em que foi levantado o cruzeiro da vista paroquial no ano de 1907.

Deus queira favorecer a execução deste projeto em benefício de tantos pobres enfermos que por aqui vivem à míngua de todos os recursos (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 20 de dezembro de 1914).

Os registros oficiais do Conselho Municipal trazem, ano após ano, a planilha de receitas e despesas relacionadas aos enterramentos, dentre outros serviços. As tabelas sempre apresentavam os valores previstos ao exercício do ano vindouro, e o cemitério era listado tanto entre as despesas para seu asseio e conservação quanto na dotação orçamentária proveniente da abertura de novas sepulturas. A soma destinada à conservação do cemitério municipal se mantém para os exercícios seguintes de 1901 e 1903 em 100\$000 – sempre figurando entre as últimas despesas listadas não organizadas em valores decrescentes. As receitas provenientes dos serviços executados no cemitério também (Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal, fl. 101-108).

Infortunadamente, observa-se no *Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal* uma interrupção de seus registros, entre os anos de 1902 e 1931. Cabe destacar que,

na ausência de registro neste intervalo, outros livros foram encontrados, mas os registros correspondentes os anos de 1903 a 1907 não foram localizados⁹⁷.

O livro das atas e deliberações do Conselho Municipal aberto a 30 de dezembro de 1907, cuja presidência era do conselheiro José Umbelino da Rocha traz: “Ao primeiro dia do mez de Junho do anno de mil Novecentos e oito nesta Cidade da Conquista e Paço do Conselho Municipal [...] o expediente constou da redacção do projecto da reforma do Código de Posturas” (Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. Identificação 12.2.17, 28 de maio de 1908, fl. 17 verso). Este novo Código mantém algumas deliberações de posturas anteriores, a exemplo de considerar os *contraventores das posturas municipaes*.

Capítulo 1º Das infracções contra a hygiene e saude publica.

[...]

Art. 26 Fazer interramento fora dos logares designados pelo governo municipal para cemiterios publicos. Pena de 20\$000 de multa, ou 6 dias de prisão. § único. Na proibiçao deste art. estão incluídas as sepulturas abertas na Egreja ou suas dependências. Art. 27 Abrir sepulturas, para enterramento de cadaveres, com menos de sete palmos de profundidade. Pena de 10\$000 de multa, ou tres dias de prisão. Art. 28 Fazer exumação antes de tres anos após o enterramento, a não ser por ordem de autoridade competente: Pena – de 20\$000 de multa, ou 6 dias de prisão (Ibid., fl. 19 verso).

As leis municipais vão se tornando mais severas. A atuação da Comissão de Higiene e Obras Públcas contribuía para tais medidas, consideradas urgentes. Não se tratava apenas de ordenamento do solo, mas uma questão de saúde pública, conforme título do Capítulo 1 do Novo Código de Posturas. A exumação dos corpos por autoridade competente já havia sido mencionada no Código de 1896. Mas o rigor da nova lei pode ser compreendido através dos valores correspondentes a multas e ampliação de penalidades aos desobedientes de três para seis dias.

A Lei Orçamentária de 22 de novembro de 1911 prevê 34:000\$000 de receita para o Município da Conquista para o ano seguinte, dos quais 100\$000 provenientes de arrecadação de serviços do Cemitério Municipal (fl. 20 verso), mantidos os valores para abertura de sepultura e por *carneiro de menor* ou adulto.

A ata do dia 12 de dezembro de 1911, denominada “acta de verificação de poderes do Intendente, Conselheiros Municipais e juízes de Paz para o quatriénio de mil Novecentos e doze a mil Novecentos e quinze”, traz o nome de José Fernandes de Oliveira Gugé no cargo de

⁹⁷ Estão salvaguardados no Arquivo Públco Municipal outros livros de Registro, a saber dos anos de 1907 a 1909, 1910 a 1917, 1917 a 1922, 1922 a 1926 e outro livro de registro, denominado *Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal iniciado em 19 de maio de 1923 e terminado em 3 de setembro de 1930* – justamente o período situado às vésperas da lavratura retomada no *Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931* utilizados nesta pesquisa.

Intendente Municipal, eleito pelo Partido Republicano. Como conselheiros, Josias da Silva Leite, Zeferino Correia de Mello, Abel Augusto Soares, Tenente Coronel Paulino Fonseca, Marcellino Mendes Gusmão e Manoel Caetano dos Santos e Juízes de Paz do primeiro distrito Itelliano Satyro dos Santos Silva, Alzir Prates, Rodrigo dos Santos Silva e Victor Clemente de Britto (fl. 30 verso), dentre outras figuras ilustres da política conquistense de então, cuja presidência do Conselho ficou a cargo do Dr. Venceslau San Juan.

Acta da sessão ordinária do Conselho Municipal do dia 13 de Fevereiro de 1912 [...] Foi apresentado pelos Conselheiros Silva Costa e Caetano Dantas, o projecto numero um autorizando o Intendente a construir o cemiterio civil dentro do perímetro da Cidade de acordo com o artigo quarto do decreto numero 789 de 27 de Setembro 1900 [deve ter sido erro, pois está escrito essa data], observados os preceitos hygienicos e para o que propõe a abertura do credito extraordinario de oito contos para esta obra. Submettido pelo Presidente depois de lido o projecto a discussão foi este aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes e foi mandado apresentar as comissões de Obras publicas Hygiene e Fazenda, afim de emitirem os respectivos pareceres. [...] Viriato da Costa e Silva, Secretario do Conselho Municipal a escrivi (Ibid. fl. 36 frente e verso).

O Projeto nº 1 para o exercício dos novos conselheiros trouxe à tona, por uma questão de prioridade, o crédito especial de 8:000\$000 para a devida complementação dos recursos para construção da necrópole municipal. O montante indica que o valor anterior (1:500\$000) não fora suficiente para que a empreita ocorresse em tempo. Aqui cabem alguns questionamentos: Se a Lei nº 53, de 21 de março de 1898, já estabelecia a autorização para construção da nova necrópole, bem como o recurso para sua execução, o que teria levado ao atraso do início dos trabalhos, já que nova licença é expedida em 1912, na Intendência do Coronel Gugé? O montante designado correspondia ao quíntuplo do valor fixado anteriormente. Pela demora do levantamento da obra e pelo fato de existir apenas um local de enterramento no município, é possível vislumbrar a lotação do equipamento existente àquela altura.

A autorização para construção do primeiro cemitério secularizado rezava que este deveria ser construído dentro do perímetro da cidade, observados os critérios de saúde pública. Aníbal Viana (1982, p. 557) afirma que o local definido para a construção ficava muito longe da cidade, “pois onde está, era terreno baldio e só tinha como morador mais perto D. Laudicéia Gusmão, dentro de um mangueiro, que é a atual Praça Poeta Camillo Lima”.

O saber médico ou a proposta médico-higienista, gradativamente aliada ao Estado, impunham a necessidade de afastamento dos vivos e mortos frente ao perigo à saúde que estes representavam. Por certo, esta premissa contribuiu para a escolha do novo local em Conquista, tendo em vista que seguiam a tendência moderna de que cemitérios deveriam estar afastados

dos centros urbanos, longe das áreas residenciais, ainda que não necessariamente periféricas. Assim nasceu a nova necrópole carregada de estigmas, de valor simbólico negativo.

Na Intendência do Coronel Gugé, há uma grande movimentação no tocante às providências acerca da criação deste que viria a ser, segundo dá a entender o Livro de Atas, o primeiro cemitério secularizado do Município. De 13 a 16 de fevereiro de 1912, as pautas giraram em torno da apreciação dos pareceres das Comissões de Obras Públicas, Higiene e Fazenda no tocante ao Projeto de nº 01 e nº 02⁹⁸ da Intendência do recém empossado Coronel. Cabe, pois, supor que sobre este tema exigiam-se providências imediatas – e assim foram, em sequência, os pareceres das Comissões.

Para o exercício do ano de 1913, foi aprovada em 20 de novembro de 1912 a Lei Orçamentária, na qual estava prevista a monta de 6:456\$680 dentre os 38:000\$000 previstas como despesas municipais. Isso corresponde, em termos percentuais, a aproximadamente 20% do Orçamento Municipal. Este montante deve-se, dentre outras providências, à construção do Cemitério Municipal. A título de comparação, os gastos com instrução pública somavam 6:333\$333 e o subsídio do Intendente em 2:400\$000. Dentre as receitas para 1913, previam-se os rendimentos provenientes do cemitério de então, em 100\$000, conforme tabela nº 6 do Orçamento, mantidos os valores anteriores de 2\$000 e 1\$000 por carneiro de adulto e menores, respectivamente, e 1\$000 por novo carneiro aberto.

Desde os registros dos Livros de Atas de 1893, a Intendência do Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé é a que, mediante as crescentes demandas do Município, tenta mais aceleradamente deliberar sobre as questões sanitárias mais elementares, trazendo à tona a necessidade de providências urgentes desde a contratação de médico até a urgente construção do novo Cemitério Municipal. Em 18 de agosto de 1913, novamente esta pauta é citada quando da discussão do Projeto nº 130, que tratava da necessidade de investimentos para a construção de um novo barracão municipal, “considerando além de tudo que esse barracão já ameaça cahir tendo traves do engradamento já podres e ser ali o durmitorio de vagabundos, loucos e ébrios, que transforma a praça principal da Cidade em latrina” (Livro Identificação 12.2.10, fl. 80 frente). O conselheiro e 1º Secretário Francisco Pilôto da Silva faz uso da palavra para votar contra o referido projeto, alegando que “havia obras urgentes como o cemiterio, matadouro e calçamento” (Ibid., fl. 80, frente). Tal justificativa apontou para a necessidade de novas providências do Conselho Municipal.

⁹⁸ O Projeto número dois versava sobre a autorização para fazer o calçamento das ruas Treze de Maio e Coronel Gugé.

Aos dezenove dias do mez de Agosto do anno de mil Novecentos e quatorze, nesta Cidade da Conquista e Paço do Conselho Municipal a hora regimental [...] Expediente: Pelos membros da Comissão de Fazenda, foi apresentado o seguinte projecto de lei: Projecto nº 143 Art. 1º Fica o Intendente auctorizado a contrahir um empréstimo com quem melhores condicções oferecer, da quantia de (10:000\$000) dez contos de reis para acorrer as despesas com a construcção do Cemiterio Publico desta Cidade e para a acquizição de uma casa para a construcção do Mercado Publico também nesta Cidade. [...] O Senhor presidente submeteu o presente projecto a discussão e votação sendo unanimemente aprovado, em seguida foi o mesmo projecto entregue a Comissão de Redação de Leis (Ibid., f. 115 frente).

Desde a destinação do primeiro recurso para sua construção, o novo cemitério municipal contou com mais três complementações de recursos. Isto indica a carestia da empreita e a escassez de recursos públicos para as demandas da municipalidade. Assim, diante da necessidade de oferta de serviços públicos, era necessário priorizar, e assim foi com a construção do Cemitério e do mercado públicos.

Foi durante a Intendência do Coronel Gugé que esta pauta ganhou fôlego. Mas desde a aprovação em Ata do dia 13 de fevereiro de 1912, como primeiro projeto de seu governo à data de autorização de empréstimo e novo recurso (19 de agosto de 1914), o Cemitério Municipal ainda não havia sido finalizado. Para isso, pode ter concorrido o fato de os montantes arrecadados pelos impostos se mostrarem insuficientes e o surgimento de outras prioridades sanitárias como a contratação de médico para acudir as moléstias que acometeram o Município àquela época.

Parece que, após esta última discussão no Conselho Municipal, as providências para finalização do novo Cemitério sofrem uma acelerada retomada. Quase três meses depois da última discussão sobre esta tarefa, novo expediente com essa pauta surge em 12 de novembro de 1914, indicado pela parte contratada:

Pelo Ilmo. Cel. Intendente Municipal foi remetido ao fazer para o orçamento do anno de mil Novecentos e quinze, as quaes foram entregues a Comissão da Fazenda. Uma petição do cidadão Antonio Amancio Pereira, pedindo para correr por conta dos cofres Municipaes as despezas com as ferragens do Cemiterio desta Cidade, na qual foi proferido o despacho seguinte: Seja presente a Comissão de Obras Publicas para dar o seu parecer. Pelo membro do Conselho Francisco Costa, pedindo a palavra pela ordem foi dito, que como membro da Comissão de Obras publicas não podia dar o parecer na petição do cidadão Antonio Amancio Pereira, sem que lhe fosse apresentado a copia do contracto (ilegível) pelo mesmo com a Intendencia para a do Cemiterio desta Cidade pelo que requeria que fosse requesitado da Secretaria da Intendencia a alludida copia. Posto a votos o aludido requerimento, foi o mesmo unanimemente aprovado (Ibid., f. 117 verso).

A questão foi retomada no dia seguinte, com o indeferimento do pleito requerido pelo Sr. Antonio Amancio:

Nós abaixo firmados, membros da Comissão de Obras Publicas deste Municipio, examinando atentamente o que requer o Suppe. Antonio Amancio Pereira e também examinando os termos do contracto lavrado entre o mesmo Suppe. e o Il. Cel. Intendente deste Municipio, para a construcção de um Cemiterio Publico nesta Cidade, somos de parecer que seja indeferido o que requer o citado Suppe., não só porque o contractor sendo solememente feitos como o de que se trata, faz Lei entre as partes contractantes as quaes jamais poderão se afastar do cumprimento de suas clausulas sem o consentimento recíproco, como mesmo não ser licto ao Conselho Municipal alterar sem a menor formalidade um contracto feito pelo Intendente que previamente fora para isso auctorizado. O Conselho, se resolvesse deferir o pedido do Suppe. arrocaria as atribuições do Intendente, e assim infregeria manifestamente o §12 do Art. 42 da Lei nº 478 de 30 de Setembro de 1902. É o nosso parecer (Ibid., f. 118 verso).

O volume de recursos já destinados à edificação da necrópole postos em contrato para a sua feitura foram apontados pelo Sr. Antonio Amancio Pereira como insuficientes. A sua solicitação por complementação de recursos, segundo o Conselho Municipal, feria o acordo legal firmado entre aquele e a Intendência, razão pela qual seu pedido foi indeferido.

A Lei nº 144 – Lei Orçamentária para 1915 foi apresentada a 24 de novembro de 1914, passando para 50:000\$000 a despesa prevista para aquele ano, dos quais 8:123\$347 se destinariam a obras públicas e mantidas as rendas advindas do Cemitério em 100\$000 (Ibid., fl. 121 e 122).

As discussões sobre o Cemitério são novamente retomadas a 12 de agosto de 1915. Embora a folha 140 tenha desaparecido do Livro de Registro, a página seguinte inicia com informações referentes ao provável aumento do montante alocado às “demais obras que forem necessárias ao Cemiterio novo desta Cidade. Art. 2º Fica o Intendente autorizado a lançar mãos deste credito para os fins destinados” (Ibid., fl. 141 frente). O tema é novamente retomado na Ata dos dias 13 e 16, através da discussão e aprovação do Projeto nº 145, “abrindo uma verba e oito contos de reis para o embelezamento e demais obras necessárias ao cemiterio novo desta Cidade” (Ibid fl. 141 verso).

Os registros das Atas do Conselho Municipal permitem concluir a quantia vultosa que a edificação de um cemitério custou ao Município, embora não seja possível chegar aos valores exatos designados pelas legislaturas. Parcos eram os recursos e grande a necessidade de sua utilização. Desde que a construção do cemitério novo passou a ser discutida na Cidade da Conquista, não figuram nos relatórios do Conselho o local onde passaria a funcionar. Ainda

cabe destacar que o recém criado espaço de enterramento carecia de embelezamento e outras obras necessárias⁹⁹. A ornamentação e a limpeza manifestavam a preocupação da Municipalidade com a ordem e a disciplina no novo espaço. Conquista crescia e o recém-criado Cemitério Municipal já deveria refletir esse cuidado.

Finalizada a construção do Cemitério, era necessário proceder com a remoção das sepulturas do ‘meio da rua’ do antigo. A transferência dos cadáveres seguiu a postura municipal de realização dos sepultamentos apenas em locais apontados pela Intendência Municipal. Devido à sua localização central, atrapalhava os planos de modernização de ruas e a criação de futuras avenidas, além de encontrar-se completamente abarrotado. Além disso, a proximidade com os cadáveres já não era tolerada pela vizinhança residente às imediações.

O jornalista Aníbal Viana forneceu indícios que aqui foram arrolados na Seção 2.4 – A morte assume a cena: contextualização de espaços cemiteriais no Município de Conquista até 1930, para compreender que a desativação da antiga necrópole não seguiu um rígido critério para remoção do Cemitério Velho do meio da rua, ao apresentar as seguintes evidências: tibias e mandíbulas foram encontradas durante a escavação para construção de canal de drenagem em vias do centro onde esteve localizado o antigo cemitério.

A narrativa de Viana (1982) indica que o que aconteceu em Conquista foi bastante parecido com Florianópolis dos primeiros decênios dos Novecentos. Embora necessária, a exumação não ocorreu criteriosamente, sendo encontradas inúmeras caveiras em momentos de grandes obras públicas de escavação do solo tempos depois. Talvez esteja aí uma das chaves para começar a compreender a pouca quantidade de urnas funerárias transferidas e postas em suas novas sepulturas no Cemitério da Saudade. Tudo leva a crer que muitas sepulturas não foram devidamente desativadas. Tratava-se de famílias cujas linhagens, provavelmente eternizadas em seus túmulos monumentais, deixaria para trás seus mortos? Adquirir terreno cemiterial e custear a construção tumular exigia aporte financeiro acessível a todos os cidadãos?

Elisiana Castro (2008) descreve como se deu o processo de transferência do cemitério de Florianópolis. Urgia que este fosse removido de sua antiga localização pois

conforme os discursos recorrentes no período, o cemitério, além de ficar mal localizado na entrada da cidade e no alto de um morro, estava com sua ocupação lotada e desordenada, sendo, por isso, alvo constante de reclamações e pedidos de transferência. A necrópole, na entrada da cidade e, portanto, a

⁹⁹ O traçado retangular, presente na maior parte dos cemitérios, é de influência francesa. A implantação de cruzes é um reforço da ideia de lugar sagrado e as árvores e arbustos atuam na purificação do ar. Estes elementos compunham os cemitérios recifenses do período. Entretanto, não é possível afirmar que tenha sido realizado um estudo criterioso no Município de Conquista para criação do Cemitério Municipal no início dos Novecentos como o ocorrido em Recife durante a construção do Cemitério de Santo Amaro ainda nos Oitocentos.

vista de todos os moradores e visitantes, foi um dos alvos das transformações urbanísticas. Para além da sua localização, o cemitério estava no caminho da ponte Hercílio Luz, obra considerada de grande importância para o desenvolvimento de Florianópolis e por isso, deveria ser retirado para a construção da cabeceira da ponte e das ruas que dariam acesso à mesma (Castro, 2008, p. 01).

Ao apresentar o processo de transferência do Cemitério Público de Florianópolis em 1912, Castro (2008) utiliza-se de uma multiplicidade de fontes escritas e orais. Ela descreveu a forma com que a Administração Municipal publicou editais em jornais locais para noticiar o prazo de 60 dias para exumação dos ossos, pelos familiares. Em caso contrário, o município catarinense, a bem da higiene e do ordenamento público, se encarregaria da tarefa, depositando os restos mortais no ossário do novo cemitério.

As Atas do Conselho Municipal de Conquista, documentação desta pesquisa, não confirmam se situação parecida tenha ocorrido no processo de transferência das necrópoles conquistenses. Entretanto, a pesquisadora da ABEC identifica, através de depoimentos, que, quando do processo de aterramento e construção de obras de modernização da capital catarinense, ossadas foram encontradas, assim como ocorreu na cidade de Conquista. Nesses processos de transferência, muita coisa ficou para trás.

Sobre a retirada de um cemitério, realizada em grande medida, para atender os desejos de mudança de uma cidade que estava sendo recriada através de prédios derrubados, das avenidas que surgiam e da mudança dos mortos de sua morada. Para além disso, esse processo que fala de quando os mortos têm que mudar de endereço, permite perceber como o cemitério pode se constituir como um objeto de estudo na história (Castro, 2008, p. 09).

A partir de meados dos anos de 1910, uma leva de doenças acomete Conquista, exigindo dos Conselheiros Municipais e da Intendência providências urgentes para acudir os doentes e promover o controle dos males, bem como efetuar a contratação de serviços médicos que visava combater as pestes. O livro de Registro de Ofícios (1897 a 1919, fl. 81 frente e verso) traz a pauta à tona em várias solicitações. O ofício n. 126, expedido pela Secretaria do Gabinete da Intendência Municipal em 11 de fevereiro de 1918¹⁰⁰, informando a situação calamitosa da localidade, bem como solicita providências urgentes sobre uma febre que acometia a localidade de Santo Antônio, no Município, a qual levava a óbito grande número de pessoas.

Mesmo com o montante destinado a controlar uma crise sanitária ou contornar seus efeitos, as súmulas seguintes trazem um aporte ainda maior de recursos financeiros. O projeto transformado em Lei nº 187, com aprovação do Conselho, traz a abertura de um crédito de

¹⁰⁰ Segundo Chaves; Amorim (2018), o ano de 1918 foi marcado pela gripe espanhola no Município de Conquista.

10:000\$000 (dez contos de réis) para atender às despesas em decorrência da epidemia da peste (medicamentos e pessoal para tratamento e profilaxia) (Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal. Identificação N° 274. Fl. 02 verso. livro 274, fl. 55 frente). Tal contexto de emergência sanitária já havia sido apontada em meados do ano de 1918 quando a ocorrência do surto de febre nutriu o desejo da Santa Casa de construir um Cemitério para atender aos pobres adoecidos.

O crédito necessário para as despesas médicas e a licença para a construção de um cemitério para os doentes pobres, em terreno da própria Instituição, no local que seria destinado ao cemitério paroquial são rapidamente aprovados pelo Conselho.

A temática mortuária, de alguma forma, sempre perpassava as sessões nos dois primeiros decênios dos Novecentos e os homens daquele Conselho precisavam se interpor, encaminhando e decidindo ações que visassem acelerar a construção e funcionamento do Cemitério Municipal. Votos de pesar sobre o *passamento* de algum cidadão tido por notável começam a figurar nas Atas, como na ocasião do falecimento do Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, em 1918, ex-Intendente Municipal, prática que já era relativamente comum nos órgãos noticiosos locais. O Conselho Municipal, assim como os jornais, conferia grande distinção pública pelo falecimento dos coronéis, exaltando suas virtudes. José Fernandes de Oliveira Gugé, ou simplesmente Coronel Gugé, o mesmo que chefiou o grupo dos Peduros na disputa pelo poder na municipalidade durante os anos de 1910, figurava dentre os notáveis, como merecedores das maiores homenagens, ocupando espaço exclusivo na pauta das reuniões do Conselho para tratar de construção de sepultura em sua homenagem e em sua memória.

A obra de Aníbal Viana, publicada em 1982, traz em detalhes a narrativa jornalística do passamento do Coronel:

Noticiando o passamento do venerando cidadão, o jornal “A Palavra”, edição de 9 de agosto de 1918, publicou com destaque, na primeira página, o seguinte:

Na manhã de 5 do corrente faleceu em sua residência nesta cidade o Sr. Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé. De há muito sofria uma cystite com alternações de melhorias e recaídas, mas ficou constatado pelo seu médico assistente Dr. Nicanor José Ferreira, que a moléstia que o vitimou foi “artero-esclerose”.

Desde a véspera de sua morte sua casa tornou-se o ponto de uma romaria incessante das visitas de seus inúmeros – parentes, amigos, correligionários, protegidos, ricos, pobres, homens e mulheres representantes de todas as classes sociais – ali, foram levar a sua última homenagem ao distinto moribundo.

O Revmº Padre Fábio Moreira deu-lhe a extrema unção e às 6 ½ horas da manhã deu ele a sua alma ao Criador. [...] O comércio não abriu e o mesmo ambiente parecia envolto no roxo crepe da saudade.

O seu sepultamento efetuou-se à tarde desse mesmo dia, com um acompanhamento extraordinário. O saimento partiu da residência do ilustre morto, fez uma parada na Matriz para o respectivo serviço religioso e dirigiu-se depois para o cemitério municipal onde foi-lhe dada à sepultura às 17 horas. Uma vez ali, antes que o esquife descesse à sepultura, fizeram curtos epicédios, alguns oradores, tendo sido dadas em honra ao morto três descargas.

[...] foram contadas ao sair do cemitério 768 pessoas, não se contando os grupos que estacionavam em diversos pontos. A Filarmônica Vitória Conquistense se fizera ouvir nos momentos mais solenes. [...] Seja como filho, esposo e pai, seja como Cidadão o sr. Coronel Gugé sempre foi digno de merecer tão honrosos nomes [...] deixando a fama indiscutível de ser sempre combatido, mas nunca vencido (Viana, 1982, p. 560).

A narrativa evocada por Aníbal Viana confirma a prática do bem morrer¹⁰¹ ainda presente nos primeiros decênios no município de Conquista. Morrer rodeado de pessoas, reverenciado e assistido, com a bênção eclesiástica, era a garantia de uma boa passagem no inconsciente coletivo de então. O féretro se deu com muita pompa e comoção e a manifestação de pesar ocorreu entre todas as classes sociais. O ‘ilustre cidadão’ fora digno de grande acompanhamento, apresentação de uma filarmônica em seu cortejo, discursos e elogios fúnebres, suspensão de duas sessões do Conselho e luto no comércio local¹⁰². Para o etnólogo Arnold Van Gennep (2011), “durante o luto a vida social fica suspensa para todos quantos são atingidos por ele e por um tempo tanto maior. [...] Se este era um chefe a suspensão atinge a sociedade inteira” (Gennep, 2011, p. 148).

¹⁰¹ Buscava-se a laicização da sociedade, mas sem tirar a Igreja de cena dos preceitos fúnebres, pois a crença no além-túmulo mantinha-se.

¹⁰² Na primeira metade do século XX na cidade de Conquista, elementos como a urna funerária, quantidade de coroas de flores enviadas à cerimônia fúnebre, número de concorrentes ao velório e ao sepultamento serviam de referência para se avaliar a importância com que a sociedade ritualizava ou não determinadas mortes. A morte, pois, não tornava a todos iguais. Em tais ocasiões, o Grêmio Castro Alves – associação literária e cultural da elite conquistense apresentava os seus discursos, ora por Bruno Bacelar, ora por Laudionor Brazil, e que *A Semana* costumava publicar integralmente. A exaltação das virtudes do que propriamente a consternação pela perda é um aspecto importante a ser considerado. Os espaços que o fúnebre lograva no meio social e na imprensa jornalística do período, cumpriam o papel de relembrar a notoriedade de alguns. Entretanto, as pessoas comuns do povo eram invisíveis a essas homenagens póstumas, já que não possuíam linhagem de destaque, nobilidade social e herança genealógica.

Figura 06 – Epígrama do Coronel Gugé¹⁰³



Fonte: Emanuel Moraes

O poder político e econômico pareceu ser o elemento definidor de certas narrativas em detrimento de outras, nos Livros de Registro do Conselho Municipal. Em maio de 1921, registra-se a segunda menção a um óbito, novamente de um cidadão ilustre do Município,

o Cel. Ernesto Dantas Barbosa que relevantes servisso prestou a esta terra, quer como educador quer como jornalista, propunha que fosse lançado na presente acta um voto de profundo pesar por este infasto acontecimento como uma homenagem sincera do Concelho Municipal ao Illustre morto, ficando suspensa a sessão (Livro de Registro e Leis do Conselho Municipal, fl. 173 frente e verso).

Tal acontecimento demonstra o quanto determinadas mortes imbricavam-se sobre as questões políticas, impactando até mesmo a ocorrência das reuniões do Conselho Municipal. Era a manifestação de um luto de caráter oficial, com todas as honras que só os chefes políticos – no caso conquistense, todos coronéis – tornavam-se dignos, eternizados nos registros jornalísticos e oficiais.

Ainda sobre esta questão das homenagens póstumas, sob a Intendência de Otacvio José dos Santos Silva, o Projeto de Lei nº 105 foi levado à apreciação do Conselho, cujo teor versava sobre autorização de dispor a quantia de 1:000\$000 do cofre municipal para empreender a construção de um mausoléu em memória do Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, ex-Intendente Municipal. O alinhamento político permitiria a proposição do Projeto de Lei e sua aprovação.

O assunto reaparece em Ata do dia 29 de agosto, cujo texto é digno de reprodução:

Foi reprovado o projecto nº 105 concedendo a quantia de um conto de reis para construção de um mausoleo em memoria do pranteado Cidadão Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé. Com a palavra o Conselheiro Doutor

¹⁰³ No Jazigo do Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, encontram-se sepultadas outras conhecidas figuras para a sociedade conquistense, como o José Fernandes Pedral Sampaio, que exerceu o cargo de Prefeito Municipal em Vitória da Conquista, eleito três vezes para o cargo, e o fazendeiro Marcelino Rosa que exerceu o cargo de Conselheiro Municipal.

Agrippino Borges, disse que lamentava atitude de seus companheiros de Camara em negar a quantia solicitada no projecto acima para o auxilio de um mausoleo em memoria do Illustre Morto que tão bons serviços prestou a esta terra como Intendente e Chefe que foi d'ell porque essa ideia partio de uma commissão de amigos do falecido, que tem muito desejo de ver perpetuado a sua memoria. (Ibid., fl. 175 frente)

O texto enfatiza o desejo registrado em Ata, de um grupo de conselheiros que reconheciam em Gugé o arquétipo da liderança ideal. Fazia-se necessário ver seu nome “perpetuado na memória” e na história de Conquista. E mesmo diante da negativa da ‘dotação orçamentária’ o tema volta a ser pautado em reunião no dia seguinte, quando pediu o uso da fala o Conselheiro João Baptista, declarando que

em sessão de hontem deu o seu voto contra o projecto de lei nº 105 que tratava de um auxilio para um mausoleo em memoria ao pranteado Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé somente tendo em vista não sobrecarregar o Municipio com tantas despesas, que muito o admirava e reconhecia os relevantes serviços prestados pelo morto Illustre; que como homem particular se fosse necessário contribuirá com qualquer quantia a seu alcance (Livro de Registro, Identificação 12.2.22, fl. 38 verso).

Cabe ressaltar que o projeto que pretendia-se aprovar para tal cortesia não fora subscrito pelo Conselho. E, constando em ata o suposto valor que custava a edificação, pode-se concluir quão custosa era a homenagem que se pretendia oferecer ao Coronel. A entidade não aprovou a destinação da verba para a empreita.

O mausoléu em memória ao ex-Intendente custaria 1:000\$000 (um conto de réis), o que, numa simples conversão através de um cálculo aproximado, corresponde acerca de R\$ 56.000,00 de acordo com Bruno Diniz¹⁰⁴, historiador e numismático. Assim, o imóvel era um verdadeiro artigo de luxo, portanto, extremamente inacessível à maioria da população.

A temática cemiterial foi bastante pautada nos primeiros decênios dos Novecentos. Na primeira reunião que se realizou em 1919 (12 de fevereiro), quando da posse do novo Intendente Municipal, Francisco da Silva Costa, vice-presidente do Conselho de então, foi apresentado o Projeto de Lei nº 46, apontando a necessidade de fiscalização da derrubada de mata no manancial que abastece com água potável o Município, bem como da demanda por se colocar uma cruz no frontispício do Cemitério Municipal – pleito esse justificado pela Comissão de Fazenda em sessão realizada no dia seguinte, aludindo a uma Lei do ano de 1915 no qual não era

¹⁰⁴ DINIZ, Bruno. Converta Réis para o Real - Versão Atualizada 2023. Disponível em <https://www.diniznumismatica.com/2022/04/nova-conversao-hipotetica-dos-reis-para.html> Acesso em 23 mai 2024.

permittido votar dispesas para o que não tenha no orçamento o necessario credito e que não havendo credito no orçamento para o objetivo do alludido projecto, está o mesmo prejudicado [...] de parecer que o mesmo seja archivado aguardando a oportunidade da elaboração do orçamento para o ano de 1920 (Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal Identificação 12.2.17. Fl. 62 frente).

Significativo é registrar o quanto a questão de colocação da cruz no pórtico do Cemitério Municipal originou um parecer de excepcionalidade no Conselho, sobre o qual vale considerar na íntegra o texto constante em Ata do dia seguinte à apresentação do projeto.

Considerando que o Conselho é o poder supremo do Município e dentro da sua autonomia pode legislar sobre todos os casos em que não offendia diretamente a nossa Constituição como no caso vertente, em que a lei só preceitua a liberdade de cultos, somos de parecer que se mande erigir uma Cruz no cimiterio Municipal, como quer a Comissão de Viação, Hygiene e Obras publicas, uma vez que isso não offende aos cultos existentes, a Cruz é o signal dos Christão. [...] Projecto de lei Art. 1º Erija-se uma Cruz no centro da área do Cemiterio ou no necroterio (Ibid., fl. 63 frente e verso).

A colocação da Cruz¹⁰⁵ é debatida novamente em sessões seguintes, chegando ao texto da Lei nº 47, estando “o senhor Intendente authorizado a erigir no centro da área do Cemitério Municipal uma cruz de madeira” (Ibid., fl. 66 frente). O mais curioso é que a necrópole concluíra sua construção em 1915, mas ainda carecia de obras quase cinco anos depois do início de seu funcionamento.

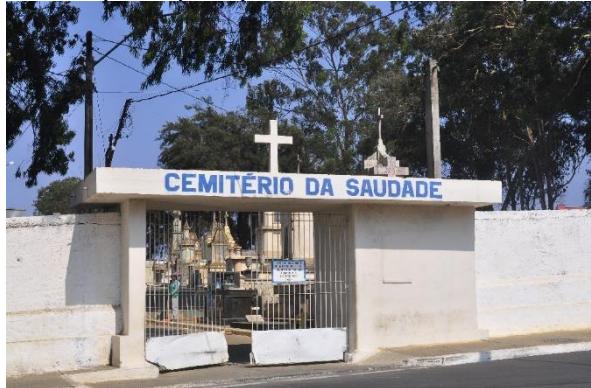
Os debates sobre a colocação da cruz são rapidamente concluídos pois entendeu-se que o símbolo¹⁰⁶ não feria diretamente à Carta Constitucional. Ademais, justifica-se que a cruz “não fere os cultos existentes”, apesar do próprio texto sugerir que a cruz é a alegoria máxima do cristianismo¹⁰⁷.

¹⁰⁵ A instalação de cruzeiros no interior das necrópoles era um costume antigo. Para ele, convergia a população em momentos coletivos ou individuais de luto, onde se fazia preces em memória aos que se foram e no imaginário popular conferia sacralidade ao espaço cemiterial.

¹⁰⁶ Segundo Jacqueline Ahlert (2007), “É próprio da ação do símbolo a representação de algo que está ausente [...] a criação e seu uso estão, deste modo, intrinsecamente vinculados a algo que não está e deve se fazer presente através de signos metafóricos, que afiançarão sua memória. A morte e os monumentos funerários, nesta perspectiva, são um grande meio de expressão simbólica”. AHLERT, Jacqueline. **Cultura material funerária as alegorias do Cemitério Vera Cruz (Passo Fundo/RS)**. Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017, p. 02.

¹⁰⁷ Embora associada ao Cristianismo, a cruz remonta à Antiguidade. As civilizações egípcia, chinesa e grega já utilizavam o símbolo. Achados arqueológicos datam do séc. XV a. C. em Cnossos, Creta. “A cruz tem [...] uma função de síntese e de medida. Nela se juntam o céu e a terra... Nela se confundem o tempo e o espaço... Ela é cordão umbilical, jamais cortado, do cosmo ligado ao centro original. De todos os símbolos, ela é o mais universal, o mais totalizante. [...] Ela é a grande via de comunicação. É a cruz que recorta, ordena e mede os espaços sagrados. [...] Tem, ainda, o valor de símbolo ascensional. [...] Nas lendas orientais, ela é a ponte ou a escada de mão pela qual os homens chegam a Deus. [...] A tradição cristã enriqueceu prodigiosamente o simbolismo da cruz,

Figura 07 – Fachada do portão principal do Cemitério – acesso pela Praça da Saudade



Fonte: Emanuel Moraes

O fragmento do registro ainda destaca a existência de um necrotério no interior do cemitério. Este é um elemento novo às Atas, pois é a primeira e única vez em que ele apareceu. Sendo o necrotério o local de identificação e de averiguação médica dos corpos cadavéricos, a sua presença no interior da necrópole indica que inexistiam na cidade de Conquista outros espaços destinados à atividade.

Devido a um surto de varíola na cidade, em 1919, um outro cemitério conhecido como Cemitério dos Bexiguentos foi improvisado pelo então Intendente Ascendino Mello, com o objetivo de receber os corpos dos vitimados pela varíola, o qual estava situado num local bem distante da área urbana, na estrada da fazenda São Pedro, já mencionado no Capítulo 2.

No início do ano de 1920, quando já havia sido nomeado para o cargo de Intendente, pelo Governo do Estado da Bahia, o Coronel Ascendino dos Santos Mello ocupava a presidência do Conselho o também Coronel Paulino Fonseca. Novo crédito foi concedido para atendimento de diversas demandas, como a construção do quartel e cadeia, desapropriação da Praça Doutor Seabra e Rua das Boiadas, bem como “com o tratamento dos variolosos pobres deste Município e para abertura da avenida que em alinhamento a Santa Casa de Misericórdia, vá terminar na estrada que vai para o Cemiterio Municipal” (Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal Identificação 12.2.17 fl. 112 frente). A fim de favorecer o trânsito de pedestres e preparando a cidade para receber os veículos que, aos poucos, chegariam ao Município, a abertura dessa avenida central contribuía para a plena efetivação do Cemitério Municipal como local oficial de enterramentos.

Ainda em 1921, concorriam com o recém construído Cemitério Municipal outros espaços de inumação. As Atas do Conselho traduzem a preocupação dos poderes constituídos em fazer cessar a prática dos sepultamentos no antigo cemitério, especialmente em nome da

condensando nessa imagem a história da salvação e a paixão do Salvador (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982, p. 309-310).

higiene e da saúde pública. Mas a despeito das discussões e imposição de punição aos infratores estabelecidas pela redação de novas leis, a prática ainda persistiria até o ano de 1922, conservando-se os túmulos e o Mausoléu do Coronel Pompílio Nunes no local até o ano de 1935 (Viana, 1982, p. 556).

Os livros de Atas continuavam trazendo em forma de tabela simples ou texto corrido as receitas e despesas, ano a ano. Para o ano de 1923, o Orçamento previa para o Cemitério a arrecadação, de acordo com a tabela anexa nº 6, do valor de 800\$000, envolvendo taxas cemiteriais, entre abertura de sepulturas e pagamento pelos carneiros já existentes. Detalhada, a lista esmiuçava os rendimentos esperados pelos serviços contratados: “§1º 5\$000 por sepultura para adultos no Cemiterio Municipal. §2º 3\$000 por sepultura para menores [...] §3º 10\$000 por Carneiros de adultos annualmente” (Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931. Fl. 07 verso e 08 frente). O processo de ocupação da necrópole acontecia lentamente e progressivamente passa a corresponder a uma fatia importante das receitas públicas.

Conforme apontado no Capítulo 2, na seção 2.4 – A morte assume a cena: contextualização de espaços cemiteriais no Município de Conquista até 1930, observou-se uma certa recusa por parte da população no processo de utilização do novo espaço cemiterial. A continuidade de enterramentos na Rua Monsenhor Olímpio – no cemitério velho que há muito não comportava a quantidade de carneiros – se contrapunha ao novo espaço, inaugurado há mais de dez anos, indicando que parte da população não queria se separar de seus mortos, isto é, o outro cemitério ficava há cerca de um quilômetro, distância essa que dificultava inclusive a saída do féretro em direção à última morada, que se dava a pé, com o acompanhamento do povo. O Cemitério era um assunto complexo e longe de qualquer consensualidade.

O recém-criado cemitério era ponto de discórdia entre os setores tradicionais da sociedade. A continuidade de enterramentos em outro espaço cemiterial ferindo, o Código de Posturas em vigor quanto à obrigatoriedade de sepultamento nos locais indicados pela Intendência, era uma infração que muitos continuavam a cometer, a despeito das penalidades como o pagamento de multa ou dias de prisão. Além disso, era costume que os familiares estivessem enterrados próximos uns dos outros, prática de impossível continuidade com a adoção de outro espaço cemiterial.

Paralelamente a isso, cidadãos importantes e setores influentes da sociedade conquistense cobravam do poder municipal posturas mais rígidas frente à vizinhança indesejada. E o Conselho Municipal, através da Comissão de Higiene e Obras Públicas, se posiciona, à luz do saber médico, aumentando a multa para dois contos de réis aos

desobedientes, pois era inaceitável que a cidade procedesse os enterros a quatro metros das residências, e este motivo também contribuiu para o novo cemitério ter sido construído em local mais distante do centro.

Enquanto isso, os semanários locais vez ou outra acabavam por incluir em suas pautas algo relacionado ao funcionamento do Cemitério, a exemplo do Jornal A Notícia, número 21, de 9 de maio de 1925. O tema Cemitério parecia, de fato, se constituir uma preocupação relevante à população, e até mesmo o processo de roçagem apontado como algo muito importante de ser noticiado, talvez por ser uma queixa da coletividade em relação àquela necrópole. Imediatamente após o editorial, aparece a nota intitulada ‘Cemiterio Municipal’, de teor bastante peculiar, reproduzido a seguir:

Está-se capinando, dentro e fora, o <<Cemiterio Municipal>>, que precisa de muitos reparos.

O interessante é que a legenda que se vê no alto do portão de entrada desta necrópole está escripta errada, assim: Cimiterio Municipal.

Porque não se corrige o erro? A segunda letra da palavra cemiterio é e e não i. Logo... (A Noticia, Anno I, Cidade da Conquista, Bahia, 9 de Maio de 1925. Numero 21, pág. 1).

No processo de criação e funcionamento da nova necrópole municipal, as Atas do Conselho Municipal expressam o contexto que envolveu a necessidade da edificação do novo cemitério. A crítica à documentação permite perceber também a resistência de outra parcela da população quanto à sua utilização; a nova necrópole estava disponível para uso desde meados dos anos de 1910, enquanto que o “cemitério velho” encontrava-se abarrotado de cadáveres, mas ainda assim mantendo o costume de ali enterrar seus mortos.

Toda essa conjuntura indica o aumento do adensamento populacional a partir da observação da diminuição das distâncias das casas ao cemitério velho. Também se verifica a pressão que certos grupos tinham sobre as decisões da municipalidade e o fato de, mesmo após a construção do Cemitério na Intendência do Coronel Gugé, em 1915, este não ter se constituído como único e exclusivo espaço público delimitado pelas autoridades municipais para fins de sepultamento.

A partir da segunda metade do século XIX, o discurso médico dos sanitaristas tem como alvo ambientes mal iluminados e pouco ventilados e por isso mesmo o interior das igrejas passa a ser encarado como inadequado enquanto espaço de inumação dos cadáveres. Situam-se a partir daí, em campos opostos, a Igreja e o Estado, as Irmandades e a medicina social, fazendo das práticas de enterramentos campos de disputa, ainda nos tempos do Império.

Na cidade de Salvador, foram elaboradas, em 1829, posturas que regulamentavam vários aspectos da prática de enterramentos. A postura nº 19 punia com uma pesada multa de 30 mil réis e oito dias de prisão quem abandonasse cadáveres nos adros das igrejas e outros locais públicos. A postura nº 20 estabelecia a proibição expressa do enterramento dentro das igrejas e nos seus adros. Os infratores receberiam as mesmas penas da postura anterior. A determinação de enterramento fora das igrejas impactou negativamente a população que reagiu de forma incisiva, destruindo o recém-criado Cemitério do Campo Santo.

Estas novas práticas constituíam um projeto modernizador do Estado brasileiro com

a implantação de cidades modernas, civilizadas e ordeiras. Na construção do Estado moderno, as ideias humanistas e liberais passaram a vigorar nas políticas médicas higienistas e educacionais, visando a construção de um modelo de cidadão, assim como na construção ou manutenção de elementos de controle e/ou de interesse social (Rocha, 2013, p. 203).

Em várias cidades, o monopólio dos enterramentos nos cemitérios é repassado temporariamente às Santas Casas de Misericórdia, como em Belém e no Rio de Janeiro. Em outras, se deu a construção de novos cemitérios, conforme ocorreu na capital da Bahia.

Na cidade de Conquista, o movimento de proibição ocorrido décadas mais tarde foi seguido de leis igualmente rígidas às soteropolitanas e provocaria reações diferentes nos conquistenses. O comportamento geral da maioria da população em Conquista foi de resistência ‘pacífica’ quanto à utilização do novo cemitério. Não houve motim. Em seu lugar, a ignorância às Posturas. Quando a Intendência finalmente entrega à população a nova necrópole¹⁰⁸ é que a resistência da população é mais sentida, com a recusa de guardar os cadáveres de seus entes naquele Cemitério, motivada pela distância do centro da cidade¹⁰⁹. A teimosia em não proceder com o novo Regulamento ajuda a explicar o porquê de a pesada multa de dois contos de reis pela infração ser completamente ignorada por certos cidadãos. Na narrativa dos memorialistas sobre a história de Conquista, a existência do Mausoléu do Coronel Pompílio Nunes, cuja entrada se assemelhava a porta de uma igreja, era sempre lembrada ao descreverem a permanência do cemitério velho a despeito do novo já ter sido entregue à população.

¹⁰⁸ Os registros oficiais não contemplam a data de entrega do equipamento público à população, bem como não narram se houve alguma cerimônia que marcassem o tão aguardado momento por parte da Intendência.

¹⁰⁹ Hoje o Cemitério Municipal está completamente inserido na malha urbana, localizado em área central do Município. O próprio processo de desenvolvimento e expansão imobiliária provocou a sua incorporação ao espaço citadino.

Quase encerrando o livro de Registro de Atas do período de 11 de fevereiro de 1922 a 21 de maio de 1926¹¹⁰, os Conselheiros Municipais, em 02 de março de 1926, ocupando a presidência o Doutor Régis Luiz Pacheco Pereira, discutiram uma pauta imensa acerca das contas do exercício do ano de 1926, da gestão da Intendência anterior (1924-1927), atestada através dos livros de conhecimento contábil e dados controversos, com críticas mordazes sobre a inabilidade financeira. Trouxe, contudo, para discussão (com aprovação) o projeto de Lei nº 150, envolvendo a homenagem póstuma a um expoente da política estadual de projeção nacional, que foi debatido em sessões seguintes e aprovado por unanimidade de votos e na íntegra:

O Conselho Municipal de Conquista, usando das suas atribuições, decreta.
 Art. 1º - Em homenagem ao grande Brasileiro Concelheiro Ruy Barbosa, cuja morte toda a Nação hoje commemora, por ser esta data o do seu 3º anniversario, fica o senhor Intendente autorizado a Adquirir para a Galeria da sala das audiências desta Cidade, o retrato á fotogravura do egregio patrício de saudoza memoria. Art. 2º - Para este fim abre-se o credito de Reis (200\$000) dusentos mil reis. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões, 1º de Março de 1926 (Ibid., fl. 186 verso).

A morte era excepcionalmente pautada no Conselho quando do passamento de cidadãos importantes, sejam eles de projeção local, estadual ou nacional. E a Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal, reunido em 21 de maio de 1926, aclama, mediante os autos, a comoção gerada em virtude do falecimento de um notável cidadão.

O senhor presidente declarou aberta a sessão. Expediente consta: Da Moção seguinte: O Concelho Municipal de Conquista, ao ter conhecimento, hontem, pela chegada do correio do falecimento do eminente e bahiano Deputado Federal Drº Alvaro Costa cumpre o dever de lamentar com a Bahia o seu desaparecimento, e por isto requer seja lançada na acta de hoje um voto de pesar em homenagem aos grandes serviços prestados, pelo ilustre morto, a esta terra quando exercera as funções de Chefe da Segurança Pública do nosso glorioso Estado; bem como pede que a seguinte digo a presente moção seja Transmittida a sua Exma. Família (Ibid., fl. 199 verso e 200 frente).

Foge ao alcance da escritura das Atas a ‘sutileza de certos detalhes’ essenciais à compreensão da historicidade do Cemitério Municipal, alvo das mais contundentes críticas proferidas pela Igreja e pelos órgãos noticiosos e formadores de opinião pública. As menções mais brandas referiam-se ao abandono, “onde o capim e o mato ocultam as sepulturas dos

¹¹⁰ Nas páginas finais deste livro de Registro, encontra-se a informação que, à época, o Município contava com uma população que excedia oitenta mil almas – dado este que foi posto em evidência para apontar a necessidade de construção de mais escolas públicas, visto existirem àquela época apenas duas escolas públicas estaduais e poucas municipais.

pobres defuntos". Tal campanha assim defendida também permite compreender o porquê de a ocupação do cemitério ser tão lenta e não haver grande número de túmulos em seu interior até meados da década de 1930. Por outro lado, era imprescindível a disposição de um considerável espaço interno no cemitério, pois era hábito no sepultamento dos 'notáveis' o grande comparecimento de pessoas e a apresentação de filarmônicas (Santa Cecília, Aurora) como parte integrante das cerimônias e do *panegyrico*¹¹¹.

No traçado da linha cronológica dos espaços fúnebres conquistenses, o contexto do final dos anos 20 do século passado traz elementos importantes à compreensão do inconsciente coletivo quanto às questões que envolviam os cemitérios. Este era um elemento muito sensível à população, posto que, a despeito de todo o movimento que foi feito a fim de adequar o espaço citadino a um novo patamar de posturas de uso e ocupação do solo, para o povo permanecia a lógica de pertencimento ao cemitério anterior, ainda que estivessem esgotadas as condições de sua utilização.

A escrituração do Conselho, notadamente a partir de 1927, traz informações bastante esmiuçadas acerca das receitas provenientes da utilização dos Cemitérios na Cidade de Conquista, as quais revelam detalhes dantes não tratados em Leis anteriores, a exemplo dos Cemitérios Municipais dos Distritos, e a respeito da retirada de restos mortais e da construção de túmulos perpétuos – e o caráter personalista da licença desta última, definida não por lei, mas a cargo do Intendente Municipal. Na prática, o uso do solo dos Cemitérios favorecia uma boa arrecadação sobre as Receitas Municipais e muitos funcionavam concomitantemente na Cidade. Vê-se, como exemplo, trecho da Lei Orçamentária nº 160.

Tabella nº 6. Rendimentos dos Cemiterios §1º 5\$000, por sepultura para adultos no Cemiterio Municipal desta Cidade e dos Districtos. §2º 3\$000 por sepultura para menores nos Cemiterios. Idem. Idem. §3º 10\$000 annuaes por Carneiro de adultos. §4º 5\$000 annuaes por Carneiro de menores. §5º 1000\$000 por licença para construir tumulo perpetuo no Cimiterio desta Cidade, não podendo ser erigido sem previa licença do Intendente. §6º 5\$000 para abrir em tempo determinado qualquer sepultura no Cimiterio desta Cidade, ou dos districtos ruraes, para retirada de restos mortaes (Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal, Identificação 278, fl. 36 verso).

No registro da Lei Orçamentária 173, além das somas previstas em decorrência dos serviços de sepultamento e exumação, o Conselho traz o texto definitivo sobre regulamentos sanitários importantes para compreender o agravamento da questão sanitária no Município nos

¹¹¹ Discurso em louvor de alguém, elogio, laudatório. Termo muito utilizado nos periódicos locais ao referir-se a estes momentos de exaltação pública nos funerais.

primeiros decênios dos 1900. Para o ano de 1928, previa-se através do disposto no Art. 24 e Art. 1 da Lei 173 e 181, respectivamente:

Fica o Intendente autorizado a abrir o credito que fôr necessário no Caso de calamidade publica, invasão de peste ou sobre qualquer assumpto de imediato interesse, se o Conselho não estiver reunido, submetendo entretanto, seu acto á apreciação deste, logo que esteja funcionando. (Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal Livro 274, pág. 52 frente)

[...]

Registro do projecto de lei, sob nº 181, aprovado em 3^a discussão. O Conselho Municipal de Conquista decreta: Art 1º Fica autorizado o senhor Intendente a despender até a quantia de 5:000\$000 em auxílio do serviço e prophilaxia, ora levado a efeito nesta Cidade pela comissão Sanitária, e do tratamento das pessoas desvalidas que forem atacadas de peste bubonica. §1º Despesas eventuais é a verba por onde deve sair o referido credito (Ibid., pág. 54 frente).

A pesquisa de Roberto dos Santos Viana (2018) demonstra que a implantação dos cemitérios longe dos centros urbanos em áreas de condições geológicas inadequadas ou terrenos íngremes se constituiu numa prática relativamente comum no país, citando o exemplo do Cemitério Municipal de Pérola, Paraná. Em Conquista, a área destinada à construção da necrópole ficava distante do centro urbano, conforme Aníbal Viana (1982, p. 557). Tanajura (1992) traz em sua narrativa que

o povo achava o cemitério novo muito longe, pois se localizava à boca da mata. Para chegar até lá, os enterros tinham que atravessar o mangueiro de Laudiceia Gusmão, por um caminho deserto, cheio de carrapichos, urtigas e bumburral (Tanajura, 1992, p. 161).

A historiadora Maristela Carneiro (2007) apresenta em seu estudo sobre o Cemitério São José em Ponta Grossa(PR) que, no processo de secularização dos cemitérios naquela localidade, houve um confronto de posicionamentos entre o Vigário Anacleto Dias Barbosa e os edis municipais quanto à construção e localização da nova necrópole na segunda metade do século XIX. Em consequência do não alinhamento das partes, quando da entrega do Cemitério à população,

o vigário, não podendo impedir a iniciativa da Câmara, não abençoou o novo cemitério para que este fosse considerado campo santo e, dessa forma, as pessoas não queriam que seus mortos fossem enterrados neste local, considerado um lugar inadequado para a inumação de católicos. (Carneiro, 2007, p. 70)

O lento processo de ocupação do novo Cemitério Municipal em Conquista, traduzido pela existência de poucos túmulos referentes às duas primeiras décadas dos Novecentos, teria

se dado pela mesma razão do ocorrido em Ponta Grossa? Houve resistência da população local quanto à sua utilização? A partir da documentação acessada não é possível uma conclusão mais assertiva. O discurso que persiste pelos memorialistas indica que o local ficava muito distante e de difícil acesso. As Atas da Câmara não contemplam como ocorria a rotatividade dos terrenos no Cemitério, mas sugerem a permanência de muitas sepulturas no antigo espaço cemiterial, pois, mesmo após o início de ocupação da nova necrópole, enterramentos ainda continuavam a ocorrer naquele espaço, tendo sido necessárias normativas e penalidades aos que insistissem com tal prática. E as evidências apontadas por Aníbal Viana indicam que o processo de remoção não fora feito a contento.

3.2 CEMITÉRIO DA SAUDADE EM CONTEXTOS (1915-1930)

*O espaço cemiterial é lugar de vozes silenciosas
que só podem ser ouvidas quando adentramos seus portões.*
Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho

Se à primeira vista o cemitério e a morte soam como sinônimos de morbidez e desolação, a um olhar mais cuidadoso sobre seu patrimônio observa-se o quanto ele tem a dizer. “É nos cemitérios e nos monumentos lá erigidos que encontramos as fontes mais ricas para elaborar a tessitura da memória funerária de nossas cidades” (Carvalho, 2020, p. 27). A presente pesquisa se desenvolveu buscando compreender os processos e tessituras do inconsciente coletivo da sociedade conquistense, seu código de valores, a partir da história do Cemitério Municipal. E esse campo de estudo é um verdadeiro universo de possibilidades.

Não é pretensão desta pesquisa esgotar as possibilidades de compreensão dos monumentos tumulares presentes no Cemitério. Em vez disso, optou-se por suscitar algumas provocações e reflexões a partir do patrimônio funerário. Inicialmente, foi feito um levantamento dos túmulos do período que vai do ano de fundação do espaço ao ano de 1930. Em seguida, registro fotográfico e discussão dos dados coletados.

Os cemitérios contam muitas histórias, não se constituindo um universo separado da cidade e de suas dinâmicas sociais. Para a historiadora Clarisse Ismério, os cemitérios “são provas concretas da opulência econômica e política das cidades [...] pois “esses espaços não foram criados somente para abrigar os mortos, mas para serem apreciados pelos vivos” (Ismério, 2017, p. 100-101).

Para o antropólogo estudioso de espaços funerários Michelangelo Giampaoli (2023),

os cemitérios são construídos pelos mortos, mas, sobretudo, pelos vivos. Um dos principais objetivos do cemitério, além do cuidado com os mortos, é a comunicação com os vivos. Se o cemitério fosse apenas o espaço da morte, não haverá necessidade de memorialização, símbolos, mausoléus, obeliscos, etc. [...] A cidade dos mortos é construída pelos vivos. Os mortos são uma desculpa para que continuemos falando sobre os vivos. e é impressionante como a cidade dos mortos espelha e continua a cidades dos vivos. Os mortos continuam vivos porque os vivos precisam deles para reafirmar dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ideológicas. (Giampaoli, 2023, p. 04)

O que se verificou no caso conquistense alinha-se ao que muitos pesquisadores apontam como tendência no processo de funcionamento dos cemitérios secularizados na transição do século XIX e início do século XX. Se até meados dos oitocentos a comunhão com os mortos era não apenas tolerada, mas requerida, os ventos higienistas que sopravam sobre o Império e a República, balizados pelas premissas sanitárias e modernizadoras, afastavam os corpos em decomposição para longe do convívio social, longe dos centros urbanos.

O Cemitério Municipal, ao se estabelecer mais distante do núcleo de adensamento populacional inicial, alinhava-se ao discurso médico em voga desde meados do século anterior, de distanciar vivos e mortos, criando espaços de enterramento em zonas abertas, ao mesmo tempo em que ‘promovia’ diretamente a modernização da cidade e a readequação do espaço citadino. Cemitérios antigos comprometiam o projeto modernizador das cidades. Era necessário saneá-los das áreas centrais, retirá-los, abrindo caminho para a modernidade. Assim, as cidades foram se constituindo, sobre a demolição de prédios e da sua memória histórica, ora em nome do saber médico ora em nome do progresso, ora em nome de ambos. A construção e calçamento de avenidas que conduzissem à nova necrópole, aos poucos, também demandariam do poder público providências.

Maristela Carneiro (2007, p. 76) analisa a relação Cemitério Municipal São José e a cidade de Ponta Grossa (PR) e define que aquele funcionou como um elemento ordenador espacial num primeiro momento e, em seguida, inserido no perímetro urbano, absorvido pelo processo de crescimento da cidade, o que parece ter sido uma tendência nas médias e grandes cidades brasileiras.

Observando o patrimônio do Cemitério Municipal *in loco* é possível perceber uma série de peculiaridades sobre a historicidade da cidade, só percebidas a partir deste espaço. Daí a necessidade de um olhar mais criterioso para o seu interior. São cerca de 7.000 unidades entre túmulos e jazigos que, desde o ano de 2022, vem passando por uma tentativa de organização de seu acervo através de um sistema simples de numeração. São construções tumulares de variados tipos, materiais, cores, tamanhos, padrões arquitetônicos e épocas.

O Cemitério possui dois portões, tipo folha, centralizados: o principal, voltado para a Praça da Saudade, e outro secundário, para o trecho urbano da BR 116 – Avenida Integração. Houve um tempo em que os dois portões de acesso estavam projetados para a mesma via principal, antes da duplicação. Os pórticos são de gradil de ferro e voltado para o sol nascente e poente, respectivamente. Os túmulos mais antigos, do ano de fundação ao ano de 1930, estão em sua maioria localizados na Quadra A e situados perpendicularmente ao pórtico principal, voltados para o ponto cardeal sul, perfilados horizontalmente. Assim, percebe-se que, no início do seu processo de ocupação, a necrópole pareceu seguir uma linha de organização.

É possível visualizar na Quadra B poucos túmulos, que remetem ao período mais antigo da necrópole, em sua esmagadora maioria individuais. A posição com que alguns dos túmulos mais antigos estão dispostos no Cemitério indica, além de uma tentativa de organização, a ideia de proteção de suas carneiras, projetadas não para o portão de acesso, mas para a alameda central.

Figura 08 – Jazigos verticalizados, Cemitério da Saudade, Quadra B



Fonte: Emanuel Moraes

Muitos túmulos de anjos foram construídos individualmente, mas não é possível visualizar se houve uma área exclusiva para este tipo de sepultamento. Nem estes, nem os túmulos de adultos, individuais ou coletivos, seguem algum tipo de padrão quanto à ocupação, como é possível verificar em muitos cemitérios, que tem em sua maioria as sepulturas voltadas para o sol nascente ou para o sol poente.

Figura 09 – Conjunto de túmulos de anjos – Cemitério da Saudade



Fonte: Acervo da autora

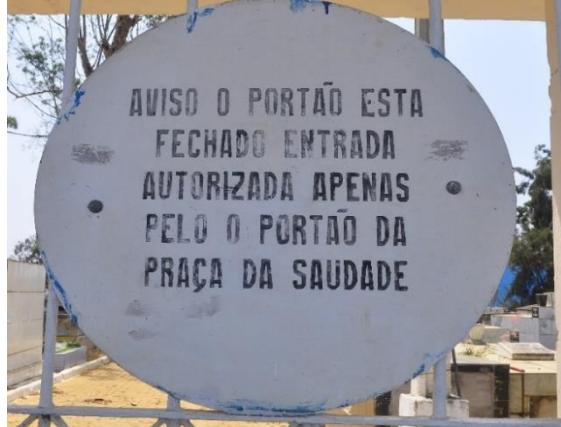
O Cemitério possui dois portões do tipo duas folhas. O serviço de portaria no Cemitério é relativamente recente e foi implantado devido à necessidade de controle do trânsito de pessoas. O portão secundário foi fechado nos últimos dez anos visando oferecer minimamente segurança aos pedestres, pois, com a ocorrência de furtos e outros delitos, providências foram tomadas para restringir o acesso, como medida paliativa ao problema. Assim, embora existam dois portões, apenas um é utilizado.

Figura 10 – Portão de acesso ao Cemitério pela Avenida Integração (trecho urbano da BR 116)



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 11 – Aviso no portão de acesso da Avenida Presidente Dutra (BR 116)



Fonte: Emanuel Moraes

02 de novembro é a principal data de visitação aos túmulos, por ser Dia de Finados. Em segundo lugar, está a Semana Santa, especialmente a sexta-feira. O Dia das Mães também movimenta bastante o Cemitério, sendo possível encontrar floristas comercializando flores nas imediações e ruas do entorno.

Houve um tempo em que a capela mortuária foi utilizada como local de velório. Hoje é utilizada como local de oração, com uma área externa de queima de velas lateralizada à direita. Nos últimos 05 anos, a capela passou por uma reforma, com substituição do forro e a sua plena utilização se dá no Dia de Finados, quando é realizada uma missa no interior do templo. O Cemitério já contou com dois ossuários coletivos em funcionamento, um na extremidade direita da Quadra C e outro na extremidade esquerda da Quadra D. Foram desativados e hoje não podem mais ser acessados. O Cemitério possui também um escritório administrativo.

Figura 12 – Capela Mortuária



Fonte: Emanuel Moraes

O Cemitério está sob a administração pública direta desde sua criação. Atualmente é vinculado à Secretaria de Serviços Públicos – Coordenação de Serviços Básicos, Iluminação Pública e Posturas, visto que no ano de 2024 funcionam, administrados pelo município, três diferentes espaços de enterramento que atendem à população da cidade: o Cemitério da Saudade

(Cemitério Municipal), o Cemitério do Kadija (em área periférica) e o Cemitério Campo da Paz (localizado na Rodovia BA 142 no início do trecho que liga Vitória da Conquista e a região centro-sul da Bahia à Chapada Diamantina). Estes dois últimos Cemitérios, porém, não são objetos da presente pesquisa, cabendo o desenvolvimento de estudos posteriores.

O Cemitério Municipal encontra-se localizado¹¹² entre a Praça da Saudade, a Avenida Santa Marta e a Rua Guilherme Aguiar e, ao fundo, o trecho urbano da Rodovia Santos Dumont – BR 116 (Avenida Integração). A necrópole tem área aproximada de 30000m²; a lateral situada à Avenida Santa Marta uma vizinhança bastante heterogênea com quem compartilha o mesmo muro: casas e edifícios residenciais, oficinas mecânicas e até mesmo uma padaria. Este espaço cemiterial, o mais antigo da cidade de Vitória da Conquista, continua em funcionamento, mas não existem mais terrenos disponíveis para comercialização e construção de novas sepulturas desde o ano de 1987. Por esta razão, o espaço está sujeito a rápidas modificações nas suas gavetas pelo contingente de enterramentos ali realizados nas antigas edificações. Trata-se, pois, de um cemitério com carneiras perpétuas onde ainda é possível realizar enterramentos nas sepulturas e jazigos familiares.

O memorialista José Mozart Tanajura, em *História de Conquista – Crônica de uma cidade* (1992), assim apresentou o contexto das discussões da plenária do Conselho que levaram à construção da necrópole municipal:

CEMITÉRIO NOVO

Desde a primeira década do século em curso, as autoridades responsáveis pela administração do Município vinham trabalhando para retirar do meio da rua o Cemitério Velho. Na sessão do Concelho Municipal, de 13 de Fevereiro de 1912 foi apresentado pelos conselheiros Francisco da Silva Costa e Manoel Caetano dos Santos, projeto de lei que foi provado, autorizando ao Chefe do Executivo Municipal, construir o novo Cemitério. Naquele ano ocupava o cargo de Intendente o Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, o qual iniciou a construção do atual Cemitério, sendo terminado em 1915. As primeiras pessoas que foram sepultadas no Cemitério Novo, foram duas senhoras empregadas do Cel. Pompilio Nunes e sobre as sepulturas foi construído um carneiro que é visto logo ao lado esquerdo de quem entra, já bastante deteriorado pelo tempo. O atual Cemitério, ficava muito longe da Cidade, pois onde está, era terreno baldio e só tinha como morador mais perto D. Laudicéia Guamão, dentro de um mangueiro, que é a atual Praça Poeta Camillo Lima".
[...]

No Governo Municipal do Sr. Gerson Sales ele ampliou até à margem da Rio Bahia o atual Cemitério que está quase no centro da Cidade e nesta altura, restando-lhe pouco espaço para sepultamentos, estando o povo clamando pela construção de mais dois Cemitérios nesta Cidade.

¹¹² O Cemitério ocupa uma área que se refere à parte alta do Centro, na confluência entre os loteamentos Novo Horizonte e Sumaré. Porém, quando da sua construção, o logradouro situava-se relativamente distante do núcleo urbano original do Município.

Registra-se que o Prefeito Raul Ferraz iniciou a construção de um cemitério na fralda da Serra do Periperi, que não foi terminado, porque o local foi julgado impróprio, ou condenado pelas autoridades sanitárias do Estado. Urge, sem perca de tempo, a construção de mais dois ou três cemitérios nesta Cidade, principalmente nos grandes bairros. Ficam com a palavra a Prefeitura e a Câmara de Vereadores (Viana, 1982, p. 557).

O Cemitério da Saudade já nasce secularizado (não pertenceu à Igreja e depois foi administrado pelo poder público). À simples observação percebe-se, além da cruz no seu frontispício, a existência de uma capela mortuária. Seria este o espaço onde anteriormente servira de necrotério? Não há elementos que corroborem essa hipótese. Mas a construção de uma capela em seu interior contribui para amarrar os laços entre o bem morrer, ligados à fé e à religião. Porém, não há informações nos registros se a capela compôs a edificação quando do início do funcionamento da principal necrópole de Conquista.

No cemitério o ordenamento dos mortos por áreas mais e menos valorizadas, associadas ao tipo de sepultura desses locais separou visivelmente o rico do pobre, o livre do escravo. No cemitério extramuros, as sepulturas se tornariam distintas uma das outras enfatizando os contrates da sociedade (Sial, 2005, p. 186).

Considera-se que este foi o fundamento sobre o qual se constituiu o Cemitério da Saudade nos primeiros tempos, do período que vai da sua implementação ao fim da Primeira República, em que as oligarquias locais exercem o monopólio dos cargos políticos e a primazia econômica na redondeza. Tal distinção certamente foi sentida no processo de ocupação deste Cemitério, a partir das dimensões: materiais empregados na construção, tendências arquitetônicas e localização dos túmulos e jazigos, ostentadores de poder, demonstradores de linhagem nobre e glória individual. “O fenômeno da secularização dos cemitérios [...] criou condições para que também o culto dos mortos fizesse parte da constituição de identidades e distinção dos indivíduos, famílias, e grupos sociais e políticos” (Ribeiro, 2017, p. 14).

Ao serem instituídos, os cemitérios não resultaram sóbrios, padronizados, como eram os locais dos sepultamentos tradicionais. Ao retirar os sepultamentos dos templos e levá-los para o espaço secularizado das necrópoles, possibilitou-se a construção privada dos túmulos, sem as barreiras impostas anteriormente pela gestão eclesiástica (Carneiro, 2007, p. 84).

Os cemitérios refletem a cidade que os produziu, “pode-se dizer que são cidades em miniatura” (Borges, 2003, p. 03), por isso são complexos, terreno de disputas e múltiplas práticas. Seus espaços, porém, são projetados para as cidades, mais ainda, para e pelos vivos,

apontando para a maneira com que pretendem ser lembrados, eternizados em suas lápides, objetos e demais elementos tumulares.

Para a historiadora e pesquisadora Maristela Carneiro (2007), com a missão de representar a morte sem a normatização que o templo católico impunha,

os vivos passaram a explorar a organização espacial, a arquitetura, a escultura, os diversos signos e simbologias, em toda a sua potencialidade, para forjar identificações, diferenças, intimidar e seduzir, propondo novas e velhas maneiras de representar a própria sociedade no espaço dos mortos. [...] Entretanto, partindo do pressuposto que as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou estão situadas entre longos períodos de imobilidade, a instituição dos cemitérios fez com que fosse transportado para os mesmos e para a forma edificada dos túmulos muito da vivência simbólica já familiar às pessoas. (Carneiro, 2007, p. 85).

Maria Elízia Borges (2003) afirma que a estatutária sagrada foi construída para ser facilmente assimilada pelo público leigo, ao tempo em que essas construções tumulares estão imbuídas de signos que expressam valores religiosos e socioculturais (Borges, 2003, p. 01). Os que ficam buscam uma “morte cultural” para os seus entes queridos, expressa por meio do ritual fúnebre, do sepultamento e do luto” (Borges, 2003, p. 05). Por estas razões, segundo a autora, o patrimônio funerário é carregado de um enorme discurso simbólico e metafórico cujo status documental deve ser considerado ao proceder a análise de qualquer sociedade. A relação que se estabelece com a morte diz muito da ‘cidade dos vivos’. “O túmulo é constituído por uma sobreposição de elementos simbólicos, com o objetivo de imortalizar o indivíduo ou a família. [...] há fortes laços entre o culto dos mortos e a memória, e entre esta e a identidade social”. (Ribeiro, 2017, p. 17).

Dentre os objetos tumulares, as cruzes são as mais incidentes. A fé católica era expressa com a confecção desse elemento arquitetônico em posição de destaque nos túmulos. As cruzes de diferentes materiais e tamanhos são a afirmação da fé no Cristo crucificado. Segundo Maria Elizia Borges (2002), a utilização deste símbolo representa a paixão de Cristo, e significa sorte e esperança. “É um dos mais velhos e universais de todos os símbolos, por agregar o emblema da expiação, da salvação e redenção do Cristianismo” (Borges, 2003, p. 06).

Figura 13 – Túmulo com conjunto de cruzes



Fonte: Emanuel Moraes

De acordo com o Dicionário de Símbolos de Chevalier e Gheerbrant (2015), a cruz representa uma gama de significações.

A cruz com um braço transversal é a cruz do Evangelho. Seus quatro braços simbolizam os quatro elementos que foram viciados da natureza humana [...] o pé da cruz enterrado no chão significa a fé assentada em profundas fundações. O ramo superior da cruz indica a esperança que sobe para o céu; a envergadura da cruz é a caridade que se estende mesmo aos inimigos. O comprimento da cruz é a perseverança até o fim (Chevalier. Gheerbrant, 2015, p. 310).

Flores e guirlandas entalhadas nas pedras ou sobrepostas às lajotas são o segundo maior símbolo verificado no Cemitério. Para Borges (2002, p. 299), são um indicativo de uma alegria divina. As rosas, segundo ela, são “símbolo da dignidade, do amor triunfante e também da vitória [...] do martírio e da pureza. [...] Os espinhos da rosa estão associados aos pecados do homem e suas pétalas, ao frescor do paraíso” (Borges, 2002, p. 302).

As *coroas de flores*, por ser um indicativo de alegria divina, são comumente empregadas para representar a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Elas são compostas de várias flores, como rosas, lírios, margaridas e azevinhos, geralmente arrematadas por um laço de fita. [...] As coroas de flores também contribuem para reforçar a melancólica beleza dos túmulos (Borges, 2003, p. 06).

Figura 14 – Túmulo com guirlandas esculpidas na alvenaria – Cemitério da Saudade



Fonte: Acervo da autora

Para Novalis *apud* Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 437), a “flor é o símbolo do amor e da harmonia que caracterizam a natureza primordial; a flor identifica-se ao simbolismo da infância e, de certo modo, ao do estado edênico”.

Há no interior da necrópole a presença de esculturas de anjos, sobrepostas aos túmulos ou esculpidas neles. Ser intermediário entre Deus e o mundo, “em sua qualidade de mensageiro, é sempre portador de uma boa notícia para a alma” (Chevalier. Gheerbrant, 2015, p. 61) símbolos da divina missão. A âncora, sinônimo de esperança e firmeza,

considerada um símbolo de firmeza, de solidez, de tranquilidade e de fidelidade. Em meio à mobilidade do mar e dos elementos. [...] Última salvaguarda do marinheiro na tempestade, está ligada na maioria das vezes à esperança, que permanece um apoio nas dificuldades da vida: fixa, amarra, imobiliza. Simboliza a parte estável de nosso ser, aquela que nos permite conservar uma calma lucidez diante da onda de sensações e sentimentos (Ibid., p. 50).

Figura 15 – Jazigo com figura feminina e âncora esculpidas na alvenaria



Fonte: Emanuel Moraes

No Cemitério Municipal, os vasos e os jarros são os elementos funerários que figuram em menor número. Em alguns túmulos, encontram-se parcialmente quebrados ou incompletos. De acordo com a professora Elizia Borges (2002), “o seu significado é vasto. Simboliza: o corpo separado da alma (vaso vazio); a eterna felicidade (vaso com um pássaro pousado em sua borda, saciando sua sede); a Anunciação (vaso com lírio); a glória e a paz (vaso de óleo santo)”¹¹³. No Dicionário de Símbolos de Chevalier e Gheerbrant os jarros são sinônimos de abundância, fonte inesgotável. Por fim, em alguns túmulos, é possível encontrar triângulos equiláteros que, segundo o Dicionário de Símbolos, simbolizam divindade, harmonia e proporção.

Para Almeida (2007),

Assim como a construção de um túmulo, a escolha dos adereços a serem utilizados: anjos, cruzes, bustos, dentre outros, a definição da imagem fotográfica a ser nele incrustada passa pela idealização projetada nas lembranças. É uma decisão arbitrária e premeditada: [...] É esta a imagem que se preserva, não apenas para quem passa, mas para os entes queridos que visitam o túmulo (Almeida, 2007, p. 298).

O patrimônio funerário reúne uma gama de manifestações humanas no âmbito material e imaterial, caracterizado por bens “encontrados em locais de sepultamentos, acervos diversos, cemitérios e demais espaços e práticas relacionadas à morte” (Castro, 2017, p. 14). A representação da morte se dá geralmente com ênfase nas referências religiosas. A crença cristã

¹¹³ Borges, 2002, p. 303

ou qualquer outra, espiritualista ou pagã, traz consigo a relação vida e morte, ou vida após a morte, e desenvolve rituais compatíveis com a sua credulidade e costumes religiosos. A crença na ressurreição e vida eterna leva cristãos a fazer do túmulo um local de repouso e, de certa forma, como alusão à vida levada pelo morto, cuidando de zelá-lo e conservá-lo como uma forma de ligação espiritual.

Nesse sentido, pondera Gennep (2011),

os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres [...] são destinados a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída. São os mortos mais perigosos, porque desejariam reagregar-se ao mundo dos vivos, mas não podendo fazê-lo conduzem-se como estrangeiros hostis. [...] além disso, estes mortos sem lugar sentem frequentemente um amargo desejo de vingança. Deste modo os ritos dos funerais são ao mesmo tempo ritos utilitários de grande alcance, que ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos (Gennep, 2011, p. 152).

Maria Vidal de Negreiro Camargo concluiu em seu trabalho que

A arte em si não é feita só para o deleite, tem muitos aspectos e se constitui até mesmo em mecanismo para se enfrentar a morte – um mecanismo social, portanto, que as pessoas encontraram para conviver com a fatalidade da morte, como fato inexorável que é (A Tarde, 04 de outubro de 1988, p. 05).

Jesus; Fernandes (2021) tecem boas contribuições para compreender a relação arte x simbologia cemiterial:

O culto aos mortos, às memórias e às recordações, marcado por convicções laicas, inicia um movimento inspirado em diretrizes positivistas chamado ‘eternização dos mortos na memória dos vivos’. Baseava-se nos princípios de que apesar da morte ser um evento irremediável, não impedia do morto ser cultuado, referenciado pelos vivos em suas memórias, lembranças e recordações. Neste cenário tanto a arte funerária quanto as características arquitetônicas e os elementos artísticos atuam como dispositivo de rememoração e eternização (Jesus; Fernandes, 2021, p. 165-166).

A ornamentação dos túmulos é um hábito antigo. Essa prática nem mesmo é cristã em sua origem, pois remonta aos tempos do faraó do velho Egito. Os cristãos foram um dos primeiros a cultivar a familiaridade com a morte, pela crença no Juízo Final e na ressurreição dos mortos. Tal relação refletia a preocupação com o próprio defunto que, para garantir que seria sepultado perto dos túmulos de mártires ou de seu santo padroeiro e não tivesse sua cova violada. No período em que costumava ocorrer esse tipo de sepultamento (no Brasil, em geral

até o séc. XIX) não se tinha a ideia moderna de que o morto devia ter uma casa só para si, da qual seria proprietário perpétuo.

No Cemitério de Conquista prevaleceram os elementos funerários mais clássicos e modestos de representação da morte. Cruzes latinas, formas piramidais, porta-velas apontam para um padrão manual de fabrico. A falta de assinatura das obras tumulares aponta para a singeleza com que estas construções foram erguidas e o anonimato de seus artífices. E, embora cada túmulo em particular buscassem a individualização do morto, há uma certa harmonia entre os elementos que constituíram o conjunto do patrimônio no período destacado.

Desde os monumentos tumulares mais suntuosos aos mais simples, os símbolos são uma das formas de se traduzir como determinados grupos ritualizam o momento da finitude. Se os símbolos podem ser vistos como adornos e testemunhas que permanecem ao longo do tempo, o cemitério torna-se então um local atraente, onde encontramos uma “enciclopédia de símbolos” a serem “lidos” por seus frequentadores (Borges; Castro, 2022, p. 23).

A relação arte-religião-poder aquisitivo é estabelecida de maneira bem nítida no Cemitério Municipal, cujos túmulos das décadas de 1920 a 1940 e as que datam anos posteriores a 1950 apresentam um leve contraste. Os primeiros eram erguidos à base de alvenaria, e o seu tamanho, altura e número de gavetas foi o que os tornou mais ou menos destacados, além de elementos como projeção e condição social e econômica dos ocupantes. O espaço cemiterial é local de reprodução de desigualdades.

Assim, podemos afirmar que a arte funerária apresenta um universo cultural próprio: é intemporal, foi feita no passado e sobrevive ao presente; é transmissora de significados peculiares, pois reflete a cultura emocional da época, o gosto dominante do grupo social de que procede e tem uma função ideológica relacionada com a ideologia da sociedade burguesa. Está imbuída de forte carga simbólica, pois nada é incorporado ao conjunto de modo aleatório. Diante do monumento funerário, podemos detectar seu significado artístico, religioso e moral; podemos tocá-lo, sentir sua textura, verificar o brilho dos cristais do mármore, reconhecer sua forma, sua função e, sobretudo emocionarmos. Enfim, a arte funerária tem uma abrangência maior do que se supõe. Está incorporada à história, ao contexto cultural, à experiência e à comunicação corporal (NOGUEIRA, 2002). No silêncio, os símbolos presentes nos túmulos, produzidos com certo gosto artístico, despertam em seus visitantes os mais profundos e significativos sentimentos (Borges, 2003, p. 07-08).

A arte cemiterial, embora não seja necessariamente o foco desta pesquisa, revela elementos importantes à compreensão do inconsciente coletivo e de um dado momento histórico. Segundo Marcelina das Graças de Almeida (2007), “os cemitérios são lugares imagéticos por excelência. Analisar a arquitetura e arte tumular é um caminho possível para se

compreender, em uma dada época e sociedade os homens, suas crenças e desejos, usando como fonte as construções que se cristalizam nestes espaços. (Almeida, 2007, p. 222). O Cemitério Municipal foi ocupado por indivíduos de diferentes credos, visto inexistir cemitério específico para protestantes, como ocorreu em diferentes partes do país.

Os elementos utilizados nas construções tumulares e seu simbolismo¹¹⁴ conferem a perenidade com que serão lembrados para a posteridade. A manifestação de luto aparentemente ‘silenciosa’ perpassa todo esse processo traduzido no caráter perpétuo dos túmulos, jazigos e mausoléus, testemunhas e elos do passado e presente, conectando a cidade que se ergueu.

Segundo Maria Elizia Borges (2002), “a arte funerária deve ser julgada segundo seus próprios valores, pois encerra em si uma iconografia repleta de representações estereotipadas, como reflexo de uma atmosfera coletiva” (Borges, 2002, p. 162). Em Conquista, durante a Primeira República, prevaleceram os túmulos de tendência artístico-arquitetônica eclética mais aproximada da arquitetura neoclássica e neogótica.

Para a pesquisadora da arte cemiterial no Brasil, na sociedade burguesa, a morte precede a construção do túmulo. O objetivo da construção é preservar a honra do morto, materializando e monumentalizando- por meio de construções tumulares capazes de traduzir a visão do homem diante da vida e da morte.

Os túmulos contêm uma série de imagens e adornos que são cultuados pelas pessoas, segundo sua formação religiosa e moral. [...] Para a população, quanto mais imagens e adornos simbólicos o monumento funerário apresentar, maior é seu significado, recebendo assim visitas mais frequentes. [...] No silêncio dos símbolos ali presentes, produzidos com certo gosto artístico e de fácil assimilação, eles despertam em seus visitantes os mais profundos e significativos sentimentos (Borges, 2002, p. 168).

O Cemitério Municipal tem uma peculiaridade interessante em relação às demais pesquisas acessadas: o espaço não está organizado em quadras e ruas, possuindo apenas uma alameda central. Tal característica dificulta a localização dos túmulos pelo fato de o espaço estar passível de constante transformação e torna a tarefa ainda mais desafiadora. No entanto, a partir dos anos 2000, foi implantada uma tentativa de orientação espacial dentro do Cemitério, com a numeração das tumbas. O total de túmulos é de aproximadamente 7.000. Visando facilitar a compreensão, adotou-se nesta pesquisa uma classificação levando em consideração o ano de fundação do Cemitério, bem como a área que foi anexada, em meados dos anos de

¹¹⁴ “Para ler o monumento funerário, é necessário compreender que os signos ali dispostos representam mais do que sua forma. Uma flor, por exemplo, no contexto do monumento funerário não é apenas um signo fitomórfico floral, mas um ícone da efemeridade e da saudade” (Carvalho, 2020, p. 33).

1950. Assim, a Quadra A e B localizadas na área que a necrópole ocupava inicialmente quando foi construída, à direita e esquerda do portão de entrada, respectivamente, e Quadra C e D as áreas mais remanescentes.

Ao analisar a área dos túmulos, é possível observar que a Quadra A e B comporta túmulos, jazigos e mausoléus que se destacam das Quadras C e D. E ainda à investigação de cada Quadra em si mesma, isoladamente, se observa outro fenômeno: as construções localizadas mais próximas da alameda que divide o Cemitério longitudinalmente se sobressaem ainda mais da Quadra a que pertencem. Em *Das Igrejas ao Cemitério: Políticas Públicas sobre a Morte no Recife do Século XIX*, a pesquisadora Vanessa Sial aponta para fatores que levavam à predileção por certas áreas nos cemitérios, locais que possibilitavam a circulação de pessoas, mantendo o permanente contato entre vivos e mortos. As zonas centrais das necrópoles eram mais desejadas assim como as áreas centrais nas cidades, não tratando-se de meras coincidências que os mais abastados as ocupem no interior ou exterior das necrópoles. Das suntuosas e perpétuas edificações tumulares às sepulturas comuns, temporárias. Para Borges (2003, p. 03), ao “adquirir lotes mais bem localizados e mais caros do cemitério, como nas avenidas [...] compra-se para o morto uma casa perpétua, de bom valor monetário, com escritura, nome e endereço”.

Ao se efetuar a comparação entre as Quadras dos quatro cantos do Cemitério percebe-se uma grande diferença entre as Quadras C e D em relação às Quadras A e B, diferenciação que se torna ainda mais evidente tanto do ponto de vista dos materiais empregados quanto da simplicidade ou ausência de artefatos tumulares.

Do lado de cá do muro, a localização geográfica dos bairros encarna essa diferenciação que se manifesta na concentração de suntuosidade no Cemitério Municipal em detrimento da pouca visibilidade dos mais simples. Tais túmulos e jazigos, mais modestos com seus objetos tumulares, carregados de significações culturais, discursavam através de seus elementos a tradição cristã, carregados de sentimentalidade em contrapartida aos portentosos jazigos verticalizados.

Na cidade esta diferença se traduz de duas maneiras: a rodovia federal que corta a cidade a divide, literalmente em zonas leste e oeste. E, entre essas partes, a desigualdade se manifesta através do aburguesamento de uma área em detrimento de outra. Quando se consideram os bairros dentro de cada região, a discrepância é ainda maior. Bairros cujas habitações e ruas estreitas refletem a precariedade avizinharam-se daqueles cujos holofotes da especulação imobiliária denunciam a robustez de seus recursos econômicos e acesso à cidade de forma plena, com suas avenidas largas e bem embelezadas.

No Cemitério Municipal, as áreas mais aglutinadas correspondem às Quadras C e D e tem a acessibilidade comprometida pela grande quantidade de túmulos mais simples lutando por espaço. Nessas quadras, jazigos monumentais ou mausoléus são raros. Estes estão distribuídos entre as Quadras A e B. Na Quadra A, localizada à direita do portão de entrada, concentram-se os mais altos e imponentes jazigos do Cemitério, enquanto que na Quadra B estes são facilmente identificados entre os que beiram a alameda central.

Figura 16 – Vista parcial da Quadra A



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 17 – Vista parcial da Quadra B



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 18 – Vista parcial da Quadra C



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 19 – Vista Parcial da Quadra D

Fonte: Emanuel Moraes

A paisagem urbana sofre mudanças constantes, assim como o cemitério. Durante o verão de 2024, no mês de janeiro, um incidente acometeu cerca de trinta e seis terrenos e mais de cinquenta túmulos no local, devido às fortes chuvas que caíram sobre o município, derrubando árvores centenárias¹¹⁵ que, despencando sobre os carneiros, causou danos irreparáveis à memória e à história de vida e ao patrimônio funerário como um todo.

Lamentavelmente, as árvores situavam-se na ala mais antiga, onde aglutinavam-se construções de aproximadamente 50 gavetas, que com o forte impacto foram destruídas, cabendo ao Poder Público a sua reconstrução. Cabe destacar que a Quadra A foi a única a ser atingida, onde estão localizados além de árvores, os túmulos mais antigos.

Figura 20 – Túmulos atingidos pelas fortes chuvas de janeiro de 2024 são reconstruídos

Fonte: Acervo da autora

As Atas do Conselho Municipal não são capazes de exprimir a desigualdade que, por certo, marcou o processo de ocupação daquele espaço cemiterial nos primeiros decênios. Como bem assinalou Carneiro (2007), ao analisar o Cemitério São José em Maringá-PR, o espaço

¹¹⁵ Segundo Borges (2003), as árvores conferem um caráter naturalístico que cumpre pelo menos duas funções elementares: a higiene e a busca de alegria no repouso dos mortos.

cemiterial é como um espelho sociocultural do meio que o produziu. E a sociedade conquistense do início dos Novecentos foi marcada por contrastes e tensões.

O material escolhido é idealizado para conferir a pretensão de eternidade na construção tumular. A busca por materiais mais resistentes e duráveis perpassava o processo de escolha. Entrar para a posteridade pressupunha esse cuidado. Os túmulos são fabricados em material de construção civil simples, mas diferem quanto à sua qualidade, o que pode explicar o bom estado em que poucos se encontram, perpétuos, os coronéis.

É possível afirmar que alguns destes túmulos e jazigos recebem ou receberam algum tipo de manutenção pelo fato de estarem bem preservados, a despeito de sua antiguidade. É notável também o fato de que a durabilidade dos materiais empregados em sua confecção contribuiu para sua preservação. De toda sorte, estas são construções do tempo áureo do coronelismo local, das famílias que ficariam marcadas na história da cidade, dentro ou fora da necrópole.

Dentre os jazigos do período que se encontram em bom ou ótimo estado de conservação, todos pertencem a coronéis cujos jazigos são coletivos e exuberantes. Antonio Motta (2009) afirma que, com o surgimento dos primeiros cemitérios secularizados, as famílias dedicaram-se a construir jazigos para reunir a parentela, como uma extensão da casa, só que para reunir os mortos da família. Destacam-se não apenas por sua localização próxima à alameda central, mas pelo fato de suas construções se projetarem verticalmente. Se aos sete palmos era a medida que as covas deveriam ser abertas subterraneamente, a fórmula adotada pelas ricas famílias tradicionais ia na direção da opulência de túmulos monumentais¹¹⁶ ou túmulos de porte médio¹¹⁷. Estes destacavam-se dentre as demais e impunham-se ao inconsciente coletivo da forma mais concreta o possível, num tempo em que o Cemitério ainda era pouco utilizado.

Os Coronéis Zeferino Correia de Melo, José Fernandes de Oliveira Gugé e Pompílio Nunes de Oliveira pertenciam ao mesmo tronco da endogamia familiar e ao mesmo grupo político. Ocupavam os cargos de maior destaque na municipalidade como Intendentes ou Chefes de Polícia. O alinhamento das lideranças se perpetuou no perfilamento de seus jazigos vizinhos no Cemitério Municipal. À frente, o Coronel Gugé e o Coronel Zeferino. Este último, chefe político que governara o município entre os anos de 1892 a 1895, tem seu jazigo de

¹¹⁶ Esse tipo de construção se impôs para transmitir grandiloquência e uma qualidade artística com uma decoração mais apurada (Borges, 2002, p. 178)

¹¹⁷ O conceito de porte médio envolve o verticalismo que varia de 2,5 a 5,5m decorados geralmente com cruzes, sarcófagos, anjos e festões.

família que se destaca pela horizontalidade, boa localização e materiais utilizados em sua construção, pois sofreu reforma posterior. O Coronel Gugé ocupava a Intendência quando o Cemitério Municipal finalmente ficara pronto. Seu jazigo, em forma de capela, possui duas gavetas que ainda abriga os restos mortais de outro homem público, o engenheiro e ex-prefeito José Pedral Fernandes. Este jazigo, apesar de sua longevidade, encontra-se em excelente estado de conservação¹¹⁸, com preservação de seus elementos tumulares originais, como a cruz de alvenaria e dois vasos de louça branca. E um discreto oratório sob cuja altura do altar encontra-se a lápide do grande coronel.

Figura 21 – Jazigo da Família do Coronel Gugé

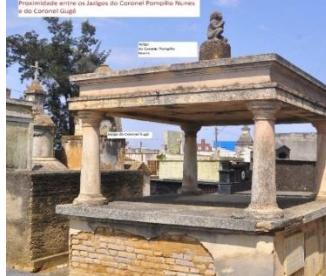


Fonte: Emanuel Moraes

O jazigo de Pompílio Nunes de Oliveira, ex-Chefe da Polícia local, encontra-se em alinhamento com os jazigos dos Coronéis Zeferino e Gugé. Trata-se de uma construção que se destaca pela arquitetura que buscou dar maior individualização aos que ali estão sepultados, pois trata-se de estilo greco de estilo neoclássico de inspiração jônica pelo formato de seu capital e da base, tendência incomum neste Cemitério.

¹¹⁸ Durante as visitas ao Cemitério Municipal para coleta de dados foi possível verificar o estado de abandono de muitos túmulos que sugerem não receber visita ou manutenção por um longo período de tempo.

Figura 22 – Localização do Jazigo do Coronel Pompílio Nunes e do Coronel Gugé



Fonte: Emanuel Moraes

Numa das lápides remanescentes do Jazigo da família do Coronel Pompílio Nunes, é possível ler “Jazigo da Innocente Zulmira filha do Ten. Coronel Pompílio Nunes de Oliveira. Nascida a 20 de Janeiro de 1883. Falecida 19 de Setembro de 1893”. Trata-se de um daqueles jazigos que abrigam restos mortais que migraram do Cemitério velho, removido por volta dos anos 30. Pelo tempo de seu falecimento¹¹⁹, é possível compreender o contexto em que ocorreu essa migração. Esta teria sido motivada pelo adensamento urbano e necessidade de modernização da cidade e cumprimento das normas sanitárias baseadas no saber médico, tendo há muito esgotados todos os prazos legais. E embora muitos jazigos se auto identifiquem por nome de família¹¹⁹, esta é a única construção tumular que possui elementos genealógicos reforçados em sua composição. Tratava-se da filha do Chefe de Polícia do lugar.

Figura 23 – Lápide indicando data de falecimento anterior à construção do Cemitério



Fonte: Emanuel Moraes

O antigo jazigo é citado nos estudos de Viana (1982) e Tanajura (1992) ao remeterem-se a uma edificação que se destacava das demais, pelo formato de uma alta capela com portão de acesso. É o local onde foi também sepultado o Coronel Pompílio Nunes. Este túmulo também

¹¹⁹ Segundo Grassi Mota apud Grassi (2008), este reagrupamento de pessoas em torno do túmulo através dos jazigos de família une os indivíduos numa cadeia de gerações, geralmente em torno do pai, tal como a casa da família.

se destacaria em razão de ter sido um daqueles que continuaram ‘no meio da rua’ a despeito do outro Cemitério Municipal já ter sido concluído e estar em funcionamento. Não é possível afirmar o que teria motivado a resistência por parte da família do Tenente Coronel em remover seus restos mortais para a nova necrópole, mas está claro que se deu num contexto de esgotamento total das possibilidades de permanência. É importante salientar que poucos foram os jazigos que assinalam comportar vestígios do antigo cemitério. No Cemitério Municipal, última morada de Pompílio, seu jazigo de família preserva na edificação o seu nome pelo estilo único com que foi erguido. A sua qualidade demandava o prestígio das deferências ao seu nome e em sua memória.

O Coronel José Antonio de Lima Guerra exerceu a Intendência nos anos de 1895 a 1903, no tempo em que os primeiros anos do século XX caracterizaram-se pelo alinhamento político dos expoentes políticos locais à liderança do Coronel Gugé. A exceção foi Lima Guerra. Eram distantes em vida e, no Cemitério, ocupam áreas igualmente diametralmente opostas. O Jazigo de Guerra, se comparado a de outros importantes coronéis e lideranças do período, encontra-se recanteado e passa desapercebido, em sua simplicidade e localização, visto que dista da alameda central, encontrando-se rente ao muro. Não é possível dizer que a construção tenha sofrido alterações em sua composição original, exceto em sua lápide de identificação.

Figura 24 – Jazigo perpétuo da família Lima Guerra



Fonte: Emanuel Moraes

É possível também verificar que os jazigos e famílias tradicionais ocupam boas localizações na necrópole ou por estarem próximas à alameda central ou por ocuparem um bom espaço perimetral em suas construções maiores, mais largas e imponentes, por sua via de acesso

estar mais organizada ou conjugando os três fatores. Estas construções estão concentradas na Quadra A, ala mais antiga que concentra os túmulos de 1915 a 1930, época em que se destacam as famílias tradicionais ligadas aos coronéis onde muitas autoridades municipais da Intendência ou do Conselho estão sepultadas. Foram estas mesmas famílias, com seus gostos peculiares, que desenvolveram um tipo de construção tumular baseada em oratórios, estelas e jazigos muito característicos do período mais antigo do Cemitério Municipal, reflexo do status social e do alto padrão econômico de que gozavam, além dos túmulos verticalizados.

Seguindo a classificação de Maria Elizia Borges (2024, p. 368), cemitérios secularizados de pequeno porte são os que sofrem poucas intervenções e ampliações no decorrer dos anos e cujas quadras mais antigas estão menos descaracterizadas. Por esta especificação, chega-se à conclusão de que o Cemitério Municipal se enquadra neste padrão. Nestes cemitérios, os símbolos cristãos são os principais geradores dos padrões arquitetônicos. “Os monumentos funerários são portadores de diversos signos, elementos compositivos de uma linguagem própria com elementos diacrônicos (herdados da tradição) e sincrônicos (próprios do contexto)” (Carvalho, 2020, p. 34).

A maior parte dos túmulos e jazigos do Cemitério Municipal do período que vai de 1915-1930 é de pequeno e médio porte. São construções horizontais e alongadas, muitas se projetando verticalmente, possuindo uma ou mais gavetas mortuárias. Este formato encontra-se diluído ao longo da necrópole, mas numericamente ocupam a Quadra A e B.

A maior parte dos túmulos concentrados na A e B são compostos de alvenaria e lajota. Há também aqueles confeccionados em mármore branco ou preto e em granito, diluídos por ambas as quadras, mas em sua grande maioria referentes a períodos posteriores aos anos de 1930 (1940-1960). Estas construções tumulares podem guardar um ou mais corpos dispostos em urnas quando, após o processo de decomposição, ocorre a exumação e os ossos são desarticulados e novamente guardados nas gavetas. E assim como vem ocorrendo na maioria dos cemitérios brasileiros, com o passar do tempo, o silêncio da simplicidade substitui a pompa que marcou as construções tumulares e homenagens póstumas do período de 1915 a 1930.

A Quadra A contém a maior quantidade de jazigos de famílias tradicionais. É o que sua composição tumular discursa, silenciosamente. São jazigos cujos nomes impressos nas lápides remetem a nomes de ruas, praças e avenidas em bairros nobres na cidade. Eternizados em ambos lados de uma mesma cidade, pois “os vivos são cada vez mais governados por *alguns* mortos”. São os que se autoproclamaram merecedores dos louros da vitória, pois sua memória foi referendada por familiares, amigos e compadres políticos dentro ou fora do Cemitério. “A evocação da memória no cemitério é mais forte do que em qualquer outro espaço público, pois

dela emerge a própria lembrança do morto, uma vez que o túmulo torna-se, enfim, a imagem desse morto" (Ibid., 2020, p. 28).

Dada a imponência e a beleza artística que lhe são característicos, estes túmulos transmitem uma ideia de magnitude e grandeza. Imponentes, revelam um refinado toque artístico, status e poder. No principal Cemitério de Conquista o mausoléu da família Gusmão¹²⁰, por exemplo, é um exemplar da monumentalização da memória, ocupando um local de destaque na necrópole. Segundo Silva (2007), o Coronel Justino Gusmão, membro do tronco das famílias fundadoras do Município, doara o terreno, parte de uma de suas fazendas para construção do cemitério. Este mesmo líder político tornou-se Intendente Municipal entre os anos de 1923 e 1926, nomeado pelo Governo do Estado da Bahia.

A suntuosidade dos túmulos reforçava o culto aos mortos, reflexo da mentalidade daquela geração, em sua maioria católica. A monumentalização acompanhou a distinção das famílias que se destacavam pelo poder político e econômico. Percebe-se que houve uma grande preocupação na composição dos túmulos. E coube às famílias a tarefa de perpetuar no inconsciente coletivo uma boa imagem daquele ente que ali estava sepultado, gastando verdadeiras fortunas. Através da discussão do Projeto de Lei nº 105 entre os Conselheiros Municipais quando da proposta de homenagem ao Coronel Gugé em fim dos anos de 1910 através da feitura de seu Mausoléu com erário público, chega-se ao valor de 1:000\$000 (um conto de réis), o que excluía a possibilidade de as classes mais baixas ousarem empreender o feito. Edificar um mausoléu era um investimento de alto custo.

As homenagens póstumas, verdadeiros monumentos à memória individual também permitem compreender a maneira pela qual a morte era encarada pela sociedade do período.

Os túmulos têm também a função intencional de fazer lembrar do morto, da sua importância social e de suas crenças, além de permitir observar a pluralidade de representações simbólicas, muitas das quais dotadas de conteúdo estético. (Borges; Bianco; Santana, 2004, p. 05)

O emprego de elementos estilísticos promove a distinção dos túmulos, destacando-os uns dos outros a partir do material com que foram construídos e também da sua composição artística. No Cemitério Municipal, enquanto os túmulos simples compõem a maioria das

¹²⁰ Sobre o mausoléu de Justino Gusmão, que ocupa um considerável espaço perimetral, estendendo-se verticalmente através de uma torre centralizada, como que querendo destacar-se dos demais, a sua composição permite que se faça uma comparação entre a notoriedade do falecido e a dimensão de seu túmulo. Continuando em sua primitiva posição sem que tenha sofrido grandes alterações, a não ser as gavetas que foram acopladas à sua torre, o mausoléu permanece o mesmo, o seu caráter perpétuo denota estabilidade; finda a vida do coronel, ergueu-se um monumento que alude à sua condição de grandeza – assim o finado sempre será lembrado como pessoa de vulto, de destaque.

construções tumulares, aglutinados uns com os outros e confeccionados em materiais de baixo valor, jazigos-monumentos, embora em menor número, são dotados de elementos arquitetônicos diferenciados em áreas mais demarcadas, com pompa na utilização dos materiais e ocupam um perímetro maior dentro da necrópole. O Cemitério é, pois, um espaço de reprodução social, não devendo ser considerado um universo à parte¹²¹. A precariedade das condições econômicas contrapõe-se ao esbanjamento de materiais ou à grandeza das suas edificações. Os jazigos de porte médio por seu tamanho e riqueza referem-se a indivíduos e famílias que se destacaram no cenário político e econômico da cidade e escancaram que as diferenças sociais presentes na vida se mantêm na hora da morte.

Figura 25 – Jazigo de torre dupla – Quadra A, Cemitério da Saudade



Fonte: Acervo da autora

André Luís Rosa Ribeiro, na Introdução da obra *In memoriam: urbanismo, literatura e morte*, ao apresentar a análise sobre a cidade ilheense no contexto da historicidade da morte, conclui que, na sociedade cacaueira, as diferenças estabelecidas entre a monumentalidade dos jazigos perpétuos e as sepulturas comuns eram análogas à distância entre os palacetes construídos pelos grandes fazendeiros e comerciantes e as casas populares dos bairros periféricos. (Rosa, 2017, p. 14)

Segundo a pesquisadora da arquitetura cemiterial brasileira, Maria Elizia Borges,

¹²¹ “Os cemitérios passam a ser um lugar de reprodução simbólica do universo social, e, nessa condição, tornam-se campo privilegiado para a análise do processo de implantação e consolidação dos valores burgueses na sociedade do século passado. É nesse contexto que os cemitérios refletem sem acanhamento a alma da sociedade a que servem” (Grassi, 99).

A efervescência narcisista, típica da burguesia, levou a nova classe a querer registrar suas particularidades nos cemitérios que se tornaram o local propício para: perenizar o individualismo do homem, recém-valorizado após a morte; romper o anonimato das pessoas que passam a promover-se, distingindo-se dos demais; adquirir propriedades perpétuas, cabendo aos homens poderosos o melhor quinhão, também, de vida eterna. Os cemitérios atestam, ainda hoje, o alto padrão social das famílias burguesas que se aglomeraram nesse *habitat* póstumo (Borges, 2003, p. 04).

Embora imponentes, destacando-se por sua grandeza, os jazigos do Cemitério da Saudade não possuem grande quantidade de elementos tumulares. Poucos são os túmulos até os anos de 1930 que possuem fotografias¹²². Muitos apresentam vestígios da existência de cruzes, jarros ou outras esculturas e objetos, o que se traduz na quase inexistência de estatuária entre as construções mais antigas do Cemitério. É importante que o patrimônio funerário seja acessado pela população enquanto bem cultural que reflete sua identidade, cabendo ao poder público os mecanismos de sua preservação enquanto documento histórico¹²³ sob risco de desaparecer rapidamente, caso não haja o devido cuidado com sua preservação, como vem ocorrendo. O Cemitério Municipal se constitui num importantíssimo patrimônio, ora esquecido pelo poder público. Carece, pois, de mais atenção das autoridades municipais, especialmente nas Alas A e B. Trata-se da necessidade de promover um conjunto de ações para além da pintura do meio fio do entorno e da fachada principal para a visitação em Dia de Finados. O patrimônio cemiterial é acervo documental e de memória de um povo.

Na modesta existência de objetos tumulares, o caráter monumental dos túmulos encontra-se na sua dimensão e projeção verticalizada. Seguem um estilo de construção simples, mas arrojado. Não se constituíam fruto da produção em série e por isso também carregam aspectos singulares de individualização do morto.

O ecletismo¹²⁴ é a marca do Cemitério da Saudade em Vitória da Conquista, especialmente da primeira metade do século passado. Isto porque conviviam dentro da necrópole diferentes tendências arquitetônicas que misturavam características da Art

¹²² De acordo com a pesquisadora Kate Fabiani Rigo, “a fotografia é um importante instrumento para registro e preservação da memória coletiva e individual. Sua inserção como ornamento funerário incita à recordação do morto e ao reforço do cosmos dos vivos, especialmente naquilo que se refere aos familiares, estimulando a visitação aos cemitérios, promovendo, portanto, o culto aos túmulos, a celebração da memória” (Rigo apud Almeida 2007, p. 296).

¹²³ A destruição em função da ação do tempo e da falta de políticas públicas é um problema que pode comprometer o futuro das necrópoles centenárias brasileiras. O reconhecimento da importância do patrimônio funerário é fundamental para a sua proteção. No Brasil, são 15 cemitérios tombados pelo patrimônio nacional seja parcial (inscrições tumulares e/ou portões) ou totalmente. Destes, apenas dois secularizados: o Cemitério Nossa Senhora da Soledade em Belém e Cemitério de Santa Isabel, em Mucugê, Ba.

¹²⁴ Na arquitetura, o ecletismo, como o próprio nome sugere, denota a proximidade artística entre elementos de diferentes estilos numa só obra, e predominou na virada do século XIX ao XX.

nouveau,¹²⁵, do neogótico¹²⁶ e neoclássico¹²⁷ e diversos simbolismos e materiais como a alvenaria e a lajota¹²⁸. Na arquitetura cemiterial da primeira metade dos Novecentos, múltiplos elementos representavam a morte e de diferentes maneiras. O mármore, o azulejo e o ferro figuram entre os materiais mais presentes a partir dos anos de 1940. Jazigos construídos em forma de casario, com grades, portas e janelas, telhados e coberturas com riqueza ornamental, que no contexto pós-moderno do século atual soam como estranhos devido o esvaziamento com que as homenagens póstumas hoje são encaradas.

Figura 26 – Conjunto de jazigos em estilo neogótico



Fonte: Emanuel Moraes

¹²⁵ “Nascido na Bélgica, o *Art Nouveau* é um estilo que esteve em vigor no período de 1880 a 1920. Surgiu fora do circuito das vanguardas artísticas e teve como máxima inspiração a natureza com as linhas sinuosas e assimétricas das flores e animais. [...] Algumas características predominam nas obras do período como [...] a preocupação com a estética e com os elementos decorativos [...] e estruturas com inspiração nos estilos Rococó e Barroco” Disponível em <https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/voce-sabe-o-que-e-art-nouveau#:~:text=Nascido%20na%20B%C3%A9lgica%2C%20o%20Art,assim%C3%A9tricas%20das%20flores%20e%20animais>. Acesso em 09 out. 2024. Segundo Clarival do Prado Valladares, este estilo artístico predomina na decoração dos prédios da cidade, bem como nos cemitérios brasileiros do início do século XX.

¹²⁶ Surgido na Europa, este estilo arquitetônico caracteriza-se principalmente pelo verticalismo das construções, com torres pontiagudas e esguias e prevalência de cruz latina.

¹²⁷ Caracterizado pela rigidez das formas e uso de padrões greco-romanos cúpulas, frontões e colunas.

¹²⁸ Embora estes materiais tenham caracterizado as primeiras construções tumulares, o estado de conservação em que se encontram hoje indica não apenas uma boa manutenção como a qualidade dos materiais empregados. A alvenaria azulejada e colorida e a lajota definem a maior parte dos túmulos das Quadras C e D, dividindo espaço com poucos túmulos em granito.

Figura 27 – Jazigo em estilo neoclássico – Cemitério da Saudade



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 28 – Jazigo em estilo próximo ao Art Nouveau



Fonte: Emanuel Moraes

Em *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*, Clarival do Prado Valladares, primeiro estudioso da temática cemiterial no país, já chamava a atenção para a seguinte característica: os materiais de construção e a arquitetura da cidade influenciaram o processo de construção e no 'desenho' estilístico dos mausoléus, jazigos e túmulos de nossos Cemitérios, reforçando a tese de que o mundo dos vivos e mortos é regido pela mesma lógica de organização.

Houve uma idade de ouro dos cemitérios entre 1860 e 1930: foi a época de proliferação de jazigos perpétuos, quando também a família burguesa, em filas cerradas, se aglomerou dentro deste habitat póstumo; época das capelas e dos monumentos funerários, de uma explosão vertical que irrompeu das lápides e

estelas bastante simples do cemitério anterior a 1850, formando uma arquitetura heteróclita (Vovelle *apud* Carneiro 2007, p. 108).

Foi exatamente este o período escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, pois comprehende o cenário de um conjunto de túmulos com características bastante específicas relativas ao contexto histórico em que predominavam os coronéis na Conquista das três primeiras décadas dos 1900.

A forma com que a sociedade conquistense lidou com a morte entre os anos de 1915-1930 se torna ainda mais complexa e controversa diante do fato de que, embora lento, o processo de ocupação do Cemitério ia se estabelecendo com construções grandiosas. Por outro lado, o “cemitério velho”, embora já com sinais de abarrotamento, persistia em continuar seus enterramentos inclusive do lado de fora. Na prática, prevalecia a desobediência às Posturas e, só quase dez anos depois de fundado, o novo Cemitério se consolidaria como único espaço cemiterial no Município.

A partir do registro de datação na lápide da data de falecimento anterior ao ano de 1915, é que foi possível identificar três túmulos que vieram removidos do cemitério velho. Este número proporcionalmente representa um montante muito limitado em relação ao total de túmulos do período dos dois primeiros decênios de funcionamento da nova necrópole. Indica que houve alguma migração das urnas funerárias para o novo espaço, mas ao olhar o conjunto das construções percebe-se que este número realmente é muito pequeno.

Figura 29 – Túmulo com registro de falecimento anterior à construção do Cemitério



Fonte: Acervo da autora

Paralelamente, muitos túmulos ao nível do solo, com gavetas subterrâneas ou não, são de difícil identificação, o que denota sua antiguidade aliada à ação das intempéries, a baixa

qualidade dos materiais empregados e falta de manutenção ao longo do tempo. A maior parte destas carneiras destinou-se a receber vários indivíduos de uma mesma família, pela quantidade de gavetas que possuem. Pela ação do tempo e falta de cuidado, encontram-se em estado de conservação ruim ou péssimo, com vestígios de peças tumulares incompletas ou desaparecidas. Tal característica, inclusive, dificultou a realização de um levantamento estatístico mais preciso dos dados coletados.

Figura 30 – Túmulo de anjo em péssimo estado de conservação



Fonte: Emanuel Moraes

Figura 31 – Túmulo centenário em péssimo estado de conservação



Fonte: Emanuel Moraes

Alinhado ao pensamento de Vovelle, é possível afirmar que o Cemitério Municipal de Conquista também teve sua época áurea. A época de ouro do luto burguês, daqueles que

marcariam o coronelismo local com sua participação na vida pública até a sua morte. A complexidade dos elementos funerários denuncia esta pretensão. A verticalidade foi a maior característica dos túmulos da época dos coronéis do início do século XX. O espaço cemiterial secularizado permitia que as diferenças sociais estivessem ainda mais evidentes. Ainda que revestidos de uma aparente igualdade pela condição natural em que todos se encontravam, os jazigos rapidamente desfazem o equívoco de afirmar que a morte a todos iguala. A morada dos mortos reflete, pois, a morada dos vivos. Conforme destacou o professor Harry Bellomo, “a morte igualitária só existe no discurso, pois na realidade acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas sócio econômicas e ideologias” (Bellomo *apud* Carneiro, 2007, p. 41-42).

Os vestígios materiais do Cemitério Municipal permitem múltiplos olhares, mas todos convergentes. A aparente desorganização resulta de um olhar mais apressado sobre aquele ‘campo santo’. Os cemitérios são locais de conflitos sociais. As relações de poder também se estabelecem naquele espaço. Não se trata necessariamente de absoluta desorganização. O tamanho da área, o tipo e dimensões tumulares, o caráter perpétuo dos jazigos e sepulturas buscava eternizar a memória daquele que ali estivesse sepultado. Poucos recebiam da Intendência Municipal o título de terreno perpétuo e a devida autorização para sua construção, pois o fator econômico era determinante para sua feitura.

Figura 32 – Conjunto de jazigos interestilos num terreno de mesma propriedade



Fonte: Acervo da autora

As tumbas mais simples encontram-se invisibilizadas nas porções mais escondidas do cemitério enquanto as verticalizadas de cerca de 3 metros de altura se destacam não apenas por sua grandeza como por sua localização. Longe de qualquer tentativa de elucidação fica o

questionamento: tiveram as classes populares a mesma possibilidade de utilização do Cemitério quanto a classe burguesa, em Conquista?

Figura 33 – Sepultura sem acabamento de alvenaria – Cemitério da Saudade, Quadra C



Fonte: Emanuel Moraes

Ao compreendermos o espaço funerário e as representações semântico-simbólicas inerentes ao mesmo, como respostas edificadas para o problema da morte, buscamos neste a percepção destas representações, individuais e coletivas, privadas e públicas, vinculadas à religiosidade, à familiaridade, aos valores sociais (Cardoso, 2007, p. 121).

As construções mais antigas buscavam imprimir maior individualidade e personificação ao morto. Embora as de famílias mais tradicionais do início do século passado não se diferirem muito entre si em relação à altura e materiais, é possível identificar elementos que conferiam mais identidade a cada imóvel, por simples elementos que os distinguiam. É a personificação possível pela morte burguesa, impossível de ser desenvolvida na morte barroca do interior das igrejas.

Esta busca por personificação levava a uma distinção *natural* entre os jazigos. E ao dilatamento do espaço-tempo isto fica ainda mais evidente. Entre as edificações dos anos 40, localizadas nas Quadras A e B, é possível verificar grandes diferenças se comparadas às C e D: diferenças quanto ao material, a elementos artísticos-arquitetônicos, à posição social que seus ocupantes assumiram dentro – e fora do Cemitério.

O Cemitério petrificou na memória coletiva os nomes dos que seriam lembrados por seus feitos, através também de seus túmulos. O caráter perpétuo de seus jazigos já denuncia a glória daqueles nomes que para sempre seriam lembrados. Só seus túmulos perduraram no Cemitério. A história que se conta no Cemitério da Saudade é a história da desigualdade social, marcada pelo poder político e econômico dos coronéis, especialmente nos primeiros anos da

Primeira República. Adquirir terreno e manter um jazigo no Cemitério exigia uma monta vultosa. É a história do apagamento da memória dos sujeitos cujos túmulos não subsistiram para contar a história.

Trata-se dos primeiros anos do século passado, quando já era proibido sepultar no cemitério velho. Estes anos ficariam marcados no país por uma baixa expectativa de vida – pouco mais de 35 anos, devido às baixas condições de acesso aos poucos tratamentos de saúde existentes ou disponíveis e ao crescente surgimento de surtos epidêmicos que tanto marcaram a transição dos Oitocentos para os Novecentos. Para as pestes, porém, cemitérios emergenciais foram criados. Nesse contexto, em que o número de óbitos do povo em geral não era baixo, onde, pois, foram as pessoas sepultadas? Por que não é possível encontrar suas lápides e túmulos nesta necrópole? O que determinou a sobrevivência de alguns jazigos em detrimento de outros do mesmo período? São reflexões que esta pesquisa suscita.

Marcelina das Graças de Almeida (2007), ao analisar os cemitérios oitocentistas de Porto e Belo Horizonte, percebeu que muitos

túmulos foram modificados, outros demolidos para abrigarem novos e existindo a organização das sepulturas perpétuas, havia também os sepultamentos transitórios que ocupavam o espaço por cinco anos, sendo ao fim deste prazo, desocupados para novas inumações. Este tipo de sepultamento não gerava monumentos tumulares perenes (Almeida, 2007, p. 249).

Embora não existam elementos suficientes para determinar se este processo também ocorreu no Cemitério Municipal conquistense, os túmulos do período cuja titularidade era transitória desapareceriam sendo substituídos pelos jazigos perpétuos. Uma espécie de darwinismo social¹²⁹? A memória de uma época foi ditada pelos interesses de uma classe social que compôs o mundo burguês e que ocupava posições de destaque do lado de fora e de dentro do Cemitério. Continuariam, pois, *mais vivos que nunca*. E os vivos são governados pelos mortos. O espaço cemiterial é evidentemente discrepante. O contraste que se vê entre as quadras evidencia a diferença entre classes. Seja pela ausência de jazigos não perpétuos, num período que denotava ser caro homenagear seus mortos, seja pelo desnívelamento dos materiais utilizados para sua construção, a desigualdade discursa em cada quadra do lugar. O lado de dentro do cemitério reflete a sociedade para além dos seus muros¹³⁰.

¹²⁹ O darwinismo social é um termo utilizado para explicar que os mais ricos, os que evoluíram economicamente são mais aptos a sobreviver, constituindo-se uma classe superior.

¹³⁰ “O próprio muro físico funciona como proteção contra as profanações e como uma espécie de margem, ou melhor, de símbolo-fronteira, campo semântico onde mesmo o mais secular dos significantes se aura de sacralidade” (Catroga, 2010, p. 171-172).

Figura 34 – Limpeza geral na Quadra D

Fonte: Emanuel Moraes

As lápides do início dos Novecentos são modestas e com mensagens curtas, algumas escritas num português arcaico já em desuso.

Figura 35 – Epígrama com grafia arcaica

Fonte: Emanuel Moraes

Lembranças, lágrimas e saudades de cônjuges, filhos e filhas, genros e amigos exprimem a dor pela perda através de epigramas em lápides majoritariamente entalhadas nos próprios túmulos. Segundo a antropóloga Elisa Gonçalves Rodrigues (2022), estas inscrições evidenciam

a particularidade de cada mausoléu na perpetuação do tempo e seu desgaste, que também faz parte, e retrata o lugar e o marco temporal de tal óbito, bem como a grafia e as mensagens presentes nas lápides, que permanecem, ainda que entre a depredação dos túmulos, demarcando a emoção, o que fazia e as deixas de sua família e visitantes no local como cartas, flores e velas (Rodrigues, 2022, p. 04).

Figurra 36 – Epígrama, ano de 1926 – Cemitério da Saudade



Fonte: Emanuel Moraes

Embora individualizadas, as sepulturas no Cemitério Municipal não se contrapõem à existência de uma mentalidade cristã predominante. O luto da classe burguesa se estabeleceu de forma a manter uma coesão social entre as peças do tabuleiro político. O patrimônio funerário dos primeiros anos foi se revestindo de uma identidade própria, mas marcada pela monumentalização, “numa relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira como eles a narram, vivem e expressam concretamente” (Borges, 2003, p. 02).

Segundo Elias *apud* Carneiro (2007, p. 146), “o que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo”, assim como o que representa o seu túmulo. Mesmo na sua individualidade estão contidas transmissões socioculturais de uma época. O cemitério, pois, é lugar de muitas histórias que são contadas de diferentes formas. É do espaço cemiterial que os mortos, eternizados pelo patrimônio funerário, governam o mundo dos vivos. Mas as atitudes diante da vida e da morte sofreram grandes alterações com o passar dos anos. Para Borges,

A relação entre o morto e seus descendentes sobreviventes vai-se esvaecendo aos poucos, alcançando, quando muito a terceira geração ascendente. Hoje os túmulos do fim do século XIX e início do século XX encontram-se nas mãos dessa geração. Daí estarem eles em estado sofrível e/ou descaracterizados (Borges, 2003, p. 05).

No Cemitério Municipal, muitos jazigos do início do século passado encontram-se nessa condição. A falta de manutenção e o estado de abandono de alguns corrobora o

pensamento de Maria Elízia Borges. Aos poucos a monumentalidade personalista vai cedendo espaço à ação do tempo e da memória dos entes queridos.

Faz-se necessário considerar que recontar a história dos cemitérios é conectar história política, cultura, religiosidade ‘horizontalmente’ numa perspectiva onde tudo está interrelacionado e se interpõe. Assim, falar de cemitério é falar de vida, de organização social. É lugar de muitos significados e construções históricas. O cemitério não é o lugar da ausência absoluta.

Cemitério é um dos espaços em que, além da história e da memória, a dimensão coletiva desses fenômenos é mais evidente. [...] Apesar de as nossas sociedades ocidentais quererem esquecer a morte [...] os cemitérios permanecem como espaços concretos de memorialização e de historicização da memória (Giampaoli, 2023, p. 01).

Entretanto, é indispensável efetuar vários recortes para estudá-lo, tal a complexidade que a investigação do objeto demanda, sendo, pois, imprescindível um olhar centrado em alguns de seus múltiplos aspectos. No caso da pesquisa em questão, buscou-se investigar a historicidade do Cemitério Municipal em Conquista – o Cemitério da Saudade, traçando um panorama sistemático sobre os processos que envolveram sua criação e constituição, construindo uma narrativa sobre a História de Conquista, utilizando-se essencialmente de Atas do Conselho Municipal e Código de Posturas, guardados no Arquivo Público Municipal, Livros de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, além dos túmulos construídos entre os anos de 1915 e 1930 e algumas edições de jornais e periódicos sobre o Cemitério no período destacado, além dos registros memorialistas de Aníbal Viana e Mozart Tanajura.

A história dos cemitérios deve ser estudada de forma a receber a contribuição das ciências humanas e sociais para perceber como o imaginário coletivo organizou o espaço do Cemitério Municipal, através do caráter inextinguível dos jazigos perpétuos projetados para a posteridade, da relação com a religiosidade manifesta através de seus símbolos, das relações de poder, da morte teatralizada, carregada de representações artísticas. “As necrópoles representam e abrigam em seu acervo as ideologias e os comportamentos característicos de uma determinada época: individualismo, poder econômico, crenças religiosas e políticas e linguagem estética” (Almeida, 2007, p. 223).

À investigação da historicidade de Conquista na perspectiva da história cultural através do Cemitério Municipal, chega-se à compreensão que as narrativas que se constróem a partir da necrópole manifestam as assimetrias da sociedade do inicio do século XX, marcada pelo coronelismo e pela endogamia política, perceptíveis no lugar de descanso eterno. Segundo

Rodrigues (2022), o espaço cemiterial é carregado de simbologias, provedor de culturas, emoções e aprendizado. Assim comprehende-se que estudar a sociedade conquitense a partir deste lugar tão rico é não apenas possível como viável.

4. PATRIMÔNIO E PEDAGOGIA CEMITERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO CEMITÉRIO DA SAUDADE

O cemitério é um enorme local de possibilidades
Lourival Andrade Júnior

4.1 PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES CONCEITUAIS EM DISPUTA

Herança, tradição, ancestralidade, identidade, memória e conflito de interesses; patrimônio ajuda a contar a história de um povo. É uma categoria histórica, utilizada

não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Esta categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (Abreu; Chagas, 2003, p. 27).

A ideia de trabalhar com patrimônio¹³¹ parte do interesse em problematizar o espaço citadino na sua dimensão pedagógica no ensino de História. Refere-se à possibilidade de promoção do contato direto dos estudantes com o passado e além, trata-se ainda de explorar o legado histórico através de outros olhares e perspectivas, deslocando o palco dos acontecimentos dos livros para a realidade concreta palpável e observável, para além dos muros da escola. “Privilegiar as memórias dos que não estão nos livros didáticos nem nos monumentos oficiais é certamente uma forma instigante de ensinar história” (Gil; Pacievitch, 2015, p. 34).

Na cidade, o objeto da duração não é unicamente o presente-futuro, mas também o passado. Para Benjamin, a narrativa urbana, para durar no tempo, não necessita recorrer a recursos estilísticos “preciosos” para se configurar como memória e patrimônio. Ao contrário, ela precisa aderir à fluidez do tempo e à efemeridade dos processos de transformações dos sistemas de representações simbólicos (imagens e valores) que caracterizam a vida na cidade (Rocha; Eckert, 2006, p. 458).

¹³¹ O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937). Este conceito foi ampliado pela Constituição de 1988, definindo patrimônio cultural como sendo os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em seu conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Práticas educativas de caráter dialógico fundamentados na diversidade cultural e nas liberdades a ela associadas são fundamentais para ações de educação patrimonial¹³² junto à comunidade, pois pressupõem não considerar o patrimônio como coisa dada, pronta e acabada, mas, sim, em busca de uma explicação compreensiva, pois importa mais desenvolver relações educativas assentadas na crítica, na interpretação, na reflexão e na construção coletiva do conhecimento.

Com isso, estamos questionando a educação patrimonial operacionalizada com ações pontuais e valorizando aquela que, de forma permanente, interroga, investiga e debate as escolhas, seleções e critérios de atribuição de valor (Gil; Possamai, 2014, p. 23).

Não se constituem “solução redentora para o patrimônio, mas, antes de tudo, um direito social e uma necessidade” (Scifoni, 2019, p. 15). Segundo Scifoni (2022), trata-se de um terreno de construção política, permeado por lutas, embates e tensões e, por isso, o patrimônio não deve ser compreendido apenas na sua dimensão contemplativa, mas em seus aspectos social, político e simbólico. Tratar a cultura em sua constituição conflituosa, dialogar com o passado para interpretá-lo como fonte de conhecimento a respeito do que éramos, do que somos e poderemos vir a ser.

Segundo Smith (2011), o patrimônio é ato comunicativo que fala ao presente e às gerações futuras. Portanto, ele tem um efeito prático e um papel pedagógico que se vinculam à capacidade de, por meio dele, falar sobre algo e valorizar certos passados. No entanto, a partir dele, é possível, também, silenciar sobre conflitos e tensões, bem como sobre um passado violento e de opressão aos grupos sociais subalternizados. Nesses termos, a educação patrimonial tem sido vital tanto para manter a interpretação sobre o passado que foi consagrada pelo Estado quanto para questioná-la e problematizá-la (Scifoni, 2022, p. 02).

Em contraposição ao antigo conceito de patrimônio definido pelo Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, a portaria Iphan nº 137/2016 estabeleceu novas diretrizes para a educação patrimonial no Brasil em espaços formais e não formais, ampliando a definição do patrimônio como

¹³² No âmbito da Gerência de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional GEDUC-IPHAN, “educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio, et al apud Gil; Possamai 2014, p. 19-20).

os bens culturais [...] inseridos nos espaços de vida das pessoas, colocando, assim, como diretrizes fundamentais na formulação das ações educativas a necessidade de participação social e de integração das práticas educativas ao cotidiano, estimulando o protagonismo dos grupos sociais (Scifoni, 2022, p. 03).

A nova Portaria redefiniu os pilares da educação patrimonial a partir da tríade autonomia dos sujeitos, dialogicidade e participação social, ressignificando-a e implicando em novos modos de fazer a política de patrimônio, superando a noção de alfabetização cultural e promovendo a curiosidade e um olhar crítico sobre a realidade, descolonizando o olhar, “invés de patrimonializar bens culturais somente com base em discursos de valoração técnico políticos” (Souza; Thompson, 2016, p. 17) e possam estimular a participação dos grupos sociais em todo o processo de preservação dos seus bens culturais referenciais. Amplia-se a concepção de patrimônio como meio e não como um fim em si mesmo e insere-o no cotidiano.

Ao contrário da visão tradicional, que trabalha apenas com o patrimônio cultural acautelado pelo Estado, essa nova pedagogia do patrimônio busca fomentar que, de maneira autônoma, os próprios grupos sociais realizem processos de reconhecimento de seus suportes de memória e identidade. Esse tem sido o caso do inventário participativo de referências culturais, uma ferramenta de ação educativa colaborativa, que estimula cidadania, pois pressupõe grupos sociais como sujeitos capazes de enunciar e anunciar àquilo que faz referência à sua ação, à sua memória e à sua identidade coletiva (Scifoni, 2022, p. 11).

Esse saber necessita ser visto como parte do processo de construção social do conhecimento individual e coletivo com efetiva participação da comunidade, prezando pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos, pois é um instrumento que contribui para a efetivação da cidadania. Deve, pois, estar integrado às práticas educativas do cotidiano, na perspectiva da relação escola e seu entorno¹³³, valorizando o território como espaço vivo de práticas culturais e de diferentes saberes, em oposição à homogeneização e uniformidades. Ele é vivo e dinâmico e necessita ganhar visibilidade nos espaços escolares.

A Educação Patrimonial é um instrumento que oportuniza a conexão entre a escola e a comunidade, por meio do ensino e com a participação de todos, com um olhar unificado em prol de um único objetivo, que é a valorização e a conservação da identidade e da diversidade cultural local, ampliando o entendimento dos vários aspectos pelos quais é formado o patrimônio arquitetônico e cultural e o que isso representa para a formação de cidadania,

¹³³ É aqui que reside a potencialidade do patrimônio, quando se propõe dialogar com os saberes locais.

da identidade e da memória de uma geração (Mattos, Bertoloto; Dourado, 2019, p. 150).

A educação patrimonial pode ser um instrumento, uma ferramenta política potente a fim de incentivar a valorização das identidades culturais, reforçando a identidade pessoal e comunitária de um povo. Não se trata apenas de descobrir as raízes culturais. É muito além do tripé conhecer-valorizar-preservar¹³⁴. Por isso, não caberia ao ensino de História fazer educação patrimonial apenas para resgatar, valorizar e preservar, pois ao pensar historicamente, realizando críticas e questionando os silenciamentos e privilégios, há espaços para o debate/construção/desconstrução desses processos de escolhas, seleções e patrimonializações.

O patrimônio, a partir do estabelecido no artigo *A Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT*. Pelegrini *apud* Mattos; Bertoloto; Dourado (2019), “diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e ceremoniais, sistema de valores e tradição” (Mattos; Bertoloto; Dourados, 2019, p. 151). Trata-se de um arcabouço complexo, reflexo de ações e práticas cotidianas muitas vezes imperceptíveis, invisibilizadas e desvalorizadas.

A ressignificação do conceito de patrimônio cultural a partir dos anos de 1990 pelos debates encabeçados pela sociedade civil incorporou novas perspectivas para além do reconhecimento da necessidade de preservação, nessa relação dialógica de conhecer, refletir e transformar o conhecimento, numa perspectiva crítica e reflexiva, transformadora da realidade.

Romper com a mentalidade autorizada é papel de uma nova pedagogia do patrimônio que se proponha a ser crítica. É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político (Scifoni, 2022, p. 03).

Aqui comprehende-se patrimônio enquanto espaço de luta entre as classes, as etnias e os grupos. A possibilidade de perpetuar elementos pertencentes a determinado grupo social implica a referência institucionalizada à sua memória e pode implicar também o reconhecimento de sua presença no cenário social, motivos que mobilizam diversos segmentos sociais, principalmente aqueles que, no contexto brasileiro, estiveram alijados de uma determinada memória histórica. “Uma educação patrimonial com orientação crítica significa

¹³⁴ Gil; Pacievith (2022), referindo-se ao tripé criticado por Scifoni (2019), elabora um novo: criar-interrogar-reparar de forma que as ações de educação patrimonial no ensino de história possam promover encontros e diálogos de pessoas, saberes, lugares, fazeres, formas de expressão, celebrações e narrativas de vida.

compreender o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê emerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação” (Scifoni, 2019, p. 26). Uma prática que otimize uma nova relação entre a sociedade, seu patrimônio e o mundo.

Consoante ao que dispõe Átila B. Tolentino (2022),

A educação patrimonial, é importante frisar, não visa resolver os conflitos, mas atuar na perspectiva de considerar os diferentes olhares das pessoas e dos grupos sociais na apropriação dos patrimônios culturais. [...] Portanto, atuar com o patrimônio e, consequentemente, com a educação patrimonial implica estar inserido no campo dos conflitos inerentes à conformação das memórias coletivas e das disputas nelas envolvidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais (Tolentino, 2022, p. 112).

No Guia Básico da Educação Patrimonial de Horta; Grunberg; Monteiro (1999), a educação patrimonial é definida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, tomando as expressões do patrimônio, questionando-as e explorando seus diferentes aspectos, conceitos e conhecimentos na prática escolar, a fim de que os indivíduos possam melhor usufruir desses patrimônios. O ponto de partida, portanto, é o conhecimento crítico e a apropriação consciente desses bens, entremeados pela diversidade cultural. A partir daqui, apresentam a possibilidade de empoderamento do já preconizado por Paulo Freire, aplicando à educação patrimonial a ideia de promoção da leitura do mundo para sua compreensão, aprendizagem significativa, reforço e capacitação para autoafirmação dos indivíduos no meio social e exercício da cidadania. Scifoni, Horta, Grunberg e Monteiro convergem para a defesa da pedagogia do patrimônio numa perspectiva emancipadora.

Para Circe Bittencourt *apud* Lucio (2021), é preciso que a educação patrimonial esteja alicerçada no pluralismo cultural a fim de que não seja desenvolvida apenas em favor dos grandes monumentos históricos e sim nos diferentes grupos integrantes da sociedade. Tão importante quanto o trabalho com patrimônio e seu processo de escolha pelo professor situa-se as questões que serão alavancadas à sua compreensão, buscando evitar a sua fetichização.

Sensibilização, inclusão e participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo são apontadas por Bezerra e Silveira *apud* Lucio (2021) como saída a um modelo de educação acrítico que vise à mera conservação patrimonial. Daí a importância de uma educação problematizadora em superação à educação bancária, criticada por Paulo Freire.

Pensar uma educação patrimonial crítica, inclusiva e democrática é um desafio que está posto no contexto escolar. De acordo com as observações da professora Cristina Santos Lucio (2021), ainda é tímido o engajamento no interior das escolas desta prática de aliar

educação política e pluralidade cultural, favorecendo a multiplicidade de memórias, em contraposição à vertente homogeneizante, uniformizante e conservadora que concebe o patrimônio. Assim sendo, a educação patrimonial é pensada por Lucio como potente “prática política de liberdade em oposição a uma educação patrimonial esvaziada de sentido e antidialógica” (Lucio, 2021, p. 106).

Não é possível, portanto, pensar em patrimônio ou memória coletiva sem pensar em alguma relação de poder. Consonante José D’Assunção Barros (2005), as representações do mundo social são sempre determinadas por interesses de grupo. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem o utiliza. Nessa relação de poder, necessariamente entra a questão do capital econômico e o simbólico, por isso cabe às instituições assumir um caráter de mediação e “criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio” (Florêncio *et al*, *apud* Tolentino, 2016, p. 44).

Segundo o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2015) define que algo é identificado como patrimônio cultural, para além de ser reconhecido como tal por um grupo ou pelo Estado como algo que lhe é próprio associado à sua história e capaz de definir sua identidade social contra os supostos riscos de sua “perda”, como um meio de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva. (Gonçalves, 2015, p. 213). Dentro os usos semânticos do termo, pensá-lo como sistema de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro.

Para o professor e pesquisador Mauro Dillman (2016),

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais os grupos sociais e indivíduos narram suas memórias e sua identidade, buscando nelas um lugar público de reconhecimento na mesma medida em que se transformam em patrimônio (Gonçalves, 2002, p. 121-122).

A pesquisadora Simone Scifoni (2019, p. 27) aponta para uma questão importante: as questões que envolvem patrimônio no Brasil hoje fomentam a educação como “o direito de promover a apropriação social do patrimônio”, uma vez que a população está cada vez mais engajada na sua preservação. E se tal movimento é insuficiente, não é ao povo que deve ser creditado o problema ou à falta de conhecimento da população quanto à importância desses bens culturais.

Educação não é solução para o patrimônio, ela é direito social e necessidade e, portanto, condição inerente à preservação uma vez que é, a partir dela, que se pode problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de

preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio. Problematizar as políticas de preservação significa questionar, tal qual faz Todorov (1995), sobre este poder exclusivo do Estado de eleger que memória será conservada e o que será esquecido, ou seja, significa afirmar que os indivíduos e grupos têm o direito de saber sobre a sua própria história.

Isso posto, esclarece-se aqui qual é o papel da educação patrimonial. Educação como formação ampla, crítica e humanística, que rejeita a prática bancária de transmitir informação, que anestesia e impede o poder criador dos educandos, como afirma Paulo Freire (2011). Educação como lugar de construção de um novo conhecimento a partir do diálogo e, portanto, de uma relação horizontal que valoriza os saberes populares e o outro (Scifoni, 2019, p. 29).

A educação patrimonial como componente essencial das atividades de patrimonialização é um direito social que pressupõe um processo horizontal dos sentidos “conferidos aos bens e lugares, os saberes populares, as relações estabelecidas com as coisas” (Scifoni, 2019, p. 31). No entendimento de Átila Tolenino (2016), da mesma forma que não se deve falar em alfabetização cultural, também é inadequado utilizar-se da educação patrimonial para conscientização da população para preservação do patrimônio cultural, apontando para a direção de um capital cultural exclusivo de poucos. No sentido de uma educação problematizadora é, antes, permitir que os sujeitos indaguem e interajam tomando consciência de si.

Nos espaços formais, a educação patrimonial necessita ultrapassar as fronteiras da visita aos centros históricos urbanos, como prática integrada à realidade cotidiana. “O patrimônio cultural não parece mais como algo distante e monumentalizado, mas próximo aos objetos do cotidiano, acessível a qualquer pessoa” (Gil; Possamai, 2014, p. 24) no tecido urbano, da mesma forma que não deve ser restrita apenas ao ensino de História, sendo, pois, um processo transversal (Tolentino, 2016).

Além de ensinar História com bens culturais, a educação patrimonial possibilita associar o currículo às diferentes leituras das cidades. Trata-se, portanto, de ensinar e aprender História no encontro sociocultural, onde cultura e educação são mobilizadas para construir aulas de História correlacionando pautas históricas, sociais e identitárias (GIL, 2020). Implica, sim, ampliar o acesso dos e das estudantes aos bens culturais, de forma que tanto a escola como a universidade se constituam mais abertas ao seu entorno cultural (Gil, 2021, p. 02).

Se o patrimônio cultural ficar restrito ao referendado pelos órgãos governamentais de preservação, os bens culturais estarão circunscritos à reprodução do status quo que se restringe ao que é produzido por um determinado grupo identitário que se pretende socialmente legítimo. Por isso, nos espaços formais é indispensável que se considere a pluralidade de conhecimentos, numa constante superação de uma educação conservadora e opressora. “É uma educação

educativa que busca instaurar uma nova relação com o patrimônio cultural e com o mundo” (Demarchi, 2016, p. 51), caracterizando-se por ser uma prática revolucionária, desnaturalizando narrativas hegemônicas. “Antes mesmo do patrimônio, a atividade educativa deve refletir sobre qual é a sua concepção de ser humano, de história e de cultura” (Demarchi, 2016, p. 52).

Carmem Gil (2021, p. 04) discute que é papel da educação patrimonial no ensino de História reconhecer e debater as camadas de História nos patrimônios, dando visibilidade às memórias subalternizadas, promovendo a reparação histórica, pois “o patrimônio é a relação entre os bens e as pessoas” (Gil, 2021, p. 05). E, no âmbito educacional, defende que o patrimônio e a história devam andar juntas e ajude os educandos a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva (Gil, 2020).

A autora, ao proceder com um levantamento de dados sobre a educação patrimonial em programas de pós-graduação em Educação e História entre os anos de 2015-2017, afirma que trabalhar com educação patrimonial exige metodologias múltiplas que considerem diferentes variantes em instituições de educação formal e informal e os diversos processos educativos envolvidos. Antes, é dar sentido ao passado com relação ao presente, lendo as narrativas decorridas para interrogar o presente de forma a não o considerar mero instrumento complementar do fazer pedagógico. “Mais do que conhecer para preservar, cabe ao ensino de História o debate das memórias e das escolhas patrimoniais” (Gil, 2020, p. 115). Para além de identificar-pertencer, é desenvolver por meio de uma ação dialógica, a construção do pensamento histórico no campo da diversidade de culturas e memórias. Sensibilizar-cuidar parte de uma concepção de educação que pense o patrimônio como lugar de intersecção entre o sensível e o inteligível, um vínculo entre as pessoas e os bens patrimoniais. Conhecer-conceituar é importante. Mas restringe o potencial da produção do conhecimento que envolve diferentes situações de aprendizagem.

Por fim, usufruir-participar supera a dimensão contemplativa do usufruto do patrimônio, rompendo com a perspectiva informativa e ilustrativa, que, segundo Gil, por muito tempo ditou as ações que envolviam a educação patrimonial no país. O caráter coletivo e democrático da construção do conhecimento, num diálogo permanente com plena participação das comunidades amplia a perspectiva da educação patrimonial, mais do que um meio nas aulas de História. “Sua abordagem como documento tem possibilitado descortinar processos de seleção, atribuição de valores, evidenciando escolhas, presenças e silenciamentos na narrativa histórica” (Gil, 2020, p. 121).

Trata-se de uma educação patrimonial que não está interessada somente nos objetos, nos monumentos, no conjunto arquitetônico, nas coleções, mas na dignidade das pessoas, nas histórias silenciadas das comunidades populares, nas memórias dos sujeitos subalternizados, enfim, na vida (Gil, 2020, p. 122).

No ensino de História, o patrimônio deve ser encarado como um direito social e uma ferramenta capaz de problematizar presenças, silenciamentos, escolhas da relação com os bens patrimoniais através da ampliação das fontes documentais, permitindo que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares, monumentos sejam problematizados em sua historicidade, com foco nos sujeitos e nos processos de aprendizagem. Elementos de uma realidade um dia vivida, estas fontes são dotadas de relevância e se constituem em discursos, objeto de análise e enquanto representações¹³⁵ a serem compreendidas em sua historicidade no presente, transformando as aulas de História em um processo de investigação instigante. É por esse viés que se desenvolveu o instrumento para estudo da História, envolvendo o patrimônio funerário de Conquista a partir do Cemitério Municipal e o que norteou a elaboração do recurso educacional aberto anexo a esta dissertação.

Se os cemitérios, hoje, são espaços de evocação da memória, se os túmulos são a garantia da identidade individual e familiar, se são espaços de determinadas expressões religiosas [...], então estamos diante de um espaço cultural patrimonial, cuja preservação se apresenta como elementos de defesa dessa memória, dessa identidade ou de uma cultura religiosa. Não obstante, este discurso da defesa da “identidade” acionados para a legitimação da patrimonialização de cemitérios deve levar em conta se a preservação dos espaços cemiteriais, ou seja, sua não destruição ou alteração são, problemáticas consideradas relevantes para os grupos sociais que (e se) convivem, usufruem e utilizam este espaço (Dillmann, 2016, p. 80-81).

4.2 PATRIMÔNIO, PEDAGOGIA CEMITERIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO CEMITÉRIO DA SAUDADE

Acerca da relevância do patrimônio é importante ressaltar que este é um ponto de discordância entre diversos atores sociais no que tange ao seu conceito e política do que deve ou não ser protegido, sendo este um lugar de conflito e de disputa de interesses variados. Desta

¹³⁵ Em Chartier, a representação assume múltiplos sentidos. Representação no sentido de substituição do ausente ou através das imagens ou das propriedades das coisas naturais, numa relação simbólica. São construções sociais da realidade. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como estes são construídos socialmente, numa perspectiva hermenêutica de percepção da realidade. São as representações que dão sentido ao mundo; tornam algo que está ausente fazer-se presente por meio dos discursos e das práticas; não são, pois, discursos neutros e são permeados de narrativas e tensões. E, de acordo com Barros (2003) se constituem não apenas no momento de sua produção, como no momento de sua recepção.

maneira, estes fatores e outros contribuem para um comprometimento do que seja patrimônio e do que deva ser preservado. Como afirma o historiador e escritor Jadir Peçanha Rostoldo no Artigo *Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória* (2021), “O patrimônio, enquanto representante da história e da memória de uma sociedade, reflete sua identidade. O sujeito histórico, a partir de sua memória e história, enxerga no patrimônio sua identidade” (Rostoldo, 2021, p. 152). Na verdade, o patrimônio conta a historicidade dos lugares e das pessoas, importantes dentro desse processo de percepção do protagonismo das pessoas comuns, sujeitos muitas vezes ignorados nas grandes narrativas explicativas da História.

A relação entre morte e memória, portanto, cria um rico patrimônio cultural imaterial, expresso nos rituais fúnebres, e material com a consagração dos lugares de memória, cemitérios, túmulos, objetos nele depositados, inscrições, enfim, coisas que fazem lembrar. Nessa perspectiva o cemitério torna-se um profícuo espaço para a educação patrimonial e para o ensino de história, pois ao reunir nele diferentes sujeitos torna-se possível explorar elementos culturais diversos, bem como distintas realidades sociais (Estacheski, 2022, p. 162-163).

Para François Hartog (2006), patrimônio se apresenta como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. Assim, o cemitério é compreendido como patrimônio cultural intangível,

termo para designar as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações (Resende, 2014, p. 15).

A historiadora Maria Ângela Borges Salvadori (2008) define que o patrimônio histórico se constitui em “um conjunto de bens que permitem o reconhecimento do passado coletivo de uma sociedade, de uma cultura e dos elos que nos ligam a ela”. A partir desses conceitos, os cemitérios são tomados como possibilidades concretas de acessar o passado e elucidar comportamentos e tensões sociais de determinada época.

Segundo Elisiana Castro (2009), “existem várias formas de se ver uma cidade e uma destas é por meio do que nelas se preserva” (Castro, 2009, p. 01). Ela “presta testemunho de si mesma nas imagens pelas quais se oferece aos seus habitantes” (Rocha; Eckert, 2006, p. 457). E os cemitérios são espaços onde essa experiência se torna possível.

Com a disseminação dos cemitérios tradicionais seculares nas primeiras décadas do século XX, estes passaram a preservar em seus espaços uma arquitetura detentora de imagens eruditas e folclóricas, revelando representações estereotipadas dotadas de funcionalidade, valor artístico, simbólico e religioso. Os túmulos, então, harmonizaram-se, acentuando um sentimento nostálgico e afetuoso nesses locais, tornando esses cemitérios, além de um espaço religioso, uma instituição cultural (Castro, 2009, p. 50-51).

Para Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa (2023, p. 283-284), “assim como as casas grandes, os sobrados e as residências de classe média, os túmulos antigos [ajudam a] recuperar uma dimensão da sociedade brasileira, dimensão impressa no mármore, no bronze, na simples cruz fincada na terra”. Já para Célia Borges (1999), essa discussão sobre patrimônio histórico e artístico traz uma reflexão importante a respeito da maneira pela qual os sujeitos tecem suas classificações, que são

largamente orientadas por trajetórias vividas em comum pelos grupos, no passado e no presente. É certo que dizer “grupos” implica também apontar para orientações de classe, formadora de “gostos” e “estilos de vida”, que criam um campo possível de valoração de elementos diversos em conformidade com cada fração. Estar ou não sensível à mensagem de alguns signos predispõe um ideário capaz de informar as relações dos sujeitos e, no caso, a delinear posturas a respeito da conservação de objetos e lugares antigos. [...] Quer dizer, os sujeitos interagem com o espaço a partir de um quadro de valores que, marcado frequentemente por uma pertença de classes, são também provenientes de outros recortes, intra ou interclasses: geração, origem, localidade, religião, experiência de vida, entre outros (Borges, 1999, p. 123-124).

Na concepção de Tavares; Ribeiro; Brahm (2022), o cemitério é concebido enquanto espaço de memória, onde o morto é reverenciado e onde ocorrem diferentes formas de controle simbólico do tempo e de individualização, traduzindo uma experiência e as relações com a cultura na qual se insere a vida *post-mortem*. Uma vez que não existe memória espontânea, os lugares de memória configuram-se como espaços necessários a essa ritualização.

Entende-se também como espaço híbrido, por ser um lugar de representação e ao mesmo tempo de inumação, deslocando-o “de uma pseudopassividade para assumir um papel ativo e agenciador no meio” (Tavares; Ribeiro; Brahm, 2022, p. 55), elevando-o a categoria de bem cultural, de pertença, de celebração da vida. Semióforo pela sua importância e relevância simbólica, o cemitério, assim como o museu, “busca voltar no tempo” fatos passados e recordações. “São lugares em que as pessoas podem, com base no passado, articular e significar o presente, com o olhar projetado para o futuro” (Tavares; Ribeiro; Brahm, 2022, p. 56). Pensados pelos e para os vivos.

Nessa perspectiva, cemitérios são espaços que, caracterizadores de costumes, crenças, valores sociais, arquitetônicos, históricos, artísticos, representam referências de identidade, memória e cultura de um povo, verdadeiros resumos simbólicos das sociedades nas quais estão inseridos. Como lugares de memória, “fazem mediação com o tempo, construindo um laço entre presente e passado” (Possamai, 2010, p. 212).

Os lugares da memória, como os museus, assim como quaisquer outras instituições modernas, situam-se nesse contexto sistemático de suspeitar de sua própria condição conceitual, da eficácia do patrimônio edificado tanto quanto do tombamento da memória coletiva em orientar para conhecimento das práticas que tecem as instituições modernas. Os desencaixes no espaço-tempo como condição da vida moderna não podem nos encerrar na tragédia de conceber as políticas patrimoniais como atos de cimentação de uma continuidade dos sentidos da cultura contra os perigos do esquecimento (Rocha; Eckert, 2006, p. 463).

Embora muitas pesquisas sobre o patrimônio funerário no Brasil e no mundo já tenham sido publicadas, este ainda carece de reconhecimento enquanto patrimônio cultural, tal como apontou o Relatório sobre Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania a partir do Cemitério São Miguel em Goiânia, no ano de 2017.

Apesar de serem considerados patrimônios em várias cidades do Brasil e do mundo, a valorização dos cemitérios como bem cultural ainda é considerado um “tabu”, principalmente pela sua ligação com a morte, o que requer discussões amplas e educação patrimonial de forma efetiva e concreta com vários setores das comunidades envolvidas. [...] Nesse sentido, o cemitério pode ser visto como um museu aberto, que oferece um rico acervo onde também é possível conhecer a história e a cultura de um povo e de uma região, a partir do estudo e da análise do que compõe uma necrópole. Por possuir esses relevantes valores, alguns cemitérios no Brasil e no mundo já possuem esse reconhecimento. Apesar disso, esse assunto ainda é pouco difundindo e não apresenta a mesma preocupação e investimento que são dados aos museus de outras categorias (Silva, 2017, p. 110; 117).

O espaço cemiterial é, pois, concebido como um importante elemento que constitui o patrimônio cultural enquanto representação de historicidade para o estudo das sociedades. A arte cemiterial é um elemento importante, um testemunho das atitudes da sociedade ante a morte. Segundo Jesus; Fernandes (2021), “o ingresso e o incentivo da arte funerária estão correlacionados com a ascensão da burguesia, que se mune da arte no intuito de manter sua distinção social por meio da imposição estética” (Jesus; Fernandes, 2021, p. 164-165) e é por este ângulo que merece ser aprofundada. Ao analisar a sociedade caxiense, os autores afirmaram que “por meio da simbologia cemiterial, junto ao contexto em que foram produzidas e suas particularidades, torna-se possível observar como a arte atuou no intuito de distinguir e

eternizar o status social dos coronéis e das suas famílias” (Jesus; Fernandes, 2021, p. 166). E é por esta linha de raciocínio que se comprehendeu o Cemitério da Saudade em Conquista, como documento histórico e espaço agregador de elementos que refletem a sociedade conquistense, em especial do recorte temporal estabelecido pela pesquisa¹³⁶.

Os túmulos podem ser considerados como suporte de informações, uma vez que as coisas não nascem como documentos-monumentos (LE GOFF, 1990), e com função social determinada. É a percepção do pesquisador que o transforma em símbolo quando se lança um olhar interrogativo sobre o documento/monumento, questionando seus significados imediatos e utilidades passada e presente (Nogueira, 2013, p. 34).

Vale aqui mencionar o Artigo *A alma do Cemitério: evidências patrimoniais para quem?*, do professor Dr. Mauro Dillmann (2016), o qual, citando *A alma das coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias*, tece algumas reflexões sobre o sentido de patrimonialização dos cemitérios.

O reconhecimento patrimonial de um espaço como um cemitério não deve estar condicionado apenas aos processos oficiais de preservação, mas sim, a todas as manifestações e ações de legitimação de importância e representação social e cultural de qualquer indivíduo ou grupo. Em termos de pesquisa acadêmica, quando são realizadas análises sobre diferentes formas de recepção e usos de objetos e espaços, “assim como seus efeitos sobre aqueles que os classificam na vida cotidiana”, estamos a tratar de “vida social” dos patrimônios (GONÇALVES, 2013, p. 10). [...] deve-se considerar que o negado, o ausente, o silenciado, o esquecido, o afastado, também podem ser construtores e legitimadores do sentido da patrimonialização. (Dillmann, 2016, p. 85-86).

Valer-se de cemitérios enquanto ferramenta pedagógica como patrimônio material e imaterial de um povo é considerá-lo, pois, como espaço arquitetônico, local de práticas culturais, cristalização da memória, de lembrança e esquecimento e de representações sobre as maneiras como uma dada comunidade se constrói e se organiza.

Enquanto patrimônio cultural, é riquíssimo em aspectos e símbolos que dizem quem somos e como nos organizamos. Arquitetonicamente, expressa nossa herança étnico cultural (identidade) e hierarquia social, pois os túmulos são monumentos, símbolos indissociáveis do período e das sociedades que os produziram. A noção de “Patrimônio Histórico” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de passado vivo:

¹³⁶ O recorte temporal deste trabalho compreende os anos de 1915 a 1930. Este intervalo de tempo inicia-se com a entrega do equipamento público ao município de Conquista e encerra-se com o marco do fim da República Velha com o enfraquecimento do poder dos coronéis e início da Era Vargas. A escolha por esse período passa por compreender que, assim como na história da nação, o coronelismo atingiu seu auge em Conquista nas primeiras décadas do século XX, permitindo ao professor de História fazer estas aproximações e de maneira didática estas associações.

acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade (Muniz, 2006, p. 161).

Apesar do crescente interesse pelo tema cemiterial no Brasil, a discussão sobre a configuração de cemitérios como patrimônio cultural ainda é recente¹³⁷, bem como o reconhecimento dos seus elementos tumulares enquanto patrimônio funerário¹³⁸.

De acordo com Dillmann (2016),

Se os cemitérios, hoje, são espaços de evocação da memória, se os túmulos são a garantia da identidade individual e familiar, se são espaços de determinadas expressões religiosas [...], então estamos diante de um espaço cultural patrimonial, cuja preservação se apresenta como elementos de defesa dessa memória, dessa identidade ou de uma cultura religiosa. Não obstante, este discurso da defesa da “identidade” acionados para a legitimação da patrimonialização de cemitérios deve levar em conta se a preservação dos espaços cemiteriais, ou seja, sua não destruição ou alteração são, problemáticas consideradas relevantes para os grupos sociais que (e se) convivem, usufruem e utilizam este espaço (Dillmann, 2016, p. 80-81).

E mais adiante:

O reconhecimento patrimonial de um espaço como um cemitério não deve estar condicionado apenas aos processos oficiais de preservação, mas sim, a todas as manifestações e ações de legitimação de importância e representação social e cultural de qualquer indivíduo ou grupo. [...] [Mas] Para quem essa “alma” dos cemitérios é evidente? A evidência patrimonial geralmente é acionada através do discurso da identidade, da história, da memória, da valorização, do reconhecimento, da apropriação, do uso. Quem reconhece ou deve reconhecer os cemitérios como bens patrimoniais? E para quem eles são ou devem ser evidentes? Enfim, na busca dessas respostas para um suposto efetivo reconhecimento patrimonial, deve-se considerar que o negado, o ausente, o silenciado, o esquecido, o afastado, também podem ser construtores e legitimadores do sentido da patrimonialização (Ibid., p. 86 e 88).

Toda a forma de representação contida nos cemitérios reflete e é refletida na monumentalização e petrificação de uma memória que se transsubstancia e eterniza no seio da comunidade por meio de todos os elementos mortuários significantes (cadáver vestido, caixão,

¹³⁷ O primeiro Cemitério Brasileiro a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) data de 1938 (o Cemitério do Batalhão, no Estado do Piauí). O Cemitério da Soledade, em Belém, tombado em 1964, o Cemitério de Santa Isabel de Mucugê, Bahia foi tombado no ano de 1980. O Cemitério Municipal de Arez, localizado na cidade de mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Norte, teve seu protão tombado pelo Iphan em 1962. Todos estes cemitérios remontam a construções tumulares do século XIX. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/494/selos-retratam-cemiterios-tombados> Acesso em 03 set 2024. Na pesquisa de Elisiana Trilha Castro (2009) são listados 15 cemitérios tombados parcial ou totalmente pelo Iphan em diferentes regiões brasileiras, com destaque para a região Nordeste (06), seguido da região Sudeste (05), região Norte (02) e regiões Sul e Centro-Oeste (01 cada). Com relação às UF, os estados do Rio de Janeiro e Bahia concentram o maior número de tombamentos - perfazendo um 52% do total.

¹³⁸ Nesta pesquisa, o patrimônio funerário foi compreendido como o conjunto dos elementos materiais e imateriais constitutivos do cemitério.

pedra tumular, epítafio, estatuária, fotografia, etc); um corpo que ainda que morto continua a comunicar-se com o mundo dos vivos através dos túmulos. O túmulo é a continuação memorialística do morto por meio da necessidade do vivo em mantê-lo entre os seus. Mortos não constroem lápides (Almeida Júnior, 2017, p. 136).

Para o historiador português Fernando Catroga (2010),

o túmulo [...] que induz metaforicamente à aceitação da incorruptibilidade do corpo. [...] Em suma, cada envelope que enforma o cadáver acrescenta uma máscara ao sem-sentido que ele representa, e trai o nosso desejo de parar a putrefação e de alimentar a ficção de que o corpo não está condenado ao desaparecimento (Catroga, 2010, p. 168).

Catroga dá o nome de poética da ausência a esse movimento de ‘representificação do finado’, no qual o patrimônio funerário material é capaz de trazer essa individualização do morto às gerações vindouras, e no qual o morto exerce seu direito à memória.

Sem a angústia nascida da tomada de consciência da precariedade humana não haveria nem cultura nem necessidade de se construir monumentos, pois só aquele que se sabe e se recusa a ser transitório pode aspirar à perpetuação: na sua linguagem própria, o monumento funerário é, simultaneamente, exteriorização da tomada de consciência de que o homem é um “ser-para-a-morte” (Heidegger) e afirmação do seu “direito à memória (Catroga, 2010, 170).

Embora o espaço cemiterial seja por excelência um lugar de memória, as contradições da sociedade de classes também são ali perpetuadas, ao ratificar e sacralizar as posições históricas e sociais daqueles que em vida destacavam-se em seus papéis de primazia. E isso se reverbera nos jazigos monumentais em contraposição às carneiras mais simples.

Embora não figure entre os grandes conteúdos ditos canônicos, a historiografia da morte vem ganhando espaço no meio acadêmico, como já foi dito anteriormente, e na educação básica na transição do século XX ao XXI muitas produções já começam a ganhar espaço ao serem apresentadas e publicadas. Pesquisas de Programas de Pós-Graduação na área de Ensino e a criação da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) em 2004 contribuíram definitivamente para o aumento dessa visibilidade.

É preciso desmistificar do imaginário popular a concepção de que os cemitérios são lugares negativos e auxiliar as pessoas a perceberem nesses recintos [...] um local para admirar obras de arte, conhecer a história, descobrir curiosidades e por que não, contemplar a beleza de jardins, ruas, alamedas e os mais diferentes jazigos por puro lazer. (OSMAN e RIBEIRO, 2007)” (Santos, 2013, p. 27).

Considerar o Cemitério Municipal de Conquista como espaço educativo é torná-lo um acervo vivo, dotado de sentido para a comunidade, pois é dessa forma que um patrimônio cumpre sua função, pelo uso que dele se pode fazer. Pelo caráter individual dos túmulos como espaços de individualização e do espaço cemiterial no seu conjunto, dialoga-se com a cidade em seu entorno, relacionando o conhecimento histórico a outras áreas do saber, ressignificando o lugar como fonte de estudos (Sousa, 2023).

Raquel Rolnik *apud* Milca Sousa (2023) afirma que os espaços que compreendes os cemitérios através de todo o seu patrimônio “revelam o imaginário da sociedade em torno do qual se desenvolveu”, com seus silenciamentos e expressividades. E, ao mesmo tempo em que são estigmatizados por muitos como mórbidos ou macabros¹³⁹, os espaços mortuários “podem provocar nos estudantes a curiosidade e a expectativa de uma atividade diferente e criativa” (Sousa, 2023, p. 101). Ela defende que, ao se desenvolver o processo educativo através do estudo do patrimônio, este torna-se mais eficaz numa perspectiva mais autônoma e libertadora:

O espaço cemiterial como fonte histórica para o aprendizado histórico não se reduz apenas a fazer a leitura de lápides de grandes personalidades da cidade que ali estão sepultados sob imponentes jazigos, mas fazer uma análise histórico-social de cada elemento que o compõe, propondo relações e reflexões para a construção de um conhecimento que integre as dimensões, econômica, social, política, religiosa e cultural. Através dos códigos de representações, dos símbolos, dos mitos e emblemas que envolvem o espaço cemiterial, é possível estabelecer relações com a sociedade e o momento histórico em que se inseriam (Sousa, 2023, p. 109).

Parte-se da ideia de que ensinar História é

[...] ensinar a pensar historicamente. Isso pressupõe saber como dialogar com outras pessoas de outras épocas e lugares, procurando conhecer como elas viveram, o que fizeram, por que fizeram, quais eram suas lutas e seus problemas, bem como pode ajudar a encontrar respostas para nossas dúvidas, problemas, dificuldades e, também, a realizar os sonhos. Significa também aprender a narrar o passado a partir da vida no presente, com o objetivo de elaborar uma orientação relacionada com a construção da identidade de cada um e com a finalidade de organizar a própria atuação nas lutas e ações do presente, individual e coletivamente (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 66-67).

A História que se pode estudar a partir do cemitério não pode ser descolada da realidade das e dos estudantes. É preciso levar em conta o entorno escolar e social em que estão inseridos a fim de constituir um processo de ensino-aprendizagem que as e os permita colocar-

¹³⁹ Medo, pavor e morbidez acerca dos cemitérios são sentimentos que, segundo Carrasco; Nappi, (2009) foram retroalimentados pelo cinema de terror e pela literatura e muito responsáveis pela ojeriza gerada em torno do tema.

se como sujeitos históricos. Também por esta razão, a proposta em se trabalhar com o patrimônio funerário do Cemitério requer planejamento e estudo prévio dos bens culturais que serão apresentados aos alunos, assim como qualquer outro trabalho desenvolvido a partir do estudo do patrimônio, e isto exige do professor e da professora de História a superação da ideia de se trabalhar apenas com os bens culturais consagrados pelas instituições oficiais ou ainda do espontaneísmo do processo de aprendizagem nestes espaços. Mediar uma turma num cemitério é colocá-la em contato com uma nova forma de entender o passado e o presente.

Como afirmou o Professor Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa (2023):

As informações contidas no Cemitério, nos seus artefatos e símbolos, em seu cotidiano, nas relações entre o público frequentador e seus funcionários e em suas manifestações culturais como o culto aos santos populares, possibilitam sua utilização, por diferentes áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas, como espaço de aprendizagem (Pedrosa, 2023, p. 298).

A localização dos túmulos, seus elementos tumulares bem como os materiais utilizados em sua construção revelam que as diferenças sociais perduram mesmo após a morte. Assim como é possível compreender porque muitas destas construções destacam-se das demais, é possível entender também o processo de apartação social contido no próprio Cemitério, refletido na pouca quantidade de túmulos e jazigos do período de 1915-1930 bem como pela caracterização dos que ainda subsistem e sua composição tumular. “Através dos códigos de representações dos símbolos, dos mitos e emblemas que envolvem o espaço cemiterial, é possível estabelecer relações com a sociedade e o momento histórico em que se inseriam” (Sousa, 2023, p. 109). Assim, por meio do estudo do patrimônio funerário, é possível promover a descolonização do olhar, provocando nos estudantes uma reflexão a ‘ver o que não é visto’. Ver carneiras, túmulos e jazigos contextualizando-os e indagando-os criticamente.

Através do patrimônio funerário do Cemitério Municipal de Conquista é possível perceber a sociedade do início dos Novecentos marcada por um forte patriarcalismo, pela religiosidade católica e segregação social expressa na cultura material daquele espaço. Desta maneira, torna-se exequível analisar e discutir elementos de um contexto social, promovendo a reflexão crítica com os estudantes, partindo deste patrimônio cultural, além de permitir o estabelecimento de estudos interdisciplinares.

O estudo do Cemitério da Saudade oportuniza desenvolver uma investigação profunda das estruturas de poder, cultura, economia, política, entrelaçadas de forma a compreender o cotidiano da sociedade conquistense do início do século XX, constituindo-se num importante recurso educacional aberto para as aulas de história ao criar oportunidades de uma

aprendizagem muito mais significativa. E esta experiência torna-se ainda mais enriquecedora ao deslocamento dos estudantes para fora dos muros da escola, propiciando uma experiência única de estudar, investigar e vivenciar a História. Mudança de postura frente ao patrimônio, e ao patrimônio funerário em particular, integrando-o ao cotidiano da população e contribuindo para o seu desenvolvimento social. O Cemitério Municipal deve ser considerado uma referência ao estudo de História e um importante bem do patrimônio local. Busca-se um posicionamento crítico às mudanças e continuidades ao longo do processo de constituição da cidade de Conquista, tendo o cemitério como espaço de análise e desenvolvimento dessa postura.

Empreender com os estudantes trabalhos envolvendo o estudo das cidades [...] envolve uma clareza conceitual de que as cidades podem ser problematizadas e estudadas a partir de questões que lhes são próprias. Assim, é necessário ter a lucidez de que as questões locais, quando entendidas em profundidade, também contemplam realidades mais amplas, envolvendo dimensões regionais, nacionais e mundiais. Isso não significa, porém, anular ou fazer desaparecer o que é específico e enriquecedor no estudo de realidades locais, que expressam a diversidade, a variação e as contradições de modos de vida mais globais (Fernandes, 2017, p. 307).

Os cemitérios foram criados não apenas como depositários de cadáveres, mas como espaços que deveriam ser contemplados, visitados e acessados pelos vivos. Para Ismério; Silveira (2023), o espaço cemiterial deve ser trabalhado, não pelo exotismo, mas sim de forma pedagógica. Se, por um lado, possibilita a construção do conhecimento, por outro, promove a valorização da história, da memória e do patrimônio cemiterial. Desta forma, os cemitérios tem muito a ensinar como um grande livro, metaforicamente, numa experiência imersiva.

Clarisce Ismério e Cátia Silveira desenvolveram um projeto de Educação Patrimonial no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé (RS) com alunos do Ensino Médio. Nele foi possível desenvolver diversas ações de formação com os jovens neste espaço, abrangendo cultura, história, literatura e arte de forma interdisciplinar, em prol do desenvolvimento da cidadania e do protagonismo estudantil ao promover o sarau noturno lítero-poético com personagens da ‘literatura universal’ e personalidades locais, sepultadas no Cemitério, configurando uma experiência significativa para alunos e alunas da escola de ensino médio de Bagé. O ensino de História deve ser capaz de formar cidadãos conscientes e capazes de fazer leituras críticas da sociedade onde vivem.

O hábito de ministrar aulas específicas utilizando o espaço fúnebre vem sendo, recorrentemente, praticado em várias partes do Brasil e do mundo, partindo do pressuposto de que os espaços cemiteriais reúnem a um só tempo um grande potencial educativo e turístico,

para além de guardiões absolutos dos mortos¹⁴⁰. No país, o Estado de São Paulo, com o Cemitério da Saudade em Ribeirão Preto, o Cemitério da Consolação na Capital paulista, São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro e o Cemitério do Bonfim, na cidade de Belo Horizonte, são exemplos de espaços cemiteriais onde ocorrem frequentemente atividades voltadas para a educação patrimonial permanente, com a promoção de visitas guiadas e periódicas, atividades extensionistas e culturais organizadas por estudiosos e abertas ao público em geral. Na capital mineira, o projeto intitulado *Cemitério do Bonfim, Arte, Cultura e Educação Patrimonial* tem a mentoria desde o ano de 2012, da professora da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, a docente Marcelina das Graças de Almeida.

No Cemitério do Bonfim, as visitas tem cerca de três horas de duração a partir de um roteiro prévio de visitação a túmulos de características variadas, sempre explorando as narrativas que deles podem emergir (Almeida, 2016).

A receptividade da atividade foi compreendida pelo grupo proponente como uma resposta positiva por parte da sociedade não acadêmica, desmistificando a ideia de que não haveria interesse para este tipo de atividade cultural. Entende-se, inclusive, que é por falta de oferta e estímulo que as pessoas, de modo geral, não exploram ou não se interessam pelos espaços da cidade em que vivem. A proposta das visitas, além de ressignificar o sentido normativo do espaço cemiterial, convida o público participante a um processo de ressignificação dos espaços da cidade, estimulando a curiosidade e o sentimento de pertencimento. Assim, enriquece as ações com vistas à preservação e ao cuidado para com o patrimônio construído socialmente (Almeida, 2016, p. 223).

O professor João Portal (2020) desenvolveu um trabalho com estudantes da educação básica em Porto Alegre (RS) cuja proposta de ressignificação do espaço cemiterial interseccionou questões relacionadas a pertencimento, lembrança e permanência. Assim, a proposta buscou “problematizar as diferentes manifestações de poder em relação à sua espacialidade, com atenção à forma pela qual as desigualdades memoriais são representadas nos jazigos” (Portal, 2020, p. 386).

O docente explorou com os estudantes, a partir das inscrições tumulares dos jazigos, o papel da mulher na sociedade oitocentista a partir da própria identificação escrita nas lápides que referiam-se, na maioria absoluta das vezes, a figuras masculinas. Ele inquiriu com os alunos o que teria levado ao fato de as construções com maior quantidade e riqueza de elementos

¹⁴⁰ “O turismo cultural compreende a forma de conhecer os monumentos artísticos e históricos e os cemitérios podem e devem ser uma alternativa de turismo e colocados no itinerário de visitação, já que abrigam em seus espaços grandes personalidades, obras de arte, história e curiosidades” (Santos, 2013, p. 53).

artísticos situarem-se em locais centrais da necrópole, bem como a leitura e interpretação dos epítáfios.

Assim, a problemática central que norteou a visita guiada ao cemitério foram as produções de ausências memoriais em seu espaço. “Buscou-se, então, uma ‘sensibilização’ por parte dos visitantes, com estímulos a pensar sobre as muitas histórias que são esquecidas no espaço cemiterial, bem como sobre os milhares de rostos que muitas vezes não viraram ‘história’” (Portal, 2020, p. 392).

A chamada pedagogia cemiterial é um conceito utilizado pela pesquisadora em educação Kate Fabiani Rigo, que vê o cemitério como uma escola a céu aberto. Para ela, esta é uma experiência inovadora na integração do espaço cemiterial aos currículos escolares no desenvolvimento dos conteúdos curriculares. Esta proposta de trabalho tem atraído um número cada vez maior de pesquisadores interessados.

Parte-se do pressuposto de que há muitas coisas para se aprender a partir do cemitério, numa perspectiva interdisciplinar, passando pela formação da identidade do adolescente. Em seus estudos, “o cemitério conseguiu estabelecer um elo entre a teoria histórica e a prática educativa (...). E a partir dela se conseguiu mostrar aos alunos que a história poderia estar presente em tudo, até mesmo no cemitério” (Rigo, 2012, p. 02).

Neste sentido, o pensamento de Zita Possamai (2011) completa o raciocínio aqui desenvolvido, pois

nenhuma apreensão virtual ou livresca substitui a experiência de praticar a cidade ao percorrer suas ruas, sentir seus aromas, vivenciar seus lugares, provar seus sabores, escutar seus habitantes. Assim como as maneiras de ler condicionam o corpo leitor, ler a cidade pressupõe uma disposição corporal para percorrer seus espaços, se perdendo e se achando. (Possamai, 2011, p. 2979)

O professor Tiago Varges da Silva (2021) desenvolveu uma proposta de visitas guiadas para alunos da educação básica da cidade de Macapá ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, o mais tradicional da cidade, pelo seu conjunto arquitetônico e pelos ilustres defuntos que abriga. Tiago aborda o cemitério enquanto espaço museológico de investigação histórica e transdisciplinar e de memórias coletivas (Silva, 2021). O conceito de museu a céu aberto utilizado por ele considera os cemitérios cujas manifestações artísticas expressam a realidade sociocultural de cunho popular, além das referendadas pela cultura erudita europeia.

Desta maneira, o pensamento de Silva (2021) vai ao encontro do que foi apontado em Tavares; Ribeiro; Brahm (2022), que concebem o cemitério como objeto museal ou peça de museu, pois ao assim fazê-lo,

provocamos nos interlocutores uma nova possibilidade de ativação sensível da memória – na relação entre a vida e a morte. Nesse campo relacional entre objeto e sujeito, transgredimos a realidade concreta do objeto (o cenário cemitério) e adentramos no campo do subjetivo. [...] Ao mirá-los, os interlocutores poderão enxergar algo que os projete para além de lápides, mortos e vias silenciosas que remetem ao vazio. Buscam com essa operação agregar a esses espaços um espectro simbólico que lhes confere status de bem cultural, de pertença, de celebração da vida. Por essa perspectiva, podemos entender então que o público, valendo-se de suas observações, pode criar conexões entre pessoas, lugares, tempos, objetos diversos. Tornando o invisível, visível ou vice-versa. Assim os cemitérios podem agora ser denominados semióforos, no sentido da criativa elaboração de Pomian (1997). [...] Em outras palavras, os objetos enquanto semióforos são responsáveis por trazer o que está longe para perto, a morte para a vida, o ausente para o presente, o que estava no vácuo do esquecimento para a luz das recordações (Tavares; Ribeiro; Brahm, 2022, p. 55).

Aline Gomes dos Santos, em sua monografia sobre os cemitérios de Cachoeira, Bahia, aponta o caminho da musealização como uma forma possível de salvaguardar o patrimônio ameaçado de descaracterização ou destruição pois “a destruição do patrimônio acarreta a perda de registros das práticas humanas ao longo da sua história e provoca o rompimento do conhecimento que poderia ser transmitido de geração a geração” (Santos, 2013, p. 52).

Os museus são concebidos como lugares privilegiados de construção de memórias, identidades e bens patrimoniais. “Mais do que repositórios de objetos e listas, são espaços/cenários forjados para proporcionar o encontro entre os sujeitos e suas referências patrimoniais”. Segundo o Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009), museus são instituições sem fins lucrativos, abertas ao público e a serviço da sociedade, que conservam, investigam, interpretam e expõem para fins de conservação coleções e informações associadas, tensionado o usufruto público e a geração de sentidos (Tavares; Ribeiro; Brahm, 2022). Composto por coleções ou acervo representativo para a maioria do público que com ele se comunica, o museu, no sentido contemporâneo de sua existência, tem por missão o estabelecimento de conexões e novas experiências. Embora não tenham sido criados para sê-los, os cemitérios apresentam grande potencial museológico, ao mesmo tempo espaço de inumação, documento e representação da realidade.

O professor Tiago Varges da Silva elaborou sua proposta de trabalho com estudantes no Cemitério Nossa Senhora da Conceição em Macapá a partir da seleção prévia de quatro espaços específicos da estrutura cemiterial, composta pela Capela e por túmulos específicos de expoentes da história local de Macapá. Assim, ele chama a atenção para o fato de o cemitério ser um espaço por excelência de história e memória, de ensino e aprendizagens.

Os professores Mara Regina do Nascimento e Mauro Dillman (2022), pesquisadores da temática cemiterial no Brasil, organizaram pela Casaletas a obra Guia Didático e Histórico de Verbetes sobre a morte e o morrer que se constitui uma proposta interessantíssima para abordar, de forma científica, lúcida, crítica, reflexiva e criativa a morte na escola, com a proposição de atividades a partir do Ensino Fundamental II. É uma obra escrita por mais de trinta pesquisadores brasileiros e portugueses de diversas áreas do conhecimento que se encarregaram da escrita dos mais de sessenta verbetes. Com fins fundamentalmente didáticos e de divulgação para uso na Educação Básica, a compilação buscou trazer textos de referência, mas demonstrando que a morte está na vida cotidiana e precisa ser debatida nos diversos espaços de promoção de aprendizagem. O diferencial da obra é que, além de ter sido elaborada por pesquisadores de diversas áreas, o recurso pedagógico traz, ao final da apresentação de cada conceito, proposta de atividades para desenvolvimento em sala de aula com os alunos da educação básica.

Todos os verbetes contam, ao seu final, com uma pequena lista de referências bibliográficas seguida da seção intitulada “atividade didática”, a ser potencialmente utilizada pelos/as docentes da Educação Básica, na sala de aula ou fora dela. São sugestões de atividades que foram, em sua maioria, construídas pelos próprios autores/as dos verbetes. Trata-se de problematizações possíveis, exercícios de interpretação do texto apresentado ou promoção de atividades práticas, de diálogos, de pequenos trabalhos de pesquisa, geralmente vinculados a outras fontes (*sites*, imagens, vídeos, outros textos, etc.) (Nascimento; Dillmann, 2022, p. 10).

Na pesquisa que culminou com a proposição de um aplicativo de visita ao Cemitério da Consolação na cidade de São Paulo, Roberto Sanches Padula e Maria Amélia Jundurian Corá (2016) defendem que, em sendo o acesso à cultura um direito, deve ultrapassar os limites impostos pela dimensão física. Por isso, a tecnologia da informação teria um papel fundamental na otimização do potencial desses setores culturais. É nesse contexto que discutem o acesso ao espaço museológico cemiterial por meio da tecnologia.

O momento é de museus participativos, com ambiente dessacralizado e contextualizado, de forma que o objeto cultural seja proposto, e não imposto; um meio, e não um fim em si. [...] os espaços e coleções deixam de ser o ponto mais importante, e o público passa a ser o foco do processo museológico, visto que qualquer objeto de arte só tem valor precisamente porque foi construído pelo homem e para o homem. Qualquer bem cultural deve servir ao uso social e não somente à decoração (ARAÚJO, 2004) Padua; Corá, 2016, p. 87).

Os autores Roberto Padula e Maria Amélia Corá chamam a atenção para o fato de que o acesso prévio a informações a partir dos aplicativos pode funcionar como um elemento

motivador para potencializar o entendimento da obra, fomentando ainda mais a curiosidade e o conhecimento, sem contar a possibilidade de interatividade que possibilita ao sujeito ultrapassar os limites de mero expectador quando em contato com os espaços museológicos. “Museus entendem que prover informações sobre sua coleção é uma das melhores estratégias para melhorar a experiência dos visitantes” (Padula; Corá, 2016, p. 95). É também por essa premissa que Tavares; Ribeiro; Brahm (2022) concebem a importância dos museus.

O Cemitério da Consolação em São Paulo é objeto do trabalho de Padula e Corá que, através de um projeto de pesquisa e extensão com a PUC-SP e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, desenvolveu o aplicativo¹⁴¹ para celular Memória & Vida, intitulado *Guia Cemitério Consolação* disponível nas principais lojas de aplicativos, para realização de visitas autoguiadas. Entretanto, dos aproximadamente 6,2 mil túmulos, apenas 308 foram considerados museologicamente importantes pois foi estabelecido o critério de relevância a partir dos ‘santos populares e pessoas ilustres’. Desta maneira, embora permitindo uma certa personalização na exploração do espaço cemiterial, o critério elencado na elaboração e uso do aplicativo não contemplou toda a diversidade ali presente.

A morte é um tema que em algum momento toca a todas as pessoas e impacta em algum momento da vida. Embora seja um tema pouco falado, é bastante explorado do ponto de vista sensacionalista seja na forma com que é explorada nos meios de comunicação, seja nas redes sociais. No contexto educacional, situações que envolvem perdas podem ser pontos de partida e oportunidades para iniciar a reflexão sobre essa temática. Investigar a morte e os mortos é ponderar sobre o que/quem já foi, mas ainda está (e continua) a nos mobilizar de alguma forma no presente.

Há uma enorme lacuna e silenciamento sobre a morte no ensino básico e livros didáticos que, via de regra, só se referem a ela em contextos de guerras e epidemias. Pensa-se partir dessa brecha para inserir o assunto na sala de aula. A literatura pode ser um ponto de partida para se trabalhar com o tema e o audiovisual também. E a visita aos cemitérios talvez seja a forma aparentemente mais inusitada e mais mobilizadora para desenvolver um trabalho mais profícuo com os estudantes, envolvendo o patrimônio funerário.

A temática da morte é abordada de diferentes maneiras e em diferentes temas, com muita utilização de imagens. Mas aqui, a ideia é promover uma imersão no patrimônio funerário do Cemitério Municipal de Conquista, um espaço centenário de enterramento que, embora não

¹⁴¹ Para criação do aplicativo, foram seguidas as seguintes etapas: catalogação dos túmulos, criação dos verbetes com definição de palavras-chave (*tags*), fotografias, geolocalização e roteiro dos “20 imperdíveis”, utilizando a planta do cemitério a fim de facilitar o desenvolvimento da visita autoguiada.

possua obras de artistas de renome, é de grande relevância do ponto de vista histórico e social. A intenção é fazer-se valer da acessibilidade à necrópole conquistense mais antiga e mergulhar na história do Município a partir dos túmulos e jazigos e suas representações, compreendendo os arranjos sociais e políticos que se desenrolam no espaço cemiterial e fora dele. A ideia do Guia para desenvolvimento da Aula de Campo vai na direção de ser um vetor de orientação do trabalho pedagógico do docente para com seus estudantes.

Por isso, a proposta é desenvolver uma atividade pedagógica prazerosa, utilizando diferentes linguagens e instrumentos para promover o conhecimento histórico a partir da realidade local.

4.3 O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: O CEMITÉRIO DA SAUDADE COMO FONTE DE SABERES

Crianças e jovens constroem as suas concepções históricas em várias fontes para além da escola (família, meio-social, mídia), e muitas vezes estas são marcadas por anacronismos e senso comum, imprecisões contextuais e carecem de orientação e intervenção docente qualificada, mediante os princípios da ciência histórica.

A educação é palco de dilaceramentos. Por um lado, professores e professoras com sobrecargas de trabalho e expectativas, por outro, estudantes tidos não raro como meros receptáculos. “Dilaceramentos e embates podem ser capturados em sua concreticidade no grande espetáculo que é a sala de aula. Isto porque a aula não é, apenas, um espaço de transmissão de informações, mas uma relação de interlocutores que constroem sentidos” (Schmidt, 2015, p. 119). Nesse devir, onde docente e discente são permanentemente provocados, inúmeros desafios são postos para além da transposição didática. Assim, favorecer o conhecimento histórico criando ambiente favorável às condições de participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem é tarefa instigante e que exige fôlego das duas pontas.

Neste sentido, o desenvolvimento de metodologias ativas pode contribuir para a busca por sentido no conteúdo que aprendem, “uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem” (Schmidt, 2015, p. 121). O Ensino Médio, conforme apontado pela professora Joana Neves (2003), tem se constituído uma etapa que vem sendo vítima de uma indefinição entre a formação geral e a formação técnica profissional. Mas, apesar de toda essa incerteza que está posta, “é exatamente nessa fase que a história pode produzir todos os

seus efeitos, no sentido de fundamentar as ações humanas e de tornar as pessoas conscientes da sua condição de ser social agente do processo histórico” (Neves, 2003, p. 168-169).

Os ventos que sopram sobre a educação na contemporaneidade pedem mais flexibilidade e criatividade na forma de se abordar novos e velhos conteúdos de História (Andrade Júnior, 2017, 175). “O aluno precisa sair da sala de aula e partir para a pesquisa de campo, observar em seu entorno e se tornar agente nos processos de salvaguarda de nosso patrimônio imaterial”. A História das Sensibilidades e a História do Tempo Presente, quando não desvinculadas da conjuntura social, são caminhos possíveis de se trilhar no cumprimento dessa tarefa.

Tradicionalmente, os materiais escolares escolhidos por professores têm sido os livros didáticos, organizados e publicados por editoras e seus autores, que se encarregam de pesquisar e selecionar temas e atividades. Todavia, nem sempre os temas que o educador tem o intento de trabalhar, ou mesmo os recortes e abordagens que intenciona aprofundar, constam de materiais publicados. Nesse caso, cabe aos docentes criarem situações para identificação, seleção e organização de materiais que possam ser auxiliares no processo de ensino e aprendizagem (Fernandes, 2017, p. 296).

O cemitério é um lugar onde é possível incentivar o/a adolescente a pensar sua própria existência nesse mundo temporalmente, enquanto ser que nem sempre esteve aqui e que em algum momento deixará de estar, mesmo seguindo vivo na memória daqueles à sua volta, no mundo dos vivos e dos mortos, além de ser um espaço potencializador de construção do conhecimento histórico de um povo e de um lugar. E utilizar-se da pedagogia cemiterial é aproveitar-se do inusitado, do fora do comum, para conseguir atrair a atenção para uma disciplina que pode ser considerada “chata” ou desinteressante (Osório, 2018).

Aproximar a História ensinada da história vivida no cotidiano possibilita aos alunos a compreensão dos acontecimentos históricos de forma significativa. É o êxito do processo que leva ao conhecimento histórico de forma sólida e consistente, levando “o educando à compreensão das mudanças e permanências, das continuidades e descontinuidades dos processos históricos.

Para Schmidt; Cainelli (2009), o uso de fontes no processo educativo pressupõe a ampliação do próprio conceito de documento, o que requer uma mudança de postura por parte da/do docente de História, pois isto reverbera diretamente em seu trabalho, uma vez que supera a noção de documento enquanto mero instrumento de ilustração da narrativa histórica. “Superar o tratamento tradicional dado ao documento histórico implica, por parte do aluno, a mobilização

de conhecimentos e informações próprias do conteúdo abordado, para que ele possa elaborar apreensões globais e complexas” (Schimdt; Cainelli, 2009, p. 117).

Como material pedagógico, textos, fotos, mapas ou objetos passam a ter funções diferentes da sua finalidade original, mas é importante que suas metamorfoses sejam conhecidas e trabalhadas nas situações de ensino, para que não fiquem esvaziados de seus recursos e significados sociais. Aliás, como obras sociais e culturais, esses materiais possuem grandes potencialidades educativas porque, por meio deles, é possível: cultivar procedimentos de pesquisa; explorar métodos de coletas de dados; desenvolver atitudes questionadoras para aprender a interrogar obras, seus usos e suas mensagens; indagar suas relações com indivíduos, grupos, locais e sociedades; interpretar discursos; analisar representações; entre outras possibilidades (Fernandes, 2017, p. 296).

O trabalho pedagógico desenvolvido a partir de fontes primárias à luz da realidade local e aulas de campo¹⁴² pressupõe considerar o ensino a partir de outras posturas, concepções epistemológicas e procedimentos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos menos centrados na figura do professor. É a superação do modelo que considera o aluno como mero receptor do conhecimento histórico, passando a considerá-lo como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, cujo fim é a contribuição ao pleno exercício da cidadania. Rever velhas práticas, nas proposições de Le Goff, requer a adoção de novos pressupostos: superação da história tradicional, do factual e da periodização como elementos centrais do ensino de História, a proposição de uma metodologia de investigação (cuja ideia não é transformar a todos estudantes em mini historiadores), colocando o ensino de História num patamar de destaque (Joana Neves, 2003).

São favoráveis situações didáticas envolvendo questionamentos e problematizações da realidade, possibilitando aos alunos indagarem a respeito das suas especificidades sociais, geográficas, ambientais e históricas, sem deixar de avaliar a importância de estabelecer parâmetros para reflexões sobre suas relações com outras localidades [...], com o país e com outros tempos. (Fernandes, 2017, p. 313)

Aliar o trabalho com fontes primárias, inserindo a realidade local no Ensino de História é uma estratégia pedagógica potente.

Trata-se de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais

¹⁴² “As Aulas de Campo são atividades didático-pedagógicas, ou conjunto de atividades, realizadas com estudantes de um ou mais componentes curriculares, sob a orientação de docente(s), visando a aprendizagem de um objeto de conhecimento, cuja complexidade exige o contato direto com o contexto de sua ocorrência”. (<https://www.ufpe.br/prograd/aulas-de-campo>)

e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento. [...] O estudo da localidade [...] contribui [...] na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 139).

Sob o prisma de se desenvolver uma proposta pedagógica centrada na investigação de fontes primárias englobando o contexto local, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli sugerem o trabalho com o patrimônio no Ensino de História, recomendação esta que vai na direção do que este trabalho se desenvolve.

Por meio de atividades sistematizadas com conceitos históricos construídos pela historiografia e reelaborados nas aulas de história através de fontes históricas e sua análise crítica, o trabalho com método de pesquisa do historiador permite aos estudantes transcenderem as fontes para além da escola. Favorecer a ampliação da percepção da historicidade a fim de desenvolver leituras históricas do mundo e de si é um desafio que está posto à Disciplina de História, especialmente em tempos de negacionismo às ciências. “O documento pode servir para tornar o ensino menos livresco, para ajudar o professor a tornar mais viva a sua narrativa e o aluno a se manter ativo” (Schmidt, 2015, p. 123). O desenvolvimento de práticas que potencializem a maior autonomia dos sujeitos pode funcionar como importante força motriz em alavancar as potencialidades da educação histórica.

A despeito da força e do poder diretriz dos currículos prescritos, precisamos atentar para o fato de que as disciplinas não são meros espaços de vulgarização de saberes, nem tampouco de adaptação, transposição das ciências de referência, mas são produtos dos espaços, das culturas escolares e mesmo inclusivas. Os professores têm alguma autonomia ante as demandas do Estado, da sociedade e dos meios de comunicação; assim, podem questionar, criticar, subverter os saberes e as práticas no cotidiano escolar. Perpassando os currículos prescritos e os vividos nas aulas de História há diversas mediações entre os sujeitos (alunos e professores), saberes de diferentes fontes [...], práticas institucionais, burocráticas e comunitárias em contextos muito diferenciados (Silva; Fonseca, 2010, p. 29-30).

Por fim, a proposição de um Ensino de História para além dos muros da escola.

Ultrapassar os muros da escola significaria dar um passo em direção à realidade, tornando significativo aquilo que se aprende. [...] Entendendo, dessa forma, a História como o estudo da experiência humana no tempo, é possível compreender que a História estuda a vida de todos os homens e mulheres, com o sentido de investigar as experiências individuais e coletivas, não apenas nos conteúdos escolares cercados pelas salas de aula e pelos livros

didáticos, mas também em outros e diferentes espaços (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 149-150).

Para Maria das Graças Batista de Almeida (2013), a aula de campo deve ser a culminância de um trabalho pedagógico problematizador, iniciado na sala de aula. Segundo Almeida, ela carrega em si um dos maiores potenciais de transformação social, contribuindo para que os alunos sejam agentes transformadores da sociedade na qual estão inseridos, espaço onde os alunos possam desenvolver-se como sujeitos ativos na organização do trabalho pedagógico e na construção de um conhecimento próximo de seu cotidiano.

O cotidiano das cidades oportuniza cenários educativos potentes, por meio das representações ali construídas e nas ressignificações que estes espaços podem suscitar, elos que são entre o passado e o futuro. É por esta prerrogativa que se pensa desenvolver possibilidades de ensino e aprendizagem através de uma saída a campo na mais antiga área cemiterial em funcionamento em Vitória da Conquista, Bahia, compreendido enquanto sítio histórico, artístico, social e cultural, lugar de memória e de prática social, de lembrança e de esquecimento. Utilizar o Cemitério na aula de História é promover a transformação daquele espaço em seu uso e função para tornar-se uma potente ferramenta a serviço da aprendizagem. Problematicar as paisagens urbanas cotidianas, é ressignificar junto aos estudantes os conceitos de documento e processo históricos.

As saídas pedagógicas ou atividades de campo na educação básica exigem que haja a elaboração de um estudo prévio seguido de um robusto roteiro de planejamento docente. Para os estudantes, atividades de imersão no espaço citadino potencializam o desenvolvimento da criticidade e da cidadania e contribuem para ressignificar o estudo de História, a partir da realidade de seu Estado ou cidade.

Os professores Angelo da Conceição Demuner e Regina Celi Frechiani Bitte (2021) elaboraram em 2021 a pesquisa *Entre saberes e fazeres: metodologias alternativas para o Ensino de História do Espírito Santo* em que ao discorrer sobre o uso das aulas de campo no Ensino de História defendem um universo de possibilidades ao estudante a partir das saídas pedagógicas.

Na dissertação, Bitte e Demuner esclarecem ser necessário seguir alguns passos a fim de que o planejamento aconteça de forma assertiva: a definição dos objetivos da visita; a seleção prévia do tema que será trabalhado; a visita antecipada até a construção de uma familiaridade com o local onde a atividade acontecerá; o preparo prévio dos estudantes para a visita; a elaboração de atividades a serem desenvolvidas durante e após a visita e, por fim, a avaliação do processo educativo que envolveu a atividade (Demuner, Bitte, 2021).

Ao apresentar diferentes espaços da cidade de Vitória (ES), onde atividades de aula de campo podem ser desenvolvidas, os autores trazem o esqueleto¹⁴³ do roteiro do planejamento que é encabeçado pelo tema e objetivos geral e específicos. As orientações pré-campo, campo e pós-campo dizem respeito ao preparo para o deslocamento, a sensibilização da temática principal, e as atividades de observação e análise que serão executadas pelos estudantes antes, durante e após a saída de campo – atividades estas que podem e devem ser modificadas ou adaptadas¹⁴⁴ turma a turma. Essas atividades também devem incluir espaços em que os estudantes possam deixar suas impressões a respeito da experiência.

No que se refere a uma proposta pedagógica em torno de saídas pedagógicas guiadas ao Cemitério da Saudade em Conquista, trata-se de uma atividade em que discentes e docentes dirijam-se a outro espaço indo ao encontro do ‘documento de pedra’ a fim de proceder com as investigações, numa postura mais ativa, crítica e problematizadora. Assim, ilustrar o tema trabalhado em sala, induzir o aluno ao conhecimento histórico, estudá-lo como fonte de informação histórica, empregá-lo como fonte para construção de uma problemática ou hipótese histórica, estudá-lo como fonte de respostas para hipóteses ou problemas são os passos apontados pelas pesquisadoras de ensino de História como etapas necessárias ao trabalho com documentos históricos numa perspectiva mais ativa.

Talvez nosso maior desafio enquanto professores e professoras seja criar oportunidades para que as e os estudantes se apropriem do mundo ao seu redor. A educação escolar é um dos meios de fazê-lo, ainda que não exclusivos (Osório, 2018). A articulação entre teoria e prática favorece a interação entre discentes e docentes, favorece e fortalece a aprendizagem, a troca de experiências e a cooperação mútua (Abreu, 2018). E estar no cemitério permite esse ambiente de interação.

Há de se considerar que o patrimônio funerário, enquanto documento histórico, nesse contexto, deve ser examinado como elemento que possibilita a construção de saberes e significados e não existem em si mesmos, mas a partir de problemáticas, olhares e questões que lhe são colocados.

¹⁴³ Este esboço contempla atividades que podem ser agrupadas em quatro partes: planejamento, execução, compartilhamento das aprendizagens e avaliação. A preocupação central é que a atividade não se reduza a um mero passeio ou pausa da sala de aula. No desenvolvimento de uma atividade de aula de campo, não devem ser desconsiderados os conhecimentos prévios dos estudantes, como em toda e qualquer atividade pedagógica.

¹⁴⁴ Caso haja algum impedimento por parte de algum estudante em participar da aula de campo no cemitério, respeitosamente o professor deve considerar a elaboração de outra proposta, oportunizando que outras narrativas sobre o espaço cemiterial se manifestem, inclusive do ainda tabu que se tem construído socialmente acerca da temática mortuária e, nesse caso, no âmbito escolar.

A proposta de desenvolvimento do Guia de Apoio Didático para Aula de Campo no Cemitério Municipal de Vitória da Conquista, Bahia, alia uma proposta de trabalho pedagógico de Ensino de História do Brasil com estudantes da educação básica da 3^a Série do Ensino Médio a partir da realidade local.

É nesta série que os estudantes tradicionalmente se deparam com a cronologia histórica que parte da transição do século XIX ao XX tanto no contexto europeu, do que se convencionou denominar História Geral, quanto dos fatos históricos da realidade brasileira do mesmo período. O recorte temporal da pesquisa comprehende parte deste intervalo de tempo e, por isso mesmo, a proposta do recurso pedagógico dialoga com a ementa da disciplina de História desta série.

É no período de transição do Império para a República que ocorre a emancipação política da Imperial Vila da Vitória para o Município de Conquista. É também neste período que as primeiras ordenanças no sentido da implementação do saber médico aplicado aos espaços de enterramento vão ser impostos a uma população católica cuja tradição de manter seus mortos *ad-sanctos apud eclesiam* atravessava os séculos desde a Alta Idade Média.

É neste mesmo intervalo de tempo que, com a Constituição de 1891 e a separação da Igreja e do Estado, vão ocorrer a criação dos cemitérios secularizados mais distante dos centros urbanos, oportunizando às elites, especialmente as cafeeiras e industriais, a possibilidade de individualização da morte a partir do caráter monumental de seus jazigos e mausoléus.

É nesse contexto de fatos históricos e conteúdos programáticos que se pretende inserir a discussão da realidade local que levou à idealização do Cemitério da Saudade enquanto primeiro espaço de inumação secularizado do município e toda a contextualização sócio-histórica advinda da sua criação.

A ideia em torno da aula de campo é, para além de retirar os estudantes do contexto da sala de aula, redimensionar o conceito de documento e processo histórico a contar da observação direta dos túmulos e jazigos do Cemitério Municipal *in loco*, a partir do deslocamento da sala de aula até o espaço cemiterial. A escolha pela última série da Educação Básica se dá pela possibilidade de execução do planejamento pedagógico associando conteúdos programáticos da Primeira República, saltando dos livros didáticos para o Cemitério, ao desenvolver estudos sobre os Coronelismos.

O cemitério é um enorme local de possibilidades. Neles podemos encontrar devoções, marcas identitárias, características da região, classes sociais, entre tantos outros temas tão caros às pesquisas com História Local. O cemitério é o depositário de uma documentação visual e permanente como poucos outros locais de pesquisa” (Andrade Júnior, 2017, p. 162).

Trabalhar pedagogicamente o espaço do cemitério municipal comporta vários itinerários possíveis, como exemplo recortes sobre questões de gênero, taxas de mortalidade, história da arte, manifestações das religiosidades, questões de classe e posição social, etc. O roteiro aqui proposto prevê a saída ao cemitério relacionando a História de Conquista à História do Brasil durante a Primeira República.

O túmulo era projetado pela família e amigos para dar continuidade à vida material, através da preservação da memória. Ao circular no Cemitério Municipal, à simples leitura das epígrafas em suas lápides, cujos túmulos de 1915 a 1930 se destacam por sua grandeza e/ou localização privilegiada, são perceptíveis diferenças entre os túmulos quanto à localização, diversidade de materiais e elementos tumulares; é possível identificar familiaridade entre os nomes dos personagens que ali estão enterrados e nomes de logradouros importantes do Município, o que, há de se destacar, não é questão de mera coincidência. O nome do indivíduo ou de sua família, a representação dos valores econômicos, gostos estéticos, são discursos que revelam facetas de uma história política que não está circunscrita ao passado. A grande questão, portanto, está nas perguntas feitas a estes monumentos.

4.4 GUIA PARA DESENVOLVIMENTO DE AULA DE CAMPO NO CEMITÉRIO DA SAUDADE EM VITÓRIA DA CONQUISTA

De forma pragmática, pensa-se oferecer um Guia enquanto inspiração ou ponto de partida para desenvolvimento de uma proposta pedagógica articulada em cinco etapas: Planejamento, Atividades Pré-Campo, Exploração do Espaço e Coleta de Informações, Compartilhamento das Aprendizagens e Avaliação. Vale destacar, também, que esta proposta pode e deve ser adaptada de acordo com a realidade de cada turma, podendo inclusive extrapolar os limites do contexto do Município de Vitória da Conquista, sendo aplicada a outros cemitérios brasileiros.

- Planejamento

Elencar os objetivos desta Aula de Campo é considerar que tipos de aprendizagens são possíveis de serem construídos a partir do cemitério. A aula de campo é o meio onde esse aprendizado se tornará mais efetivo, favorecendo o contato direto do estudante com o objeto do conhecimento.

Antes de proceder com a saída propriamente dita, o docente necessitará fazer várias incursões ao espaço cemiterial a fim de construir uma intimidade com os elementos que pretende desenvolver na análise com seus estudantes. É indispensável também revisitar quantas

vezes se fizerem necessárias o Plano de Curso do Componente Curricular de História a fim de concatenar os estudos de História do Brasil da Primeira República e a História da cidade no mesmo período, a partir do Cemitério da Saudade. O professor também deverá se atentar às concepções de vida e morte que os estudantes possuem antes de iniciar o trabalho que os direcionará ao Cemitério.

Um Roteiro deverá ser construído levando em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes sobre cemitérios em geral e o Cemitério da Saudade em específico e conteúdos de História, especialmente História do Brasil do período de 1889-1930 e do Município, pois a Aula de Campo será o momento de fechamento desse ciclo educativo iniciado com as aulas expositivas dialogadas. Uma outra possibilidade de proceder à sensibilização para a temática é trabalhar com filmes. Uma série de atividades são possíveis de serem desenvolvidas levando-se em consideração as realidades de cada contexto educativo, e algumas serão apontadas no recurso educacional aberto desta dissertação.

A distância da escola ao Cemitério também deve ser considerada a fim de prover junto à comunidade escolar os melhores meios para favorecer esse deslocamento de maneira rápida e segura. O contato com a administração pública também é importante a fim de garantir o agendamento e a disponibilidade de funcionários para assessorar a atividade, inclusive fornecendo informações adicionais no momento da visita.

Devem ser bem definidos detalhes como data, horário de saída e retorno à escola, tipo de transporte que será utilizado. Solicitação de Autorização também deverá ser enviada aos responsáveis pelos estudantes a fim de que tomem ciência da atividade educativa em meio externo à escola.

Os estudantes também deverão ser orientados quanto ao uso do uniforme escolar a fim de facilitar a identificação no espaço cemiterial; o uso de bonés ou chapéus, protetor solar e o porte de garrafas de água também devem ser estimulados.

Os estudantes envolvidos na Aula de Campo pertencem à 3^a Série do Ensino Médio, que compreende a faixa etária dos 16 aos 18 anos em média e o que pressupõe uma considerada maturidade ao desenvolvimento da proposta. Se a turma for superior a vinte alunos, é recomendável que seja agendada mais de uma data para visita ao Cemitério, junto à Administração Municipal, visando evitar contratemplos.

Recomenda-se a execução deste Plano durante a Terceira Unidade, em especial no mês de novembro em que se comemora o aniversário da cidade (09 de novembro), pois também é, coincidentemente, o mesmo mês em que se celebra o Dia de Finados (02 de novembro). Desse modo, interrelacionam-se a História da cidade a partir do Cemitério Municipal.

Antes de ir a campo, o professor pode desenvolver um trabalho de análise de fontes primárias com os estudantes, utilizando para isso documentação do Conselho Municipal de Conquista que trata do processo de criação do Cemitério Municipal em 1915. Desta maneira é possível interseccionar diferentes tipos de fontes primárias: as Atas municipais e o patrimônio funerário, levando o aluno a construir o conhecimento histórico de diferentes maneiras. Para tanto, será necessária a seleção prévia de Atas inteiras ou de seus fragmentos.

- Atividades pré-campo (sala de aula)

Antes de situar o Cemitério Municipal dentro da cidade como hoje ele se apresenta, o professor pode apresentar o contexto que levou à sua criação. Para esse exercício, portanto, faz-se necessária a seleção prévia de Atas do Conselho Municipal do período anterior a 1915, ano que assinala o início da ocupação daquele equipamento público. Nesse trabalho, os estudantes deverão proceder com a análise documental. O objetivo não é transformá-los em mini historiadores, mas fazê-los vivenciar os processos que levam à construção do conhecimento histórico, metódico, crítico e responsável.

Características do Cemitério como localização e o Roteiro que será seguido da escola até o destino final necessitarão de uma apresentação prévia. Ainda antes da saída propriamente dita, e após a apresentação do panorama da Primeira República, o preparo dos estudantes com aulas expositivas dialogadas farão a apresentação do espaço a ser visitado. Para isso, o local, em linhas gerais deverá ser explicado ou demonstrado pelo professor a fim de melhor preparar os estudantes para a realidade que encontrarão em campo. Para introduzir essa discussão, será utilizado o vídeo “Necrópoli”, produzido em 2005 por estudantes do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, disponível na plataforma YouTube e que pode ser acessado no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=zHajbmSArwI>.

A História é feita por pessoas comuns. No documentário *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, todas aquelas pessoas construíram suas trajetórias e, imprimindo suas marcas, contribuíram à sua maneira para o contexto social no qual estavam inseridas. Anônimos ou que se destacaram por algum de seus feitos, as pessoas tecem suas trajetórias até que morrem.

A produção cinematográfica (no seu todo ou em partes) pode ser o princípio da discussão que o docente pode propor desenvolver para sensibilizar os alunos para o tema, tanto para o aspecto da importância do protagonismo dos sujeitos históricos invisibilizados quanto da finitude da vida.

A morte seria, então, o que estabeleceria a finitude indiscriminadamente a todos os seres, exceto pelo fato de que nem todos por ela são igualados. A memória e o esquecimento

não atingem a todos os humanos da mesma forma. A monumentalização da morte é um exemplo desse fenômeno marcado por forte diferenciação socioeconômica.

O cemitério é lugar potente para se evocar histórias. Ao analisar o contexto do Cemitério da Saudade nos anos de 1915 a 1930 verifica-se a grandiosidade com que a representação da ausência se deu para os aqui ali ficaram eternizados em seus jazigos perpétuos em detrimento dos que não puderam manter-se sepultados naquele lugar. E até nesse contexto, o cemitério pode ajudar a contar histórias dessa gente cujos vestígios materiais não tiveram espaço na necrópole e suas histórias na memória histórica local.

Trabalhando conhecimentos prévios: uma vez que cada um carrega em si suas próprias prenóções, é necessário inquirir a manifestar, ainda em sala de aula, o que alunos e alunas carregam de experiências e saberes sobre o espaço cemiterial. Considerar as concepções de vida e morte que os estudantes possuem antes de iniciar o trabalho que os direcionará ao Cemitério. Quem já visitou algum, por que o fez, qual havia ido, como era, qual a religião de cada um/uma, dentre outras coisas. Isso pode permitir traçar eixos que conectem essas experiências com as que irão experimentar, traçar paralelos com outros cemitérios que eles possam conhecer, ou mesmo esperar que antigas visitas gerem questões que possam ser exploradas ao longo da mediação. Essa sensibilização e levantamento prévios ajudarão a promover a interação, constituindo-se num método que se pretende muito útil para iniciar e manter o diálogo durante a mediação.

O momento do deslocamento, de grande euforia para os estudantes, também deve ser explorado pelo professor. Afinal, a paisagem urbana tem muito a ensinar e a localização do Cemitério na urbe não foi escolhida de maneira aleatória, cabendo ser problematizada.

O deslocamento até o cemitério não é um mero passeio ou oportunidade de retirar os estudantes da sala de aula de maneira aleatória. Por isso, definidos os objetivos da Aula no Cemitério, o Roteiro com os pontos a serem observados deverá ser entregue e esmiuçado, dirimindo as possíveis dúvidas que surgirem. Este momento é essencial a fim de que o professor verifique a necessidade de fazer adaptações ao Roteiro, incluindo as questões curiosas apontadas pelos alunos e que não estavam contempladas na proposta inicial.

O professor deve se atentar ao momento de explicação do Roteiro para não se antecipar e acabar por entregar as respostas às próprias perguntas que formulou. Esta é uma armadilha da qual muitos educadores não escapam. E isto pode comprometer o ineditismo que uma proposta como essa carrega aos estudantes, a possibilidade de serem desafiados a assumir um papel de investigação do conhecimento histórico *in loco*, no espaço citadino, com o documento de pedra que são as sepulturas e suas lápides.

Assim, antes de ir a campo, os estudantes devem ter sido preparados para o ambiente que irão encontrar, o tempo previsto para execução da atividade bem como as questões norteadoras sobre as quais deverão refletir. Vale ressaltar que, na elaboração do roteiro e na sua apresentação à turma, haja um espaço para que os alunos manifestem sua curiosidade, os aspectos que julgarem importantes e se expressem livremente, no intuito de que essa atividade gere uma aprendizagem significativa aos alunos e um feedback satisfatório ao professor de História.

- Exploração do espaço e coleta de informações

Já no Cemitério, de posse do Roteiro, os estudantes poderão ter um momento de apresentação do espaço cemiterial pelo professor e/ou funcionário do espaço antes do procedimento de exploração e investigação. Considera-se este um momento importante para reforçar os objetivos da aula, com o intuito de que os estudantes não ‘se percam’ do propósito inicial.

Buscando sempre relacionar os conhecimentos sobre a Primeira República Brasileira e a História do Município, os estudantes buscarão responder às questões propostas, fazendo registros em áudio e vídeo para análise futura, visto que o tempo de permanência no local da atividade pode ser insuficiente para um registro por escrito mais elaborado, questão a questão.

- Compartilhamento das Aprendizagens

É importante pontuar aqui que promover uma aula de campo no cemitério é propor, enquanto educador em História, o que Marcus Silva e Selva Fonseca caracterizam como ato reflexivo: “precisamos pensar e fazer pensar sobre o que é aquele espaço, o que é aquela instituição, o que são seu acervo e suas atividades” (Silva; Fonseca, 2010, p. 34). Assim, questões após a visita podem incluir “por que, afinal, existe tanta diferença entre as sepulturas?”, “como um cemitério pode nos falar sobre a cultura dos vivos?”, entre outras tantas.

Este é indubitavelmente o momento mais aguardado pelo professor de História após a proposição desta atividade, seguramente provocadora de reações as mais variadas. Para o cumprimento desta etapa, será necessário dispor de um tempo suficiente onde todos possam expressar suas impressões acerca da Aula de Campo, para além de entregarem as respostas ao Roteiro proposto inicialmente.

O educador deve agir, nesse momento, mais como um provocador de um debate que deve ser desenvolvido com e por seus estudantes, favorecendo que estes encontrem um

ambiente acolhedor às suas opiniões e ao aprendizado que construíram com a vivência no Cemitério.

A participação do professor, portanto, será em instigar a discussão de forma respeitosa e madura, cabendo aos estudantes o papel de protagonistas e ao docente a sua conclusão.

- Avaliação

O momento de avaliação da Aula de Campo é essencial a fim de verificar junto aos principais envolvidos no processo os pontos fortes e frágeis que envolveram a atividade. Mais uma vez, para o sucesso dessa etapa, é importante que seja estimulada a manifestação dos estudantes de forma respeitosa, bem como uma escuta sensível por parte do professor para aprimorar sua prática educativa com o desenvolvimento da atividade em turmas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a fase de elaboração do texto desta dissertação, ocorreu uma audiência pública na Câmara dos Deputados em Brasília (DF), no dia 14 de agosto de 2024, como parte da tramitação da lei que visa estabelecer o Dia do Patrimônio Funerário Brasileiro. Além de reconhecer a importância desse bem comunitário, se aprovada, a norma se constituirá num marco fundamental às medidas de atuação e proteção para garantir às próximas gerações acesso a tudo que há nesses espaços cemiteriais, para além de locais que guardam corpos cadavéricos. O projeto também visa dar visibilidade aos trabalhadores do setor, invisibilizados.

Foi pretensão desta pesquisa abordar a historicidade de Vitória da Conquista a partir da ótica cemiterial e de seu patrimônio funerário, culminando com a proposição de um objeto educacional aberto no formato de Guia para Aula de Campo voltado a professores de História da educação básica.

A historicidade da morte em Conquista permeia sua História. O Município foi fundado por meio de ações que visaram o extermínio dos povos originários locais, de sua extinção pela matança e apropriação do seu território.

A espécie humana é a única para a qual a morte está presente ao longo da vida, a única a acompanhar a morte com um ritual funerário, a única a crer na sobrevivência, no renascimento dos mortos (Morin, *apud* Viana, 2018, p. 15). Este tema, no entanto, representa um caminho novo ao estudo da História do Município de Conquista bem como ao Ensino de História e tem sua originalidade, embora de uma maneira geral as produções relacionadas à morte no Brasil remetam ao ano de 1972 – marco da publicação de Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros, de Clarival do Prado Valladares. O Cemitério e tudo o que nele há oferece inúmeras possibilidades de pesquisa e ensino, não apenas de História, mas dos demais Componentes Curriculares e áreas do conhecimento.

Sobre os estudos cemiteriais no Brasil, a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – ABEC, criada em 2004, vem reunindo pesquisadores de várias áreas e bianualmente reúne-se, socializando estudos que vêm sendo produzidos recentemente. O tema, aos poucos, transita das áreas malditas do estigma de que tudo beira a morbidez a uma categoria de estudo que se consolida a cada dia. Para isso, contribuem também as edições da Revista M. e as inúmeras atividades de visita guiada que ocorrem nas médias e grandes cidades brasileiras. E tudo isso serviu de inspiração e embasamento para esta dissertação.

Esta pesquisa optou por trabalhar com dois tipos de fontes históricas: as fontes escritas – Livros de Registros do Conselho Municipal, edições avulsas de jornais que circularam no

período e registros dos memorialistas locais acerca da História de Conquista, e as fontes iconográficas – constituídas de túmulos e jazigos referentes aos anos de 1915 e 1930 e buscou responder à seguinte questão: **Que narrativas sobre Vitória da Conquista (Ba) podem ser construídas pela historicidade do Cemitério da Saudade?**

Assim como na pesquisa de Roberto dos Santos Viana (2018) sobre o Cemitério de Pérola (PR), o Cemitério da Saudade de Vitória da Conquista foi compreendido como espaço de memória, local de práticas culturais e representações que demonstram como a sociedade daquele período se organizou para vivenciar o sagrado. E mais: de que maneira isto está refletido nos túmulos individualizados daquele período e na cultura material ali presente. A memória estabelece laços de identidade que servem de suporte para os sujeitos sociais se afirmarem. Os cemitérios são lugares de memória e de prática social, de lembrança e de esquecimento traduzidos por meio de fotografias, objetos pessoais, santos de devoção, bem como outros elementos da cultura material que se tornam representações da identidade e individualidade do morto.

O processo de escolha metodológica para estudar o Cemitério da Saudade foi historicizar o Município de Conquista pelo viés da História Cultural, através da análise dos aspectos comportamentais coletivos refletidos nas construções tumulares do período estabelecido pela pesquisa – 1915 a 1930. No entanto, esta não foi a única necrópole do Município de Conquista, sendo necessário retroceder no espaço e no tempo para proceder a contextualização dos espaços de inumação anteriores à construção e funcionamento deste Cemitério.

Por meio da documentação das Atas do Conselho Municipal do período de 1915 a 1930, percebeu-se a resistência da população quanto à utilização do novo Cemitério quando a Intendência passou a estabelecer penalidades mais rígidas aos que não enterrassem seus mortos nos espaços indicados. Os discursos dos memorialistas também indicam que houve resistência nesse processo de ocupação.

No período destacado, o coronelismo manifestava relações de poder político e econômico, tanto fora quanto dentro do Cemitério. No seu interior, esta percepção é possível a partir da análise tanto do processo de ocupação da necrópole quanto do padrão arquitetônico e artístico de suas construções tumulares. A arquitetura e a arte funerária dialogam com a sociedade conquistense do período da Primeira República.

As origens e os processos históricos do Cemitério da Saudade e a relação histórica da sociedade conquistense com este espaço se misturam e se confundem. A implantação do Cemitério da Saudade foi marcada por tensões sociais. A Paróquia Nossa Senhora da Vitória

lança uma campanha e começa a coleta de recursos para construção do cemitério paroquial, mas não consegue avançar com a empreita. A Intendência acelera o passo e assume o processo de construção do primeiro cemitério secularizado do Município, que nasceu numa área então desvalorizada, distante do centro comercial e de áreas já urbanizadas, portanto de difícil acesso; com o tempo e a expansão da cidade, o cemitério acabou por integrar uma área atualmente considerada central.

Entre os anos de 1915 e 1930, o Cemitério Municipal não funcionou como único lugar de enterramento. Na prática, contava-se com vários espaços cemiteriais concomitantes. O denominado “cemitério velho” e o Cemitério dos Bexiguentos foram locais de enterramento também destinados às inumações e funcionaram nesse período, ora por resistência da população em proceder os sepultamentos na nova necrópole, ora por necessidade de apartação dos cadáveres contaminados pela varíola.

Pelo projeto de modernização da cidade e necessidade de reordenamento urbano, substituindo as vias mais estreitas por avenidas e ruas mais largas, ventilou-se a necessidade de tirar do meio da rua o antigo (e já abarrotado) cemitério existente na virada do século XIX e XX, corroborando a urgência em se criar o primeiro cemitério secularizado dentro da urbe, em local mais afastado.

Houve uma lógica no processo de ocupação do Cemitério da Saudade que se revelou na análise da necrópole, *in loco*, para além do caos que compromete o trânsito entre seus espaços. A ocupação se deu em função do processo de avanço da malha urbana citadina, inicialmente de forma intuitiva e não planejada e de sua estrutura econômica desigual. O que se observa, portanto, é uma concentração de jazigos mais ou menos notáveis dos coronéis, cujas relações de compadrio e pertença ao mesmo grupo social se mantiveram dentro do espaço cemiterial. Uma mera coincidência?

A relação desigualdade social e concentração de riquezas é estabelecida fora e dentro do Cemitério da Saudade. A avenida central da necrópole ajuda a tornar explícita a divisão que ocorre entre as quatro quadras que compõem o espaço: o lugar ocupado por ricos e pobres assinala que a morte não iguala a todos, pois as diferenças em vida são refletidas no espaço cemiterial. E, no caso do Cemitério, percebeu-se que apenas os jazigos de famílias e indivíduos mais abastados sobreviveram não apenas à ação do tempo, mas à capacidade de financiamento das famílias e amigos dos defuntos que puderam custear a perpetuidade de seus terrenos. De qualquer forma, os empobrecidos estão ausentes do Cemitério da Saudade, ao menos quando se olha do período de sua criação, ao ano de 1930.

A grandeza dos jazigos antigos que se observa no Cemitério hoje denota que o Cemitério da Saudade não era espaço para pobres: especialmente a Quadra A, a mais antiga da necrópole, que não traz elementos que sinalizem que as classes populares tivessem facilidade em adquirir terreno perpétuo no lugar. Ao contrário, pela própria demanda de construção de um cemitério para doentes pobres, revela o quanto os trâmites que envolviam o ritual de enterramento era dispendioso e uma certa preocupação em manter apartados os corpos dos acometidos por doenças altamente contagiosas.

Estes são reflexos das contradições da sociedade e uma espécie de darwinismo social dentro do Cemitério onde só os jazigos perpétuos ‘sobreviveram’. Não à toa, há uma certa familiaridade entre os nomes que constam em muitas das construções que ali se destacam e a história política do Município, nomes de praças, equipamentos públicos, ruas e travessas, etc. São estes sujeitos que ficaram eternizados nos logradouros e na memória histórica, os que mais chamam a atenção dentro dos muros do cemitério através da pompa de suas moradas.

A pesquisa demonstrou ser possível observar a busca por uma certa individualização dos mortos por meio dos jazigos e túmulos nos primeiros anos de funcionamento do Cemitério, mas com um certo padrão coletivo de monumentalidade através da pompa e do caráter duradouro de suas construções. Estas estão marcadas pelo estilo que se aproxima do ecletismo do Art Nouveau e do neogótico, com prevalência de cruzes e arabescos nas edificações de alvenaria que discursam a religiosidade católica prevalente na sociedade conquistense do início dos Novecentos.

A dissertação demonstrou também ser possível a relação entre História de Vitória da Conquista, patrimônio funerário e ensino de História. O Cemitério da Saudade pode ser o fio condutor no desenvolvimento de uma proposta pedagógica robusta e o chamariz para atrair os estudantes ao estudo de aspectos culturais, políticos, religiosos e econômicos da sociedade conquistense, de uma maneira imersiva no patrimônio. O processo de produção do conhecimento histórico por meio da ampliação do olhar, do redimensionamento dos documentos pode aproximar o estudante da História, fazendo-o perceber-se sujeito ativo nessa construção.

O estudo do Cemitério da Saudade na educação básica oportuniza desenvolver uma investigação mais profunda da sociedade, buscando compreender o cotidiano conquistense do início do século XX. Além disto, esta é uma proposta pedagógica que se pretende importante aos docentes para as aulas de História ao criar oportunidades de uma aprendizagem muito mais significativa. E esta experiência torna-se ainda mais sedutora por despertar a curiosidade ao favorecer uma experiência única de estudar, investigar e vivenciar a História. Em consequência

disto, é possível o desenvolvimento de uma nova postura frente ao patrimônio de maneira geral, e ao patrimônio funerário, em particular, integrando-o ao cotidiano da população e contribuindo para o seu desenvolvimento social. A pesquisa buscou inserir o Cemitério da Saudade ao estudo da História de Vitória da Conquista como importante bem do patrimônio local.

O Cemitério da Saudade é um importante patrimônio cultural de Vitória da Conquista e merece maior atenção do poder público municipal. O Cemitério conta muitas histórias, embora nem todos os que ali estejam enterrados tenham tido direito a um lugar na memória histórica.

A ideia de se trabalhar com patrimônio partiu do interesse em problematizar o espaço citadino na sua dimensão pedagógica no ensino de História. Trata-se ainda de explorar o legado histórico através de outros olhares e perspectivas, deslocando o palco dos acontecimentos dos livros didáticos para a realidade concreta palpável e observável para além dos muros da escola.

Longe de qualquer conclusão definitiva, o texto demonstrou que é possível ensinar e aprender História a partir de diferentes espaços de memória e que o Cemitério é muito mais que depositário de corpos: é lugar de história viva, que se materializa em jazigos e túmulos e que reflete a sociedade do lado de cá de seus muros. É possível contar a história do Município de Vitória da Conquista a partir deste espaço, percebendo o quanto a configuração daquele patrimônio é permeado de tensões sociais e disputas de memórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leiza Jane Lopes Lima de. **Planejando aulas de campo?** Tenha aqui um guia facilitador. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, 2018. 30 p. (Produto Educacional). Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39240/4/2018 PE LJLLABREU.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

AGUIAR, Itamar Pereira de. **Do púlpito ao baquiço:** religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca. Orientador: Josildeth Gomes Consorte. 2007. 326 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. O espaço da morte na capital mineira: um ensaio sobre o Cemitério de Nossa Senhora do Bonfim. **Revista de História Regional**, n. 3, v. 2, p. 187-197, 1998.

_____. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções:** uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. Orientador: Adalgisa Arantes Campos. Coorientador: José Manuel Alves Tedim. 2007. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

_____. A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. **Revista M.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 213-230, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8118/6993>. Acesso em: 6 set. 2024.

ALMEIDA, Maria das Graças Batista de. Desbravando horizontes: a importância das aulas de campo no Ensino de História. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 3, 2013, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade do Estado da Paraíba, Editora Realize, 2013.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lânio Martins. Educação Patrimonial: por uma justa, democrática e coletiva perpetuação do passado (Resenha de História, Ensino e Patrimônio, de Maria Ângela Borges Salvadori). **Revista de História da Universidade Estadual de Goiás**, Porangatu, v. 2, n. 1, p. 329-333, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1751>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. Novos espaços de sensibilidade como fontes da história local: cemitérios, locais de devoção, bens imateriais laicos e religiosos. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre História Local e Produção de Material Didático**. Natal: EDUFRN, 2017.

ARAUJO, Silvera Vieira de. História social e história cultural e suas influências na produção historiográficas sobre cidades no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PB, 13, Guarabira. **Anais** [...]. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2008. Disponível em: http://www.anpuhp.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Silvera%20Vieira%20de%20Ara%C3%BAjo%20TC.PDF. Acesso em: 19 mar. 2024.

ARIÈS, Phillip. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. História Cultural e História das Ideias: diálogos historiográficos. **Cultura: revista de História e Teoria das Ideias**, [s.l.], v. 21, p. 259-286, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3353>. Acesso em 26 fev 2022.

_____. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422>. Acesso em: 4 set. 2024.

BARROS, Maria Abadia. Ensino de História e história cultural: possibilidades para a construção do repertório do professor-pesquisador. **Escritas**, v. 11, n. 2, p. 122-139, 2018.

BERTO, João Paulo. **Liturgias da Boa Morte e do bem morrer**: práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880). Orientador: Eliane Moura da Silva. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

BORGES, Célia. Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. **Lócus: revista de História**, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, v. 5, n. 2, p. 113-125, 1999.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária: representação do vestuário da criança. **Lócus: revista de História**, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, v. 5, n. 2, p. 145-159, 1999.

_____. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930)**: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/ARTE, 2002.

_____; SANTANA, Marissol M.; BIANCO, Sabrina Del. Arte Funerária no Brasil: Possibilidades de interagir nos programas de ensino, de pesquisa e de extensão na Universidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 13, 2004, Brasília. **Anais** [...]. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2004. 1 v. p. 192-200. Disponível em: <https://anpap.org.br/anais-indice/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____ *et. al.* (org.). **Estudos cemiteriais no Brasil**: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos. Goiânia: UFG, 2010.

_____. VIII Abanne. A estatuária funerária no brasil: representação iconográfica da morte burguesa. **RBSE**, João Pessoa: GREM, v. 3, n. 8, ago./2004.

_____; CASTRO, Elisiana Trilha. **Uma complexa simplicidade**: registros da diversidade e da criatividade arquitetônica popular nos cemitérios brasileiros. Florianópolis: Impressul, 2022.

_____. Arte Funerária no Brasil: uma pesquisa peculiar no campo das artes visuais. **Lócus: revista de História**, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, v. 37, n. 1, p. 103-

123, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13705>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BUENO, Ana Luiza Santos Galvão. Discutindo a morte na escola: o papel da literatura infantojuvenil – relato de experiência. In: CORÁ, Maria Amelia Jundurian (org.). **Políticas e práticas culturais para a cidade de São Paulo.** São Paulo: TikiBooks, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maristela. **Discursos e arranjos na ordem estabelecida:** Cemitério Municipal São José - Ponta Grossa, 1881-2007. Orientador: Edson Armando Silva. Coorientador: Marcio José Ornat. 2007. 172 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e Arte Funerária dos Cemitérios São José, em Porto Alegre.** 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

CASTRO, Elisiana Trilha. Entre terras e ossos: o cemitério como fonte para a construção da História. In: ENCONTRO SOBRE CEMITÉRIOS BRASILEIROS, 1, 2004, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2004. Disponível em <https://elisianacastro.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/06/art-elisiana-i-abec.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

_____. **Aqui também jaz um patrimônio:** identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Orientador: Alicia Norma González de Castells. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-86264/aqui-tambem-jaz-um-patrimonio--identidade-memoria-e-preservacao-patrimonial-a-partir-do-tombamento-de-um-cemiterio-o-caso-do-cemiterio-do-imigrante-de-joinvillesc-1962-2008>. Acesso em: 8 maio 2024.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 5 set. 2024.

CHAVES, Cleide Lima. A Assistência à Saúde no Sertão Baiano: As Origens da santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1913-1932). In: CHAVES, Cleide Lima. (org.). **História da saúde e das doenças no interior da Bahia:** séculos XIX e XX. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

_____; AMORIM, Tatiane Pereira. A Peste bubônica nos Sertões da Bahia: Política e cotidiano no radiar do século XX. In: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da; BATISTA, Ricardo dos Santos (org.). **História e saúde: políticas, assistência, doenças e instituições na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2018.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**. Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro séculos XVI e XVII. Orientador: Ana Lúcia Duarte Lanna. 2006. 428 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-16112010-141818. Acesso em: 30 jul. 2024.

DEMARCHI, João Lorandi. Educação, patrimônio e sujeitos: diálogo democrático. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 49-56. Caderno Temático 5.

DEMUNER, Angelo da Conceição; BITTE, Regina Celi Frechiani. **Entre saberes e fazeres: metodologias alternativas para o Ensino de História do Espírito Santo**. Vitória: Mestrado Profissional em Educação/Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. (Produto educacional). 56 p.

DILLMAN, Mauro. A “alma” dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem? **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano VIII, n. 24, jan./abr. p.79-87, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index / 79-87 />. Acesso em: 4 set. 2024.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. Aula no cemitério: lugar de memória e ensino de história. In: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Emílio da Silva; SALLÉS, André Mendes (org.). **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). p. 147-175. Disponível em: https://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/historia/saberes-historicos-patrimonio-e-espacos-de-memoria/v-2_saberes-historicos-patrimonio-e-espacos-de-memoria.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produção e uso do material didático. In: VIANA, Helder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais em História**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2012.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O Urbano em Construção - Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FONSECA, Humberto. Formação Política da Região Sudoeste da Bahia. In: POLÍTICA: o poder em disputa. Vitória da Conquista e Região. Vitória da Conquista: Museu Regional de

Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. p. 20-54. (Série Memória Conquistense).

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. A morte conta a vida: os cemitérios como lugar de memória na antiga Macaé, entre 1855 e 1910. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFFRJ, 2008. Disponível em:

https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212694327_ARQUIVO_Amortecontaavida-MariadaConceicaoVilelaFranco.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. 1 v. (Tomos 1 e 2).

GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de Passagem**. Tradução de Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Antropologia).

GIAMPAOLI, Michelangelo; NARITA, Felipe Ziotti. Uma antropologia dos lugares e da memória. **Transcrições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.baraodemaua.br/index.php/transicoes/article/view/753/708>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de professores. **OPSIS**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 28-42, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/34720>. Acesso em: 27 ago. 2024.

_____. Investigações em Educação Patrimonial e Ensino de História (2015-2017). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, p. 107-127, jan./jun., 2020.

_____; PACIEVITCH, Caroline; PERUSSATO, Melina Kleinert. Pensar historicamente com a educação patrimonial: um não-guia. **Sillogés**, v. 5, n. 1, p. 56-87, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247000>. Acesso em: 4 set. 2024.

_____; POSSAMAI, Zita. Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Mouseion**, Canoas: UnilaSalle, n. 19, p. 13-26, dez. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/129086>. Acesso em: 5 set. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GRASSI, Clarissa. A necrópole como reflexo da pólis: um estudo sobre a arquitetura tumular no Cemitério Municipal São Francisco de Paula. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 5; ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2, 2015, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. p. 83-100. 8 v.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ISMÉRIO, Clarisse. Um outro olhar sobre os cemitérios: refletindo à arte cemiterial sob a perspectiva das pesquisas, ações, passeios e eventos culturais. **Revista de Teoria da História**,

Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 18, n. 2, p. 100-115, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/50894/24895>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ISMÉRIO, Clarisse; SILVEIRA, Cátia Luciane Silveira. Sarau Noturno no CK: Educação Patrimonial Cemiterial para alunos do Ensino Médio. *In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO DE VALORACIÓN Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES*, 24, 2023, Concepción-Chile. *Anais* [...]. Concepción-Chile, 2023. p. 944-956.

IVO, Isnara Pereira. Poder Local e Mandonismo na cidade da Conquista: Violência e Administração Pública. *In: AGUIAR, Ednálva Padre (org.). Política: o Poder em Disputa. Vitoria da Conquista e Região. Museu Regional de Vitoria da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, 1999. (Série Memória Conquistense).

_____. **Homens de caminho:** trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitoria da Conquista: Edições UESB, 2012.

_____. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho:** poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2. ed. rev. e amp. Vitoria da Conquista: Edições UESB, 2017. (Coleção Nordestina, v. 98).

JESUS, Taiane Moreira de; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. As Práticas de Eternização dos Coronéis da Guarda Nacional nos Cemitérios do Recôncavo da Bahia. *In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; VAN HAVRE, Grégorire. De Ingá à Arqueologia Inclusiva: novas linguagens. Patrimônio, Arqueologia e Museologia: Estudos Cemiteriais no Nordeste*. João Pessoa: NDIHR-UFPB, 2021. 3 v. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=716. Acesso em: 17 set. 2024.

JORNAL A TARDE. Pesquisa mostra simbolismo dos túmulos. Bahia, 4 de outubro de 1988. p. 5.

KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer.** Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério:** lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. Tradução de Robson Murilo Grando Della Torre. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: LE GOFF, Jacques. História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535-553. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 7 maio 2024.

LUCIO, Cristina Santos. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 104-119, dez. 2021.

MATOS, Maristene Amaral; BERTOLOTO, José Serafim; DOURADO, Nileide Souza. A Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 20, n. 2, p. 150-155, 2019.

Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgscognna.com.br/ensino/article/view/6571>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. Notícia da Velha Casa de Oração. **Jornal Hoje**, edição comemorativa dos 161 anos de instalação do Município da Imperial Vila da Vitória, 2008.

_____. Política, família e educação em Vitória da Conquista na primeira metade do século XX. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 9, n. 36, p. 115-123, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639644>. Acesso em: 2 out. 2024.

MENDES, Cibele de Mattos. **Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo Salvador (1850-1920)**. Orientador: Maria Hermínia Oliveira Hernandez. 2007. 336 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do Cotidiano**: uma introdução a novas experiências. Porto Alegre: EDUNISC, 1995.

MOTTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 73-93, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713661006>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MUNIZ, Paulo Henrique. O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. **Revista Varia Scientia**, v. 6, n. 12, p. 159-169, 2006. Disponível em: <https://e-r.revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/1520/1239>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NARITA, Felipe Ziotti. Entrevista com Michelangelo Gimpaoli. Uma antropologia dos lugares e da memória. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.baraodemaua.br/index.php/transicoes/article/view/753/708>. Acesso em: 4 dez. 2023.

NASCIMENTO, Mara Regina do; DILLMANN, Mauro (org.). **Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer**. Porto Alegre: Casaletras, 2022. [Recurso eletrônico].

NEGREIROS, Maria Vidal de. Pesquisa mostra simbolismo dos túmulos. **Jornal A Tarde**, Salvador, p. 5, 4 out. 1988.

NEVES, Joana. Reflexões sobre o ensino de História: discussão de algumas proposições de Jacques Le Goff. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 157-170, out. 2003.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Orientador: Marília Xavier Cury. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 mar. 2024.

OSÓRIO, Pedro Luis Vianna. A cortina da memória dos mortos se abre à presença dos vivos: o cemitério e aula de História. **Aurora**, ano 1, n. 2, jun./dez. 2018.

PADULA, Roberto Sanches; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Aplicativo de visita a espaço museológico cemiterial: tecnologia em prol da educação e cultura. In: CORÁ, Maria Amelia Jundurian (org.). **Políticas e práticas culturais para a cidade de São Paulo**. São Paulo. TikiBooks, 2016.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS. Livro de Tombo n. 1.

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Entre túmulos, anjos e capelas: história e historiografia dos cemitérios brasileiros. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 12, n. 24, p. 279-307, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/105861666/Entre_t%C3%BAmulos_anjos_e_capelas_hist%C3%BCria_e_historiografia_dos_cemit%C3%A9rios_brasileiros?email_work_card=view-paper. Acesso em: 29 abr. 2024.

PEREIRA, Júnia Sales. Aprendizagem Histórica como prática social: lições poéticas e éticas em “a danação do objeto: o museu no ensino de história”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 299-303, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/X9wRddrYtFwsbKBCGfkk58w/>. Acesso em: 8 maio 2024.

PEREIRA, Vigário Manuel Olympio. **Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias**. Vitória da Conquista, Bahia: Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, n. 1, s/d.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma nova história cultural. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

_____. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso em: 26 fev. 2022.

_____. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETRUSKI, Maura Regina. A cidade dos mortos no mundo dos vivos - os cemitérios. **Revista de História Regional**, v. 11, n. 2, p. 93-108, 2006.

PORTAL, João Camilo Grazziotin. Ensinar história a partir do esquecimento: um estudo de caso de educação patrimonial no Cemitério da Santa Casa, Porto Alegre/RS.2020. **Revista M.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 383-395, jul./dez. 2020.

PRIETSCH, João Mauricio Martins. “**Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos**”: fazendo do cemitério uma ferramenta de estudos para o ensino médio. Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**: Colônia. Rio de Janeiro: Leya, 2016. 1 v.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto:** o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESENDE, Maria Beatriz. Histórico do Projeto. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014.

RIBEIRO, André Luís Rosa. Introdução. In: RIBEIRO, André Luís Rosa. **In memoriam:** urbanismo, literatura e morte. Ilhéus: EDITUS, 2017. p. 13-17.

RIGO, Kate Fabiani. Cemitérios: um espaço religioso e educativo. **Anais dos Simpósios da ABHR, 13.** São Luís, UFMA, v. 13, 2012. Disponível em <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/391>. Acesso em 10 abr. 2024.

_____. Pedagogia Cemiterial. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2010. **Anais** [...]. Piracicaba-SP, 2010.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: por que e como preservar o passado? **Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 455-470, jan./jun. 2006.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. A construção e secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá nos Séculos XIX e XX. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 1, n. 12, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4201>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. Lugares dos mortos na cristandade ocidental. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá: ANPUH, v. 5, n. 15, p. 105-129, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30208/15755>. Acesso em: 30 jul. 2024.

_____; LOPES, Fábio Henrique (org.). **Sentidos da morte e do Morrer na Ibero-América.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RODRIGUES, Elisa Gonçalves. Cemitérios perpétuos e rotativos: praticidades urbanas e consequências ritualísticas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 26, Evento Virtual, 2022. **Anais** [...]. ANPUH-SP, 2022.

ROSA, Gilson Soares; ARANTES JÚNIOR, Edson. Espaços da morte e os usos da memória. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, Goiás, v. 1, n. 13, p. 13-21, 2019. Disponível em: <https://revista.fasem.edu.br/index.php/fasem/article/view/152>. Acesso em: 2 out. 2024.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 152-168, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/download/1292/1264>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SANTANA NETO, Osmundo Macário de. **Devoção e Religião no Sertão da Ressaca: possibilidades para o Ensino de História**. Orientador: Grayce Mayre Bonfim Souza. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

SANTOS, Aline Gomes dos. **As representações iconográficas da arte tumular dos cemitérios de Cachoeira-Ba**. Orientador: Fabiana Comerlato. 2013, 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2013.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 43-48, 2001.

SANTOS, Washington (org.). **Antônio Onça e o Mestre em amansar brancos: trajetórias e saberes indígenas e africanos no sertão da Bahia**. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico. In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2, 1996, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 1996, p. 115-128. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/lemad_dh_usp_perspectiva%20em%20hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

_____; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista do CPC**, São Paulo, n. 27, v. Especial, p. 14-31, jan./jul. 2019.

_____. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? Dossiê identidades, patrimônios e educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das Igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Orientador: Sidney Chalhoub. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA, Ana Paula de Oliveira. Um olhar sobre a morte. Vitória da Conquista, 1900-1950. **Memória Conquistense**: revista do Museu Regional de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista: Edições UESB, v. 7, n. 7/8, p. 95-120, 2003/2004.

SILVA, Dinaira Francisca da Costa. Elos Patrimoniais: Imaterial e Material, Cemitério e Museu (Cemitério São Miguel Cidade de Goiás - GO). In: FREITAS, Fátima Regina Almeida de;

VIEIRA, Maria Damas (org.). **Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania**. Goiânia: Gráfica da UFG, 2017. p. 110-123. 2 v. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonio-direitos-culturais-e-cidadania/edicao1-artigos/livros/2/artigo_8e9/a05.html. Acesso em: 27 abr. 2024.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 60, 2010.

SILVA, Odair Vieira da. Aspectos da história cultural e as contribuições de Roger Chartier. In: PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaina de Paula do. **Sentidos e Sujeitos**: elementos que dão consistência à História. Ponta Grossa - PR: Atena, 2020. p. 86-98. 2 v. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/redirect/44052>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, Ribamar Nogueira da. A História Social da Cultura e a História Cultural do Social: aproximações e possibilidades na pesquisa histórica em educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2, p. 470, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11458>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, Tiago Vargas da. Museu a céu aberto: uma proposta para visitas guiadas ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição de Macapá-Amapá. In: ENCUENTRO DE LA RED IBEROAMERICANA DE VALORACION Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATIMONIALES. LOS CEMENTERIOS COMO MUSEOS A CIELO ABIERTO, 22, 2021, Catamarca – Argentina. **Anais** [...]. Catamarca – Argentina, 2021.

SOUZA, Milca Fontenele. Aqui jaz religiosidade, poder e morte: o espaço cemiterial como recurso didático para o ensino de história. In: BEZERRA, Danilo Alves; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos (org.). **Ensino de história**: teorias, práticas e novas abordagens. Recife, PE: Edupe, 2023. 3 v.

SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma Leitura da Vida Política em Conquista na Primeira República. In: AGUIAR, Ednalva Padre (org.). **Política**: o Poder em Disputa. Vitória da Conquista e Região. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. p. 96-133. 4 v. (Série Memória Conquistense).

SOUZA, Christiane Maria Cruz de Souza. Redes de Poder e de Solidariedade nos Sertões da Bahia em Tempos de Epidemias. In: CHAVES, Cleide Lima (org.). **História da saúde e das doenças no interior da Bahia**: séculos XIX e XX. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **A Morte no Brasil**: representações e práticas. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônica de uma cidade. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TAVARES, Davi Kiermes; RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert. **Cemitério e museu**: aproximações eletivas. Curitiba: Appris, 2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácia sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.).

Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38-48. Caderno Temático 5.

_____. Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 63, n. 19, p. 107-116, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26367?locale=pt_BR. Acesso em: 2 set. 2024.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. **O Município da Vitória**. Vitória da Conquista. Museu Regional de Vitória da Conquista / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996. 2 v. (Memória Conquistense).

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Conselho Federal de Cultura, 1972.

VERNANT, Jean-Pierre. A Bela Morte e o cadáver ultrajado. Tradução de Elisa A. Kossovitch e João A. Hansen. **Discurso**, São Paulo: Editora Ciências Humanas, n. 9, p. 31-62, 1978. Disponível em: <https://doceru.com/doc/xe850xc>. Acesso em: 31 ago. 2022.

VIANA, Aníbal. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Tipografia de O Jornal de Conquista, 1992. v. 1 e 2.

VIANA, Roberto dos Santos. **Cemitério Municipal de Pérola – PR**: espaços dos mortos, vidas narradas 1959-2018. Orientador: Solange Ramos de Andrade. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. (Arcebispo). **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 2** (sem capa). 1907. Identificação (12.2.07). Inicia-se em 30 de dezembro de 1907 e vai a 10 de dezembro 1909. (47 p.).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 3** (sem capa). Identificação 12.2.10. Inicia-se em 27 de dezembro de 1910 a 13 dezembro de 1917. (198 p.).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 4** (sem capa). Identificação 12.2.17. Inicia-se em 14 de agosto de 1917 a 10 de fevereiro de 1922. (200 p.).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 5** (sem capa). Identificação 12.2.22. Inicia-se em 11 de fevereiro de 1922 a 21 de maio de 1926).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 274**. Livro de Projetos de Leis do Conselho Municipal. Iniciado em 19 de maio de 1923 e terminado em 3 de setembro de 1930. (100 p. – mas preenchido só até a p. 70).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). **Livro 278**. Registo de Leis e Resoluções do Conselho Municipal 1893-1931. Identificação (18-1-93). Inicia-se com ata de 04 de março de 1893 até 31 de dezembro de 1931. (121 p.).

VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório ou o Trabalho de Luto.** São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

ANEXO

PROPOSIÇÃO DIDÁTICA – GUIA DE APOIO DIDÁTICO PARA AULA DE CAMPO NO CEMITÉRIO DA SAUDADE EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA

Desenvolver uma proposta de ensino de História na educação básica englobando um cemitério pode, num primeiro momento, soar como algo absurdo, mórbido, pitoresco ou irrealizável. Entretanto, pedra, arenito, lajota, cimento e cal, cruzes, porta-velas e esculturas são a materialização da memória, da identidade de uma coletividade e da historicidade de um lugar e são uma documentação ímpar de se mergulhar e investigar *in loco*, testemunhas vivas da história.

Em sua obra *A Menina que roubava livros*, Markus Zusak afirma que “quando a Morte conta uma história você deve parar para ler”. Pois bem. O cemitério é um local de várias delas, onde histórias de pessoas se misturam e se divergem, de como a cidade se forjou ao longo do tempo, cimentou suas desigualdades e suas similaridades: o ponto de partida e de chegada para montar um complexo quebra-cabeça chamado sociedade.

Conforme assinala Maria da conceição Vilela Franco (2008, p. 02) os cemitérios são “espaços de construção e reconstrução da memória coletiva e guardam um rico acervo de arte e História”, cabendo ao historiador – e ao professor – a problematização deste lócus afim de compreender a sociedade de determinada época e lugar.

Estudar e ensinar a partir do cemitério propicia a ampliação do olhar do estudante ao estimulá-lo a perceber-se como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento histórico e enxergar no cotidiano a História viva que não está nos livros didáticos, mas que é manifesta nos quatro cantos da cidade.

Problematizar diferentes tipos de documentos, como os cemitérios e seus túmulos na educação básica, não é apenas possível como exequível pois favorece compreender as tecituras sociais sob diferentes perspectivas em seus múltiplos objetos e amplia as possibilidades de análise da realidade histórica, contribuindo para elucidar questões sociais importantes, muitas vezes subdimensionadas, invisibilizadas ou ignoradas.

É a partir dessas premissas que foi construída uma proposta pedagógica estruturada na forma de Guia de Apoio Didático para Aula de Campo no Cemitério da Saudade em Vitória da Conquista tomada aqui como inspiração e que pode sofrer adaptações conforme a realidade de cada contexto educativo. Bom trabalho!

ATIVIDADES PRÉ-CAMPO (Duração Total: 03 aulas)

Etapa 01

Questões norteadoras preliminares

Objetivos:

- ✓ Conhecer o que os estudantes sabem a respeito do espaço cemiterial em geral e o Cemitério Municipal, especificamente;
- ✓ Sensibilizar a turma para o desenvolvimento da aula de campo.

Metodologia: Roda de Conversa

Duração: 01 aula (50 min.)

Para fins de melhor compreensão, as questões podem ser anotadas no quadro e, a seguir, colhidas as opiniões dos estudantes sobre cada uma das delas.

- Para você, o que são cemitérios?
- Você já visitou cemitérios? Em caso negativo, por que nunca esteve lá?
- Em caso positivo, onde? Como eram? O que você foi fazer lá?
- Você acha que o cemitério tem algo a ensinar às pessoas? Em caso positivo, o que?
- Qual a importância do Cemitério para a vida das cidades?
- Qual a importância do Cemitério Municipal para a História de Vitória da Conquista?
- Qual a importância do Cemitério para a aula de História? Você acha possível estudar a História a partir de um espaço como esse? Por que?
- Dos tópicos abaixo, qual (is) você considera que podem ser estudados com base no que se encontra no cemitério?
 - () arte/arquitetura
 - () diferenças sociais
 - () economia
 - () política
 - () religiosidades
 - () nenhum
 - () todos
 - () outros. Qual? _____
- Você considera o Cemitério Municipal um documento histórico? Por que?

Avaliação: Por meio da participação direta dos estudantes no Debate.

ATIVIDADES PRÉ-CAMPO

Etapa 02

Preparação para Aula de Campo

Objetivos:

- ✓ Fazer uma breve apresentação do Cemitério Municipal;
- ✓ Trazer orientações sobre o desenvolvimento da Aula de Campo;
- ✓ Apresentar o Roteiro com os pontos que deverão ser observados na Aula de Campo;
- ✓ Dirimir quaisquer dúvidas a respeito da atividade.

Metodologia: Aula Expositiva Dialogada

Duração: 02 aulas (100 min.)

Esta aula constará de duas partes. A primeira etapa consiste na apresentação geral do Cemitério Municipal, a partir de um vídeo com um brevíssimo panorama da História da Morte e do espaço a ser visitado na aula seguinte. Na segunda etapa da aula, as orientações básicas para desenvolvimento da Aula de Campo serão exploradas, preparando de maneira mais incisiva os estudantes para o deslocamento ao Cemitério e as atividades que serão desenvolvidas a partir da Aula de Campo e observação dos túmulos entre os anos de 1915 e 1930, com o preenchimento do Roteiro proposto.

Roteiro Proposto: Para fins didáticos, o Roteiro constará de pontos enumerados em forma de questões que orientarão os estudantes quanto ao que deverão observar durante a visita ao Cemitério.

Questões

1. Situe o Cemitério dentro do espaço urbano.
2. Qual o estado de conservação dos túmulos? Os túmulos mais antigos recebem algum tipo de manutenção? É possível afirmar que eles são visitados?
3. Que tipo de informações podem ser apreendidas a partir da leitura das lápides dos túmulos?
4. Quais os símbolos que mais aparecem nos túmulos? Que tipo de informação eles transmitem da sociedade conquistense do início do século passado?
5. Quais são os túmulos que mais se destacam no Cemitério? Procure saber quem foram estas pessoas. Escolha ao menos um para fazer uma breve pesquisa
6. Como encontra-se dividido o Cemitério Municipal? Como essa divisão pode ser explicada?

7. O espaço cemiterial é um espaço uniforme ou há diferença entre as sepulturas? Em caso positivo, a que estão relacionadas estas diferenças?
8. Como as diferenças sociais são observadas a partir do Cemitério?
9. Entre as sepulturas do período entre 1915 e 1930, responda: a maioria é composta de jazigos (individuais ou de família) ou túmulos simples?
10. Em sua opinião, o Cemitério é um local organizado? Explique sua resposta.
11. Há alguma relação entre o espaço cemiterial e a cidade?
12. O Cemitério Municipal é um espaço importante à História de Conquista? Justifique sua resposta.
13. Fotografe três ou mais tipos de sepulturas que mais lhe chamaram à atenção. Em seguida, escreva um pouco sobre os motivos que o levaram a esta escolha¹⁴⁵.

Avaliação: Por meio da observação da participação e do envolvimento dos estudantes no desenvolvimento da aula.

EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO E COLETA DE INFORMAÇÕES

Etapa 03

Aula de Campo no Cemitério Municipal

Objetivos:

- ✓ Conhecer a História do Município a partir do Cemitério Municipal;
- ✓ Investigar a historicidade do Cemitério Municipal, *in loco*;
- ✓ Desenvolver noções de fonte histórica a partir da iconografia;
- ✓ Favorecer o desenvolvimento do protagonismo estudantil no processo de construção do conhecimento histórico.

Metodologia: Aula de Campo no Cemitério Municipal.

Duração: 120 min.

Avaliação: O processo avaliativo da Aula de Campo se dará durante todo o desenrolar da atividade, com o protagonismo dos estudantes no desenvolvimento de sua proatividade, interesse e participação durante todo o andamento da atividade proposta.

¹⁴⁵ É possível a montagem de uma exposição fotográfica com o resultado deste trabalho de Aula de Campo, em especial com as fotografias impressas e comentadas, na forma de painel, mural ou instalação artística na escola, a critério do professor da Disciplina.

COMPARTILHAMENTO DAS APRENDIZAGENS (Duração total: 02 aulas)

Etapa 04

Socialização dos Conhecimentos

Objetivos:

- ✓ Promover um ambiente acolhedor das aprendizagens construídas ao longo da Aula de Campo;
- ✓ Estabelecer conexões entre os conhecimentos prévios sobre a cidade de Vitória da Conquista e o espaço cemiterial;
- ✓ Avaliar a participação de cada estudante no processo que envolveu a Aula de Campo;
- ✓ Receber as atividades escritas para fins de conferência e avaliação.

Metodologia: Roda de Conversa

Duração: 02 aulas (100 min.)

Avaliação: Por meio da participação ativa dos estudantes no processo de socialização das suas experiências com a Aula de Campo.

CONCLUSÃO (Duração Total: 01 aula)

Aula 05

Avaliação

Objetivos:

- ✓ Escutar as opiniões dos estudantes sobre todo o processo que envolveu o desenvolvimento da Aula de Campo;
- ✓ Promover um momento de autoavaliação;
- ✓ Elencar os pontos fortes e frágeis da atividade, visando seu aprimoramento;
- ✓ Fornecer uma devolutiva aos estudantes de todo o exercício pedagógico desta atividade.

Metodologia: Roda de Conversa

Duração: 01 aula (50 min.)

Avaliação: Por meio da devolutiva da participação individual e coletiva dos estudantes durante o desenvolvimento e finalização da atividade.